



ACERVO EM CENA

Encontros com a memória do
Complexo Theatro Municipal
de São Paulo

COMPLEXO  **THEATRO
MUNICIPAL**

Sumário

08

Andrea Caruso Saturnino - Acervo em cena: notas para uma política de memória

11

Rafael Domingos Oliveira - Introdução

Parte 1 – História e Memória

21

Capítulo 1 – Fragmentos da história do Theatro Municipal de São Paulo

Anita de Souza Lazarim

41

Capítulo 2 - Formação, Acervo e Memória

Ana Lucia Lopes

52

Capítulo 3 - O acervo do Complexo Theatro Municipal de São Paulo

Rafael de Araújo Oliveira

90

Capítulo 4 – Conservatório Dramático e Musical: patrimônio cultural paulista

Rafael de Araújo Oliveira

Parte 2 – Experiências

118

Capítulo 5 – Uma história do Museu do Theatro Municipal de São Paulo

Mariana Brito Santana

147

Capítulo 6 – Práticas de preservação e conservação

Shirley Silva

186

Capítulo 7 – Documentar o espetáculo: abordagem contextual no acervo do Complexo Theatro Municipal de São Paulo e seus desafios

Andreia Francisco dos Reis

224

Capítulo 8 – A dupla face da pesquisa: qualificação e difusão do acervo

Bruno Bortoloto do Carmo



Acervo em cena:

notas para uma
política de memória

Reabrir as portas do Theatro Municipal de São Paulo, ainda sob o eco de uma pandemia que nos exigiu reinvenção e escuta atenta, foi também reencontrar uma encomenda antiga, adormecida nas dobras do tempo. Aos poucos, o disperso ganhou contorno: partituras manuscritas, fotografias de estreias, recortes de jornal, programas de espetáculo, entre tantos outros documentos. Esse material, testemunha silenciosa de mais de um século de vida cultural, não era mero depósito do passado; era, antes, uma potência adormecida. O desafio, desde o início da gestão da Sustenidos, consistiu em dar forma a essa potência, transformá-la em política pública de memória e, sobretudo, em ferramenta viva para o presente. Nasce assim, em 2021, o Núcleo de Acervo e Pesquisa (NAP), e com ele a decisão institucional de que a memória do Theatro não seria guardada como relíquia, mas sim agitada, interrogada, posta em cena.

Cinco anos depois, celebramos esse percurso com a publicação que ora apresentamos. Acervo em cena: encontros com a memória do Complexo Theatro Municipal de São Paulo é muito mais do que um registro de atividades. É um testemunho coletivo, urdido por aqueles que, no cotidiano da poeira dos arquivos e da delicadeza da conservação, têm-se dedicado a uma tarefa essencial: fazer do acervo um território de descobertas. A própria materialidade do livro – construído com base nas vozes de sua equipe, protagonista direta das experiências aqui relatadas – já anuncia uma premissa cara a este Núcleo: a de que o saber sobre a memória se constrói na prática compartilhada, na troca disciplinar e na confiança em um time excepcionalmente qualificado. É preciso nomear, aqui, o rigor e a sensibilidade da gerente Ana Lucia Lopes, cuja visão articulou formação, acervo e memória em um eixo indissociável, e do coordenador Rafael Domingos, cuja liderança paciente e sistemática tem transformado desafios aparentemente intransponíveis em rotinas de excelência. Mas, como se verá nas páginas seguintes, a eles se somam muitas outras mãos e mentes – arquivistas, conservadoras, pesquisadoras, documentalistas —, cada qual responsável por uma camada do complexo trabalho de manter viva a memória de um teatro que é, acima de tudo, um organismo pulsante.

A criação do NAP, no bojo da gestão da Sustenidos, respondeu a um duplo entendimento. De um lado, a certeza de que um equipamento da magnitude do Theatro Municipal de São Paulo não poderia seguir sem uma política de acervo à altura de sua trajetória. De outro, a percepção de que o arquivo não se sustenta como fim em si mesmo. Ele só faz sentido na medida em que se abre, compartilha, se transforma em matéria para novas criações, novas pesquisas, novas perguntas. Daí o compromisso, desde o início, com estruturar não apenas um local de guarda, mas um centro de referência vivo, capaz de alimentar a programação da casa – e de outras casas – com as vozes plurais que o constituem. Quantas montagens, quantos concertos, quantos gestos cênicos não encontram ali a centelha primeira? Quantos pesquisadores, coreógrafos, diretores e músicos não se deixam afetar por esses vestígios, reconfigurando seus próprios fazeres? O potencial do acervo, como se verá nesta publicação, extrapola em muito os limites de um depósito documental. Ele é, por excelência, um dispositivo para oxigenar o presente, para tensionar o cânone, para revelar o que foi silenciado ou esquecido.

E, no entanto, todo esse trabalho carrega uma fragilidade que não podemos escamotear. Políticas de memória exigem continuidade. Não se constrói um arquivo de referência em cinco anos, mas se lançam, nesse período, as bases sólidas que permitirão a ele frutificar nas décadas seguintes. A conservação preventiva, a gestão de riscos, a descrição minuciosa de coleções, a

implantação de sistemas de acesso – tudo isso demanda tempo, estabilidade, investimento e, fundamentalmente, vontade institucional ininterrupta. As páginas que vêm a seguir são, por isso mesmo, uma celebração, mas também um apelo: o de que a memória do Theatro Municipal seja tratada como política de Estado, não como aposta conjuntural. O Núcleo de Acervo e Pesquisa mostrou, nesses cinco anos, o que é possível realizar com equipe qualificada, diretrizes claras e ousadia para enfrentar as faltas e descontinuidades que todo arquivo, por natureza, carrega.

Ao entregar ao público Acervo em cena, convidamos cada leitor a percorrer essas páginas não com a nostalgia de quem olha para trás, mas com a curiosidade de quem se prepara para construir o porvir. O que aqui se documenta são experiências, métodos, descobertas e, sobretudo, um modo de fazer. Um modo que entende o acervo como lugar de interrogação, não de certezas; que acolhe a falta como potência interpretativa; que se sabe parte de uma corrente mais longa, cujos elos precisam ser forjados com responsabilidade e generosidade. Que os próximos anos nos permitam aprofundar esse caminho, ampliar o acesso, consolidar parcerias e, acima de tudo, seguir acreditando que um teatro só é verdadeiramente de todos quando sua memória também é compartilhada por todos. Este livro é um passo firme nessa direção. Que venham os próximos.

Andrea Caruso Saturnino

Superintendente Geral do Complexo Theatro Municipal de São Paulo

Acervo em cena:

encontros com a memória
do Complexo Theatro
Municipal de São Paulo



Introdução

Rafael Domingos Oliveira¹

Em 2026, o Theatro Municipal de São Paulo completa 115 anos. Ao longo de mais de um século, o Municipal² não apenas acompanhou, mas também impulsionou transformações urbanas e culturais na cidade de São Paulo: recebeu algumas das mais importantes companhias e artistas líricos do mundo, foi palco de manifestações políticas e culturais de diversas naturezas e, hoje, afirma-se como uma instituição de referência na preservação do patrimônio cultural e na gestão de acervos. Nesse percurso, o Theatro foi – e continua sendo – um espaço de encontro entre artistas e público, entre diferentes linguagens, entre gerações e entre saberes técnicos e artísticos diversos³.

Este livro propõe mais um desses encontros: entre você, leitora e leitor, e o patrimônio documental do Municipal, aqui também denominado, de forma mais direta, simplesmente como acervo. É, também, um livro que apresenta, reflete e celebra os desafios e conquistas no percurso de implantação do Núcleo de Acervo e Pesquisa, que, desde 2021, realiza a gestão integrada e articulada desse patrimônio.

O acervo do Complexo Theatro Municipal de São Paulo (CTMSP) é constituído por conjuntos documentais de grande relevância histórica, de natureza museológica e arquivística, dedicados às artes do espetáculo, com destaque para a música, a ópera e a dança no Brasil e no mundo. Sua importância não se limita à trajetória do Theatro Municipal enquanto instituição centenária. As coleções que o compõem documentam práticas, trajetórias profissionais, processos criativos, políticas culturais e transformações estéticas que atravessam séculos (os documentos mais antigos remontam ao século XVIII) e alcançam o presente. Trata-se, portanto, de um acervo que permite compreender não apenas o Theatro Municipal como instituição, mas também o próprio campo artístico brasileiro em suas múltiplas relações com a cidade, o país e o cenário internacional.

Esse aspecto se expressa de maneira concreta na diversidade de suportes e tipologias sob guarda do CTMSP, que incluem documentação textual, iconográfica, audiovisual, musicográfica, trajes de cena, distribuídos entre o edifício histórico do Theatro Municipal, o Centro de Documentação e Memória (na Praça das Artes) e a Central Técnica de Produções Artísticas

1. Coordenador do Núcleo de Acervo e Pesquisa do Complexo Theatro Municipal de São Paulo. Doutorando em História pela Universidade Federal de São Paulo, com período sanduíche na Universidad de La Habana (Cuba). Foi coordenador do Núcleo de Educação do Museu Afro Brasil. Desenvolve projetos nas áreas de preservação e difusão do patrimônio cultural, sobretudo das Afro-Américas. É autor, dentre outros, do livro “Vozes afro-atlânticas: autobiografias e memórias da escravidão e da liberdade” (Editora Elefante, 2024).

2. Neste livro, se utilizarão diferentes formas de referir-se ao Complexo Theatro Municipal de São Paulo: CTMSP, Theatro Municipal, Theatro ou simplesmente Municipal.

3. O Centro de Referência do Complexo Theatro Municipal de São Paulo é uma iniciativa inovadora no campo das artes operísticas e das instituições culturais. Seu objetivo é ampliar o acesso ao conhecimento produzido pelo Complexo em sua história, contribuindo para responder às demandas contemporâneas relacionadas à produção, preservação e difusão de saberes culturais. Concebido como uma plataforma digital de acesso ao conhecimento, o Centro de Referência reúne, conecta e difunde diferentes processos, técnicas, criações e formações desenvolvidas pelo Theatro ao longo dos anos. Para acessar a plataforma: centrodereferencia.theatromunicipal.org.br.

Chico Giacchieri, no Canindé. Coleções e fundos arquivísticos como os do Ballet IV Centenário, do Balé da Cidade de São Paulo, do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo e acervos pessoais de artistas evidenciam a centralidade do acervo para a história da dança, da música e do teatro no Brasil. Antes, porém, de adentrarmos esse vasto conjunto de registros e vestígios, convidamos a uma breve reflexão sobre o próprio sentido do encontro que este livro propõe.

Lugares de memória como o Theatro Municipal de São Paulo, em razão de sua importância histórica, de sua longevidade, monumentalidade e centralidade na vida cultural brasileira, ocupam um local singular no imaginário social⁴. Por muito tempo, o Municipal foi associado quase exclusivamente a uma ideia de “cultura elevada”, fortemente europeizada e, sobretudo, elitizada. Essa percepção, infelizmente ainda hoje difundida, sustenta o que a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie definiu como “história única”⁵: uma construção discursiva que, ao se reiterar, estreita o campo de visão e reduz a complexidade das experiências que constituem um espaço ou um acontecimento histórico. No caso do Theatro, essa história única privilegiou grandes nomes, temporadas líricas consagradas e uma memória institucional marcada pelo prestígio de suas produções, enquanto outras camadas, sujeitos e trajetórias foram sendo deslocados para as margens da memória.

Esse fenômeno, no entanto, não se limita ao plano simbólico. Ao contrário, produz efeitos concretos na forma pela qual o espaço é percebido e vivido. Não por acaso, ainda hoje é comum ouvir que alguém deixa de frequentar o Theatro por “não ter a roupa adequada”, ou que, por nunca ter assistido a uma ópera, muitas pessoas a imaginam como uma experiência distante, tediosa ou inacessível, associada a classes sociais mais elevadas, supostamente mais “cultas”. Trata-se, portanto, de uma fronteira social que se constrói tanto pelo imaginário quanto pelas práticas sociais concretas. Nos últimos anos, contudo, diversas iniciativas vêm tensionando essa percepção, abrindo fissuras nessa narrativa única e apontando para formas mais amplas, diversas e democráticas de pensar a relação do público com o Theatro.

Desde que a Sustenidos Organização Social de Cultura assumiu a gestão do CTMSP, em 2021, muitos esforços têm sido realizados para ampliar o acesso, pluralizar os públicos e estabelecer novas formas de conexão com a sociedade⁶. Mas como fazê-lo sem abrir mão da

4. Ver, entre outros: BERNARDES, Maria Elena. O estandarte glorioso da cidade: Teatro Municipal de São Paulo (1911-1938). Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004; BRANDÃO, Ignácio de Loyola. Teatro Municipal de São Paulo: grandes momentos. São Paulo: Dorea Books and Art, 1993; CAMARGOS, Marcia. Theatro Municipal de São Paulo – 100 anos: palco e plateia da sociedade paulistana. São Paulo: Dado Macedo Edições, 2011; e COSTA, Richard Santiago. Parnaso paulistano: história, arquitetura e decoração do Teatro Municipal de São Paulo. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

5. ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

6. No Contrato de Gestão N. 02/FTM/2021, celebrado entre a Fundação Theatro Municipal de São Paulo e a Sustenidos Organização Social de Cultura, é possível ver a importância dada à gestão do patrimônio documental. Um dos objetivos estratégicos é valorizar e dar visibilidade ao patrimônio material e imaterial da instituição, em conexão com a história da cidade. A proposta de gestão da Sustenidos envolve um conjunto de estratégias articuladas, como a catalogação, recuperação e exibição de itens do acervo, aliadas à requalificação de seu espaço físico. Soma-se a isso a criação de um website específico para acesso ao acervo, a realização de exposições e o uso de recursos tecnológicos para ampliar a interação do público com o acervo e os equipamentos do Theatro. Para acessar o documento completo: theatromunicipal.org.br. envolve um conjunto de estratégias articuladas, como a catalogação,

tradição de excelência de uma das mais importantes casas operísticas das Américas? Nem sempre isso implica criar algo inteiramente novo: muitas vezes, um gesto fundamental consiste em revisitar o passado e recuperar experiências que, por diferentes razões, se tornaram difusas.

A gestão de Mário de Andrade à frente do Departamento de Cultura de São Paulo, nos anos 1930, constitui um exemplo emblemático. Em diálogo com os ideais modernistas e com uma concepção ampliada de cultura, Mário buscou romper com a lógica restritiva que vinculava o Theatro a circuitos elitizados, promovendo sua abertura a novos públicos e repertórios⁷. Nesse contexto, iniciativas como a criação do Quarteto de Cordas e do Coral Paulistano foram decisivas não apenas por ampliar a oferta artística, mas por instituírem uma política cultural voltada à formação, à difusão e à valorização de expressões diversas, incluindo as de matriz brasileira. Ao articular excelência artística e compromisso público, sua gestão contribuiu para reposicionar o Theatro como um espaço mais permeável, dinâmico e socialmente engajado.

Ao longo das décadas seguintes, essa experiência fundacional foi retomada sob novas bases. Em diferentes gestões da cidade o tema teve papel central, como no final dos anos 1980 e início dos 1990, em que se aprofundou o compromisso com a democratização do acesso e a ampliação do sentido público da cultura em São Paulo, com impactos diretos sobre o Theatro Municipal⁸. Orientada por uma concepção de cultura como direito, e não como privilégio, esse momento buscou tensionar, mais uma vez, uma certa tradição elitizada da instituição, incentivando políticas de acesso, diversificação de públicos e reconfiguração das práticas institucionais. Mais do que ampliar a programação, tratava-se de reposicionar o Municipal no interior de uma política cultural voltada à cidadania, articulando-o a uma rede mais ampla de equipamentos culturais.

A criação da Praça das Artes, em 2012, e a institucionalização da ideia de um “complexo cultural” são outro exemplo desse esforço de décadas. A articulação entre as escolas de dança e música, a sede dos corpos artísticos, o Centro de Documentação e Memória e a disponibilização de espaços expositivos, vinculados ao Theatro Municipal, reafirmam o sentido multivocado da instituição, construído por muitos anos de experiências e desafios acumulados.

recuperação e exibição de itens do acervo, aliadas à requalificação de seu espaço físico. Soma-se a isso a criação de um website específico para acesso ao acervo, a realização de exposições e o uso de recursos tecnológicos para ampliar a interação do público com o acervo e os equipamentos do Theatro. Para acessar o documento completo: theatromunicipal.org.br.

7. Sobre a gestão Mário de Andrade no Departamento de Cultura, ver, entre outros: ALVES, Luiz Roberto. *Administrar via cultura: revolução educativo-cultural na ex-paulicéia desvairada (1935-1938)*. São Paulo: Alameda Editorial, 2022 e CALIL, Carlos Augusto; PENTEADO, Flávio Rodrigo (orgs.). *Me esqueci completamente de mim, sou um departamento de cultura*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2015.

8. Sobre o assunto, ver CHAUI, Marilena. “Teatro Municipal de São Paulo, 80 anos: da exclusão à cidadania”. In PEREIRA, Marinê (org.). *Cidadania cultural: política cultural e cultura política novas*. Escritos de Marilena Chauí, v. 7. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2024, pp. 112-114.

Dessa forma, percebe-se que as discussões sobre diversificação e ampliação de público, embora fortemente conectadas às questões contemporâneas, atravessam toda a história do Theatro Municipal e das políticas culturais na cidade de São Paulo. Parte significativa dessa trajetória pode ser conhecida por meio do acervo do CTMSP, que registra, em diferentes suportes documentais, as transformações vividas pela instituição ao longo do tempo.

Mais do que isso, a própria ideia de preservar um acervo está profundamente vinculada a essa perspectiva de democratização do acesso, na medida em que o patrimônio documental de uma instituição constitui também parte de sua identidade. Entende-se por patrimônio documental o conjunto de registros produzidos ou colecionados ao longo da trajetória de uma instituição – documentos textuais, iconográficos, sonoros, audiovisuais, tridimensionais – que testemunham suas práticas, memórias e relações com a sociedade⁹. No caso de instituições como o Theatro Municipal de São Paulo, cuidar desse patrimônio é fundamental não apenas para preservar sua história, mas também para possibilitar leituras críticas e garantir o acesso público a essas memórias. Trata-se de um trabalho contínuo, que envolve políticas de gestão, conservação, catalogação e difusão, articuladas a uma compreensão do acervo como bem coletivo.

Em grande parte das instituições culturais, esse processo enfrenta desafios significativos, como a limitação de recursos, a necessidade de formação técnica especializada, a diversidade e complexidade dos suportes documentais e, sobretudo, a urgência de superar visões restritivas que limitam o próprio entendimento do que deve ser preservado. Desde 2021, com a criação da Gerência de Formação, Acervo e Memória – que promoveu a implementação do Núcleo de Acervo e Pesquisa (NAP) –, parte considerável desses desafios vem sendo superada de forma sistemática. Trata-se de uma escolha institucional que valoriza o patrimônio do Theatro, sua história e sua relevância para a construção de um espaço mais aberto e acessível. Uma escolha com muitos desafios: no início desse processo, em junho de 2021, o acervo encontrava-se em situação de elevada fragilidade estrutural e conceitual. Não havia, até então, uma Política de Gestão do Acervo formalizada, nem instrumentos normativos consolidados que orientassem o tratamento técnico, a preservação e o acesso às coleções. Parte significativa dos conjuntos documentais não estava mensurada, inventariada ou descrita de forma padronizada, o que comprometia tanto o controle institucional quanto a preservação a longo prazo. Do ponto de vista material, eram evidentes os problemas de guarda inadequada, a ausência de controle ambiental sistemático, a insuficiência de mobiliário técnico e a precariedade das embalagens. Em muitos casos, documentos e objetos encontravam-se dispersos, com informações fragmentadas ou armazenados em bases de dados descontinuadas, o que dificultava a recuperação das informações e punha em risco a integridade física e intelectual do acervo.

Além disso, percebeu-se que o acervo ocupava uma posição secundária na estrutura decisória da instituição, sendo associado a um passivo administrativo, e não a um ativo estratégico. A inexistência de fluxos claros, de equipes dedicadas e de metas institucionais

9. Uma reflexão sobre a natureza, a importância e os desafios para gestão de patrimônios documentais se encontram em CAMARGO, Ana Maria e GOULART, Silvana. Centros de Memória: uma proposta de definição. São Paulo: Edições Sesc, 2014

vinculadas à gestão de acervos tornava o trabalho dependente de iniciativas pontuais, deixando-o vulnerável à descontinuidade. Esse cenário exigia não apenas ações emergenciais, mas uma reestruturação profunda, baseada em diagnóstico técnico, planejamento de médio e longo prazos e compromisso institucional continuado. Para isso, buscamos desenvolver uma série de ações com o intuito de preservar e tornar esse patrimônio mais acessível.

Uma das primeiras realizações estruturantes foi a mensuração e o mapeamento do acervo, etapa fundamental para a construção de qualquer política de preservação responsável. Com base nesse diagnóstico inicial, o NAP realizou importantes ações preliminares de controle informacional, que possibilitaram o início do Inventário Geral do acervo do CTMSP, alcançando, no final de 2025, cerca de 42 mil registros referentes ao Centro de Documentação e Memória. Esse processo tem permitido transformar um conjunto de informações fragmentadas e pouco conhecidas em um acervo progressivamente controlado, inteligível e acessível.

No campo da gestão da informação, destaca-se a aquisição, implantação e consolidação do sistema In patrimonium (Sistemas do Futuro), que passou a concentrar e qualificar os dados técnicos das coleções. O NAP promoveu a exportação de dados de bases descontinuadas, a padronização dos registros e a revisão sistemática das informações, além da criação e atualização do vocabulário controlado e de classificações hierárquicas específicas para teatro, música e dança.

No âmbito da conservação e da guarda, o NAP implementou uma política contínua de conservação preventiva, com ações de higienização, acondicionamento adequado, reorganização das reservas técnicas e implantação de controle ambiental. Foram criados espaços mais adequados para as atividades de documentação e conservação, além da elaboração de manuais técnicos e diretrizes institucionais para preservação. Projetos de tratamento e conservação preventiva de coleções emblemáticas – como os figurinos do Ballet IV Centenário, o acervo Penha Pietra's e o acervo bibliográfico do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo – exemplificam o impacto concreto dessas iniciativas.

A valorização e a difusão do acervo constituíram outro eixo central das realizações do Núcleo. A criação da coleção editorial Índice de Fontes, atualmente com quatro volumes publicados, tornou visíveis conjuntos documentais até então pouco acessíveis, abordando temas como a Semana de 22, o Ballet IV Centenário, a presença negra no Theatro Municipal e trajetórias de mulheres instrumentistas e cantoras líricas. Paralelamente, projetos como o Por Dentro do Acervo, a produção de textos de memória para programas de sala, o empréstimo qualificado de itens para exposições e a criação de dossiês documentais da programação artística reforçaram a presença do acervo na vida cultural do CTMSP.

Dessa forma, o acesso público foi significativamente ampliado, o que se aprofundou ainda mais com a criação e o desenvolvimento do Portal do Acervo, lançado em 2022 e hoje parte do Centro de Referência. O Portal disponibiliza mais de 7 mil itens em centenas de fichas catalográficas, além de conteúdos biográficos. A qualificação desse acesso foi acompanhada por encontros com grupos focais, rodas de conversa e atendimentos especializados a pesquisadores – acadêmicos, grupos de estudantes, professores, artistas, famílias e demais interessados.

Outro aspecto fundamental foi a institucionalização das práticas de gestão do acervo. O NAP elaborou a Política de Gestão do Acervo do CTMSP, produziu subsídios técnicos para o Plano de Gestão Documental e para a Política Arquivística da instituição, e desenvolveu manuais normativos que estruturam fluxos, responsabilidades e critérios técnicos. Esse conjunto de instrumentos transformou práticas antes dispersas em políticas internas, reduzindo a dependência de iniciativas individuais e fortalecendo a governança institucional.

O Núcleo estruturou linhas de pesquisa próprias, participou do Programa Jovens Criadores, Pesquisadores e Monitores e elaborou a primeira versão do Programa de Pesquisa, articulando orientação acadêmica, produção intelectual e difusão de conhecimento a diferentes públicos. Eventos periódicos como o Encontro com o Acervo, parcerias institucionais – como a realizada com a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), entre outras –, e a participação constante em seminários nacionais e internacionais evidenciam o reconhecimento externo e a maturidade institucional alcançada.

Essas mudanças representam uma inflexão importante: o acervo deixou de ser visto apenas como um conjunto de objetos preservados e passou a ser compreendido como uma coleção institucional, passível de tratamento técnico continuado e inserção em políticas culturais mais amplas.

Foi justamente com base nesse trabalho que outros olhares passaram a tensionar a “história única” muitas vezes repetida sobre o Theatro. Em 2022, para compartilhar uma entre várias experiências, durante a elaboração de um dos volumes da nossa coleção Índice de Fontes – um de nossos instrumentos de pesquisa –, chamou nossa atenção um traje de cena da ópera Aida, de 1951¹⁰. À primeira vista, tratava-se de mais um item entre tantos sobre uma das mais memoráveis montagens da obra de Verdi no Municipal. No entanto, ao ser investigado, revelou indícios de práticas históricas muito mais amplas do que o próprio espetáculo. O traje – uma túnica com padrões geométricos em amarelo sobre vermelho – trazia uma etiqueta sucinta: “criados negros – figuração”. Aos poucos, por meio do cruzamento de programas de espetáculo, registros da temporada lírica, críticas de imprensa e estudos historiográficos, esse objeto passou a ser compreendido como um vestígio poderoso de como se davam montagens operísticas na São Paulo dos anos 1950. Enquanto os grandes solistas eram amplamente registrados, os figurantes permaneciam muitas vezes ausentes da documentação oficial. Indícios encontrados em depoimentos e estudos sobre trabalhadores urbanos paulistanos nesse período sugerem que muitos desses homens, em grande maioria negros e jovens, eram recrutados informalmente pelo Theatro Municipal para compor, como figurantes, cenas como as de Aida. O traje, assim, deixou de ser apenas um figurino para se tornar evidência material de práticas marcadas por hierarquias raciais e pela invisibilização de sujeitos fundamentais para a cena.

10. LAZARIM, Anita e OLIVEIRA, Rafael Domingos (orgs.). Índice de Fontes: a presença negra no acervo do Theatro Municipal de São Paulo. São Paulo: Sustenidos Organização de Cultura, 2022.

Nesse processo de recomposição – entre fragmentos dispersos, vozes recuperadas e objetos preservados –, o trabalho do NAP revelou uma presença até então pouco reconhecida na história do Theatro. Preservar, nesse caso, não é apenas conservar, mas restituir: devolver densidade histórica ao que foi reduzido à condição de simples objeto, demonstrando que nenhum vestígio é neutro quando se trata de memória.

É nesse ponto que o trabalho com o acervo revela sua dimensão mais transformadora. Ao tratar, identificar e contextualizar documentos como esse, o Núcleo de Acervo e Pesquisa amplia o campo da memória institucional e contribui para pluralizar a história do Theatro Municipal, demonstrando como muitos e variados sujeitos se relacionaram com a casa ao longo do tempo. Ao trazer essas histórias à tona, o acervo deixa de ser um repositório estático e se torna instrumento de democratização: um meio pelo qual o passado se abre a novas leituras, mais complexas e inclusivas.

Este livro é, como afirmamos no início, um encontro com o Theatro por meio de seu patrimônio documental. Resulta de um esforço coletivo voltado a compartilhar o acervo do CTMSP, suas coleções, a história de sua constituição e as múltiplas experiências que possibilitaram sua preservação até o presente. Todos os capítulos foram escritos por integrantes da equipe do NAP, protagonistas diretos das experiências aqui relatadas, o que confere ao livro não apenas um caráter analítico, mas também testemunhal, ancorado na prática cotidiana da gestão do acervo.

A estrutura do livro organiza-se em dois grandes eixos – História e Memória e Experiências – que, em diálogo, oferecem ao leitor um panorama abrangente sobre a constituição, o tratamento e as potencialidades do acervo do Complexo Theatro Municipal de São Paulo. A primeira parte, História e Memória, reúne textos que situam historicamente a instituição e refletem sobre os fundamentos conceituais que sustentam a noção de patrimônio documental, destacando sua importância para a preservação da memória cultural. No Capítulo 1, “Fragmentos da história do Theatro Municipal de São Paulo”, Anita de Souza Lazarim, pesquisadora responsável pela implementação da área de Pesquisa do NAP, apresenta um percurso histórico que, sem pretensão de totalidade, evidencia momentos, processos e inflexões decisivas para compreender o contexto social, político e cultural que levou à construção e inauguração do Theatro, concebido desde sua origem como um marco urbano e simbólico, destinado a ocupar posição central na vida cultural da cidade.

Em seguida, no Capítulo 2, “Formação, acervo e memória”, a gerente Ana Lucia Lopes desenvolve uma reflexão que articula as dimensões da formação, da produção de memória e da constituição de acervos, evidenciando como essas esferas se entrelaçam na construção de políticas culturais e na definição dos sentidos atribuídos ao patrimônio. Ao discutir a formação de públicos, de profissionais e de práticas institucionais, o capítulo amplia o entendimento do acervo para além de sua dimensão material, situando-o como parte de processos mais amplos de mediação cultural.

O Capítulo 3, “O acervo do Complexo Theatro Municipal de São Paulo”, do arquivista Rafael de Araújo Oliveira, apresenta de maneira sistemática as coleções que compõem o acervo do CTMSP, seus diferentes tipos documentais, suas balizas temporais e suas especificidades,

aprofundando a compreensão sobre sua diversidade e sobre os desafios envolvidos em sua organização, preservação e acesso. Já o Capítulo 4, “Conservatório Dramático e Musical: patrimônio cultural paulista”, também de Rafael de Araújo Oliveira, amplia o escopo da discussão ao abordar a relevância histórica e patrimonial do Conservatório Dramático e Musical, instituição cuja trajetória está profundamente entrelaçada à do Theatro Municipal e cujo acervo, atualmente sob guarda do Centro de Documentação e Memória, constitui um conjunto fundamental para a compreensão da formação artística em São Paulo.

A segunda parte, intitulada Experiências, volta-se às práticas concretas de gestão, preservação, pesquisa e difusão do acervo realizadas nos últimos cinco anos, na gestão Sustentados, evidenciando o trabalho técnico e cotidiano que sustenta sua existência como um patrimônio vivo. No Capítulo 5, “Uma história do Museu do Theatro Municipal de São Paulo”, a assistente de pesquisa Mariana Brito Santana, reconstrói a trajetória do Museu do Theatro Municipal de São Paulo, primeira iniciativa sistemática de preservação da memória do Municipal, analisando suas diferentes configurações institucionais, suas funções ao longo do tempo e os desafios enfrentados para sua consolidação. No Capítulo 6, “Experiências de conservação e preservação do acervo”, a conservadora do NAP, Shirley Silva, apresenta as metodologias, as técnicas e os protocolos desenvolvidos no campo da conservação preventiva e da gestão de riscos, evidenciando a complexidade dos suportes documentais e a necessidade de intervenções especializadas para sua salvaguarda. O Capítulo 7, “Documentar o espetáculo: abordagem contextual no acervo do CTMSP”, da documentalista do NAP, Andreia Francisco dos Reis, recupera as experiências de implantação da área de Documentação e propõe uma reflexão sobre os modos de registrar, organizar e interpretar os espetáculos que tiveram lugar no Theatro Municipal, enfatizando a importância de abordagens que articulem documento, contexto e processo artístico. Por fim, no Capítulo 8, “A dupla face da pesquisa: qualificação e difusão do acervo”, o atual pesquisador do NAP, Bruno Bortoloto do Carmo, analisa o papel da pesquisa como eixo estruturante tanto para o aprofundamento do conhecimento sobre o acervo — essencial para sua gestão — quanto para sua projeção pública, destacando sua função na produção de conhecimento e na democratização do acesso.

Ao final do livro, uma seção reúne os nomes de todas as pessoas que, durante esses cinco anos, contribuíram para a construção do Núcleo de Acervo e Pesquisa e, de maneira mais ampla, para a preservação da memória do Theatro Municipal. Trata-se de uma homenagem às trabalhadoras e aos trabalhadores da memória — pessoas comprometidas com um ofício que exige rigor técnico, sensibilidade histórica e dedicação contínua. Na seção “Acesso”, são apresentados os modos de consulta ao acervo, os procedimentos para solicitação de empréstimos e as formas de acesso aos conteúdos produzidos pela equipe, reafirmando o compromisso com a ampliação do acesso público e com a transparência das ações desenvolvidas. A continuidade desse trabalho exige não apenas vontade institucional, mas a consolidação de práticas técnicas consistentes, baseadas em planejamento, formação continuada, investimento em infraestrutura e atualização metodológica permanente. A preservação do patrimônio documental é, por definição, um processo de longa duração, que demanda estabilidade, critérios e responsabilidade compartilhada. Nesse sentido, mais do que registrar um ciclo, este livro projeta um horizonte: o de um acervo cada vez mais estruturado,

acessível e integrado às dinâmicas culturais contemporâneas. Garantir sua continuidade é assegurar que a memória do Theatro Municipal permaneça viva, em constante reelaboração, aberta a novos olhares e capaz de dialogar, de forma crítica e qualificada, com as gerações presentes e futuras.

01

Fragmentos da história
do Theatro Municipal
de São Paulo



Antes do Municipal: um panorama sobre os primeiros palcos de São Paulo

Em 12 de setembro de 2026, o Theatro Municipal de São Paulo completará 115 anos de óperas, balés, concertos, peças teatrais, shows e diversas outras linguagens artísticas que se apresentaram em seu palco. Antes de abordar essa trajetória centenária, convém pontuar que o Theatro Municipal não é o primeiro teatro de ópera da cidade, muito menos fruto da ausência de outras casas teatrais. Pelo contrário, havia uma considerável efervescência teatral no início do século XX, com muitos teatros concentrados nos arredores do edifício do Theatro Municipal, bem como em outras regiões da cidade.

Segundo Beatriz Mugayar Kühl, as primeiras representações teatrais em São Paulo tiveram origem com jesuítas, que apresentavam cenas religiosas ao ar livre ou em tabladros suspensos. Essas representações, além de funcionar como um instrumento de catequização, visavam combater adversários da f  cat lica².

Em meados do século XVIII,   inaugurado o primeiro edifício regular para apresenta es teatrais, a Casa da  pera (1763), localizada entre o Largo do Rosário e o de São Bento, próximo da Casa de Fundi o dos Reais Quintos, no centro vital da cidade³, e o Teatro de  pera (1795), no Pátio do Col gio⁴. Mais de meio século depois, em 1828, a funda o da Academia de Direito⁵ contribuiu para a melhoria das apresenta es teatrais, transformando-se em um centro aglutinador da intelectualidade brasileira, formando tanto público quanto artistas de teatro.

Após décadas de atividades, em meados de 1832 a Casa da  pera estava em ruínas, segundo relatório do governo que assinalava o seu péssimo estado⁶. Todavia, mesmo com graves problemas estruturais, a Casa da  pera funcionou até 1864, quando o governo determinou sua demoli o. Outro teatro que atuou nesse período, entre 1860 e 1870, foi o Teatro Bata ira. "Situava-se na Rua da Cruz Preta, n  10 (atual Quintino Bocaiúva). A plateia era em uma

1. Anita de Souza Lazarim   graduada em História pela Unicamp e mestre em História pela Unifesp. Atuou como educadora em escolas, institui es culturais e em museus. Foi arte-educadora no Núcleo de Educa o do Museu Afro Brasil Emanoel Araújo, assistente de cursos e palestras na Casa Museu Ema Klabin, professora em cursinhos populares e professora assistente de história da Escola M bile Integral. Foi co-curadora da exposi o ilustraDELAS em 2020, 2024 e 2025, no Pátio Metrô São Bento, com itinerância ilustraDELAS circula no Sesc Barra Mansa (RJ) em 2025. Foi pesquisadora do Núcleo de Acervo e Pesquisa do Theatro Municipal de São Paulo, organizando exposi es e publica es da série  ndice de fontes: Vestígios da Semana de 22 no acervo, A presença negra no acervo e o Ballet do IV centenário no acervo do Theatro Municipal. Atualmente   servidora da USP, no Serviço de Rela es Internacionais da Escola Pol cnica.

2. KÜHL, Beatriz Mugayar. Edifica es teatrais na cidade de São Paulo: contribui o para o estudo da evolu o da edifica o teatral na cidade de São Paulo. Trabalho de conclusão de curso (Gradua o em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU-USP 1987, p. 10.

3. Idem, p. 12.

4. COSTA, Richard Santiago. Parnaso paulistano: história, arquitetura e decora o do Theatro Municipal de São Paulo. Tese (Doutorado em História), IFCH-UNICAMP, Campinas, 2017, p. 49.

5. KÜHL, Beatriz Mugayar. Edifica es teatrais na cidade de São Paulo: contribui o para o estudo da evolu o da edifica o teatral na cidade de São Paulo. Trabalho de conclusão de curso (Gradua o em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU-USP 1987, p. 17.

6. Idem, p. 18.

única ordem de tribunas e não comportava mais que duzentos espectadores, quase sempre estudantes da Academia de Direito⁷.”

Em 1892, começaram as atividades do Teatro Polytheama, localizado na ladeira São João, “cujo palco também se revezaria entre os gêneros musicados, variedades e café-concerto. Tendo funcionado até 1914, o Polytheama foi uma das casas mais representativas da Belle Époque”⁸. Teve inicialmente uma lotação de 3 mil pessoas, numa construção de formato circular em madeira e zinco, com o chão de terra batida. Passou por sucessivas reformas até ser destruído por um incêndio.

Entre 1864 e 1898, o Teatro São José funcionava no local que correspondia à atual Praça João Mendes (antigo Pátio de São Gonçalo). Após o incêndio que destruiu o edifício, foi construído outro Teatro São José, inaugurado em 1909, na esquina da Xavier de Toledo com o Viaduto do Chá. O São José funcionou até 1924 – foi demolido para dar lugar ao Edifício Alexandre Mackenzie (conhecido como prédio da Light). Atualmente, neste local fica o Shopping Center Light, em frente à fachada principal do Theatro Municipal de São Paulo.

Em 1873, foi inaugurada outra casa de espetáculos: o Teatro Provisório. Situava-se na Rua da Boa Vista. Segundo Denise Sella Fonseca, o Teatro São José e o Teatro Provisório desempenharam importante papel na entrada e consolidação da música nos palcos paulistas ao abrigar, até o fim do século XIX, a maior parte das companhias mais importantes que visitavam a cidade. Sobre o Teatro Provisório, Beatriz Kühl sintetiza uma parte de sua trajetória:

Em 1879 o Provisório passou a chamar-se Teatro Ginásio Dramático. Em 1883 muda novamente de nome para Teatro Variedades Paulistanas, mas as companhias e os atores que se apresentavam ali passavam ao (Theatro) São José nas temporadas seguintes. Em 1884 a Companhia de Teatros Paulistas adquire o teatro e este passa a se chamar Teatro Minerva, continuando a ser pouco frequentado, chegando ao seu fim em 1894. Permaneceu fechado para novas reformas e reabre como Teatro Apolo em 1895. Com a reforma, o Teatro Apolo foi dotado de requisitos próprios a uma casa de espetáculos de verão: largo vestibulo com vistosos arbustos, plateia aberta, boas pinturas, grande bar e excelente sistema de ventilação. A Caixa foi reconstruída, ficando melhor do que a do São José. O palco passou a medir 14 metros de largura por 20 de fundo, ao qual seguiam 30 confortáveis camarins e dois pavimentos com janelas para os lados do prédio. No entanto, essas melhorias não foram suficientes, em 1898 foi comprado por Antonio Alvares Penteado, sendo demolido para que em seu lugar fosse construída uma moderna casa de espetáculos, o Teatro Santana⁹.

O Teatro Santana possuía instalações confortáveis, fachada neoclássica e luz elétrica¹⁰, modernidade estratégica para atrair frequentadores mais exigentes. Construído no terreno vago pela demolição do Teatro Provisório, foi inaugurado em 26 de maio de 1900, atraindo grande

7. Idem, p. 23.

8. FONSECA, Denise Sella. Uma colcha de retalhos: a música em cena em São Paulo entre o final do século XIX e XX. Dissertação (Mestrado em História), USP, São Paulo, 2014, p. 29.

9. Idem, p. 26.

10. Muito se afirmou que o Theatro Municipal de São Paulo foi o primeiro edifício com luz elétrica de São Paulo, mas o estudo da trajetória do Teatro Santana demonstra o contrário: houve outro teatro com luz elétrica em 1900, 11 anos antes da inauguração do Municipal.

público de famílias que enchiam os camarotes curiosas para assistir à experiência com luz elétrica¹¹.

Para além do centro econômico e comercial da cidade, pequenas salas de teatro surgiram progressivamente no centro e em outras regiões da cidade, muitas delas ligadas a sociedades recreativas, assistencialistas e clubes operários. O Teatro Colombo, por exemplo, localizado no Largo da Concórdia, no Brás, inaugurado em 1908, oferecia ingressos com preços acessíveis à população do bairro, predominantemente operária. Além de centro de lazer, espaço de sociabilidade, o Teatro Colombo foi também espaço de manifestações de trabalhadores e grupos de tendência anarquista.

Essa atmosfera vívida das casas teatrais é um reflexo da sociabilidade e da situação econômica da região. Na virada do século XIX e com a chegada do XX, São Paulo foi enriquecendo com o ciclo do café e diversos fluxos migratórios. Esse movimento registrado nos censos demográficos do IBGE revela parte desse processo: em 1872¹², São Paulo somava 31.385 habitantes; em 1890, esse número cresceu para 64.934; já em 1910, a cifra subiu para 375 mil e, em 1920¹³, para 579 mil. Trata-se de um crescimento deveras acelerado em São Paulo, com destaque sobre o grupo dos imigrantes, sobretudo de ascendência italiana. Chegando ao país pelo Porto de Santos rumo às lavouras de café do interior do estado, mais de 144 mil italianos passaram pela cidade entre 1880 e 1889. Segundo Michael Hall¹⁴, foram 430 mil italianos na década seguinte. Também libaneses, sírios, espanhóis e portugueses chegaram em grandes grupos a São Paulo, fora os expressivos contingentes de japoneses, árabes e judeus.

No entanto, o vertiginoso crescimento demográfico em São Paulo não dependeu apenas de grupos de imigrantes. O ciclo do café teve como base o trabalho escravizado. Com a proibição do tráfico de africanos em 1850, o comércio interprovincial de pessoas escravizadas¹⁵ colaborou para um enorme fluxo de migração interna, advinda de diversas partes do Brasil. Segundo Robert Slenes¹⁶, o número aproximado de cativos transferidos no comércio interprovincial é calculado em 222.500 entre 1850 e 1881, com grande trânsito de pessoas entre regiões como Nordeste e Sudeste.

O aumento populacional, o incremento da economia local na cultura cafeeira, comércio e início da indústria catalisaram as transformações urbanas ocorridas em São Paulo a partir do final do século XIX que, por sua vez, vieram acompanhadas do florescimento de novas

11. FONSECA, Denise Sella. Uma colcha de retalhos: a música em cena em São Paulo entre o final do século XIX e XX. Dissertação (Mestrado em História), USP, São Paulo, 2014, p. 30.

12. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Ver também: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1287#/n6/3550308/v/591/p/all/1/v,p,t/resultado>. Acesso em: 4 set. 2023.

13. Ver mais em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=720> e <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6463.pdf>. Acesso em: 4 set. 2023.

14. HALL, Michael. Imigrantes na cidade de São Paulo. In: PORTA, Paula (org). História da cidade de São Paulo: a primeira cidade do século XX. v. 3. Paz e Terra, 2004, p. 124.

15. Para saber mais, ver OLIVEIRA, Joice Fernanda de Souza. Atando e desatando nós: negociantes e cativos no comércio interno de escravizados (1850-1888). Tese (Doutorado em História), IFCH–Unicamp, Campinas, 2019.

16. SLENES, Robert W. The Brazilian internal slave trade, 1850-1888: regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market. In The chattel principle: internal slave trade in the Americas. New Haven: Yale University Press, 2004, p. 331.

modalidades de entretenimento, com destaque para o teatro musicado. Outra variável econômica que contribuiu para o crescimento das apresentações teatrais em São Paulo foi o sistema de transportes ferroviário. A ligação de São Paulo com a corte (Rio de Janeiro) por estrada de ferro, em 1877, estimulou não só a vinda de companhias líricas e teatrais formadas no Rio de Janeiro, como também de companhias estrangeiras de grande porte e prestígio. Esses fatores contribuíram para o crescimento do gênero operístico em São Paulo, bem como para a diversificação das atividades de lazer.

Novas modalidades de entretenimento e alguns gêneros teatrais

Para compreender um pouco da atmosfera artística dos teatros em São Paulo na virada do século XIX para o XX, convém pontuar – ainda que brevemente – que os espetáculos teatrais em São Paulo envolviam diversas expressões do teatro dramático, o teatro musical (lírico e popular), teatro de revista, zarzuelas, operetas e outros. Neyde Veneziano definiu o teatro de revista como “veículo importantíssimo e em determinado tempo imprescindível e decisivo para a divulgação de uma autêntica música popular brasileira”¹⁷. Para Denise Sella Fonseca¹⁸, a zarzuela¹⁹ foi um dos primeiros gêneros musicados encenados em São Paulo, sendo que as menções mais antigas remetem a 1874. Por volta de 1875, as operetas começam a ser representadas em São Paulo. O gênero se desenvolveu a partir do século XVIII, evoluindo junto com o vaudeville e a revista até a segunda metade dos oitocentos. As operetas tematizavam o amor, numa mistura de comédia, melodrama e elementos do humor próprios da época.

Denise Sella Fonseca²⁰ afirma que o teatro musicado paulistano recebeu influências advindas do trânsito de companhias italianas e cariocas. Contudo, a pesquisadora destaca algumas especificidades do teatro musicado de São Paulo como a presença de tipos peculiares e seus sotaques, inspirados na presença italiana e caipira. A autora afirma que a comunidade de imigrantes italianos no palco e na plateia foi um diferencial do teatro musicado paulistano daquele que era produzido e encenado no Rio de Janeiro.

Segundo a pesquisadora Virgínia Bessa, os estudiosos da música brasileira identificam o “teatro musicado como um dos principais meios de divulgação da canção popular no período anterior à consolidação da indústria fonográfica e do rádio no Brasil”²¹. Bessa cita José

17. VENEZIANO, Neyde APUD BESSA, Virgínia. A cena musical paulistana: teatro musicado e canção popular na cidade de São Paulo (1914-1934). Tese (Doutorado em História), USP, 2012, p. 14.

18. FONSECA, Denise Sella. Uma colcha de retalhos: a música em cena em São Paulo entre o final do século XIX e XX. Dissertação (Mestrado em História), USP, São Paulo, 2014, p. 44.

19. Segundo Denise Fonseca, na mesma obra (p. 38), zarzuela é uma forma característica do teatro lírico espanhol e possui várias semelhanças com a opereta e a ópera-cômica, bem como com o teatro de revista. A história do gênero remonta à primeira metade do XIX, quando surge na Espanha como uma forma de reação nacionalista ao domínio da ópera italiana. Intercalam-se diálogos falados, partes instrumentais e números musicais repletos de particularidades nacionais.

20. FONSECA, Denise Sella. Uma colcha de retalhos: a música em cena em São Paulo entre o final do século XIX e XX. Dissertação (Mestrado em História), USP, São Paulo, 2014, p. 12.

21. BESSA, Virgínia. A cena musical paulistana: teatro musicado e canção popular na cidade de São Paulo (1914-1934). Tese (Doutorado em História), USP, 2012, p. 13.

Ramos Tinhorão para explicar que a transformação da música popular em mercadoria, nos moldes de comercialização de partituras para piano, ocorreu a partir da década de 1880 com a “popularização do chamado teatro de variedades – denominação genérica sob a qual reunia diferentes gêneros musicados, tais como operetas e óperas-cômicas, burletas e revistas, os quais viviam em grande parte da música”²². Nesse sentido, Bessa afirma:

*A história da atividade teatral musicada na cidade de São Paulo, em sua vertente popular, permanece ignorada no meio acadêmico. Tudo indica que boa parte das canções identificadas como paulistas ou paulistanas, em especial o gênero caipira, teve nos palcos um importante espaço não só de divulgação, mas também de gestação, adquirindo ali parte de suas feições modernas, com as quais seria, futuramente, divulgada no disco e no rádio*²³.

Este breve preâmbulo sobre diferentes gêneros teatrais do início do século XX em São Paulo revelou parte da complexidade do tema, bem como a necessidade de pesquisas em acervos musicais e teatrais para ampliar as análises. Nos estudos, uma parte importante dessa história está presente no acervo do Complexo Theatro Municipal de São Paulo.

O teatro como monumento

Apesar da importante atuação dos outros teatros apresentados na seção anterior, foi o Theatro Municipal que abriu novos horizontes para as atividades operísticas em São Paulo. Foi em seu palco que a arte lírica tomou grandes proporções, apresentando centenas de artistas líricos brasileiros e estrangeiros. Como vimos, o Municipal não foi o primeiro teatro da capital, porém, segundo Richard Costa, o Theatro Municipal foi elevado à condição de teatro monumental “pensado e erguido com o intuito de demarcar uma nova era para o povo paulista”²⁴, que almejava tornar-se a dianteira do país. Um teatro monumental, centro de lazer e da vida urbana considerada elegante, era elemento prioritário de emancipação e projeção de São Paulo no cenário nacional e internacional. Além de tornar-se um cartão-postal da cidade, o Theatro Municipal representava um dos pilares de uma gestão modernizadora que não queria ficar para trás na sequência de construções de teatros grandiosos em outras regiões do país.

A pesquisa de Julio Lucchesi Moraes²⁵ apontou que, entre 1880 e 1920, 27 cidades da América Latina inauguraram ou reformaram casas de espetáculo de porte semelhante aos teatros municipais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Se adicionarmos à contagem cidades de países europeus e da América do Norte, a lista aumenta mais. O fato é que, longe de figurar como um evento específico na trajetória cultural ou política desta ou daquela cidade, a inauguração de grandes salas de espetáculo, em moldes monumentais, figurou como uma tendência global do período.

22. Idem, p. 13.

23. Idem, p. 12.

24. COSTA, Richard Santiago. Parnaso paulistano: história, arquitetura e decoração do Theatro Municipal de São Paulo. Tese (Doutorado em História), IFCH–Unicamp, Campinas, 2017, p. 46.

25. MORAES, Julio Lucchesi. Sociedades culturais, sociedades anônimas: distinção e massificação na economia da cultura brasileira (Rio de Janeiro e São Paulo, 1890-1922). Tese (Doutorado em História), USP, São Paulo, 2014, p. 165.

No Brasil, a construção de grandes casas operísticas como o Theatro da Paz em 1878, em Belém, o Teatro Amazonas em 1896, em Manaus, o Theatro Municipal do Rio de Janeiro, de 1909, entre outros, foi resultado da acumulação dos excedentes de capital das lavouras e do setor extrativista dos ciclos da borracha, na região Norte do país, e do café no Sudeste. Abaixo algumas imagens:

Teatro Amazonas. George Huebner/Acervo Instituto Moreira Salles, *Panorama de Manaus, com destaque para o Teatro Amazonas, ca. 1900.*

Disponível em:

<https://acervos.ims.com.br/index.php/Detail/objects/748361>.



Theatro Amazonas.



Cartão-postal do Teatro Amazonas. Huebner & Amaral; Photographia Allemã (Firma)/Acervo Instituto Moreira Salles, Manaus, AM: Huebner & Amaral, [1909?], cartão-postal.

Disponível em:

https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1462486/icon1462486.jpg



Theatro Municipal do Rio de Janeiro. Marc Ferrez/Coleção Gilberto Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles, *Theatro Municipal, Cinelândia, Centro, ca. 1910.*

Disponível em:

<https://acervos.ims.com.br/index.php/Detail/objects/188144>

A construção do Theatro Municipal na paisagem urbana de São Paulo

A construção do Theatro Municipal de São Paulo significou desbravar um novo território: a outra margem do Vale do Anhangabaú que, até então, era uma paisagem predominantemente rural. Até o início do século XX, o Vale do Anhangabaú era marcado por plantações ativas nos seus terrenos, havendo a presença de pequenas casas, sobrados e algumas atividades agrícolas. A região figurava uma paisagem hesitante entre o rural²⁶ e o moderno, haja vista a presença do Ribeirão Anhangabaú, que favorecia a utilização do local para o plantio de subsistência, criação de animais e atividades domésticas.

Esse cenário perdurou até meados da década de 1910. Sendo assim, a construção do Theatro Municipal significou o ponto de partida para a modernização da região, operando como um dos principais impulsionadores da ocupação do Centro Novo (região da margem esquerda do Vale do Anhangabaú), num processo que envolveu a transferência da elite e do eixo comercial do Triângulo Histórico formado pelas ruas São Bento, 15 de Novembro e Direita. Essa transferência para o outro lado do vale envolveu aspectos econômicos, sociais e culturais, além de ter grande importância na remodelação paisagística do Vale do Anhangabaú, estabelecendo novos parâmetros para sua ocupação, acarretando a expansão da malha urbana, desenvolvendo o comércio e ampliando redes de sociabilidade.

Segundo Richard Costa, “enquanto o Municipal carioca é um produto da intervenção do estado nas melhorias, o teatro paulistano é um ponto de partida para elas”²⁷. O Municipal carioca foi estabelecido na nova Avenida Central após um intenso processo de reforma urbana na cidade, ao passo que o Municipal paulistano surgiu antes das melhorias urbanísticas, funcionando como um elemento para catalisá-las

*O Municipal paulistano, por outro lado, tivera que desbravar, literalmente, o Vale do Anhangabaú. Durante toda a década de 1900, ergueu-se ao lado das plantações que permaneciam ativas no terreno, disputando seu espaço com as casas e as atividades de uma cidade que titubeava entre ser moderna e as implicações dessa escolha*²⁸.

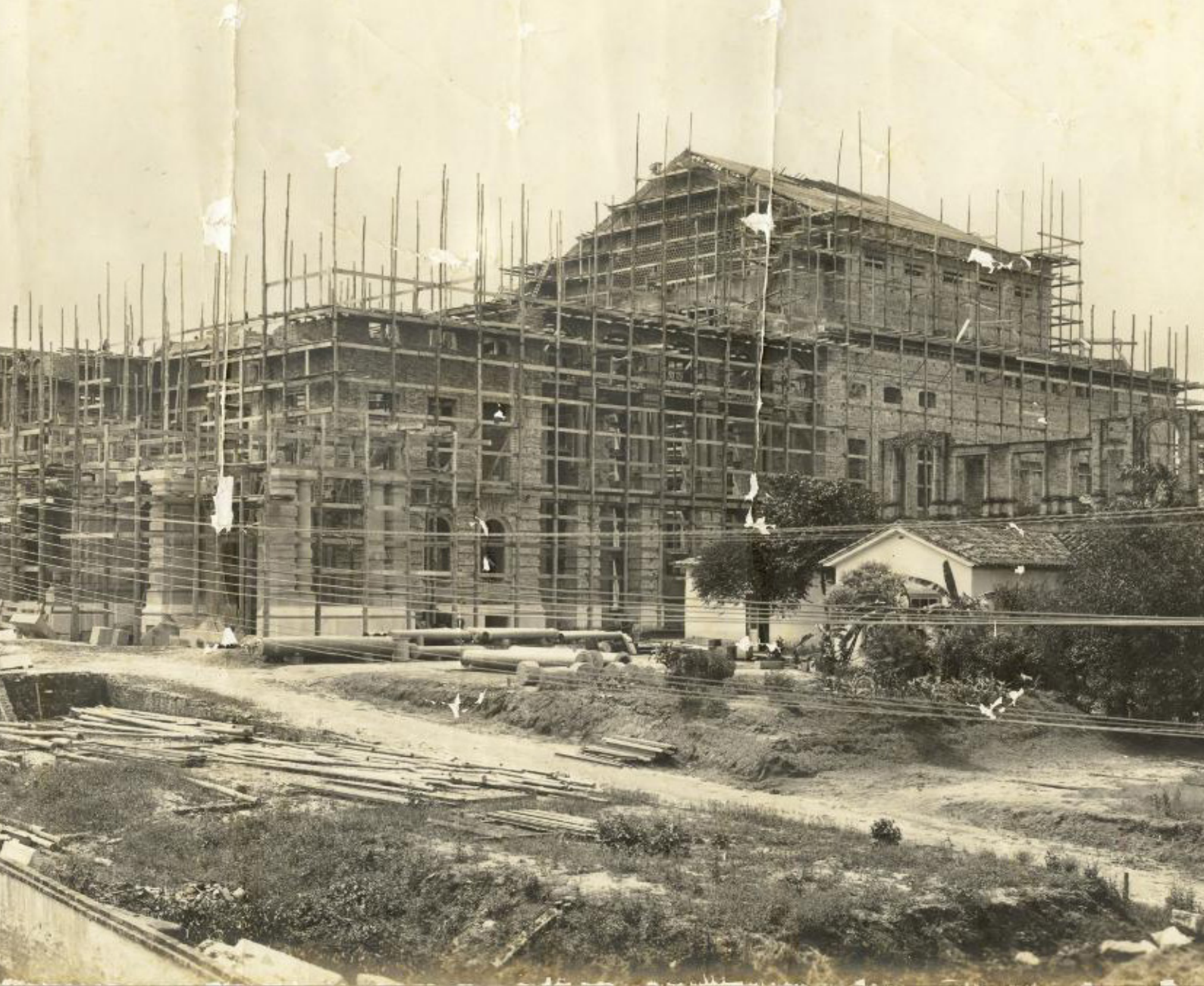
Tanto as reformas urbanas empreendidas no Rio de Janeiro quanto em São Paulo caracterizam-se como práticas de cunho higienista²⁹, com a expulsão da população de baixa renda que foi obrigada a se retirar das regiões centrais. Esses grupos foram despejados e passaram a ocupar novos pontos da cidade, afastados do centro, vivendo em locais precários sem infraestrutura adequada. A seguir, algumas imagens do processo de construção do Theatro Municipal de São Paulo.

26. COSTA, Richard Santiago. Parnaso paulistano: história, arquitetura e decoração do Theatro Municipal de São Paulo. Tese (Doutorado em História), IFCH–Unicamp, Campinas, 2017, p. 213.

27. Idem, p. 218.

28. Idem, p. 218.

29. SEVCENKO, Nicolau. Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 127.



Construção do Theatro Municipal de São Paulo. Coleção Família Passos, Teatro Municipal de São Paulo: obras de construção. 15/3/1905, Museu da República via Acervo Instituto Moreira Salles.

Disponível em:

<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiana/handle/20.500.12156.1/4906>



Paisagem do Viaduto do Chá antes do Theatro Municipal de São Paulo. Autoria desconhecida/Acervo Estadão – Reprodução de fotografia do acervo do Complexo Theatro Municipal de São Paulo. Viaduto do Chá, 1892.



Paisagem do Vale do Anhangabaú e Theatro Municipal de São Paulo. Aurélio Becherini, SMC-DPH-DIM/Reprodução de fotografia do acervo do Complexo Theatro Municipal de São Paulo. Vista do Vale do Anhangabaú pouco antes da inauguração do Theatro Municipal, 1911.



Vista do Viaduto do Chá após inauguração do Theatro Municipal. Aurélio Becherini/Fotografia do acervo do Complexo Theatro Municipal de São Paulo. *Viaduto do Chá*, 1914.



Noite de inauguração do Theatro Municipal de São Paulo. Otto Rudolf Quaas/Reprodução de fotografia do acervo do Theatro Municipal de São Paulo. *Inauguração do Theatro Municipal de São Paulo*, 1911.



Fachada do Teatro Municipal na década de 1920. Guilherme Gaensly/Acervo Instituto Moreira Salles, Teatro Municipal, ca. 1920, fotografia.

Disponível em:

<https://acervos.ims.com.br/index.php/Detail/objects/525102>

O projeto de construção do Theatro Municipal de São Paulo foi entregue à Comissão dirigida por Francisco de Paula Ramos de Azevedo, com assessoria dos arquitetos Domiziano Rossi e Claudio Rossi. Após oito anos de obras, a inauguração do edifício ocorreu em 12 de setembro de 1911. Segundo Sergio Casoy:

Os políticos responsáveis se preocuparam muito mais com a criação de um monumento do que com a instituição de um organismo vivo e atuante. Para eles, o conceito de teatro consistia em ter-se um prédio de luxo. Foi construído com materiais de primeiríssima qualidade, importados da Europa, que podem ser apreciados até hoje¹.

A construção de um teatro monumental foi priorizada em detrimento da própria programação da noite de inauguração. Tanto que Casoy comenta: “o prédio ficou pronto, mas não tínhamos nem orquestra, nem coro, nem corpo de baile”². Assim, foi criada uma comissão de inauguração que convidou um dos maiores artistas líricos do mundo, o barítono Titta Ruffo, que se encontrava à frente de uma companhia lírica italiana fazendo uma turnê pela América Latina. Ruffo foi localizado na Argentina e sugeriu para a estreia seu papel favorito, o protagonista Amleto, na versão italiana da ópera Hamlet, do compositor francês Ambroise Thomas.

No entanto, a proposta recebeu críticas e protestos na Câmara Municipal, em especial do então vereador José de Alcântara Machado, que defendia que uma obra brasileira fosse executada na estreia do Theatro Municipal. Após longos debates, foi definido que o Theatro Municipal de São Paulo seria inaugurado com uma ópera de Carlos Gomes na seguinte solução negociada: antes da ópera de Ambroise Thomas, a orquestra executaria a profonia de Il Guarany, fazendo assim com que Carlos Gomes fosse o primeiro autor ouvido no novo teatro.

Outro ponto de críticas levantadas em 18 de agosto de 1911 por José de Alcântara Machado era garantir a presença de operários como público do Theatro Municipal. O vereador afirmou que “o Teatro foi feito à custa de todos, mas para o gozo de alguns; o dinheiro do pobre serviu para fazer o edifício, mas no edifício não se lhe dá ingresso”³, propondo que ingressos fossem distribuídos em portas de fábricas. No entanto, isso não ocorreu, e nem mesmo Alcântara Machado esteve presente na noite de inauguração do Municipal.

Theatro Municipal como ponto de encontro

Muito além de espetáculos, desde o início de suas atividades, o Theatro Municipal de São Paulo recebeu diversos tipos de eventos em suas dependências. Nesta categoria podemos elencar os bailes de Carnaval, formaturas, festas beneficentes, convenções partidárias, entre outros. Ao longo desses 114 anos, o Theatro Municipal foi palco de uma série de manifestações e momentos políticos marcantes da história, como a Semana de Arte Moderna de 1922 e o ato público que marcou a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) nas suas escadarias em

1. CASOY, Sergio. Ópera em São Paulo: 1952-2005. São Paulo: Edusp, 2006, pp. 23-25.

2. CASOY, Sergio. Ópera em São Paulo: 1952-2005. São Paulo: Edusp, 2006, pp. 23-25.

3. VEIGA, Edison. O Theatro Municipal de São Paulo: histórias surpreendentes e casos insólitos. São Paulo: Editora Senac, 2013, p.

1978, em plena ditadura militar. Ainda hoje, as escadarias do Municipal são ponto de encontro e concentração de muitas manifestações e atos políticos. O Complexo Theatro Municipal também recebe eventos onerosos por locação de espaço, bem como eventos organizados pela prefeitura.

Reformas no edifício e transformações e na programação

Ao longo dessas 11 décadas de existência, o Theatro Municipal passou por três grandes reformas, com momentos de fechamentos e reaberturas do edifício. A primeira reforma ocorreu entre 1952 e 1954, em meio aos preparativos da comemoração dos 400 anos da cidade de São Paulo. A segunda reforma aconteceu entre 1985 até 1991, ocasião em que completou 80 anos de idade. Por fim, a terceira reforma geral foi realizada na ocasião do seu centésimo aniversário. Vale lembrar que o edifício do Theatro Municipal de São Paulo foi tombado como patrimônio cultural no âmbito estadual (Condephaat, em 1981), municipal (Conpresp, em 1992) e federal (Iphan, em 2014).

Ainda que o Theatro Municipal seja amplamente conhecido como uma casa de óperas, desde o início de suas atividades a programação incluiu ainda outras linguagens artísticas e foi se diversificando ao longo das décadas. Assim, o Theatro Municipal de São Paulo passou por transformações não apenas no edifício como também em sua programação e acessibilidade. Manteve sua vocação apresentando óperas e concertos, como também outros gêneros musicais, teatro, circo e as diversas expressões da dança. Além disso, ao longo das décadas, foram implementadas diversas políticas para a democratização do acesso como os concertos públicos gratuitos promovidos pelo então recém-criado Departamento de Cultura gerido por Mário de Andrade em meados de 1936 e 1938. A criação do Coral Paulistano (1936), na época com regência do maestro e compositor Camargo Guarnieri, trouxe uma atuação diferenciada com a participação em eventos no Hospital Psiquiátrico do Juqueri, asilos e escolas. O mesmo se pode dizer em relação ao Quarteto de Cordas (criado em 1935). Mário de Andrade criou eventos populares no período de 1936 a 1939, como os concertos públicos, muitos gratuitos e que traziam textos didáticos para se aproximar do grande público.

Os corpos artísticos do Theatro Municipal de São Paulo

Até o início do século XX, as companhias líricas internacionais que se apresentavam no Theatro Municipal traziam⁴ da Europa seus instrumentistas e coros completos (juntamente com cenários e trajes de cena). A criação dos corpos artísticos do Theatro Municipal teve início na década de 1930, começando pelo Quarteto de Cordas em 1935, originalmente sob o nome de Quarteto Haydn, que pretendia difundir a música de câmara e estimular compositores brasileiros a compor novo repertório para o gênero. No ano seguinte, 1936, surgia o Coral Paulistano como um dos desdobramentos da proposta do movimento modernista, com a proposição de trazer a

4. Ver mais em CASOY (2006).

música brasileira para a programação do Theatro Municipal. Em 1939, temos a criação de outros dois corpos artísticos: o Coro Lírico Municipal e a Orquestra Sinfônica Municipal (oficializada dez anos mais tarde). O Coro Lírico atua nas montagens de óperas das temporadas do Theatro Municipal, em concertos com a Orquestra Sinfônica Municipal, com o Balé da Cidade e em apresentações próprias.

Ampliando o acesso

Dando continuidade às ações que promovem o acesso mais amplo e democrático, como os programas Segundas Musicais e Sessão Coruja, da década de 1970, que realizaram espetáculos gratuitos com Clementina de Jesus, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Maria Bethânia, Novos Baianos, entre outros artistas, atualmente o Theatro Municipal de São Paulo possui uma política de gratuidade e ingressos com preços acessíveis. Ademais, o projeto Municipal Circula realiza diversos encontros com o público em espaços culturais nas periferias da cidade de São Paulo, expandindo sua programação para além dos espaços do Complexo Theatro Municipal.

Como se vê, o Theatro Municipal de São Paulo é também um lugar de memória, que segue viva e em constante transformação. Por essa razão, foi criada, em 2021, a Gerência de Formação, Acervo e Memória, integrando o Núcleo de Educação, que realiza visitas mediadas e outras ações de formação de público, e o Núcleo de Acervo e Pesquisa, responsável pela gestão do acervo do Theatro Municipal, cujas coleções (como a do Museu do Theatro Municipal) contam parte da história apresentada neste breve panorama.

Referências

Bibliografia

BESSA, Virgínia. A cena musical paulistana: teatro musicado e canção popular na cidade de São Paulo (1914-1934). Tese (Doutorado em História), USP, 2012,

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. Teatro Municipal de São Paulo: grandes momentos. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 1993.

CAMARGOS, Marcia. Theatro Municipal de São Paulo – 100 anos: palco e plateia da sociedade paulistana. MACEDO, Carlos E. M. (org.). São Paulo: Dado Macedo Produções Artísticas, 2011.

CASOY, Sergio. Ópera em São Paulo: 1952-2005. São Paulo: Edusp, 2006.

CERQUERA, Paulo de Oliveira Castro. Um século de ópera em São Paulo. São Paulo: Empresa Gráfica Editora Guia Fiscal, 1954.

COSTA, Richard Santiago. Parnaso paulistano: história, arquitetura e decoração do Theatro Municipal de São Paulo. Tese (Doutorado em História), IFCH–Unicamp, Campinas, 2017

FONSECA, Denise Sella. Uma colcha de retalhos: a música em cena em São Paulo entre o final do século XIX e XX. Dissertação (Mestrado em História), USP, São Paulo, 2014

HALL, Michael. Imigrantes na cidade de São Paulo. In: PORTA, Paula (org). História da cidade de São Paulo: a primeira cidade do século XX. v.3. Paz e Terra, 2004.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Edificações teatrais na cidade de São Paulo: contribuição para o estudo da evolução da edificação teatral na cidade de São Paulo. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU-USP 1987.

MORAES, Julio Lucchesi. Sociedades culturais, sociedades anônimas: distinção e massificação na economia da cultura brasileira (Rio de Janeiro e São Paulo, 1890-1922). Tese (Doutorado em História), USP, São Paulo, 2014,

OLIVEIRA, Joice Fernanda de Souza. Atando e desatando nós: negociantes e cativos no comércio interno de escravizados (1850-1888). Tese (Doutorado em História), IFCH–Unicamp, Campinas, 2019.

SEVCENKO, Nicolau. Orfeu extático na metrópole. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SLENES, Robert W. The Brazilian internal slave trade, 1850-1888: regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market. In: The chattel principle: internal slave trade in the Americas. New Haven: Yale University Press, 2004.

THEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO. O pano sobe: exposição retrospectiva da obra de reforma e restauro. São Paulo, 1988.

VEIGA, Edison. O Theatro Municipal de São Paulo: histórias surpreendentes e casos insólitos. São Paulo: Editora Senac, 2013.

02

Formação, acervo
e memória



Ao longo de 114 anos, o Theatro Municipal de São Paulo registra uma história artística relevante no cenário cultural da cidade e do país. Um importante patrimônio arquitetônico, artístico e social construído centenariamente confirmou-o como referência no imaginário social, até os dias de hoje.

No decorrer de sua história, o Theatro Municipal foi testemunha de alterações históricas, econômicas e sociais da cidade e do país. Mudanças significativas, contundentes nas relações mais amplas e profundas da vida na cidade, como respostas ou desdobramentos de transformações históricas e geopolíticas que atravessaram estes 114 anos, podem ter seus reflexos observados na memória da instituição.

Coube ao Theatro manter sua vocação de origem, acompanhando os sinais dessas transformações. É de se imaginar que, para além das criações e apresentações artísticas, o Theatro como patrimônio reconhecido e respeitado da cidade tenha sido palco de desejos, solicitações e usos. Aqui se compreende o dentro e fora de seu edifício. Do mesmo modo que experimentou diferentes formas de gestão, vinculadas ao entendimento sobre o lugar que a arte ocupava nas expectativas políticas de Estado, através do tempo. Esse, a rigor, não é o nosso tema, porém, serve como um preâmbulo ao que, por obrigação, devemos aqui registrar.

O presente é o momento do tempo em que tudo acontece em movimento constante, faz-se o futuro a partir de ações desenhadas e experimentadas no presente, pergunta-se ao passado questões que o presente nos traz. O presente carrega o vigor das possibilidades e das potências. E é no presente de 2021 que nossa história no Theatro Municipal começa a acontecer.

Em maio de 2021, a Organização Social Sustenidos assina o Contrato de Gestão nº 02/FTMSP/2021 com a Fundação Theatro Municipal de São Paulo para realizar a gestão do Complexo Theatro Municipal de São Paulo. O Theatro Municipal de São Paulo, o Conservatório Dramático Musical, a Central Técnica de Produções Chico Giacchieri e a Praça das Artes, com temporalidades e histórias distintas, se articulam no denominado Complexo Theatro Municipal.

A proposta técnica apresentada pela Sustenidos ao chamamento que lhe atribuiu vitória trazia novas perspectivas e proposições para a gestão do Complexo, sem, contudo, deixar de contemplar e valorizar projetos e ações de excelência artística, característicos do TMSP.

1. Doutora e mestre em Antropologia Social pela Universidade São Paulo - USP. Graduada em Pedagogia. Coordenadora de Planejamento Curatorial do Museu Afro Brasil entre 2009 e 2020. Coordenadora do Núcleo de Educação do Museu Afro Brasil entre 2004 e dezembro de 2008. Integrante do Comitê de Implantação do Museu Afro Brasil. Coordenadora Executiva do Programa Fábricas de Cultura entre 2007 e 2009. Com experiência, ao longo dos anos, em ações de formação voltadas para escolas e projetos de instituições educacionais e culturais. Dedicou-se à pesquisa sobre temas como: representação, memória, identidade e relações étnico-raciais, infância e adolescência, políticas públicas de cultura e educação. Atualmente é Gerente de Formação Acervo e Memória do Theatro Municipal.

Entre as novas proposições, estava a criação e implantação da Gerência de Formação, Acervo e Memória, que deveria atuar de modo transversal às demais áreas, inaugurar o tratamento do acervo do Theatro de modo sistêmico e, ao mesmo tempo, reestruturar as ações de educação em um setor específico. Esse é um resumo da proposta apresentada, que teria como uma de suas decorrências a implantação de um Centro de Referência do Complexo Theatro Municipal de São Paulo.

A Gerência de Formação, Acervo e Memória, no decorrer dos cinco anos relativos ao Contrato de Gestão, implantou e consolidou três Núcleos – Acervo e Pesquisa, Articulação e Extensão, Educação –; com programas e projetos específicos, a serem explicitados mais adiante.

Essa implantação, acompanhada de um processo de consolidação, precisava estar orientada e apoiada em princípios, concepção e diretrizes que articulassem de modo transversal ações e planejamentos.

Em função da natureza continuada e, portanto, cumulativa das ações, e para assegurar a constância e a continuidade, pilares essenciais na construção de equipes e na realização de processos e produtos, as diretrizes orientadoras estabelecidas constituíram-se em nossa linha de reflexão e ação constantes.

O conjunto de princípios e valores que embasam o sentido dessa Gerência está em consonância com os fundamentos da Sustentidos Organização Social, expressos em seus documentos e na Proposta Técnica elaborada para subsidiar a gestão do CTMSP.

Aqui destacamos alguns desses princípios e valores, para além daqueles que expressam compromisso ético entre as pessoas na instituição e em sua relação com o público. O compromisso com a finalidade pública da instituição; com a democratização de acesso; com a excelência artística na programação; com a diversidade em seus diferentes sentidos, reforçando, assim, o compromisso anterior de democratização de acesso, que constava da Proposta Técnica destinada à gestão do Complexo Theatro Municipal de São Paulo.

Assim, em primeiro lugar, o nome dado à Gerência precisa ser objeto de reflexão e de definição conceitual. O que significam os termos “formação”, “acervo” e “memória”, quando utilizados para nomear um setor ou área institucional? Como são entendidos e qual nível de abrangência podem tomar? Tratou-se, portanto, de constituir a identidade de um setor recém-criado. Desse modo, importa que se debruce um tanto sobre esses termos como um passo inicial para o entendimento de sua natureza e da concepção geral orientadora.

Formação – O termo/palavra “formação” pode vir atrelado à ideia de conhecimento, de apropriação de conteúdos que confere competência. É um termo, nesse sentido, quase escolar. A ideia de constituir algo, de criar, de estruturar, de ampliar também está no escopo do que se entende por formação. A maneira pela qual uma pessoa é educada, sua história pessoal, sua personalidade, seus valores são remetidos à noção/ideia de formação. Podemos verificar que em, basicamente, todos os sentidos compartilhados da palavra a ideia de processo está intimamente vinculada a ela.

Então, considerando a instituição à qual a Gerência está integrada, a noção de formação precisa ser tomada com uma intenção que evidencie a natureza das ações a que se destina. Por

isso, em uma perspectiva quase antropológica, podemos entender formação como um processo de ampliação de repertório cultural, que poderá ser acionado, sempre que necessário, pelo sujeito ou pelo grupo/coletivo. E para quem se volta esse processo de formação? Qual a sua abrangência?

Orientando-se por pontos de vista que se articulam, pode-se identificar a abrangência possível do conceito de formação na constituição da Gerência em dois segmentos gerais. Desse modo, por mais que saibamos que os processos se dão em múltiplas e diferentes dimensões, optamos por eleger a noção de formação de público e a de formação de conteúdos específicos como camadas para as quais destinamos nossos programas, projetos e ações.

Por formação de público tomamos todas as ações que, intencionalmente, oferecem às pessoas possibilidades de interação com o fazer artístico. Aqui partimos da perspectiva de que todos somos seres de cultura, e o que o Theatro possibilita é a aproximação de um determinado repertório artístico do conjunto da sociedade, por intermédio de sua programação anual. A ideia de reunir o público para vivenciar uma experiência artística é base da noção de formação: formação/reunião, associada ao conceito de simultaneidade, característica e competência sofisticada de nossa espécie, que compreende atos realizados em espaços e tempos simultâneos, próximos e distantes, no mesmo momento, permitindo a convivência entre formas artísticas de expressão, no caso do Theatro.

A ampliação de público é uma questão crucial para o conjunto das instituições culturais no Brasil, que, de certa forma, atraem um público muito menor do que poderiam receber usualmente. Múltiplas estratégias são debatidas, e várias delas postas em prática por essas instituições.

O público funciona em movimento, e, portanto, a oscilação é um fator que lhe é inerente, o que, sem dúvida, interfere diretamente em sua presença nos espaços de arte e cultura, em especial naqueles considerados tradicionais (museus, teatros e agora até em cinemas). Portanto, a ampliação do seu público é compromisso importante de cada instituição.

No Theatro Municipal de São Paulo, as ações voltadas para essa ampliação têm na sua diversificação um objeto referencial. Fidelizar o público habitual do Theatro, oferecendo acesso a informações sobre a programação, de diferentes pontos de vista e ferramentas comunicacionais, faz parte dos diversos conteúdos organizados e disponibilizados por ações da Gerência.

Por formação de conteúdos específicos entendemos a socialização de maneira organizada e processual dos conhecimentos e conceitos que estruturam o Theatro, tanto para o público externo quanto para os profissionais da instituição, por meio de cursos, encontros, debates, visitas, exposições, rodas de troca e conversa, ações coletivas, residências artísticas, oficinas, entre outros recursos.

É de se imaginar que um teatro, como instituição, esteja apoiado em um conjunto significativo de conhecimentos artísticos e técnicos que lhe possibilitem realizar vultosos eventos. Socializar de maneira processual esses conhecimentos para o público externo

e aprofundá-los internamente é propósito das ações de formação, do mesmo modo que provocar atualizações sobre conceitos artísticos, por meio de encontros, nos quais haja espaço para compartilhar diferentes pontos de vista.

Memória – Conceituar memória é tarefa para muitas linhas e palavras. Ainda assim, sem ter a pretensão de esgotar o tema, justamente, traremos apenas duas vertentes interpretativas, para nele nos localizar: a da reconstrução e a da atualização.

Memória como reconstrução – o que a memória fixa é aquilo que, ao longo do tempo, pôde ser compartilhado, tanto com aqueles que viveram no passado uma experiência comum e são capazes de reconstruí-la com base nos fragmentos de suas lembranças individuais, como com aqueles que, no presente, rememoram o passado, para reconstruí-lo, confirmando ou revendo suas interpretações da experiência anteriormente vivida. A memória é sempre reconstrução no presente e é essencialmente representação do passado.² Assim, nos dizeres de Halbwachs:

*Não é suficiente se reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontrem tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aqueles reciprocamente.*³

Desse modo, aprendemos a compreender que, embora expresse experiências vividas no plano individual, a memória representa sempre um trabalho social de reconstrução dessas experiências, que é inseparável tanto do contexto em que elas foram vividas quanto daquele em que sua reconstrução se produz.⁴

E como podemos entender a memória institucional, as criações a que milhares de pessoas assistiram ao longo do tempo? Qual o lugar dessa memória no cenário sociocultural de uma cidade, de um país? O que pode ser feito para que ela não fique apenas escondida/guardada?

Memória como atualização – tocar na memória, em seus fragmentos, difundir antigos acontecimentos artísticos e seus registros com base em uma mirada contemporânea proporciona encontros de tempos e espaços diversos, intensificando a memória da instituição.

No dizer de Walter Benjamin,⁵ a memória traz à tona um passado repleto de agoras, numa narrativa circular que se volta sobre si mesma, impregnada de questões do momento vivido. Para o autor, “quem narra a memória fala não só do seu passado, mas daquilo que é significativo para o seu presente, aqui e agora”.

Na dinâmica estabelecida entre a salvaguarda possível da memória, sua possibilidade de reconstrução em diálogo com as atualizações proporcionadas, reside a vivacidade de uma instituição. O criado, oferecido e experimentado agora, já é memória amanhã. E a memória pode

2. LOPES, Ana Lucia. Caminhos e descaminhos da inclusão: o aluno negro no sistema de ensino. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia Social. FFLCH-USP. São Paulo. 2006.

3. HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

4. LOPES, Ana Lucia. Caminhos e descaminhos da inclusão: o aluno negro no sistema de ensino. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia Social. FFLCH-USP. São Paulo. 2006.

5. BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: Obras escolhidas, v. 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

ser capturada e transformada em outras formas de expressão, em interlocução com fragmentos de tempos distantes e de temas que nos perseguem no decorrer desses tempos, nos situando em uma linha de longa duração e transformação. São muitas as camadas de memória, talvez infindáveis, e, cada vez que a acionamos e a compartilhamos, ela se reconstrói, deixando sua matriz preservada e, ao mesmo tempo, transformada, permanecendo tudo ali para novas consultas e atualizações.

Acervo – O termo “acervo” foi incluído no nome da Gerência com o objetivo de reafirmar sua importância na esfera institucional. O acervo integra as dimensões da memória como reconstrução e como possibilidade de atualização, pois ele dispõe da materialidade que sustenta a memória do Teatro. O conjunto dos registros das coleções criadas no transcorrer da história da instituição e o que a ela foi incorporado.

Os acervos são os fragmentos da memória institucional que podem se articular quando tratados e salvaguardados. Só se transforma aquilo que foi conservado, sob o perigo de seu desaparecimento, e, considerando o que se entende por atualização da memória, é na difusão do acervo que reside a sua preservação.

Embora esse material se refira ao conjunto das reflexões e os desdobramentos práticos do Núcleo de Acervo e Pesquisa, que, por intermédio de uma equipe competente e vibrante, soube dobrar o tempo a seu favor, coube a mim localizar, brevemente, a Gerência e suas ações inovadoras nos diferentes setores, programas e projetos.

O Núcleo de Acervo e Pesquisa – implantado em 2021 pela Gerência – constituiu-se em quatro áreas técnicas específicas, com o objetivo de possibilitar um tratamento integrado do acervo, ao mesmo tempo conservando as especificidades de cada uma das áreas – Arquivo, Conservação, Documentação e Pesquisa. Essa articulação orientou a construção e execução de planos de trabalho e projetos.

Ao observarmos a envergadura do acervo, tanto do ponto de vista de seu tamanho e diversidade tipológica como do trabalho a ser executado, se fez determinante ter um mínimo de informação a seu respeito. Na medida em que, embora tenham existido alguns estudos pontuais e importantes de coleções específicas do acervo, nenhum inventário havia sido realizado anteriormente, optamos por concretizar, então, um inventário preliminar da massa documental que compunha o que considerávamos acervo. A partir desse inventário, que teve como base as normas internacionais de tratamento de acervo, o trabalho ganhou forma, volume, detalhamento e profundidade.

Uma reunião significativa de inventários específicos realizados, de elaboração de documentos conceituais e técnicos, de encontros com o público, de seminários internos e externos, de criação de produtos para divulgação e difusão do acervo, de definição de linhas de pesquisa, de produção e publicação da coleção Índice de Fontes, de elaboração de textos para programas de sala e para redes sociais da instituição, de tratamento de documentos do acervo – considerado “histórico” –, de definição de diretrizes de gestão do acervo, de sistematização de dados e alimentação contínua das informações sobre o acervo no In patrimonium – Sistemas do Futuro, de organização e realização de grupos focais para lançar e compartilhar com o público

temas sensíveis sobre o acesso ao acervo, de atendimentos a pesquisadores e público em geral, de produção de exposição sobre itens do acervo, de formação continuada da equipe técnica, de elaboração e controle sobre processos de empréstimos de obras, de recebimento de doação de acervos pessoais, de inaugurar um novo lugar de reconhecimento do acervo do Theatro Municipal de São Paulo nos espaços de prestígio cultural e artístico que debatem e fomentam o papel dos acervos nos cenários das cidades e do país, tudo isso costurou o período incessante de trabalho, cujos resultados estão registrados, em boa parte, neste livro.

É importante reforçar a observação sobre a dinâmica de trabalho dessa equipe valorosa, que contou com competência técnica e concepção abrangente de seus especialistas e da coordenação ativa e atenta de seu coordenador. A vibração pelo trabalho, por cada descoberta, pelas reflexões infundáveis de todo o Núcleo, tanto daqueles que iniciaram o plano de implantação como dos que lhe deram continuidade, possibilitou o acúmulo contínuo de conquistas internas e externas para a consolidação desse acervo centenário. Isso não é pouco!

O Núcleo de Articulação e Extensão – implantado pela Gerência em 2024 – tem como objetivo central ampliar o acesso do público à programação artística do Theatro, por meio da reunião de dois programas já presentes: o de Gratuidade e o Municipal Circula. Em 2024, os dois programas são integrados em um único núcleo – o Núcleo de Articulação e Extensão.

O Programa de Gratuidade – já existente na instituição, mas ampliado a partir de 2021 – garante que, nas apresentações artísticas das temporadas do Theatro, 20% do público – pessoas oriundas de escolas públicas, instituições sem fins lucrativos e ONGs – tenham gratuidade no ingresso.

O Municipal Circula – implantado pela Gerência em 2022 – é o programa responsável por criar redes de articulação e extensão em diferentes bairros da periferia da cidade, para ida dos corpos artísticos, priorizando os espaços culturais do município. Essas redes, cuidadosa e respeitosamente criadas, com base em metodologia específica, asseguram a igualdade de acesso na base dessa articulação, e o resultado é um público atento, respeitoso e interessado. Os seis corpos artísticos apresentam ao público parte da programação artística em oito bairros anualmente. Escolas públicas, NCIs (Núcleo de Convivência do Idoso) e outras instituições dos oito territórios visitados recebem uma oficina de introdução à música clássica – o projeto Pedro e o Lobo. O programa, em seu conjunto, atingiu uma capilaridade significativa na cidade de São Paulo, levando a programação artística a lugares distantes e proporcionando acesso a pessoas que, pela primeira vez, assistem a uma apresentação do Theatro – que acontecem em instituições culturais do território em que o público mora. Além disso, também se articula a vinda desse público para ver uma apresentação artística no Theatro.

O Núcleo de Educação – reestruturado pela Gerência, a partir de 2021 – é responsável pelo acesso do público ao edifício do Theatro, a leitura de seus espaços e o compartilhamento de sua história e da programação da temporada. Diferentes roteiros de visita, sempre considerando a natureza dialógica entre educador e público, foram criados para os diversos segmentos de público. A formação continuada da equipe de educadores gerou documentos importantes para sua relação com o público. Essa formação teve na diversidade um de seus pontos fundamentais: diversidade de público, diversidade de acesso da equipe a diferentes instituições culturais

e artísticas, muitas delas também consideradas patrimônio público. Referências teóricas diversas, que no seu conjunto contribuíram para respostas a questões trazidas pelas mediações planejadas e realizadas. A construção coletiva de roteiros foi, ao mesmo tempo, método e resultado de aprendizagem significativa, enriquecedora para a formação dessa equipe. O projeto de Residência Artística e o de Ateliê Aberto oferecem ao público o contato com várias linguagens e a aproximação ao Theatro. O projeto Theatro de Portas Abertas sinaliza uma conexão fina com a diversidade de acesso ao público, o que é confirmado pelo resultado de seus números.

O Programa Jovem Criador, Pesquisador e Monitor, Programa de Bolsistas – implantado pela Gerência em 2021 –, atende jovens entre 18 e 29 anos, com o objetivo de aproximá-los de ofícios que constituem as atividades do Theatro Municipal de São Paulo, ampliando o repertório desses jovens, que poderão utilizá-los em trajetórias futuras, fundamentalmente profissionais.

Há que se reconhecer que, ao longo dos anos, para proporcionar uma qualificada programação de apresentações artísticas, o Theatro acumulou expertise técnica e criativa por intermédio de procedimentos e de profissionais especializados nas realizações “por detrás do palco”. Assim, profissionais técnicos competentes, procedimentos e métodos desenvolvidos e consolidados formam um conjunto de processos e resultados inestimável na instituição, produtora de conteúdos e conhecimentos.

Desse modo, um dos objetivos é que esses recursos adquiridos durante o período de formação, junto aos profissionais da instituição, no “tempo real” de um Theatro, possam ampliar a capacidade e a possibilidade de fazer escolhas positivas de inserção na vida e no mercado de trabalho. Durante o período, foram realizadas seis edições do Programa, que, iniciado com duas áreas formativas, atualmente está constituído de 14 áreas profissionais do Theatro. É fundamental destacar a generosidade e o compromisso desses técnicos que assumem a supervisão de formação dos bolsistas em suas áreas, que organizam e sistematizam conteúdos para o Programa, com a preocupação de garantir aprendizagem de procedimentos e conceitos.

O resultado formativo desse processo de 800 horas é evidente e despertou em diversas áreas a possibilidade de contribuir para a formação profissional de jovens. A título de observação, na sexta edição do Programa, o número de inscritos triplicou – 3.207 candidatos em 2026 –, o que confirma, também, o acerto do processo e de seus resultados.

O projeto de ativação da Central Técnica de Produções Artísticas Chico Giacchieri, intensificado e acompanhado desde 2021, reorganizou e ressignificou espaços da Central – de depósito a espaços expositivos, de formação, de produção de cenografias, de apresentações artísticas, de acesso ao público em um esforço e planejamento permanente, intenso e integrado. Os objetos de cena e mobiliários – materiais para a contrarregragem – foram catalogados e expostos de modo dinâmico e funcional, tanto para uso dos profissionais internos como para consulta de outras instituições e conhecimento do público em geral. Óperas, concertos, teatro, apresentações musicais compartilharam esse espaço mágico das cenografias e objetos com o público, atestando, também, o potencial artístico da Central Técnica de Produções Artísticas Chico Giacchieri.

Cursos, encontros e seminários foram projetados e realizados ao longo dos anos: Conversas de Bastidor, Ópera Presente I Futuro, Abram Alas, Encontros com o Acervo, oficinas, residências artístico-culturais, oficinas de introdução à cenotecnia e oficina de introdução à iluminação cênica, entre outras, tiveram lugar nos diversos espaços e áreas do Complexo, voltadas a público diverso.

O Conversa de Bastidor – Ópera surge como forma de dialogar e ampliar os pontos de vista sobre a programação do Theatro Municipal, em especial, sobre as óperas. Tem como objetivo aproximar o público de diferentes perspectivas da criação artística e do contexto cultural no qual estão envolvidas e dos desafios encontrados nos processos de montagem.

Ópera Presente I Futuro propõe um espaço de reflexão sobre esse gênero artístico que está em constante atualização há cerca de 400 anos. O encontro Ópera Presente I Futuro busca refletir sobre a contemporaneidade do gênero, traçando o diálogo entre o passado, o presente e a possibilidade de prospectar novos tempos para a ópera.

O Seminário Abram Alas busca promover reflexão e práticas que vislumbrem o aumento da equidade na indústria da música e das artes cênicas, reunindo especialistas, artistas e líderes dessas indústrias.

Os Encontros com o Acervo promovem uma conversa com o público com base em memórias, sensações e reflexões suscitadas nos convidados pelo contato com trajes de cena, programas de espetáculo e outros documentos que integram o nosso acervo, podendo, assim, proporcionar uma reflexão sobre a importância da preservação, da documentação e da pesquisa.

Um número importante de oficinas, cursos e seminários aconteceu, nesse período, a partir de temas e ações de diferentes portes desenvolvidos pela Gerência, a exemplo do seminário Dentro da Semana, que integrou a celebração do Centenário da Semana de 22 realizada pela instituição. O ciclo de encontros Memórias, Histórias e Contextos: Ballet IV Centenário 70 Anos também foi realizado em celebração de um acontecimento histórico importante para o Theatro. Esses dois encontros geraram uma publicação que pode ser acessada no Centro de Referência do Complexo Theatro Municipal.

Em geral, essas ações de oficinas, cursos, seminários e encontros têm registros de seus conteúdos salvaguardados na memória da instituição sob a forma impressa, digital e/ou audiovisual.

Centro de Referência – A partir de meados de 2024, após um conhecimento mais consolidado sobre conteúdos construídos pelas áreas artísticas e técnicas, e aquilo que esses conteúdos revelavam, evidenciou-se o papel estratégico do Theatro no cenário operístico como instituição que acompanhou o tradicional e o contemporâneo dos e nos diversos tempos que o constituem.

Em 2025, criou-se uma equipe, que, com a gerente, desenhou e implantou o Centro de Referência do Theatro Municipal de São Paulo, que privilegia o acesso e a recuperação da história e memória do equipamento artístico.

A criação de um Centro de Referência no Theatro Municipal de São Paulo responde a uma necessidade atual das instituições culturais: organizar, preservar, interligar e tornar acessível o conjunto de conhecimentos, processos e patrimônios acumulados ao longo de sua trajetória. Em linhas gerais, o Centro de Referência é um espaço dedicado à sistematização e à difusão de informações, reunindo e conectando acervos, criações, coleções, documentação, pesquisas e práticas técnicas que servem de base para consulta, estudo e produção de novos conhecimentos, disponibilizados em uma plataforma digital – o Portal Centro de Referência do Complexo Theatro Municipal, indicado no site da instituição. É uma plataforma que registra os muitos tempos passados estabelecendo conexões entre eles e os tempos de hoje. Uma ferramenta avançada de pesquisa e memória.

Por fim, não poderia deixar de ser enfatizada a noção fundamental que está na base de todo esse processo, a noção de Patrimônio, como aquilo que nos dá sentido de pertencimento, do ponto de vista do que significou e significa no imaginário social, compartilhado historicamente. Desse modo, o conjunto das representações materiais e imateriais que nos circundam é patrimônio cultural gerado por nós, e é nessa perspectiva que o Theatro Municipal foi tomado, exigindo cuidados constantes em todas as suas dimensões, demonstrando compromisso efetivo com sua história, com a atualidade, com o público e com a cidade.

Este livro é parte inteira desse processo!

Referências

Bibliografia

BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: Obras escolhidas, v. 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

LOPES, Ana Lucia. Caminhos e descaminhos da inclusão: o aluno negro no sistema de ensino. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia Social. FFLCH-USP. São Paulo. 2006.

03

O acervo do Complexo
Theatro Municipal de
São Paulo



Apresentação

As coleções e fundos que fazem parte do acervo do Complexo Theatro Municipal são compostos de itens documentais de formatos, tipos e espécies variados constituindo um universo híbrido, armazenados em equipamentos culturais que guardam especificidades distintas. Essas características trazem desafios para o Núcleo de Acervo e Pesquisa, área responsável pela preservação e difusão desse vasto acervo. Esses conjuntos documentais foram formados a partir de diversas proveniências, seja por acúmulo ou por mecanismos colecionistas. Um traço que une a maior parte deles é o fato de terem passado por movimentações e intervenções ao longo do tempo, fruto de disputas e transferências de custódia, seja dentro das próprias instituições que os constituíram, seja em instituições externas. São muitas as características que os distinguem. A seguir tentaremos destacar algumas.

A Coleção de Arte da Cidade de São Paulo é formada com base em diversas obras de arte espalhadas pelas mais variadas instituições e espaços públicos da cidade de São Paulo. Hoje, sob gestão do Centro Cultural São Paulo (CCSP), a conservação dessas obras parece ser o maior desafio, compartilhando essa responsabilidade com cada instituição que as abriga.

O Fundo Conservatório Dramático e Musical de São Paulo é formado por documentos de caráter arquivístico, musicográfico, bibliográfico, fonográfico e museológico. Enquanto instituição de ensino com uma atuação centenária, o Conservatório acumulou um vasto acervo, ainda inédito, com alto potencial para difusão, seja através de pesquisas científicas ou por meio de apresentações artísticas. Parte desse acervo ainda precisa receber o devido tratamento para que possa ser disponibilizado ao público. Ao longo dos anos, passou por inúmeras intervenções, alvo deste capítulo.

O Acervo do Balé da Cidade de São Paulo reflete as atividades da companhia de dança desde 1968, quando ainda era chamado de Corpo de Baile Municipal, até os dias atuais. Enquanto acervo vinculado ao universo da dança, possui registros coreográficos, tanto em formato textual quanto em audiovisual. Além disso, constituem o acervo premiações, cartazes, programas de espetáculo, registros funcionais de artistas que passaram pela companhia, entre outros. Ao longo dos anos, conforme a companhia foi se dotando de autonomia e passando a manter uma sede própria, seu acervo foi formado reunindo elementos que imprimem mais um caráter arquivístico do que aqueles encontrados em uma coleção.

1. Bacharel e Licenciado em História pela Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP (2009 – 2012). Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural - Centro Lúcio Costa – CLC – IPHAN/UNESCO (2021). Tem experiências nas áreas de educação, pesquisa histórica, preservação do patrimônio cultural e na área de gestão documental. Atualmente é Arquivista do Complexo Theatro Municipal de São Paulo.

A Coleção do Museu do Theatro Municipal de São Paulo é formada por diferentes tipos e espécies documentais e foi constituída com base nas atividades do museu, que, embora levasse o nome do Theatro Municipal, esteve ligado institucionalmente mais ao Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) do que ao órgão que lhe deu origem. Seu acervo foi sendo composto de peças provenientes de origens distintas, o que nem sempre se orientou por critérios essenciais para o tratamento documental de seus itens. O histórico de implantação do Museu e as diversas atividades que ele foi desenvolvendo são objeto do Capítulo 5, intitulado “Uma história do Museu do Theatro Municipal de São Paulo”, de autoria da pesquisadora Mariana Brito Santana. Já as reflexões sobre os mecanismos de constituição de seu acervo, bem como as pesquisas empreendidas atualmente adotando abordagens contextuais para o desenvolvimento de instrumentos de pesquisas podem ser consultadas no Capítulo 7, nomeado “Documentar o espetáculo: abordagem contextual no acervo do Complexo Theatro Municipal de São Paulo”, de autoria da documentalista Andreia Francisco dos Reis.

O Acervo de Figurinos armazenado na Central Técnica de Produções Artísticas Chico Giacchieri, em termos de volume, é um dos maiores conjuntos documentais sob gestão do Núcleo de Acervo e Pesquisa. É formado por trajes de cena e adereços, sendo constituído essencialmente por materiais têxteis. Atualmente, esse acervo está passando por tratamento de documentação e conservação, e vem sendo implantada uma Política de Gestão de Figurinos com o intuito de melhorar seus aspectos gerenciais tendo base em critérios objetivos e bem definidos de avaliação, visando aumentar a capacidade de seus espaços de guarda. A pesquisa custodial, o trabalho de inventário e catalogação que vem sendo realizado e as intervenções que foram feitas nesse acervo ao longo dos anos são informações que também podem ser consultadas no Capítulo 7, de autoria da documentalista Andreia Francisco dos Reis.

Também nos dedicamos a refletir sobre um aspecto presente na maioria dos arquivos e coleções do Complexo Theatro Municipal de São Paulo, que são os Arquivos de Pessoas. Investigados por meio de pesquisa de proveniência, esses arquivos são importantes para dimensionar a relação entre o(s) doador(es) e a entidade de custódia. Eles estão presentes no Fundo Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, na coleção do Museu do Theatro Municipal e no Acervo de Figurinos. Ainda hoje é possível doar acervos ao Centro de Documentação e Memória preenchendo-se formulário específico para tal e abrindo-se processo na Fundação Theatro Municipal de São Paulo.

Por fim, com o status de complexo cultural alcançado a partir da criação da Central Técnica de Produções Artísticas Chico Giacchieri e da Praça das Artes, o Theatro Municipal adquiriu a responsabilidade de preservar sua própria memória e a de outras instituições, como o Conservatório, por exemplo. Documentar e apresentar como essa memória vem sendo preservada ao longo do tempo, por meio do acervo, é tarefa que esse capítulo se propõe a realizar.

Coleção de Arte da Cidade de São Paulo

A Coleção de Arte da Cidade de São Paulo tem sua origem na criação, em 1961, da Pinacoteca Municipal de São Paulo. A iniciativa de criação partiu do vereador Francisco Cimino, que apresentou o Projeto de Lei nº 38/1961, aprovado em sessão ordinária na Câmara Municipal em 8 de novembro do mesmo ano. Na discussão acerca da aprovação do projeto, os vereadores Brasil Vita e Agenor Mônaco defenderam a derrubada do veto ao projeto apresentado pelo prefeito Francisco Prestes Maia² argumentando que as obras de arte adquiridas até então pela Prefeitura de São Paulo estavam expostas em ambientes que em sua maioria não eram acessados pela população, como repartições públicas, gabinetes de secretários e diretores de departamento e nas sedes da Prefeitura e da Câmara Municipal. A iniciativa de criação da Pinacoteca Municipal parte, portanto, de um desejo de democratizar o acesso a essas obras pertencentes ao patrimônio público do Município. Por 22 votos a 7 o veto do prefeito foi rejeitado, e seguiu-se a publicação da Lei nº 5.859, de 14 de novembro de 1961. Em seu artigo primeiro são definidas as atribuições da Pinacoteca Municipal, “destinada a reunir, catalogar e expor as obras de autores nacionais e estrangeiros pertencentes ao patrimônio do Município”, ficando a cargo do prefeito municipal a tarefa de escolher um próprio municipal para a instalação da instituição.³

É apenas em 1982, com a criação do Centro Cultural São Paulo (CCSP) através da Lei nº 9.467 de 6 de maio do mesmo ano, que a gestão da Pinacoteca Municipal seria regulamentada, passando a ser mantida pela Divisão de Artes Plásticas daquela instituição. Entre as atribuições desse departamento estava

*localizar, catalogar e preservar, direta ou indiretamente, as obras de artes plásticas pertencentes ao patrimônio da Administração, recomendando, em casos especiais, regras de preservação e a sua melhor localização, em edifícios públicos municipais.*⁴

Segundo informações disponibilizadas no site oficial do Centro Cultural São Paulo, a Coleção de Arte da Cidade (antiga Pinacoteca Municipal) conta atualmente com cerca de 10 mil obras “de diferentes períodos, técnicas e suportes”, das quais 5 mil pertencem ao conjunto de Arte Postal. De todo esse conjunto, o núcleo de obras modernistas

2. Francisco Prestes Maia vetou o projeto por entender que a Prefeitura Municipal não teria os recursos necessários para a criação da Pinacoteca naquele momento. Na mesma Ata da Câmara de 8 de novembro de 1961 é mencionado o aporte de 27 milhões de cruzeiros para as obras de criação do Museu de Arte Assis Chateaubriand (Masp). SÃO PAULO (Município). Ata da 223ª Sessão Ordinária realizada em 08 de novembro de 1961. Câmara Municipal. Disponível em: https://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmstp/anadig/Sessoes/Ordinarias/223SO04.pdf. Último acesso em: 30 set. 2025.

3. SÃO PAULO (Município). Lei nº 5.859, de 14 de novembro de 1961. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/leis/L5859.pdf>. Último acesso em: 30 set. 2025.

4. SÃO PAULO (Município). Lei nº 9.467 de 06 de maio de 1982. Cria na Secretaria Municipal de Cultura o Centro Cultural São Paulo, e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-9467-de-6-de-maio-de-1982/consolidado>. Último acesso em: 1 out. 2025).

*é o primeiro acervo público sistemático de arte moderna da cidade e importante testemunho da nossa história da arte. Teve origem na Seção de Arte da Biblioteca Mário de Andrade, e foi adquirido por Sérgio Milliet e Maria Eugênia Franco a partir de 1943, com o intuito de divulgação e consolidação do modernismo por meio de programa integrado de formação de acervo, exposições, debates e publicações, antecedendo a fundação dos Museus de Arte Moderna de São Paulo e Rio de Janeiro.*⁵

Entre os principais artistas do acervo estão Frans Post, Rugendas, Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, Flávio de Carvalho, Pierre-Auguste Renoir, Carmela Gross, Rosana Paulino, Rommulo Vieira Conceição, entre outros.

Nas dependências do Complexo Theatro Municipal de São Paulo existem dez obras pertencentes à Coleção de Arte da Cidade, sob guarda compartilhada e supervisão do Laboratório de Conservação e Restauro do Centro Cultural São Paulo. No edifício do Theatro Municipal de São Paulo estão a escultura Diana a caçadora (criada por Victor Brecheret), os bustos de Francisco Mignone (Bruno Giorgi), Antônio Carlos Gomes (P. Nucci), Luigi Chiafarelli (Giulio Starace) e Francisco de Paula Ramos de Azevedo (Ettore Ximenes); a pintura sobre fotografia intitulada Fachada do Theatro Municipal (Valério Vieira) e a placa em homenagem a Cacilda Becker intitulada O teatro em nós (Flávio Império). No Centro de Documentação e Memória estão sob guarda o busto do Conselheiro Antônio Prado (desconhecido), o desenho Guarnieri no batente!!! (desconhecido) e a pintura Edoardo de Guarnieri (Jan Zach). Todas essas obras estão catalogadas e disponíveis no Portal de Acervos do Theatro Municipal de São Paulo.⁶ Outras informações também podem ser acessadas pelo site do Centro Cultural São Paulo, que mantém uma base atualizada contendo as fichas catalográficas das obras pertencentes à Coleção de Arte da Cidade.⁷ O Núcleo de Acervo e Pesquisa do Theatro Municipal de São Paulo e o Laboratório de Conservação e Restauro do Centro Cultural São Paulo desenvolvem ações compartilhadas de conservação dessas obras a fim de preservar o patrimônio cultural da municipalidade.

Fundo Conservatório Dramático e Musical de São Paulo

O Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, durante os pouco mais de cem anos em que esteve em funcionamento, acumulou um vasto acervo de caráter arquivístico, museológico, bibliográfico e musicográfico que pode ser lido, em sua totalidade, como um fundo arquivístico, na medida em que seus componentes refletem suas atividades enquanto uma instituição de ensino. A trajetória desse acervo foi marcada por processos de intervenção, tanto do ponto de vista de suas características físicas quanto de informação, que contribuíram para dissociá-lo, rompendo com sua integralidade. Recuperar e documentar as informações sobre a sua trajetória é, portanto, um meio de contextualizar o estado em que o acervo se encontra e fornecer subsídios

5. Disponível em: <https://acervocsp.art.br/arte-da-cidade/>. Último acesso em: 1 out. 2025.

6. Disponível em: <https://acervo.theatromunicipal.org.br/inweb/default.aspx?lang= BR&pesquisageral=1>. Último acesso em: 1 out. 2025.

7. Disponível em: https://acervocsp.art.br/colecao-de-arte-da-cidade/?perpage=12&view_mode=table&paged=1&order=ASC&orderby=date&fetch_only=thumbnail&fetch_only_meta=116358. Último acesso em: 1 out. 2025.

para novos projetos de tratamento.

Inaugurado em 1906, o Conservatório se afirmou como um importante polo de formação nas artes da música, sendo também a primeira instituição de artes dramáticas da América Latina. Por suas salas de aula passaram inúmeras gerações de alunos, entre eles, Mário de Andrade, Oneyda Alvarenga, Assis Pacheco e Dinorah de Carvalho, por exemplo. Apesar de sua grande importância nas primeiras décadas de funcionamento, o Conservatório teve episódios de altos e baixos do ponto de vista de sua gestão ao longo de todo o século XX, tendo sofrido algumas intervenções federais, por vezes recorrendo à administração pública para o financiamento de suas atividades.⁸

Nos últimos anos de seu funcionamento, em 2006, a Prefeitura de São Paulo publicou um decreto desapropriando o imóvel para incluí-lo no Projeto Quadra 27, que deu origem à Praça das Artes.⁹ No mesmo ano, através do Decreto 47.080 de 14 de março de 2006, a Prefeitura declarou de utilidade pública, “para desapropriação, o acervo de partituras, livros e prontuários do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo”.¹⁰ A desapropriação, de fato, do imóvel ocorreu apenas em 2008, momento em que o acervo precisou ser transferido para outro local para que as obras da Praça das Artes tivessem continuidade. Nesse mesmo ano, a Secretaria de Cultura montou uma comissão formada por técnicos do Teatro Municipal, Arquivo Histórico Municipal e Biblioteca Mário de Andrade para avaliar o acervo que, após análise e arrolamento preliminar, elaborou o Relatório das Condições Encontradas – julho de 2008,¹¹ o qual sintetiza a situação geral do acervo encontrado no Conservatório, dividido em Acervo de Partituras, Acervo de Documentação Textual e Acervo da Biblioteca.

A partir de 2008, o patrimônio documental acumulado pelo Conservatório passou por processos de transferências e intervenções, visando, principalmente, a sua preservação. Com a desapropriação do edifício, o acervo do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo acabou sendo dividido em três partes, que para fins didáticos atribuímos o nome de “Seções A, B e C”.

Seção A: é formada por documentos de caráter arquivístico, bibliográfico e musicográfico e possui aproximadamente 308,44 metros lineares. Quando o edifício do Conservatório foi desapropriado, essa seção foi encaminhada para o Centro Cultural São Paulo (CCSP) para receber tratamento de higienização e acondicionamento. Em novembro de 2012, a Secretaria de Cultura contratou a empresa Stephan Schafer Conservação e Restauração Ltda. para a realização de “diagnóstico, planejamento de trabalho, desinfestação, higienização,

8. Para mais informações sobre a trajetória da instituição, ver o artigo Conservatório Dramático e Musical de São Paulo: pioneiro e centenário, de autoria de Elizabeth Ribeiro Azevedo (2006). Disponível em: <https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/publicacoes/revistas/historica16.pdf?assets/publicacao/anexo/historica16.pdf>. Último acesso em: 8 out. 2025.

9. SÃO PAULO (Município). Decreto nº 46.938 de 26 de janeiro de 2006. Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóveis particulares situados no distrito da República, necessários à execução de plano de urbanização. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-46938-de-26-de-janeiro-de-2006>. Último acesso em: 15 out. 2025.

10. SÃO PAULO (Município). Decreto nº 47.080 de 14 de março de 2006. Declara de utilidade pública, para desapropriação, o acervo de partituras, livros e prontuários do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-47080-de-14-de-marco-de-2006/consolidado>. Último acesso em: 7 out. 2025.

11. Uma cópia impressa do Relatório está na pasta “Conservatório Dramático e Musical de São Paulo” na Seção de Notícias da Coleção do Museu do Teatro Municipal de São Paulo.

procedimentos de conservação e acondicionamento do acervo do CDMSP” pelo valor global de 1 milhão de reais, cujos serviços deveriam ser executados em 12 meses.¹² O plano de trabalho (Anexo 1) do contrato de prestação de serviços previa ainda a

*desinfestação do acervo contaminado. Deverão ser executados serviços de desinfestação de todos os materiais contaminados por anobiídeos, através de metodologia que emprega atmosfera anóxica, obtida pela substituição do oxigênio por um gás inerte ou por absorção de oxigênio com monitoramento permanente dos níveis de oxigênio residual abaixo de 0,3% objetivando a eficácia e segurança do processo. Deverá ser elaborado relatório identificando o acervo desinfestado.*¹³

Em relatório de abril de 2013, com cinco meses de trabalho, o representante da empresa escreveu à direção do CCSP que

*os trabalhos foram assumidos para serem executados em 12 meses. Já no início constatamos que sua execução é ainda de maior complexidade daquela que estimamos à princípio. Além disso, o acervo das partituras, o mais especial deste projeto, se demonstrou tão fragmentado dentro das caixas que necessita um trabalho de “garimpo” por músicos especializados recompô-las.*¹⁴

No relatório fica evidente a complexidade que o tratamento do acervo impunha, com relação, principalmente, à organização dos documentos musicográficos. Mesmo diante desse desafio, a empresa continuou com os trabalhos e, conforme o material foi sendo tratado, aos poucos foram sendo transferidos para o Centro de Documentação e Memória na Praça das Artes, recém-inaugurado. Apesar de solicitação de prorrogação de prazo por parte da empresa contratada, os trabalhos foram finalizados e entregues no dia 13 de novembro de 2013, totalizando 678 caixas de documentos higienizados e arrolados, dos quais constituíram 209.696 itens higienizados e 81.798 itens arrolados, aproximadamente.¹⁵

12. SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Cultura. Processo SIMPROC nº 2011-0122.758-0, fls. 312-313.

13. SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Cultura. Processo SIMPROC nº 2011-0122.758-0, fls. 319.

14. SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Cultura. Processo SIMPROC nº 2011-0122.758-0, fls. 336.

15. O número da higienização corresponde à quantidade de folhas higienizadas. Já o número de itens arrolados é correspondente a apenas um exemplar, indicando na catalogação o número de duplicatas correspondentes. SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Cultura. Processo SIMPROC nº 2011-0122.758-0, fls. 598-599.



Imagens 1, 2, 3 e 4: Tratamento do acervo sendo realizado pela equipe da empresa Stephan Schafer Conservação e Restauração Ltda. nas dependências do Centro Cultural São Paulo (CCSP). Data: 17/12/2012



Imagens 5 e 6: 4º andar do Centro de Documentação e Memória na Praça das Artes, com o acervo do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo já tratado. Data: 20.1.2016.

Entre os anos de 2013 e 2019, a Seção A do acervo do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo permaneceu em caixas-transporte no 4º andar do Centro de Documentação e Memória, na Praça das Artes. Em 2019, a Fundação Theatro Municipal de São Paulo contratou a empresa E-Doc Gestão de Documentos para realizar serviços de “inspeção, classificação, catalogação e organização dos documentos do acervo artístico/administrativo do Conservatório Dramático Musical da Fundação Theatro Municipal de São Paulo”.¹⁶ O Termo de Referência para a contratação previa as etapas de desembalagem, inspeção (caso o documento apresentasse alguma contaminação), classificação (por tipo), catalogação (em planilha Excel), embalagem (em envelopes plásticos de polipropileno e caixas-arquivo polionda) e organização (em prateleiras de aço/armários).¹⁷ Segundo a proposta, o valor do contrato foi de R\$ 62.000,00 para a execução prevista em 3 meses de trabalho.¹⁸ O início do processo de tratamento foi realizado em 26 de dezembro de 2019, e, devido à pandemia do vírus SarsCov-2, os trabalhos foram paralisados em março de 2020, restando 8 dias para o término do prazo de execução de serviços. Em setembro do mesmo ano, o processo de tratamento foi retomado com a dilatação do prazo contratual para 60 dias. Ao todo, respeitando o contrato de prestação de serviços, foram 150 dias de trabalho na organização e reacondicionamento do acervo do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. Apesar de o contrato mencionar em sua cláusula 9.4. a entrega periódica de relatórios mensais de atividades para fiscalização do objeto da contratação, não há nenhum documento dessa natureza no processo 8510.2019/0000779-1. Uma avaliação mais minuciosa do trabalho realizado pela empresa E-Doc Gestão de Documentos pôde ser realizada somente em agosto de 2021, quando foi implantado o Núcleo de Acervo e Pesquisa, que tem como escopo de trabalho a gestão do Centro de Documentação e Memória do Theatro Municipal de São Paulo.¹⁹

Uma das primeiras ações do Núcleo de Acervo e Pesquisa no Centro de Documentação e Memória foi a reorganização dos espaços das reservas técnicas. Ao assumir a gestão desses espaços, foram constatadas situações de risco ao acervo que poderiam ser mitigadas ou neutralizadas com ações imediatas ou de curto prazo. Nessa linha de atuação foram realizadas a aquisição de novas estantes de aço para guarda do acervo (já que as existentes eram insuficientes); a reorganização e guarda das caixas-arquivo nas estantes disponíveis; o reforço das estantes de aço em desuso por falta de estrutura; a instalação de câmeras de segurança e data-loggers em todos os andares do Centro de Documentação e Memória.

16. SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Processo SEI nº 8510.2019/0000779-1, documento nº 022698253.

17. SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Processo SEI nº 8510.2019/0000779-1, documento nº 022704190.

18. SÃO PAULO (Município). Secretaria de Cultura. Processo SEI nº 8510.2019/0000779-1, documento nº 024225175.

19. O Núcleo de Acervo e Pesquisa faz parte da Gerência de Formação, Acervo e Memória, área estratégica implantada com o início da gestão da Sustentados Organização Social de Cultura, em 2021.



Imagens 7, 8 e 9: Aspecto parcial do acervo do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo no início da gestão do Centro de Documentação e Memória pelo Núcleo de Acervo e Pesquisa. Data: 30/8/2021.



Imagem 10 e 11: *Aspecto do espaço de guarda após o processo de reorganização. Data: setembro de 2021.*

Com o espaço minimamente organizado, a equipe do Núcleo de Acervo e Pesquisa passou a realizar a conferência dos inventários do acervo do Conservatório disponíveis e recentes.²⁰ Os trabalhos tiveram início com o conjunto de prontuários de alunos da instituição que somam 8.415 dossiês, distribuídos em 382 caixas-arquivo. A documentação está organizada cronologicamente de acordo com o ano de ingresso do aluno no Conservatório.

*Arquivo do Conservatorio
Dramatico e Musical de S. Paulo*

4157

Número ~~1777~~ Anno 1939

Nome: *Armando de Assis Pacheco*

Filiação: *Sybio de Assis Pacheco, fal. e de D. Adelaide
No. de Assis Pacheco. Uti.*

Natural do Estado de: *S. Paulo. Uti.*

Estado Civil: *Solteiro, nasc. a 5-10-1914*

Matriculado no 5º anno do curso de *Canto*

conforme exame de classificação em *21 de Março de 1939*

Condições de matrícula: *Regulamentares*

Recebeu o diploma de _____

no dia _____ de _____ de _____

Observações: _____

Conservatorio Dramatico e Musical de São Paulo

N.º 329

Ficha N.º _____



Snr. Diretor:

Armando de Assis Pacheco residente à
rua *Rua Julia de Castilhos* n.º *638*

filho de *Sybio de Assis Pacheco (fallecido)*
e de D. *Adelaide C. de Assis Pacheco*

de *24* anos de idade, nascido em *5 de Outubro*
de 1914 em *S. Paulo* Estado de *S. Paulo*

aluno dessa Escola, do curso de *Canto*

requer, vos dignéis, à vista dos documentos juntos, de autorizar a sua
matricula nas classes abaixo mencionadas.

Nestes termos
P. Deferimento.

São Paulo, 23 / 3 de 1939

A. Pacheco

1124

60.000

20.000

2.000

MATERIA	ANO	PROFESSOR
<i>Canto</i>	<i>5º</i>	<i>M. F. Martins</i>

A. Pacheco

Imagens 12 e 13: Prontuário nº 4157 do aluno Armando de Assis Pacheco, capa e requerimento de matrícula no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. Assis Pacheco se tornou um célebre tenor brasileiro.

20. As listagens do acervo do CDMSp elaboradas pela E-Doc Gestão de Documentos foram encaminhadas pela Fundação Theatro Municipal de São Paulo para o Núcleo de Acervo e Pesquisa em 17 de agosto de 2021.

Ao longo do processo de verificação realizado entre setembro e dezembro de 2021 poucas ocorrências foram percebidas, e em sua maioria tratava-se de erros de digitação de nomes dos alunos na planilha de inventário, que foram corrigidos. Os maiores equívocos encontrados no processo de verificação dos inventários estavam no acervo que compunha a Biblioteca do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, tratando-se, portanto, de itens de caráter musicográfico e bibliográfico. Esses erros foram percebidos ainda em 2021, o que se desdobrou em projetos de tratamento dessas coleções de curto e médio prazos, que estão sendo executados até o presente momento.

O primeiro desses projetos é fruto de um convênio proposto pelos professores doutores e musicólogos da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) Paulo Augusto Castagna e Paulo Celso Moura para o tratamento da coleção musicográfica do Conservatório. Esse projeto foi executado entre setembro de 2021 e março de 2025, e envolveu procedimentos de classificação, ordenação, codificação e inventário da documentação, tendo sua última fase sido executada entre 2023 e 2025, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Na primeira fase do projeto (2021-2022), foi realizado um diagnóstico da coleção e logo foram percebidos os equívocos com relação à organização dos materiais. As obras haviam sido divididas e agrupadas de acordo com os instrumentos musicais de sua execução. Diante desse critério, os conjuntos de partes editados para orquestras e composições de música de câmara, como trios, quartetos e quintetos, foram dissociados.²¹ Para reorganizar esse acervo foi proposto um novo quadro de arranjo, respeitando, até mesmo, as proveniências de doações realizadas por antigos professores e dirigentes do Conservatório como João Pedro Gomes Cardim (1835-1918); Carlos de Campos (1866-1927); João Gomes de Araújo (1846-1943) e João Gomes Junior (1868-1963). Trata-se, portanto, de fundos que contêm materiais históricos, em sua maioria manuscritos inéditos do século XIX, que possuem grande potencial de pesquisa para o campo da musicologia no Brasil.

21. Essa dissociação generalizada da coleção musicográfica, embora apontada pela empresa Stephan Schafer Conservação e Restauro Ltda. em relatório de 2013, também não foi resolvida pela empresa E-Doc Gestão de Documentos em 2020. Ao analisar o acervo e os instrumentos de pesquisa elaborados, essa última empresa acabou por intensificar ainda mais o processo de dissociação.

Arranjo

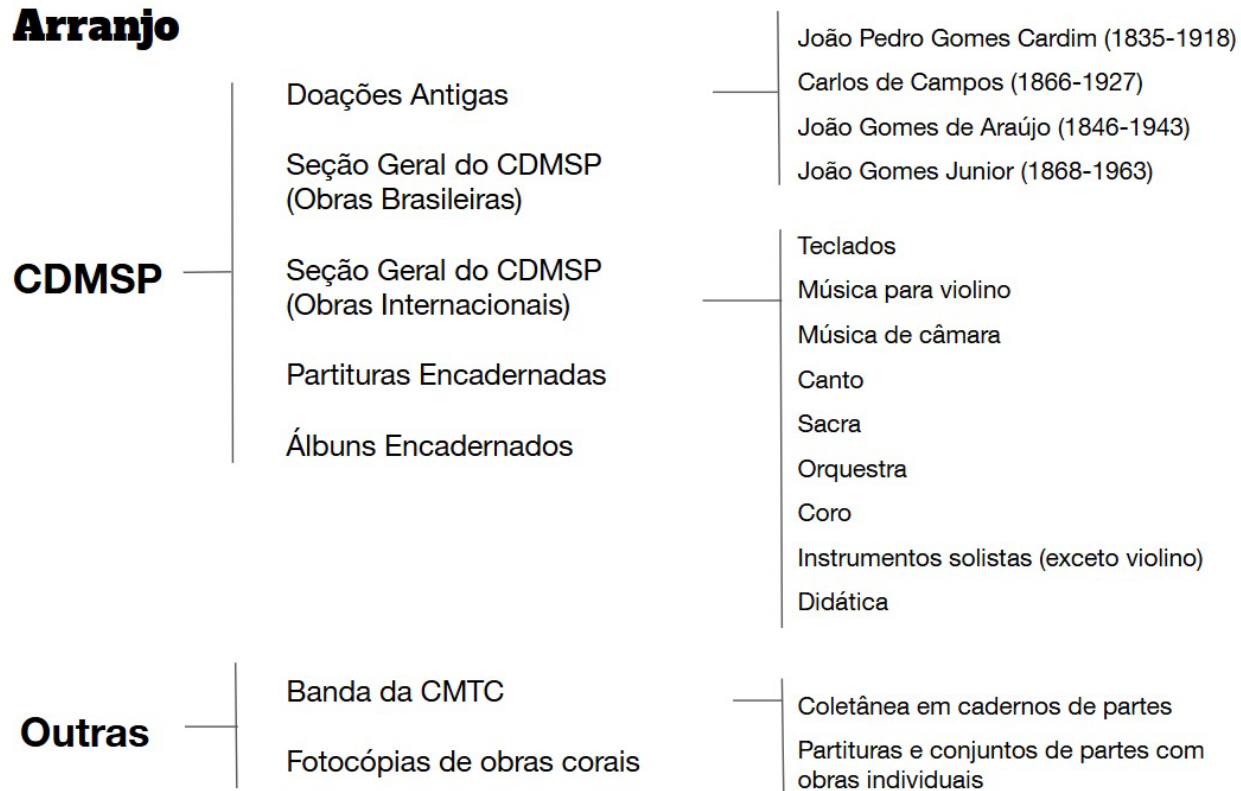


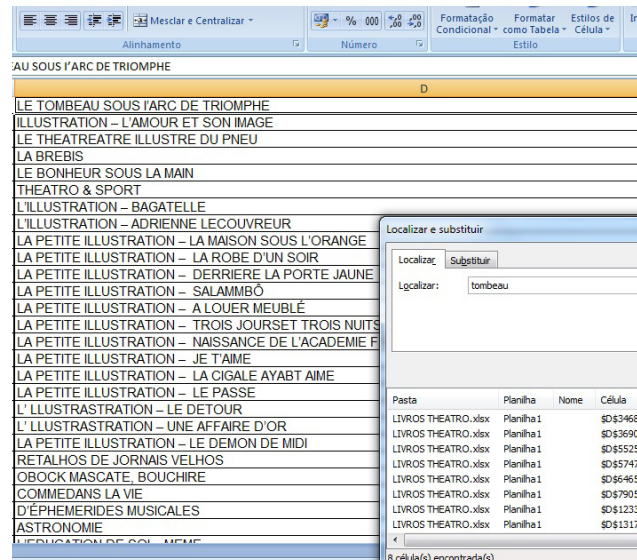
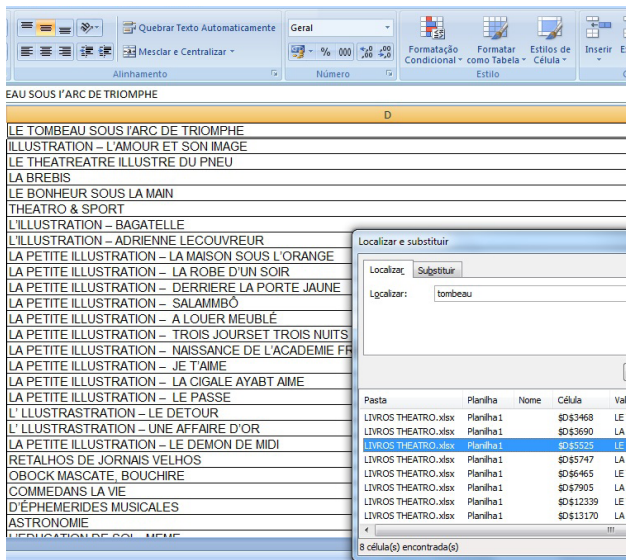
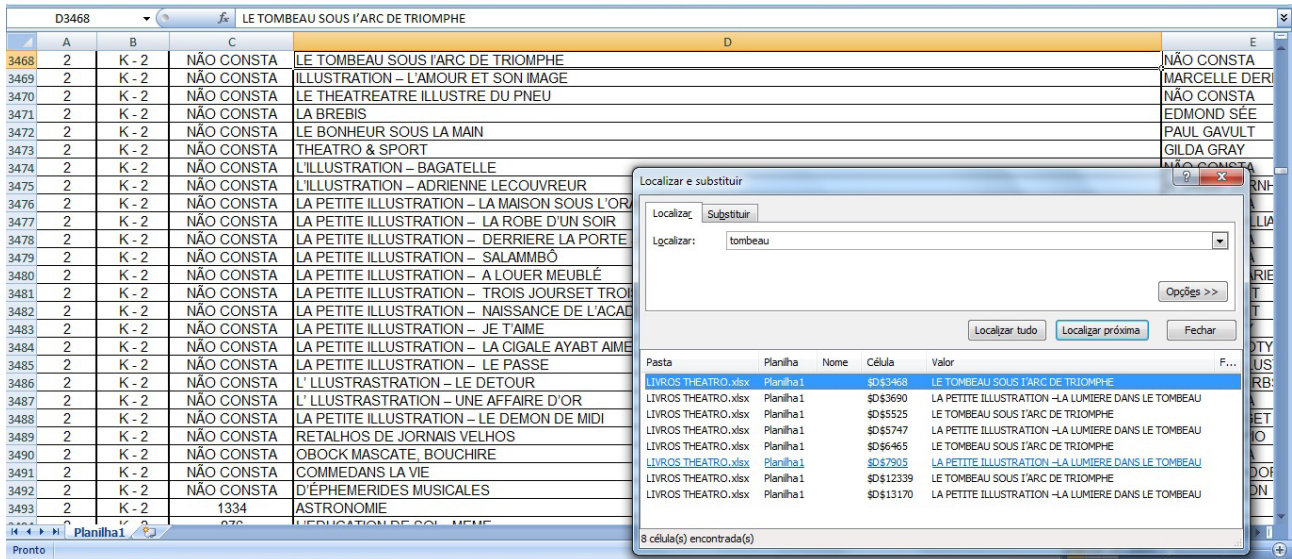
Imagem 14: Quadro de arranjo proposto para o processo de tratamento da Coleção Musicográfica do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo.

A partir do arranjo proposto, a documentação foi reorganizada, codificada e inventariada. Foram adotados 35 campos de informação, resultando no inventário de mais de 18 mil obras musicais pertencentes à coleção. Os resultados desse projeto vêm sendo difundidos pelo professor doutor e musicólogo Paulo Castagna através de palestras, conferências, artigos, podcasts, reportagens e entrevistas.²²

O segundo grande projeto envolvendo a Seção A do acervo do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo é o tratamento da Coleção Bibliográfica, que teve uma breve fase de diagnóstico em 2021 e foi sendo executado no decorrer de 2025 e 2026. No último bimestre de 2021, a equipe do Núcleo de Acervo e Pesquisa realizou a conferência do inventário da Coleção Bibliográfica do Conservatório elaborado pela empresa E-Doc Gestão de Documentos. No início do processo, foi constatado que, embora os itens seriados não estivessem agrupados, poucos títulos apresentaram inconsistências com relação à localização física nas prateleiras. Conforme o processo de verificação teve andamento, no entanto, logo se percebeu um elevado número de itens não inventariados e erros de digitação cada vez mais frequentes.²³ A fase mais crítica do processo de verificação se deu quando se notou que a planilha de inventário apresentava títulos idênticos sequenciais em mais de uma prateleira. Constatou-se, com evidência, que a planilha de inventário havia sido forjada com o emprego de um mecanismo de copiar e colar e não representava em nada a existência e/ou a localização física dos itens. Depois disso, a equipe do Núcleo de Acervo e Pesquisa definiu que nova inventariação dessa coleção precisava ser realizada oportunamente, o que ocorreu apenas em abril de 2025.

22. Para saber mais sobre o projeto de tratamento da coleção musicográfica, ver CASTAGNA & MOURA, 2023; CASTAGNA, 2024; além das reportagens Unesp coordena a recuperação do acervo do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo da TV Unesp. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fNA9yB5e_xI (último acesso em: 10 out. 2025) e Pesquisa descobre tesouros em acervo musicográfico centenário da Revista Pesquisa Fapesp. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5oGtC_AFd8c. Último acesso em: 10 out. 2025.

23. Alguns erros encontrados foram o clássico livro de Eça de Queirós O crime do padre Amaro inventariado como "O Crime do Lanche Amaro" e dois volumes do livro Musikalische Studienköpfe inventariados como "Dulikaliche". Estes e outros erros encontrados no procedimento de inventariação pela equipe da E-Doc Gestão de Documentos foram apontados pela equipe do Núcleo de Acervo e Pesquisa no Relatório de Atividades de Organização dos Acervos – 4º Trimestre de 2021, entregue em dezembro de 2021 para a Fundação Theatro Municipal de São Paulo.



Imagens 15, 16 e 17: Print Screen da planilha de inventário com as prateleiras K-2 (Rua 2), Q-1 (Rua 3) e AE-2 (Rua 4) tendo títulos sequenciais idênticos.

O projeto de inventariação da Coleção Bibliográfica envolve todas as áreas do Núcleo de Acervo e Pesquisa e vem sendo realizado por meio de ações de organização, higienização, inventário e guarda. Essa coleção é formada por diferentes títulos, tipos e formatos de publicações. De maneira geral, são publicações que dialogam com as disciplinas ministradas pelo Conservatório, como história da música, folclore brasileiro, estética, harmonia, artes plásticas, artes dramáticas, entre outras. Os dois maiores conjuntos bibliográficos dizem respeito ao ensino da música – que constitui a maior quantidade de publicações do acervo – e ao ensino das artes dramáticas (cerca de 13 metros lineares). Não por acaso, esses dois campos artísticos estavam institucionalizados desde a fundação do Conservatório, por meio de seções de ensino, conforme estatuto publicado em 1905, um ano antes da fundação da instituição:

Artigo 14º – O curso de arte dramática compreende:

- a. tragédia, drama, comédia e farsa;
- b. declamação theorica e pratica;
- c. disciplinas gerais;
- d. ginástica de salão e esgrima;

Artigo 15º – O curso de música compreende:

- a. rudimentos de solfejo e canto;
- b. harmonia, contraponto, fuga e composição;
- c. piano;
- d. harpa;
- e. rabeca, violela, violoncelo e contrabaixo;
- f. flauta e instrumentos de palheta;
- g. instrumentos de metal;
- h. órgão;
- i. música de câmara;
- j. música de orquestra;
- k. história da música e literatura;
- l. fonologia e acústica;²⁴

24. Estatutos do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, 1905, pp. 10-11. Fundo Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. Centro de Documentação e Memória. Teatro Municipal de São Paulo.

Conforme o Conservatório foi se expandindo, as bases curriculares da instituição também se ampliaram. O regimento interno de 1938 aponta a existência de 31 cursos na instituição:

*Orfeão; Método Dalcroze; Teoria musical e solfejo; Canto; Dicção e arte dramática; Declamação lírica; Harmonia e órgão; Piano; Harpa; Violino e viola; Violoncelo; Contrabaixo; Flauta; Oboé e fagote; Clarineta e congêneres; Trompa; Clarim e cornetim; Trombone e congêneres; Análise harmônica e construção musical; Harmonia elementar, análise de contraponto e noções de instrumentação; Harmonia superior; Contraponto e fuga; Instrumentação e composição; Leitura à primeira vista, transporte e acompanhamento ao piano; História da música; Folclore nacional; Conjunto de câmara; Regência; Prática de orquestra; Pedagogia musical; Noções de ciências físicas e biológicas aplicadas.*²⁵

Essa base curricular é refletida no acervo da antiga Biblioteca do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, com destaque, mais uma vez, para publicações referentes ao universo da linguagem musical. Outros temas foram identificados no acervo bibliográfico e carecem de pesquisas para entender a relação com a grade curricular: direito, política, psicologia, arquitetura, ensino de esperanto, genealogia e história do café.

A coleção de periódicos do acervo, objeto da primeira fase de tratamento, é formada por cerca de 342 títulos. Esse conjunto é formado por jornais, revistas e boletins, nacionais e internacionais, publicados no final do século XIX e na primeira metade do século XX. Entre os periódicos nacionais, a maioria foi publicada em São Paulo e no Rio de Janeiro. Já os periódicos internacionais têm origem em diversos países, entre eles: França (Paris), Bélgica (Bruxelas), Alemanha (Leipzig, Berlim, Frankfurt), Itália (Milão, Roma), Inglaterra (Londres), Estados Unidos da América (Nova York), México (Cidade do México), Chile (Santiago), Venezuela (Caracas) e Portugal (Porto, Lisboa). Até o presente momento, foram higienizados, inventariados e reordenados cerca de 13.220 unidades de material bibliográfico. Esse projeto contou com a colaboração do professor doutor e musicólogo Fernando Binder, que leciona a disciplina de história da música na Escola Municipal de Música.

Em caráter simultâneo, também está sendo realizado o processo de identificação e organização do conjunto de peças teatrais do acervo da Biblioteca do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. Esse conjunto tem cerca de 13 metros lineares e é composto por peças teatrais de autores nacionais e estrangeiros, do século XIX e início do XX. Algumas obras são inéditas e algumas publicações possuem caráter de raridade. Nesse sentido, foi constatada a necessidade de realização de um trabalho preliminar de identificação e organização desses materiais por profissionais dotados de conhecimento técnico e especializado sobre o tema. Para isso, está sendo realizada uma parceria com os professores doutores João Roberto Gomes de Faria e Elizabeth Ribeiro Azevedo, vinculados à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), especialistas em estudos do campo teatral.²⁶

Seção B: é formada por documentos de caráter arquivístico, musicográfico, bibliográfico, iconográfico, fonográfico, comemorativo, tendo um volume de 300,3 metros lineares,

25. Regimento do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, 1938, p. 6. Fundo Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. Centro de Documentação e Memória. Teatro Municipal de São Paulo.

26. Para mais informações sobre a formação dos professores, é possível acessar os currículos na plataforma Lattes: Elizabeth Ribeiro Azevedo e João Roberto Gomes de Faria.

aproximadamente. Quando o edifício do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo foi desapropriado, essa seção foi levada pelos diretores da instituição para as dependências da Fundação de Ensino Inaciana Padre Saboia de Medeiros (FEI), instituição que havia emprestado suas salas de aula para que os alunos do Conservatório pudessem terminar o ano letivo de 2008. Essa seção permaneceu nas dependências da FEI, no bairro da Liberdade, até o ano de 2011, quando foi “encontrada” pela professora doutora Elizabeth Ribeiro Azevedo, que, ao dar pela falta de extenso material arquivístico a respeito das atividades de censura de peças teatrais realizadas pelo Conservatório no acervo depositado no Centro Cultural São Paulo, resolveu por conta própria investigar o possível paradeiro desse material. Ao pesquisar sobre o processo de desapropriação do Conservatório, Azevedo deparou com uma notícia do Diário do Comércio, de 20 de outubro de 2008, que dizia que

enquanto não se define um novo espaço, o Conservatório está abrigado provisoriamente em dois novos endereços na Liberdade, de modo a manter seus cursos livres de música e a tradicional faculdade. As aulas teóricas estão sendo ministradas na Fundação Educacional Inaciana (FEI). Não muito distante, o ensaio é feito em auditório da Grande Loja Maçônica de São Paulo. Com a FEI, o Conservatório tem contrato até o fim de dezembro com possibilidade de renovação.²⁷

Com base nessa informação, a professora Elizabeth Azevedo entrou em contato telefônico com a secretária da FEI, que confirmou a existência de três salas contendo documentação do Conservatório. No dia 11 de outubro foi realizada uma visita técnica às dependências da FEI para a verificação dos documentos, da qual participaram a professora doutora Elizabeth Azevedo, o professor doutor Fausto Viana (Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – ECA-USP), Marcia Camargos (ex-funcionária do Theatro Municipal, então assistente técnica do Centro Cultural São Paulo) e Beatriz Ribeiro de Moraes (procuradora assessora da Secretaria Municipal de Cultura). Nessa ocasião, foram vistoriadas apenas duas das três salas e foi constatada a existência de farta e robusta documentação pertencente ao acervo do Conservatório, distribuída em 75 pacotes e 276 caixas, contendo, além de documentos textuais de caráter arquivístico, musicográfico e bibliográfico, quadros, instrumentos musicais, cópias de diplomas, álbuns de fotografia, discos e mobiliário. Dessa visita técnica foi elaborado um Relatório de Visita Técnica em que foram apontadas as precárias condições de armazenamento, o iminente risco de danos à documentação, devido ao empilhamento excessivo e à fragilidade da documentação textual “em estágio avançado de infestação por fungos, necessitando de urgentes cuidados básicos de higienização, acondicionamento e armazenamento”, e a urgência “de que haja uma ação de salvamento e preservação por parte das autoridades competentes para que se garanta a salvaguarda deste precioso patrimônio paulistano”.²⁸ Além dos apontamentos no Relatório, existe uma ressalva elaborada por Marcia Camargos apontando evidências de que o material vistoriado na FEI é parte integrante do acervo do Conservatório, o que foi demonstrado não só pelo exame in loco da documentação, mas também por um

27. Diário do Comércio, 20 de outubro de 2008. Pasta “Conservatório Dramático e Musical de São Paulo” – Seção de Noticiários da Coleção do Museu do Theatro Municipal de São Paulo.

28. Relatório de Visita Técnica, 12 de outubro de 2011, pp. 2-3. Assinado por Elizabeth Ribeiro Azevedo, Fausto Viana e Marcia Camargos. Documento gentilmente encaminhado ao Núcleo de Acervo e Pesquisa pela professora Elizabeth Azevedo em julho de 2025.

Laudo de Vistoria enviado em 23 de junho de 2006 para a Secretaria Municipal de Cultura e pelos apontamentos realizados no Relatório das Condições Encontradas, de 28 de julho de 2008, ambos os documentos produzidos com base no exame da documentação quando ela se encontrava nas dependências do edifício do Conservatório que havia sido desapropriado. Segundo a pesquisadora,

Ao que tudo indica, o corpus documental depositado na FEI faz parte do lote tombado pela Secretaria Municipal de Cultura e como tal deveria ser reintegrado ao restante do acervo do CDM que se encontra no CCSP. A discrepância entre as listagens, aliás, já havia sido por mim verificada em reunião no CCSP, tendo em vista futuros trabalhos de higienização do acervo do CDMSP. Na ocasião, já havia comentado sobre a diferença na quantidade e na qualidade do acervo sob a guarda do CCSP, muito menor que o anteriormente levantado.²⁹

Apesar dos apontamentos realizados pelos professores e com a participação ativa da Procuradoria da Secretaria Municipal de Cultura, a Seção B só foi encaminhada para o Centro de Documentação e Memória na Praça das Artes em 2015, com a lavratura de um Termo de Entrega de Bens “para dar cumprimento ao acordo celebrado no processo nº 0124459-71.2007.8.26.0053, em trâmite pela 12ª Vara da Fazenda Pública da Capital”, mediado pelo Departamento de Desapropriações da Procuradoria-Geral do Município, datado de 9 de abril de 2015. Assinaram o termo os representantes da Procuradoria-Geral, da Secretaria Municipal de Cultura, da FEI, da Fundação Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, da Fundação Theatro Municipal de São Paulo (FTMSP) e da pesquisadora Marcia Camargos, enquanto assistente técnica do CCSP.³⁰

Na Praça das Artes, a documentação do Conservatório correspondente à Seção B foi classificada como “contaminada”, tendo sido depositada no 2º andar do Centro de Documentação e Memória em uma espécie de quarentena, apartada da Seção A, que já estava no 4º andar do mesmo edifício.

29. Relatório de Visita Técnica, 12 de outubro de 2011, p. 4. Ressalva assinada por Marcia Camargos. Documento gentilmente encaminhado ao Núcleo de Acervo e Pesquisa pela professora Elizabeth Azevedo em julho de 2025.

30. Termo de Entrega de Bens, 9 de abril de 2015. Pasta “Conservatório Dramático e Musical de São Paulo” – Seção de Noticiários da Coleção do Museu do Theatro Municipal de São Paulo.



Imagens 18 e 19: Aspecto da Seção B armazenada no 2º andar do Centro de Documentação e Memória.
Data: 20/1/2016.



Imagens 20 e 21: Inspeção na Seção B realizada pelo Núcleo de Acervo e Pesquisa. Data: 23/9/2021.

Com base na constatação da situação de armazenamento da Seção B, o Núcleo de Acervo e Pesquisa realizou planejamento e reuniões com representantes da Fundação Theatro Municipal de São Paulo, da Sustenidos Organização Social de Cultura e da Unesp para a transferência desse material para local apropriado até que se pudesse proceder ao seu tratamento.³¹ Apesar dos esforços realizados, a documentação acabou não sendo transferida e, entre novembro de 2023 e fevereiro de 2024, foi empreendida uma grande ação de estabilização desses materiais a fim de melhorar as condições de guarda.

O escopo do trabalho teve como ação principal a substituição das caixas e envelopes de papel kraft/papelão por caixas plásticas, além da inspeção minuciosa dos itens para identificação de focos de infestação ativa por organismos xilófagos. Ao longo de quatro meses, foi montada uma força-tarefa envolvendo todos os funcionários do Núcleo de Acervo e Pesquisa para a realização da ação, a qual teve como produto final o arrolamento e acondicionamento de 320 unidades de armazenamento divididas em: 261 caixas poliméricas de transporte; 14 caixas-arquivo; 11 livros de grandes formatos embalados em TNT; 3 bustos acondicionados em caixas plásticas de transporte com capa de TNT; 3 placas comemorativas acondicionadas em embalagem de ethafoam; 1 cadeira embalada em TNT e 27 pinturas a óleo embaladas em TNT. De todo esse material, 12 caixas de materiais com infestação ativa de ataques de insetos e fungos foram separadas para procedimento de irradiação no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen) da USP. O procedimento foi realizado no dia 31 de julho de 2024, e o material foi devidamente higienizado, embalado, identificado e reintegrado à Seção B.

31. Algumas iniciativas realizadas desde 2021 para a transferência do acervo foram: a) encaminhamento de ofício à FTMSPP em outubro de 2021 solicitando autorização para o transporte do acervo para a Central Técnica de Produções Artísticas Chico Giacchieri para fins de tratamento, que, apesar de autorizado, acabou não ocorrendo, por não haver espaço de armazenamento do acervo depois de tratado no Centro de Documentação e Memória; b) reuniões no âmbito do Convênio com a Unesp para tratamento da coleção musicográfica, em que foi mencionado o desejo de se proceder ao tratamento da Seção B, incluindo o levantamento de possíveis espaços de guarda para esse material, como salas da Escola Municipal de Música na Praça das Artes, andares em desuso do Centro Cultural dos Correios, edifício do Centro de Documentação e Memória (Cedem) da Unesp na Praça da Sé; c) solicitação de proposta comercial para aquisição de armário deslizante a ser instalado no 4º andar do Centro de Documentação e Memória para otimização do espaço a fim de abrigar as Seções A e B do acervo do Conservatório; d) publicização da situação desse acervo por meio da publicação de artigo de autoria do professor Paulo Castagna em que é apontada a urgência do tratamento dessa parte do acervo, que “requer a conclusão das negociações a respeito, para iniciar a mobilização de equipes de trabalho voltadas à realização de todas as etapas do seu processamento arquivístico” (CASTAGNA, 2022, p. 192).



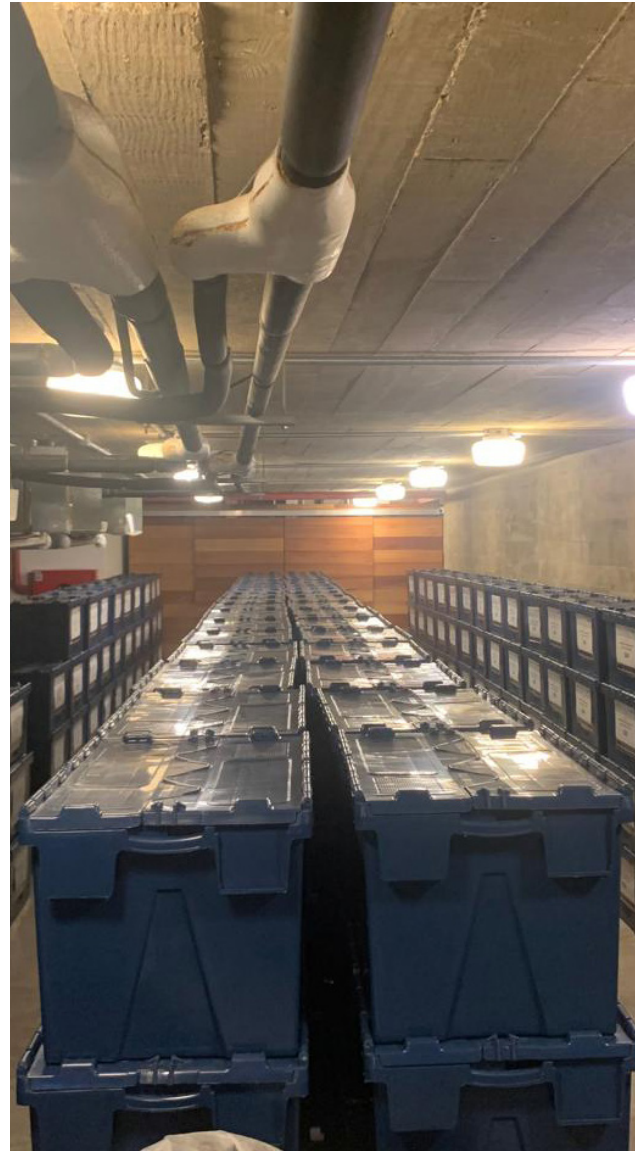
Imagens 22, 23 e 24: Acervo da Seção B com infestação ativa embalado para procedimento de irradiação com placas de cobalto 60 no irradiador multipropósito do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen) da USP.

Durante o processo de tratamento foi identificada uma quantidade considerável de documentos históricos do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo relativos aos primeiros anos de funcionamento da instituição (1906-1930). Entre esses documentos textuais de caráter arquivístico estão as Atas do Conselho Superior de Ensino, Livros de Registro de Matrícula de Alunos, Livros de Registro e de Ponto de Professores, Livros de Registro de Faltas e Médias, Recibos de Pagamento, Livro-Caixa de Movimentação Financeira, Livro de Registro de Diplomas, Ofícios, Prontuários de Alunos e de Professores, entre outros. Esse acervo também é composto de publicações diversas que fazem parte da coleção bibliográfica da instituição. Desse conjunto, são dignas de destaque as peças dramáticas manuscritas, entre elas, *Força por força*, de autoria de Jules Barbier, estreada em Paris em 1867 e traduzida por Machado de Assis. Os documentos musicográficos (partituras, partes e conjunto de partes) também possuem relevância na composição desse acervo, com obras manuscritas do século XIX e início do século XX. Nesse sentido, merece destaque o conjunto de documentos históricos já identificados de autoria dos professores, dirigentes e compositores João Pedro Gomes Cardim (1835-1918), Carlos de Campos (1866-1927), João Gomes de Araújo (1846-1943) e João Gomes Júnior (1868-1963).





Imagens 25, 26, 27 e 28: Processo de estabilização da documentação correspondente à Seção B do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo realizado entre novembro de 2023 e fevereiro de 2024 pela equipe do Núcleo de Acervo e Pesquisa.



Imagens 29 e 30: *Aspecto geral do 2º andar, onde está armazenado o acervo correspondente à Seção B do CDMSP após o processo de tratamento pela equipe do Núcleo de Acervo e Pesquisa.*

Seção C: possui caráter bibliográfico e é formada por livros raros e especiais, totalizando 151 volumes, divididos em 3 caixas, depositados no 12º andar da Biblioteca Mário de Andrade. No momento de desapropriação do edifício do Conservatório, esse conjunto foi transferido para a seção de Obras Raras e Especiais da Biblioteca Mário de Andrade, onde permanece até o momento.³² Grande parte desses livros foi listada no Relatório das Condições Encontradas – julho de 2008, elaborado quando o acervo se encontrava ainda no edifício do Conservatório, trabalho que teve como colaborador Rizio Bruno Sant’Anna, então curador de Obras Raras e Especiais da Biblioteca Mário de Andrade.

Uma grande parte das publicações é dos séculos XVII e XVIII, entre as quais merecem destaque:

1. *Meibom, Marcus, trad. Antiquae musicae auctores septem: graece et latine / Marcus Meibomius restituit ac notis explicavit. Amstelodami [Amsterdam]: Apud Ludovicum Elzevirium, 1652.*
2. *Rameau, Jean Philippe, 1683-1764. Traité de l'harmonie réduite à ses principes naturels; divisé en quatre livres [avec Supplément qui contient quelques corrections]. Paris: Jean Baptiste Christophe Ballard, 1722.*
3. *Enc. com: Nouveau systême de musique théorique, pour servir d'introduction au Traité de l'harmonie. Paris: Jean Baptiste Christophe Ballard, 1726.*
4. *Rameau, Jean Philippe, 1683-1764. Generation harmonique, ou, Traité de musique theorique et pratique par M. Rameau. [Paris: Prault fils, 1737].*
5. *Horacio. Q. Horatii Flacci Opera interpretatione et notis illustravit Ludovicus Desprez... jussu Christianissimi regis in usum serenissimi Delphini ae serenissimorum principum Burgundiae, Andium, Biturigum. Tomus primus. Bassani: 1744.*
6. *Solano, Francisco Inácio, 1720-1800. Nova instrucção musical, ou, Theorica pratica da musica rythmica... / Francisco Ignacio Solano. Lisboa: Na Officina de Miguel Manescal da Costa..., 1764.*
7. *Eximeno y Pujades, Antonio. Dell'origine e delle regole della musica: colla storia delle suo progresso, decadenza, e rinnovazione / opera di D. Antonio Eximeno, fra i pastori arcadi Aristosseno Megareo... In Roma: Nella stamperia di Michel'Angelo Barbiellini..., 1774.*
8. *[Barthélemy, Jean-Jacques, 1716-1795]. Entretiens sur l'état de la musique grecque: vers le milieu du quatrièame siecle, avant l'ere vulgaire. A Amsterdam, et se trouve a Paris: chez les frères De Bure, 1777.*
9. *Tacito, Cornélio. C. Cornelli Taciti quae exstant Opera; juxta accuratissimam D. Lallemand editionem... Paris: apud J. Barbou, 1779.*

32. Lista de Obras Raras do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, em ordem cronológica, encaminhada ao Núcleo de Acervo e Pesquisa em 17 de março de 2025 por Joana Darc Moreno de Andrade, coordenadora da Seção de Obras Raras e Especiais da Biblioteca Municipal Mário de Andrade.

10. [Coupé, Jean-Marie Louis] Histoire universelle des théâtres de toutes les nations: depuis Thespis jusqu'à nos jours [v.9, pt.1] par une Société de Gens de Lettres [Jean M. Coupé...] Paris: Chez Les Auteurs, 1780.
11. Rousseau, Jean Jacques. Collection complète des oeuvres de J. J. Rousseau, citoyen de Genève [v.17-18: Dictionnaire de musique]. A Genève: 1782.
12. Locke, John. De l'éducation des enfans. Traduit de l'anglois de M. Jean Locke; par M. Coste, membre de la Société Royale de Londres. Nouvelle édition. Tome second. A Londres, et se trouve à Paris, chez Savoye, libraire, rue Saint-Jacques, à l'Espérance, 1783.
13. Gerbert, Martin, 1720-1793. Scriptores ecclesiastici de musica sacra potissimum. Ex variis Italiæ, Galliæ & Germaniæ codicibus manuscriptis collecti et nunc primum publica luce / donati a Martino Gerberto, monasterii et congreg. S. Blasii in Silva Nigra abbate, S.Q.R.I.P. [Saint Blasien]: Typis San-Blasianis, 1784.
14. Beaumarchais, Pierre Augustin Caron de, 1732-1799. La folle journée, ou, Le mariage de Figaro: comédie en cinq actes, et en prose. Amsterdam: [s.n.], 1785.
15. Forkel, Johann Nikolaus, 1749-1818. Allgemeine Geschichte der Musik. Leipzig: im Schwickertschen Verlage, 1788-1801.
16. [Fasce, Francescantonio]. Compendio istorico delle principali e più comuni usanze degli antichi Romani: ad uso del Collegio Nazareno. Roma: G. Zempel, 1794.
17. Gretry, André Modeste, 1741-1813. Mémoires, ou, Essais sur la musique. A Paris: de l'Imprimerie de la République, pluviôse, an V [1797].
18. Leone, Evasio, 1765-1821. Il Cantico de' Cantici: recato in versi italiani da Evasio Leone. Parma: Co' tipi Bodoniani, 1800.

Em entendimento da equipe do Núcleo de Acervo e Pesquisa com Joana Darc Moreno de Andrade, coordenadora da Seção de Obras Raras e Especiais da Biblioteca Mário de Andrade, ficou definido a priori que a Seção C do acervo do Conservatório permanecerá sob guarda da Biblioteca Mário de Andrade, já que possui toda a expertise e as condições necessárias para realizar a guarda desses materiais.

Acervo do Balé da Cidade de São Paulo

O Balé da Cidade de São Paulo, corpo artístico vinculado ao Complexo Theatro Municipal de São Paulo, acumulou um vasto acervo de caráter híbrido ao longo de seus 57 anos de existência. Criado em 1968, com o nome de Corpo de Baile Municipal, sob a justificativa “de dotar-se o Teatro Municipal de São Paulo, de um Corpo de Baile à altura das tradições artísticas daquela casa”,³³ logo em 1974, sob a direção de Antônio Carlos Cardoso, o corpo artístico mudou seu nome para

33. SÃO PAULO (Município). Decreto nº 7.369, de 7 de fevereiro de 1968. Dispõe sobre a criação do Corpo de Baile Municipal e dá outras providências. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/decretos/D7369.pdf>. Último acesso em 11 out. 2025.

Balé da Cidade de São Paulo, momento em que a companhia repaginou seu repertório, passando a focar em dança contemporânea, desvinculando-se de certa maneira do Theatro Municipal, local em que seu principal objetivo era acompanhar as temporadas líricas da casa. Dessa maneira,

Desde a década de 1970, a companhia é um constante laboratório de pesquisa e desenvolvimento da dança brasileira, reconhecida por encorajar e estimular seus intérpretes por meio de mostras coreográficas, despontando alguns dos mais renomados coreógrafos nacionais.³⁴

A partir da década de 1970, o Balé da Cidade de São Paulo vai sendo dotado de certa autonomia artística, administrativa e orçamentária com relação ao Theatro Municipal de São Paulo enquanto instituição vinculada à Secretaria Municipal de Cultura e, durante boa parte de sua existência, a companhia possuía um local alugado para ensaio na Rua Passalacqua, no bairro do Bexiga. Apenas em 2012, com a inauguração da primeira fase das obras da Praça das Artes, é que o Balé da Cidade de São Paulo passou a dividir espaço com os outros corpos artísticos do Theatro Municipal.

Esses fatores, como sede própria e autonomia de gestão, fizeram com que a companhia acumulasse um vasto acervo de caráter arquivístico que reflete grande parte das suas atividades ao longo do tempo. Durante as ações em que o Núcleo de Acervo e Pesquisa esteve presente para auxiliar no processo de arrolamento preliminar desse acervo, foi possível perceber uma organização prévia e um cuidado no armazenamento dos materiais em mobiliários próprios para arquivo, como gaveteiros, estantes e armários de aço. Essa organização prévia deveu-se, principalmente, às ações de recolhimento e preservação dos materiais por parte de Raymundo Costa, que, tendo feito parte da história do Balé da Cidade de São Paulo, inicialmente como bailarino e depois como coordenador de Acervo e coordenador artístico, organizou e inventariou documentos e informações, tornando-se, ele próprio, uma espécie de “guardião da memória” da companhia de dança. Outra grande contribuição para a organização e identificação dos materiais foi realizada pela historiadora Patrícia Dias de Rossi, que pesquisou o arquivo do Balé e elaborou o precioso trabalho intitulado *Espetáculos do Balé da Cidade de São Paulo (1968-2007)*: mapeando 40 anos de arquivo, dissertação de mestrado apresentada ao programa de História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), no ano de 2009.³⁵

O acervo de documentos e objetos é formado por cerca de 2.614 itens com uma grande variedade de tipos e formatos, dos quais podemos citar: banners de divulgação de espetáculos; material expositivo e expositores de variados tamanhos contando a história da companhia com base nas efemérides celebrativas de sua existência; ampliações fotográficas de espetáculos; cartazes; programas de espetáculo; premiações e homenagens (certificados e troféus);

34. Para mais informações sobre a trajetória do Balé da Cidade de São Paulo ver o verbete sobre a companhia no site do Theatro Municipal de São Paulo. Disponível em: <https://theatromunicipal.org.br/bale-da-cidade-de-sao-paulo/>. Último acesso em: 11 out. 2025.

35. Para mais informações sobre a trajetória do Balé da Cidade e sobre o seu acervo, acessar a dissertação de mestrado de Patrícia Dias de Rossi, disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-21102009-162557/publico/PATRICIA_DIAS_ROSSI.pdf. Último acesso em: 11 out. 2025.

livros sobre o universo da dança; catálogos de festivais de dança nacionais e internacionais; cartões-postais de divulgação da companhia; mapas, desenhos e esquemas coreográficos; correspondências; contratos de prestação de serviços artísticos; prontuários de ex-bailarinos; relatórios contábeis; críticas e matérias de jornal sobre a companhia; atas e estatutos da Associação do Balé da Cidade de São Paulo; croquis de figurinos; material fonográfico e audiovisual dos espetáculos do Balé da Cidade (espetáculos e ensaios), entre outros. Além desse material, o acervo do Balé da Cidade de São Paulo possui ainda cerca de 362 metros lineares de acervo de figurinos, calçados e adereços correspondentes às produções mais recentes (anos 2000-atual) e 1.972 itens históricos, entre trajes e calçados correspondentes à data-limite que vai de 1970 até os anos 2000. Esses materiais estão armazenados em dois andares no Edifício dos Corpos Artísticos na Praça das Artes e estão sob responsabilidade da direção do Balé da Cidade de São Paulo. Nesse sentido, o Núcleo de Acervo e Pesquisa atua de forma colaborativa para a preservação desse patrimônio artístico da cidade até que, de fato, eles possam ser transferidos para o Centro de Documentação e Memória.

Em 2022 o Núcleo de Acervo e Pesquisa recebeu em caráter de doação o acervo da bailarina, educadora e coreógrafa Francisca da Penha Santos, mais conhecida como Penha Pietra's, que se encontra em estágio final de tratamento para ser integrado ao acervo do Centro de Documentação e Memória. Em 2025, vêm sendo realizadas tratativas para receber em caráter de doação o acervo referente ao Ballet IV Centenário acumulado pela bailarina e educadora Neyde Rossi. Dessa maneira, o Núcleo de Acervo e Pesquisa vem contribuindo para o fomento de pesquisas no universo da dança, uma das mais importantes linguagens artísticas da instituição.

Os arquivos de pessoas no Centro de Documentação e Memória do Theatro Municipal de São Paulo³⁶

Uma grande parte das coleções e fundos que estão armazenados no Centro de Documentação e Memória do Complexo Theatro Municipal de São Paulo foram formados por doações de acervos pessoais ao longo dos anos. Na coleção musicográfica do acervo do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo merece destaque as doações realizadas pelos titulares ou familiares dos compositores Pedro Augusto Gomes Cardim, Carlos de Campos, João Gomes de Araújo e João Gomes Júnior. Com relação à coleção bibliográfica, algumas marcas de procedência vêm aparecendo com mais recorrência conforme o acervo vem sendo tratado, como Luigi Chiaffarelli, Samuel Archanjo dos Santos, Antônio Cândido Correia Guimarães e Melchiades da Boa Morte Trigueiro. Para a seção de peças teatrais da mesma coleção, destaca-se o grande número de obras com assinatura de Jacintho Duarte Ferreira, que podem ter chegado ao Conservatório tanto como doação do titular quanto pelo processo de censura destas obras pela instituição à época do Estado Novo, principalmente.³⁷

36. Os levantamentos apresentados nesta seção tiveram a contribuição do historiador e documentalista Edson Silva dos Santos.

37. Um trabalho de investigação sobre as proveniências do acervo do Conservatório ainda está por ser realizado.

Com relação ao acervo do antigo Museu do Theatro Municipal de São Paulo, as informações sobre doações de terceiros para composição do acervo estão mais bem sistematizadas e organizadas. Em geral, esta coleção foi formada por doações pessoais e institucionais, sendo também oriunda do processo de preservação de materiais por antigos funcionários e pelo caráter prospectivo de funcionários do Museu para a ampliação da coleção. Por este motivo, a alcunha de “Arquivo Histórico” acabou se tornando um equívoco, uma vez que embora o acervo possua materiais de caráter arquivístico, não houve uma prática de acumulação sistemática e nem seria este o objetivo de um museu. Alguns fatores explicam esse processo, sendo o principal deles o fato de que o Museu do Theatro Municipal de São Paulo esteve vinculado grande parte da sua existência à Divisão de Iconografia e Museus do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) e não à instituição que lhe deu nome e origem.

As doações de arquivos pessoais foram o principal mecanismo para a constituição do acervo do Museu. Segundo relatório de implantação do Museu, de 1983,

as alternativas para que o Museu do Teatro Municipal possa ser aberto ao público em 11 de outubro de 1983, dependem de:

(...)

6. Campanha através dos meios de comunicação para doações e empréstimos de documentos e objetos para serem incorporados ao acervo e para exposições temporárias.³⁸

Em matéria da Folha de S.Paulo de 6 de agosto de 1983, a museóloga Ana Maria Leitão esclarece que

Será construído também um depósito onde ficarão guardados todos esses materiais. É um depósito que obedece às regras de conservação museológica (...) acrescentando que o Museu do Teatro Municipal está aceitando doações particulares de pessoas que possuam algum material relacionado com a história do teatro.³⁹

No planejamento para o ano de 1986, consta a estratégia de “incentivo das doações para completar e ampliar nosso acervo”.⁴⁰

As doações para ao Museu foram largamente incentivadas e prospectadas pelos antigos funcionários do Museu do Theatro, especialmente nos primeiros anos de seu funcionamento. Desse modo, foram doados os acervos pessoais do maestro Ernesto Kierski, em 28 de junho de 1983 por Francisca Vieira Kierski (504 itens); maestro Souza Lima, em 1 de setembro de 1983, por Maria Albertina de Souza Lima (461 itens); maestro Edoardo Guarneri, em 12 de setembro de 1983, por Marcelo Martinenghi (383 itens).

38. Relatório de Implantação do Museu do Theatro Municipal, 14 de junho de 1983, p. 7. Coleção do Museu do Theatro Municipal de São Paulo. Centro de Documentação e Memória – Complexo Theatro Municipal de São Paulo.

39. O Municipal conta sua história. Folha de S.Paulo, 6 de agosto de 1983. Seção de Notícias. Coleção Museu do Theatro Municipal de São Paulo. Centro de Documentação e Memória – Complexo Theatro Municipal de São Paulo.

40. Relatório de Planejamento para o ano de 1986, p. 31. Coleção Museu do Theatro Municipal de São Paulo. Centro de Documentação e Memória – Complexo Theatro Municipal de São Paulo.

Entre 1983 e 2013, o Museu recebeu 71 doações correspondentes a cerca de 2.500 itens, das quais constam uma grande presença de mulheres figurando como doadoras, sendo poucas titulares correspondentes ao gênero feminino. Destes últimos, constam Ingard Muller Bianca, Antea Claudia, Filomena Grasso, Joana Baraúna da Silva e Norma Cresto.⁴¹ Esses fatores contribuem para a compreensão do caráter de guardiãs da memória que as mulheres imprimem no bojo familiar.

Nos últimos anos, o Centro de Documentação e Memória continua recebendo doações de acervos pessoais, sendo esta prática prevista na Política de Gestão dos Acervos do Complexo Theatro Municipal de São Paulo. Segundo o documento, “o Theatro Municipal de São Paulo receberá por doação coleções documentais ou peças individualizadas oferecidas por terceiros, desde que haja interesse e estejam em consonância com a sua missão e objetivos”.⁴² A partir desse dispositivo, o Centro de Documentação e Memória recebeu a doação do acervo da bailarina, educadora e coreógrafa Penha Pietras⁴³ e da soprano Leonilde Provenzano.⁴⁴ Atualmente, o Núcleo de Acervo e Pesquisa vem realizando tratativas para receber como doação o acervo da bailarina Neyde Rossi.⁴⁵

41. Apesar de constar um número pequeno de titulares mulheres no acervo do Museu do Theatro Municipal de São Paulo, é possível que esse número seja bem maior no Fundo Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, já que a grande maioria do corpo discente foi composto de mulheres. Um levantamento dessas proveniências neste último acervo está por ser realizado.

42. Política de gestão dos acervos do Complexo Theatro Municipal de São Paulo. Sustenidos Organização Social de Cultura, 2021. Repositório digital do Núcleo de Acervo e Pesquisa.

43. Para mais informações sobre a composição e o projeto de tratamento do acervo da bailarina Penha Pietras, doado em 2022, ver o artigo de Bruna Maria Schmitt Rossi e Rafael de Araújo Oliveira intitulado O acervo da bailarina Penha Pietras no Theatro Municipal de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://revista.arqsp.org.br/index.php/revista-da-associacao-de-arquivi/article/view/81/63>. Último acesso em: 17 out. 2025.

44. Informações acerca da trajetória de Leonilde Provenzano podem ser consultadas na publicação do Núcleo de Acervo e Pesquisa intitulada Índice de fontes: trajetórias de mulheres musicistas e estudos de gênero no acervo do Theatro Municipal de São Paulo, 2025. Disponível em: https://theatromunicipal.org.br/wp-content/uploads/2025/09/indicefontes_trajetorias_demulheres_2609-1.pdf. Último acesso em: 17 out. 2025.

45. O vasto repertório profissional da bailarina Neyde Rossi pode ser acessado através de documentário da série Figuras da dança, pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=yjAFmA6h820>. O projeto também contou com a produção de um livreto bibliográfico que pode ser acessado pelo link: https://spcd.com.br/wp-content/uploads/2020/05/Livreto_Neyde-Rossi.pdf. Último acesso em: 17 out. 2025.

Referências

Bibliografia

AZEVEDO, Elizabeth Ribeiro. Conservatório Dramático e Musical de São Paulo: pioneiro e centenário. In: *Histórica: revista on-line do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 16, ano 02, novembro de 2006. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/publicacoes/revistas/historica16.pdf?assets/publicacao/anexo/historica16.pdf>. Último acesso em: 8 out. 2025.

CARMO, Bruno Bortoloto do; SANTANA, Mariana Brito (orgs.). Índice de fontes: trajetórias de mulheres e estudos de gênero no acervo do CTMSP. *Sustenidos Organização de Cultura*, 2025. Disponível em: https://theatromunicipal.org.br/wp-content/uploads/2025/09/indicedefontes_trajetoriasdemulheres_2609-1.pdf. Último acesso em: 17 out. 2025.

CASTAGNA, Paulo. Atuação de Presciliano José da Silva (1847-1897) na cidade de São Paulo e obras remanescentes na Coleção Musicográfica do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. VII Encontro de Musicologia Histórica do Campo das Vertentes, São João del-Rei, 7-14 dez. 2024. *Anais...* São João del-Rei: Universidade Federal de São João del-Rei, 2024. pp. 19-68. ISSN: 2595-5195. Disponível em: <https://www.academia.edu/127406428/>.

CASTAGNA, Paulo; MOURA, Paulo Celso. Coleção musicográfica do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo (1906-2015): histórico e projetos em curso. IV Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural: O Patrimônio Cultural como ofício da História. Goiás, 10-13 out. 2022. *Anais...* Goiás: Associação Nacional de História (Anpuh), Grupo de Trabalho História e Patrimônio Cultural, 2023. p. 181-194. ISBN: 978-85-5722-545-9. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1AadHPgP4RVhwZnZ_gk99hHOVPApNznEm/view.

ROSSI, Bruna Maria Schmitt; OLIVEIRA, Rafael de Araújo. O acervo da bailarina Penha Pietra's no Theatro Municipal de São Paulo. In: *OFFICINA – Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo*, São Paulo, v. 2, n. 2, 2023, pp. 161-182. Associação de Arquivistas de São Paulo. Disponível em: <https://revista.arqsp.org.br/index.php/revista-da-associacao-de-arquivi/article/view/81/63>. Último acesso em: 17 out. 2025.

ROSSI, Patrícia Dias de. *Espetáculos do Balé da Cidade de São Paulo (1968-2007): mapeando quarenta anos de arquivo*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em História. Universidade de São Paulo: 2009. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-21102009-162557/publico/PATRICIA_DIAS_ROSSI.pdf. Último acesso em: 11 out. 2025.

Documentos

Ata da 223ª Sessão Ordinária realizada em 08 de novembro de 1961. Câmara Municipal de São Paulo. Disponível em: https://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmsp/anadig/Sessoes/Ordinarias/223SO04.pdf. Último acesso em: 30 set. 2025.

Coleção de Arte da Cidade de São Paulo. Centro Cultural São Paulo. Disponível em: <https://acervocsp.art.br/arte-da-cidade/>. Último acesso em: 1 out. 2025.

Diário do Comércio, 20 de outubro de 2008. Pasta “Conservatório Dramático e Musical de São Paulo”, Seção de Noticiários, Coleção Museu do Theatro Municipal de São Paulo. Centro de Documentação e Memória – Complexo Theatro Municipal de São Paulo.

Estatutos do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, 1905. Fundo Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. Centro de Documentação e Memória – Complexo Theatro Municipal de São Paulo.

Figuras da dança: Neyde Rossi. São Paulo Companhia de Dança, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yjAFmA6h820>. Último acesso em: 17 out. 2025.

Lista de obras raras do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, em ordem cronológica, 17 de março de 2025. Biblioteca Municipal Mário de Andrade. Repositório digital do Núcleo de Acervo e Pesquisa – Complexo Theatro Municipal de São Paulo.

O Municipal conta sua história. Folha de S.Paulo, 6 de agosto de 1983. Seção de Noticiários. Coleção Museu do Theatro Municipal de São Paulo. Centro de Documentação e Memória – Complexo Theatro Municipal de São Paulo.

Pesquisa descobre tesouros em acervo musicográfico centenário. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Revista Pesquisa Fapesp. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5oGtC_AFd8c. Último acesso em: 10 out. 2025.

Política de gestão dos acervos do Complexo Theatro Municipal de São Paulo. Sustenidos Organização Social de Cultura, 2021. Repositório digital do Núcleo de Acervo e Pesquisa.

Portal de Acervos do Complexo Theatro Municipal de São Paulo. Complexo Theatro Municipal de São Paulo. Disponível em: <https://acervo.theatromunicipal.org.br/inweb/default.aspx?lang=BR&pesquisageral=1>. Último acesso em: 1 out. 2025.

Processo SEI nº 8510.2019/0000779-1 – Contratação de empresa especializada nos serviços de inspeção, classificação, catalogação e organização dos documentos do acervo artístico/administrativo do Conservatório Dramático e Musical da Fundação Theatro Municipal de São Paulo. Fundação Theatro Municipal de São Paulo, 2019.

Processo SIMPROC nº 2011-0.122.758-0 – Contratação de empresa especializada em serviço de higienização do acervo do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. Centro Cultural São Paulo, 2011. Repositório digital do Núcleo de Acervo e Pesquisa.

Prontuário do aluno Armando Assis Pacheco, nº 4157. Assentamentos Individuais de Alunos. Fundo Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. Centro de Documentação e Memória – Complexo Theatro Municipal de São Paulo.

Regimento do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, 1938. Fundo Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. Centro de Documentação e Memória – Complexo Theatro Municipal de São Paulo.

Relatório de atividades de organização dos acervos – 4º trimestre de 2021, dezembro de 2021. Sustenidos Organização Social de Cultural, dezembro de 2021. Repositório digital do Núcleo de Acervo e Pesquisa.

Relatório das condições encontradas, julho de 2008. Secretaria Municipal de Cultura – Comissão de análise do acervo deixado no prédio desapropriado que abrigava o Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. Pasta “Conservatório Dramático e Musical de São Paulo”, Seção de Noticiários, Coleção Museu do Theatro Municipal de São Paulo. Centro de Documentação e Memória – Complexo Theatro Municipal de São Paulo.

Relatório de implantação do Museu do Theatro Municipal, 14 de junho de 1983. Coleção do Museu do Theatro Municipal de São Paulo. Centro de Documentação e Memória – Complexo Theatro Municipal de São Paulo.

Relatório de visita técnica elaborado por Elizabeth Ribeiro Azevedo, Marcia Camargos e Fausto Viana, 12 de outubro de 2011. Repositório digital do Núcleo de Acervo e Pesquisa – Complexo Theatro Municipal de São Paulo.

Relatório de planejamento para o ano de 1986, p. 31. Coleção Museu do Theatro Municipal de São Paulo. Centro de Documentação e Memória – Complexo Theatro Municipal de São Paulo.

Termo de Entrega de Bens, 09 de abril de 2015. Procuradoria Geral do Município de São Paulo. Departamento de Desapropriações. Pasta “Conservatório Dramático e Musical de São Paulo”, Seção de Noticiários, Coleção Museu do Theatro Municipal de São Paulo. Centro de Documentação e Memória – Complexo Theatro Municipal de São Paulo.

Unesp coordena a recuperação do acervo do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Televisão Universitária Unesp. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fNA9yB5e_xl. Último acesso em: 10 out. 2025.

Verbete: Balé da Cidade de São Paulo. Disponível em: <https://theatromunicipal.org.br/bale-da-cidade-de-sao-paulo/>. Último acesso em: 11 out. 2025.

Legislação

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 7.369, de 7 de fevereiro de 1968. Dispõe sobre a criação do Corpo de Baile Municipal e dá outras providências. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/decretos/D7369.pdf>. Último acesso em: 11 out. 2025.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 46.938 de 26 de janeiro de 2006. Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóveis particulares situados no distrito da República, necessários à execução de plano de urbanização. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-46938-de-26-de-janeiro-de-2006>. Último acesso em: 15 out. 2025.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 47.080 de 14 de março de 2006. Declara de utilidade pública, para desapropriação, o acervo de partituras, livros e prontuários do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-47080-de-14-de-marco-de-2006/consolidado>. Último acesso em: 7 out. 2025.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 5.859 de 14 de novembro de 1961. Dispõe sobre a criação da Pinacoteca Municipal de São Paulo. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/leis/L5859.pdf>. Último acesso em: 30 set. 2025.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 9.467 de 06 de maio de 1982. Cria na Secretaria Municipal de Cultura, o Centro Cultural São Paulo, e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-9467-de-6-de-maio-de-1982/consolidado>. Último acesso em: 1 out. 2025.

04

Conservatório Dramático e
Musical: patrimônio cultural
paulista



O edifício que ficou conhecido como sede do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo foi construído em 1896, por seu proprietário à época, Frederico Joachim, comerciante de pianos e representante da Steinway & Sons, reconhecida fabricante de pianos. Seu primeiro pavimento – hall de entrada – foi projetado para que fosse um espaço de exposição dos pianos a serem comercializados. No segundo pavimento foi projetado um amplo salão com palco para apresentações artísticas, inicialmente batizado de Salão Steinway. Em 1899, o proprietário realizou uma grande reforma no imóvel, ampliando-o com uma nova construção anexa e readequando o espaço para que servisse de hotel – Joachim's Hotel – com 40 acomodações. Em 1901, o edifício foi vendido e passou a se chamar Hotel Panorama, em razão da vista panorâmica para o centro de São Paulo e o Vale do Anhangabaú. Em nova transação, em 1909, o prédio foi adquirido pelo Conservatório Dramático e Musical de São Paulo,² o salão foi rebatizado de Salão Carlos Gomes e os quartos de hotel foram adaptados para funcionar como salas de aula. Dois fatores foram cruciais para a instalação da instituição de ensino naquele edifício: a conveniência das instalações, com salão e palco originais, e a proximidade com o Theatro Municipal de São Paulo. Sendo uma das primeiras instituições de artes dramáticas da América Latina, o Conservatório funcionou durante cem anos, quando, em 2006, o edifício foi desapropriado pela Prefeitura da Cidade de São Paulo para ser integrado ao Projeto do Complexo Cultural Praça das Artes.

Atualmente, o edifício conhecido como sede do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo é composto do primeiro pavimento onde funcionava o hall de entrada da instituição de ensino – espaço transformado em uma Sala de Exposições, batizada em 2023 de Beatriz Franco do Amaral, em homenagem à antiga diretora do Theatro Municipal – e o segundo pavimento, conhecido como Sala do Conservatório, onde se preservou o palco principal restaurado, com camarins, estrutura de iluminação e acústica contemporânea em que são realizados eventos diversos – em especial, as apresentações do Quarteto de Cordas da Cidade de São Paulo.

O processo de tombamento do Conservatório foi realizado inicialmente pelo Conpresp dentro de um contexto de proteção do perímetro do Vale do Anhangabaú quando estava sendo executada a Operação Urbana Anhangabaú, na década de 1990. Já o processo de tombamento instruído pelo Condephaat foi aberto nos anos 2000 e finalizado em 2014, quando o edifício do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo já integrava o Projeto Quadra 27, da Praça das Artes.

1. Bacharel e Licenciado em História pela Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP (2009 – 2012). Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural - Centro Lúcio Costa – CLC – IPHAN/UNESCO (2021). Tem experiências nas áreas de educação, pesquisa histórica, preservação do patrimônio cultural e na área de gestão documental. Atualmente é Arquivista do Complexo Theatro Municipal de São Paulo.

2. Entre 1906, período em que foi inaugurado, e 1909, a instituição de ensino funcionou no edifício onde morou a Marquesa de Santos, na Rua Brigadeiro Tobias.



Imagens 1 e 2: Peça publicitária da Casa Especial de Pianos Frederico Joachim no jornal *A Música*, de 31 de dezembro de 1899. Fundo Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. Centro de Documentação e Memória – Complexo Theatro Municipal de São Paulo.

O tombamento do perímetro do Anhangabaú (Conpresp, 1992)

Em 5 de maio de 1991, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) decidiu pela abertura de processo de tombamento do perímetro referente ao Parque do Anhangabaú. À época, estava sendo planejada a Operação Urbana Anhangabaú, iniciativa da Prefeitura de São Paulo de revitalização do centro histórico da cidade

compreendendo um conjunto integrado de intervenções coordenadas pela Prefeitura, através da Empresa Municipal de Urbanização – Emurb, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, visando a melhoria e valorização ambiental da área de influência imediata do Vale do Anhangabaú.³

Entre seus principais objetivos, podemos destacar:

(...)

II – Melhorar, na área objeto da operação, a qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores e usuários permanentes, promovendo a valorização da paisagem urbana e a melhoria da infraestrutura e da sua qualidade ambiental;

III – Incentivar o melhor aproveitamento dos imóveis, em particular dos não construídos ou subutilizados;

IV – Incentivar a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental urbano;⁴

Tais objetivos estavam vinculados a diretrizes urbanísticas de aberturas de vias para pedestres no interior das quadras, estímulo ao remembramento de lotes, restrição do transporte individual e maior eficiência do transporte coletivo, utilização de “mecanismos que propiciem obras de conservação e restauro dos edifícios de interesse histórico-arquitetônico e ambiental”, arborização de áreas não ocupadas, “composição das faces das quadras, de modo a valorizar os imóveis de interesse arquitetônico e a promover a harmonização do desenho urbano”; adequação do mobiliário urbano e o incentivo ao uso residencial na área da Operação Urbana Anhangabaú⁵.

Diante desse contexto, na Resolução nº 006/CONPRESP/91 foi apresentada como anexo a relação dos móveis de interesse histórico, arquitetônico e/ou ambiental na área do Projeto de Revitalização do Anhangabaú, como era chamado antes de ser batizado de Operação Urbana. No documento foram relacionados 370 logradouros, entre eles, o de nº 333, descrito como “Av. São João, 269 (Lote 10) – Conservatório Dramático e Musical de São Paulo” e destacado com

3. Lei nº 11.090, de 16 de setembro de 1991. Estabelece programa de melhorias para a área de influência imediata do Vale do Anhangabaú, cria incentivos e formas para sua implantação, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1991/1109/11090/lei-ordinaria-n-11090-1991-estabelece-programa-de-melhorias-para-a-area-de-influencia-imediate-do-vale-do-anhangabau-cria-incentivos-e-formas-para-sua-implantacao-e-da-outras-providencias>. Último acesso em: 14 out. 2025.

4. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1991/1109/11090/lei-ordinaria-n-11090-1991-estabelece-programa-de-melhorias-para-a-area-de-influencia-imediate-do-vale-do-anhangabau-cria-incentivos-e-formas-para-sua-implantacao-e-da-outras-providencias>. Último acesso em: 14 out. 2025.

5. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1991/1109/11090/lei-ordinaria-n-11090-1991-estabelece-programa-de-melhorias-para-a-area-de-influencia-imediate-do-vale-do-anhangabau-cria-incentivos-e-formas-para-sua-implantacao-e-da-outras-providencias>. Último acesso em: 14 out. 2025.

caneta vermelha.⁶ Tal decisão pela abertura do processo de tombamento foi manifestada através do Memorando nº 145/90, de 23 de abril de 1990, de autoria de Leila Regina Diegoli – diretora da Divisão Técnica de Preservação do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH). Segundo o documento, o pedido de abertura foi endossado

por tratar-se de patrimônio ambiental urbano de reconhecido valor histórico, arquitetônico e cultural, conforme pode ser observado nas justificativas encaminhadas em anexo.

Em consequência disso está em tramitação na Câmara Municipal Projeto de Lei denominado Operação Anhangabaú que dispõe sobre a criação de incentivos e benefícios para proprietários de bens tombados executarem obras de conservação e restauro. Para que os proprietários usufruam deste direito faz-se necessário o tombamento destes bens.

Acreditamos que através da aplicação da legislação municipal preservacionista, ou seja, o tombamento, atrelado à criação de benefícios e incentivos para manutenção dos bens tombados, estaremos caminhando para uma efetiva revalorização da área central da Cidade de São Paulo.⁷

No dia 10 de maio de 1991, foram encaminhadas notificações aos proprietários de bens imóveis no perímetro de tombamento, publicadas resoluções e expedidos ofícios aos órgãos competentes.

Dos documentos que compõem a instrução do processo de tombamento, merece destaque o parecer técnico elaborado pelos arquitetos Rita de Cássia Alves e José Roberto dos Santos Pinheiro, uma vez que o documento contextualiza as ações de preservação da área do Vale do Anhangabaú pela Divisão de Preservação do DPH, iniciadas antes da abertura do processo. Em meados da década de 1980, teve início o Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano da Cidade de São Paulo (Igepac-SP), que tinha como objetivo a seleção de perímetros da cidade que continham bens culturais passíveis de serem preservados, para apreciação do Conpresp. Como metodologia, foi realizado um estudo a partir de uma divisão da cidade em áreas que, de acordo com suas características físicas, históricas e de aproveitamento quanto à sua utilização, apresentariam certa homogeneidade. Dessa maneira, foi eleito o chamado Centro Velho como ponto de partida para início do inventário por ser a região que mais concentraria bens de interesse histórico e cultural para a preservação. Outras áreas a serem estudadas seriam o Centro Novo, Santa Efigênia, Luz, Liberdade, entre outros. Ao longo do processo de inventário, foi percebido que, em decorrência de alguns fatores relacionados às intervenções urbanas em algumas áreas e o lobby da especulação imobiliária, não seria possível seguir esse planejamento inicial. O Vale do Anhangabaú não estava contido em nenhum dos inventários realizados até então, mas abrangia partes do inventário do Centro Velho, do Centro Novo e da Consolação. Segundo o parecer,

as intensas transformações porque passou e vem passando a região denominada pelo Vale – implantação de calçadas, construção do Metrô, reurbanização da Avenida São João, e sua própria reurbanização – justificam o perímetro do adotado.

6. Processo de Tombamento DPH nº 1991 – 0.005.079-2 – Conpresp, fl. 20.

7. Processo de Tombamento DPH nº 1991 – 0.005.079-2 – Conpresp, fl 26.

*Com a aprovação da Operação Urbana Anhangabaú, que visa o adensamento da região através de incentivos – estes também dirigidos a bens preservados – e cujo perímetro praticamente coincide com aquele objeto do tombamento, tornou-se ainda mais urgente definir áreas com maior ou menor potencial de verticalização, a partir das manchas, conjuntos ou mesmo bens isolados dignos de serem preservados.*⁸

Seguindo a contextualização histórica do parecer, no documento são mencionados alguns bens imóveis históricos representativos da cidade de São Paulo que compõem o perímetro do Vale do Anhangabaú, como o edifício do Banco do Brasil, o Banespa, o Parque do Anhangabaú e o Theatro Municipal. Em tom favorável ao tombamento da área do Anhangabaú, os arquitetos indagam:

*Quem não se lembra dos grandes comícios, dos espetáculos multi-mídia e dos mega-shows que lá se ofereceram? E como dissociar aquele cenário, histórico, desses eventos? Que não tenham esses grandes edifícios o mesmo fim daqueles saudosos palacetes, destruídos pela falta de visão e de interesse de toda uma época.*⁹

Neste trecho, é possível perceber a crítica às intervenções urbanas realizadas na cidade que culminaram com a demolição de edifícios históricos de arquitetura neoclássica, principalmente no centro histórico da cidade. Entre os bens culturais de arquitetura eclética representativos da paisagem histórica da cidade na região, também são citados o edifício da Faculdade de Direito e a Escola de Comércio Álvares Penteado no Largo São Francisco, “marcos na paisagem da cidade e representam tendências minoritárias da arquitetura paulistana, por isso mesmo, tão importantes”.¹⁰

A partir das áreas de maior ou menor potencial de verticalização e de acordo com as informações coletadas nos inventários já realizados pela Divisão de Preservação do DPH, foram definidos os bens culturais que se enquadrariam em três níveis de proteção, cuja diferença estaria no grau de interesse histórico-arquitetônico ou paisagístico.

No primeiro nível de proteção – NP-I –, marcado pela excepcionalidade, estariam enquadrados os bens culturais cuja preservação deveria ser integral. Alguns exemplos citados são a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, a Escola de Comércio Álvares Penteado e a Casa da Bóia. Já no segundo nível, denominado NP-II, deveria preservar-se a arquitetura externa e algumas áreas internas “em geral representadas por halls, escadarias e outras áreas de circulação”. Como exemplo, foram citados o edifício do Banespa e o do Banco Itaú da Rua XV de Novembro. No NP-III, a diretriz seria a preservação da arquitetura externa, apenas. O edifício Sampaio Moreira é o exemplo utilizado por ter seus elementos arquitetônicos internos já bastante descaracterizados à época. Por fim, no quarto nível de proteção – NP-IV –, são tratados os imóveis e lotes que deveriam possuir um controle de volumetria, de acordo com “a volumetria dos bens tombados do seu entorno imediato, principalmente no que se refere a

8. Processo de Tombamento DPH nº 1991 – 0.005.079-2 – Conpresp, fl. 29.

9. Processo de Tombamento DPH nº 1991 – 0.005.079-2 – Conpresp, fl. 30.

10. Processo de Tombamento DPH nº 1991 – 0.005.079-2 – Conpresp, fl. 30.

recuos e gabaritos”.¹¹ Como exemplo são citadas edificações da Rua Florêncio de Abreu e o quadrilátero formado pelas avenidas São João, Ipiranga, São Luiz e Rua Xavier de Toledo.

Diante desses critérios, foi elaborada uma planta classificando os imóveis entre esses quatro níveis. Alguns que estavam já inventariados na primeira ação do Igepac-SP no Centro Novo foram reavaliados por conta das transformações urbanas ocorridas desde então. No parecer, ainda foi destacado que

*ao contrário do que aventaram alguns, a opção pelo tombamento não visa ‘congelar’ a área mas sim direcionar sua ocupação no sentido de valorizar os poucos monumentos representativos das diversas fases de sua história ainda remanescentes.*¹²

Para explicar os critérios definidos para a elaboração da listagem dos bens culturais classificados nos quatro níveis de proteção, o parecer descreve as edificações divididas pelo logradouro correspondente. Segundo o parecer, o prédio do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo estaria vinculado a um conjunto de edifícios de pequeno porte que marcam a “introdução da alvenaria de tijolos na arquitetura paulistana”. Seriam pois

Testemunhas da primeira fase de desenvolvimento da cidade após uma estagnação de séculos, em decorrência de seu florescimento econômico, essas construções apresentam arquitetura eclética, muitas com referências ao neoclassicismo e algumas já com ornamentação bastante elaborada. (...)

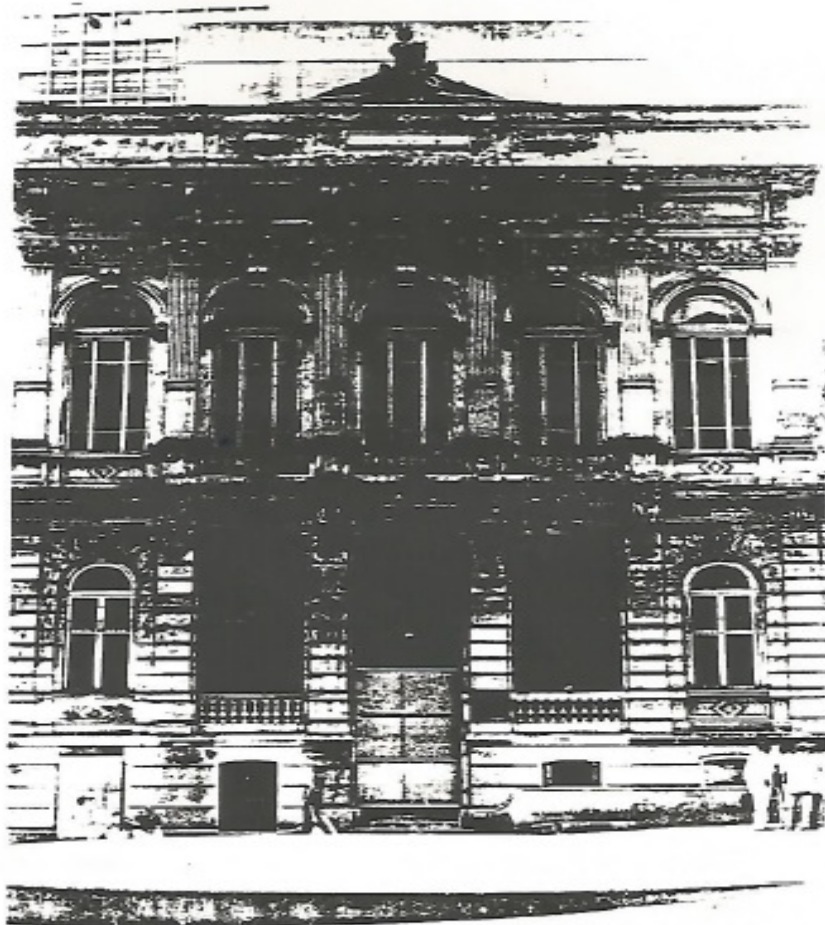
*Dada a sua fragilidade, tanto em decorrência da especulação imobiliária quanto em relação a sua idade, torna-se provavelmente o conjunto a que devemos dispensar maior atenção em toda a Área do Vale do Anhangabaú, isto sem colocar em segundo plano outros imóveis, também de extremo interesse, e sobre os quais discorreremos a seguir.*¹³

Como exemplo imagético destes edifícios, destacou-se o do Conservatório, que, à época, se encontrava em estágio de deterioração.

11. Processo de Tombamento DPH nº 1991 – 0.005.079-2 – Conpresp, fl. 32.

12. Processo de Tombamento DPH nº 1991 – 0.005.079-2 – Conpresp, fl. 34.

13. Processo de Tombamento DPH nº 1991 – 0.005.079-2 – Conpresp, fl. 34.



Conservatório Dramático Musical de
São Paulo, quase em ruínas, e o inútil
palco de granito à sua frente.

Imagem 3: Reprodução de fotografia da fachada do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo com destaque para a legenda caracterizando o estado de conservação do edifício e criticando a construção do palco na Avenida São João. Processo de Tombamento DPH nº 1991 - 0.005.079-2 - Conpresp, fl. 38.

Do ponto de vista histórico, merece destaque o levantamento realizado pelo arquiteto Eudes de Mello Campos Júnior intitulado *Evolução Urbana do Centro Novo*. O documento apresenta um estudo histórico da ocupação fundiária dos lotes ao longo do Ribeirão Anhangabaú a partir do século XVI. São abordadas as primeiras iniciativas de abertura de ruas na região central, bem como o início do povoamento do bairro de Santa Efigênia. Também é abordado o crescimento dos arruamentos da região central ao longo dos séculos, em especial durante o século XIX. Nesse processo estariam os loteamentos da década de 1890 nos bairros inseridos no chamado Centro Novo, como Consolação, Vila Buarque, Luz, Campos Elíseos e República. Segundo o estudo de Campos Júnior, a construção do Theatro Municipal seria responsável por toda uma transformação do Morro do Chá em Centro Novo, integrando o Vale do Anhangabaú no espaço público da cidade. A obra seria responsável também por empregar inovações tecnológicas nas regiões adjacentes, como o emprego do asfalto e a lâmpada elétrica de alta potência na iluminação pública.

A transformação do Anhangabaú em parque pelo paisagista francês Bouvard também é mencionada no estudo, como sendo uma das iniciativas de integração do vale no espaço urbano da cidade. Nos anos 1930, o destaque é para a reconstrução do Viaduto do Chá em estilo art déco. Nas décadas seguintes, o processo de verticalização da cidade ganhou força com a construção na região do edifício CBI Esplanada (1946) e o Conde Prates (1952). As transformações realizadas por Prestes Maia nos anos 1940 enquanto prefeito também são destacadas, na medida em que grandes reformas urbanísticas são empreendidas na região, culminando por descaracterizar toda a paisagem então construída do Vale do Anhangabaú na década de 1920.

De maneira geral, Campos Júnior atribui as grandes transformações do Vale do Anhangabaú às gestões dos prefeitos Fábio Prado (1934 – 1938) e Prestes Maia (1938 – 1945). Já o período áureo dessa região central é atribuído às décadas de 1940 e 1960, que nesse entremeio viu serem erguidos os edifícios da Biblioteca Municipal (1935), Copan (1951), Itália (1956) e Conjunto Metropolitano (1960). Da década de 1970 em diante, a cidade se desenvolverá para o chamado Centro Expandido, contribuindo para o que o autor chama de “decadência física do Centro tradicional, que vai sendo abandonado pelas classes mais favorecidas”. Segundo ele, é nesse contexto que se inserem os projetos de revitalização urbana e, conseqüentemente, o processo de tombamento do perímetro do Anhangabaú.

Concluindo, Campos Júnior reflete em seu estudo que,

A atual apropriação do Centro pelas classes populares, e em alguns casos até pela marginalidade, reflete-se no aspecto descuidado que se generaliza por toda a região central. Constatação que ainda hoje a muitos incomoda. Haja vista o esforço despendido por setores da atual administração (1991) no sentido de atrair de novo para o Centro frequentadores de nível socioeconômico mais elevado. Projetos do tipo: Eixo Sé-Arouche, Boulevard São João e reurbanização do Vale do Anhangabaú, entre outros, assumem explicitamente esse objetivo. No entanto, a esse respeito, pairam dúvidas para as quais ainda não há respostas: será, com efeito, reversível esse processo? Será socialmente desejável essa reversão? Até que ponto não é justa a apropriação do centro pelas camadas mais populares, classes sociais que por muito tempo foram mantidas à distância dessa parte da cidade, então reduto das classes dominantes? E, por fim, na hipótese de que continue o Centro a ser

*frequentedo pelas classes populares, como evitar que perdure o aspecto desleixado que atualmente apresenta*¹⁴?

As reflexões trazidas pelo arquiteto são importantes pois inserem o tombamento do Vale do Anhangabaú em debates contemporâneos amplos com os quais dialoga, também, o projeto Operação Urbana Anhangabaú ao longo da gestão de Luiza Erundina quando prefeita da cidade de São Paulo. O pano de fundo da análise do arquiteto seria a constante especulação imobiliária na região central. Embora o próprio autor reconheça que ainda não há respostas para as questões levantadas, as reflexões parecem ser endereçadas ao fórum do Conpresp.

Aos pareceres e levantamentos urbanísticos e históricos foram anexadas as listagens dos imóveis propostos para tombamento classificados nos níveis NP-I, NP-II e NP-III (Anexo I), a listagem dos imóveis sujeitos a controle de volumetria (Anexo II) e a listagem dos logradouros públicos a serem preservados (Anexo III). Enquanto imóvel classificado no Nível de Proteção I, portanto, de valor excepcional cuja preservação do edifício deveria ser integral, consta a notação “271 – São João, 269, Avenida (Conservatório Dramático e Musical de São Paulo) Edifício do Conservatório – NP1” imóvel vinculado à Quadra 27.¹⁵

A proposta de tombamento instruída com os documentos mencionados, elaborada pelos técnicos do DPH, também foi submetida ao Grupo de Trabalho Intersecretarial da Operação Urbana Anhangabaú, que através do arquiteto José Eduardo Lefèvre recomendou em seu parecer “possibilitar ao GT Operação Urbana Anhangabaú a decisão sobre gabaritos de controle de volumetria para imóveis de nível NP-4 aprovados da Operação Urbana” e “incluir na listagem de preservação o imóvel situado à Rua Boa Vista, nº 304, projeto de autoria do arquiteto Rino Levi”. As recomendações do arquiteto ligado ao GT foram endossadas por Sarah Feldman, relatora conselheira do Conpresp, que propôs a alteração de alguns artigos da minuta da resolução de tombamento, entre eles, a eliminação da definição de um perímetro de entorno do tombamento, uma vez que já se trata de proposta de proteção de um perímetro bem delimitado; a inclusão da especificação de que os imóveis tombados poderão passar por reformas de adequação funcional devendo os projetos serem submetidos à aprovação do Conpresp; a eliminação das diretrizes de gabarito para ocupação dos imóveis classificados como NP-IV – uma vez que essa atribuição passaria a ser do Grupo de Trabalho da Operação Urbana Anhangabaú.

Na Resolução nº 37/CONPRESP/92, publicada em 4 de dezembro de 1992, foram considerados o valor histórico, social e urbanístico “representado pelos vários modos de organização do espaço urbano que compõem a área central da cidade de São Paulo,” bem como o significado paisagístico e ambiental do Vale do Anhangabaú ao longo da história de São Paulo e os valores “histórico-arquitetônico, ambiental e afetivo de diversos imóveis localizados na área do Vale do Anhangabaú e vizinhanças” para tombar 293 edificações e 9 logradouros públicos localizados no perímetro definido pelos técnicos do DPH. Em seu artigo 4º, a resolução determina que “todos os bens tombados são passíveis de restauração, reciclagem, revitalização

14. Processo de Tombamento DPH nº 1991 – 0.005.079-2 – Conpresp, vol. III.

15. Processo de Tombamento DPH nº 1991 – 0.005.079-2 – Conpresp, vol. IV.

e reformas, visando sua adequação funcional, devendo os projetos serem submetidos ao Conpresp”.

Em geral, o processo de tombamento do perímetro do Vale do Anhangabaú durou cerca de um ano e sete meses para ser concluído. O fato de ter sido realizado em paralelo a execução da Operação Urbana Anhangabaú demonstra a preocupação da municipalidade em atrelar um projeto de revitalização a uma iniciativa de proteção, por meio do tombamento. As discussões levantadas ao longo do processo inserem as ações de preservação em um contexto contemporâneo de constante mudança urbanística. A possibilidade de se realizar intervenções a partir da prévia aprovação do DPH e do Conpresp, mesmo dos imóveis classificados no nível NP-I, cuja proteção a própria legislação prevê como sendo integral, corrobora para desmistificar a característica de “refrigério” que o tombamento possa vir a ter. Esta cláusula 4ª da resolução de tombamento do Conpresp será importante para entendermos alguns aspectos das intervenções realizadas no edifício do Conservatório durante o processo de tombamento realizado pelo Condephaat.

Conservatório: patrimônio cultural do Estado de São Paulo – 1ª Fase (Condephaat, 2002 – 2004)

O processo de tombamento do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo pelo Condephaat teve sua abertura em 25 de setembro de 2000, por solicitação do advogado José Roberto Melhem, então presidente do órgão de preservação do patrimônio estadual. Segundo consta nos autos do processo, o estado de conservação do edifício e de seu acervo estavam sendo investigados pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MPE) através da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Capital – Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 185/99. Segundo os ofícios enviados ao Condephaat, as informações sobre o estado de conservação do edifício chegaram ao conhecimento da Promotoria através de uma matéria do jornal O Estado de S. Paulo, de 28 de novembro de 1999¹⁶, a qual denunciava “o estado de abandono” do edifício que estaria, até mesmo, “em adiantado estado de ruína, necessitando restauro, havendo indicação, inclusive, de que parte do acervo se perdeu, havendo risco para o restante desse acervo”. Nos quesitos enviados ao Condephaat, são perguntadas informações sobre o estado de conservação do prédio e do acervo e quais as providências adotadas para a preservação de ambos.¹⁷

Ao promotor do MPE, os técnicos do Condephaat esclareceram que o acervo não era objeto de tombamento pelo órgão, sendo que a proteção recairia apenas sobre o edifício. Para complementar as informações prestadas, o processo foi remetido ao Serviço Técnico de

16. Matéria do jornal O Estado de S. Paulo denunciando o estado de conservação do edifício e do acervo do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, de 28 de novembro de 1999. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19991128-38757-nac-0042-cid-c14-not>. Último acesso em: 15 out. 2025.

17. Ofício nº 14.443/00-5-PJMAC – Processo de Tombamento Condephaat nº 40366/2000, fl. 04-05. Ofício nº 2.455/00 –5-PJMAC – Processo de Tombamento Condephaat nº 40366/2000, fl. 12. Ofício nº 021/01-5-PJMAC Processo de Tombamento Condephaat nº 40366/2000, fl. 20.

Conservação e Restauro (STCR) do Condephaat, onde recebeu o parecer do arquiteto Paulo Sgarbi. No parecer, o arquiteto apresenta as seguintes considerações

Situação atual: A edificação que abriga atualmente o “Conservatório Dramático e Musical de São Paulo”, apenas em parte constituiu o remanescente da construção original. Esta situação decorre da obra concluída parcialmente em 1982, que constituiu na demolição das salas de aula do prédio histórico e a construção de novo bloco para a mesma função, circulações verticais e instalações de apoio – obra, então, concluída. A obra não realizada refere-se à restauração da edificação histórica: salão do pavimento térreo, auditório no pavimento superior, fachada para Avenida São João e cobertura do Prédio.

Nota histórica: Importa considerar o remanescente da construção tradicional, que encerra os eventuais valores que possam merecer o instituto do tombamento. A documentação disponível data da construção do final do século 19.

Inicialmente residência, depois hotel, o prédio passa a abrigar o conservatório por volta de 1909, com a modificação, digo, adaptação da ala dos quartos para salas de aula e administração.

(...) em linhas gerais, a obra de restauro necessária não apresenta dificuldades técnicas, podendo ser recuperada a arquitetura desta antiga edificação.

Paulo Sgarbi, 04/12/2001¹⁸

Dos apontamentos realizados no parecer, podemos destacar a diferenciação dos elementos do edifício que poderiam ser considerados “originais” (salão e auditório) daqueles que foram acrescentados ao longo do tempo (edifício que abrigava as salas de aula construído na década de 1980). A diferenciação preliminar permitiu, em conclusão, que o arquiteto considerasse apenas o remanescente “tradicional” da construção como digno de receber proteção.

Em outro parecer, provocado por novo ofício do MPE solicitando informações sobre o acervo do Conservatório, de 5 abril de 2002, o arquiteto se manifesta da seguinte maneira:

(...) temos a informar que a requisição contida no mesmo baseia-se em equívoco, ou seja, refere-se a levantamento do ACERVO do Conservatório, quando o objeto de estudo para eventual tombamento refere-se ao EDIFÍCIO, que abriga o CDMSp.

A publicação da abertura do referido processo por este Conselho (fl. 11) é claro neste sentido. Isto quanto à resposta aquele ofício. Por outro lado, cabe notar que o referido edifício foi tombado pelo Conpresp em 1992, estando protegido por Lei Municipal.

As garantias de preservação estabelecidas pela abertura do processo de tombamento por este Conselho (Condephaat) apenas reforçam aquela proteção municipal, que neste caso é dominante.

Acresce que a instrução do presente processo até o momento parece-nos suficiente para indicar que o tombamento a nível estadual não se justifica, sendo a proteção municipal mais que suficiente.

Paulo Sgarbi. 07/05/2002¹⁹

18. Processo de Tombamento Condephaat nº 40366/2000, fl. 34-35.

19. Processo de Tombamento Condephaat nº 40366/2000, fl. 46 (verso).

No citado parecer, o arquiteto Paulo Sgarbi, diante do tombamento realizado pelo Conpresp em 1992, modifica sua análise realizada anteriormente. Se antes o arquiteto trabalhava com a perspectiva de proteger os elementos “tradicionais” da construção, nesta nova perspectiva o tombamento pelo Condephaat não mais se justificaria, já que o imóvel havia sido tombado pelo órgão de preservação municipal. A justificativa utilizada ignora a possibilidade de coexistência de proteção pelas esferas municipal e estadual.

Apesar do parecer do arquiteto, a diretoria do Serviço Técnico de Conservação e Restauro decide pela continuidade dos estudos de tombamento. Ao longo do ano de 2002, a Promotora de Justiça do Meio Ambiente da Capital passa a acompanhar as obras de restauro da fachada do Conservatório, processo que foi aprovado pelo Condephaat (nº 40870.2001) e pelo Conpresp (nº 2002.0124899-5). Nesse período, as análises dos técnicos do Condephaat serão pautadas, principalmente, pelos pedidos de esclarecimentos de informações do MPE com relação ao estado de conservação do edifício.

Em setembro de 2002, Paulo Sgarbi se manifesta novamente no processo, esclarecendo à diretoria que:

O citado Conservatório encontra-se em conclusão dos estudos para eventual tombamento (...) e este serviço entende não haver interesse ou aspectos relevantes que impliquem na preservação a nível estadual.

Por outro lado, o referido edifício encontra-se tombado pelo Conpresp, desde 1992, o que detém todas as informações referentes às reformas ou intervenções naquele edifício.

Paulo Sgarbi. 03/09/2002²⁰

Ainda que a análise do arquiteto pelo não tombamento do edifício se mantivesse, o Condephaat acompanhou as obras de intervenção da fachada do edifício, que ocorreram entre setembro e dezembro daquele ano. No mês de abril de 2004, um novo ofício do MPE solicitou informações pontuais acerca da legalidade de instalação de um depósito de lixo na entrada da Rua Conselheiro Crispiniano, à luz da legislação de tombamento. A resposta foi dada através de ofício do Gabinete da Presidência, em 30 de setembro de 2004, informando que a instalação de caçamba para depósito de lixo “não prejudica as características daquela edificação”.

O último despacho dessa primeira fase do processo para o prosseguimento dos estudos do tombamento é de 22 de outubro de 2004, endereçado ao arquiteto Paulo Sgarbi. Entre 2004 e 2009, não houve trâmite no processo de tombamento. Apesar dessa lacuna no processo, esteve em andamento, justamente nesse período, o projeto de construção da Praça das Artes, que teve como um dos principais partidos a absorção de elementos de edificações históricas da chamada Quadra 27: o núcleo histórico do edifício do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo e a fachada do antigo Cine Cairo.

20. Processo de Tombamento Condephaat nº 40366/2000, fl. 54-55.

O Projeto da Praça das Artes (2006 – 2012)

Em 2006, por meio de um decreto, o então prefeito José Serra desapropriou o edifício do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo.²¹ A intenção era que a edificação fosse restaurada e fizesse parte de um complexo cultural denominado Praça das Artes. No mesmo ano, o acervo do Conservatório foi declarado de utilidade pública por meio do Decreto nº 47.080 de 14 de março de 2006. O projeto escolhido foi o de autoria dos arquitetos Marcos Cartum (Secretaria Municipal de Cultura), Marcelo Ferraz e Francisco Fanucci (Brasil Arquitetura). O principal objetivo do projeto era construir um polo cultural que, ao mesmo tempo, abrigasse os corpos artísticos do Theatro Municipal de São Paulo – até então ensaiando em locais improvisados pela cidade e em salas no edifício do próprio Theatro – e sediasse também a Escola Municipal de Música (EMM) e a Escola de Dança de São Paulo (Edasp), ambas vinculadas à Prefeitura de São Paulo. O projeto previa também espaços para abrigar o corpo administrativo e os acervos do Theatro através de um Centro de Documentação e Memória. Para a execução do projeto, foram escolhidos alguns lotes da chamada Quadra 27, formada pelas intersecções da Rua Conselheiro Crispiniano, Avenida São João e Rua Formosa.²² Um dos principais elementos escolhidos para a composição arquitetônica da edificação foi o prédio do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, que passaria por um grande processo de restauração.

21. São Paulo (Município). Decreto nº 46.938 de 26 de janeiro de 2006. Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóveis particulares situados no distrito da República, necessários à execução de plano de urbanização. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-46938-de-26-de-janeiro-de-2006>. Último acesso em: 15 out. 2025.

22. Mais informações sobre o Projeto Quadra 27, que deu origem à Praça das Artes, podem ser consultadas no livro **Praça das Artes** de autoria da empresa Brasil Arquitetura.



Imagem 4: Croqui da Praça das Artes – Projeto Quadra 27 – de autoria da empresa Brasil Arquitetura. Disponível em: <https://brasilarquitetura.com/project/praca-das-artes>. Último acesso em: 15 out. 2025.

Em 17 de dezembro de 2007, foi protocolado no Condephaat o Projeto da Praça das Artes, que foi instruído e convertido em processo sob o nº 56739/2007, o qual solicita aprovação do projeto básico das futuras instalações do Conjunto Cultural Praça das Artes – Capital. O requerimento foi elaborado pela própria Secretaria Municipal de Cultura, através do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), na figura de seu diretor à época, o arquiteto Walter Pires. O projeto protocolado já havia sido aprovado pelo Conpresp em sua 419ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de novembro de 2007.²³ Segundo o projeto, estariam sinalizados para demolição os imóveis lindeiros ao edifício do Conservatório: uma área correspondente ao Cine Saci, localizada do lado direito do edifício, e um prédio comercial localizado do lado esquerdo. O edifício anexo ao Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, projetado como espaço para salas de aula e construído na década de 1980 pela Empresa Municipal de Urbanização (Emurb), foi sinalizado nas plantas como uma área a ser reformada. O projeto executivo de restauro do Conservatório abrangeria, desse modo

*a adequação tanto do edifício histórico quanto de seu anexo, além da construção de um novo bloco vertical no pequeno terreno lateral localizado na altura do número 259 da Avenida São João. No pavimento térreo do edifício histórico será instalado o Museu do Teatro Municipal com espaços dedicados a exposições do acervo e temporárias, bem como a eventos. O auditório do pavimento superior será criteriosamente restaurado e voltará a se abrir para apresentações musicais. O subsolo receberá um elegante restaurante/cave. O novo bloco a ser construído no terreno lateral – O Centro de Documentação Artística – abrigará o acervo artístico e os arquivos históricos de todas as instituições que compõem o conjunto. O edifício anexo do Conservatório será reformado para abrigar todo o sistema de circulação vertical, as salas administrativas e de serviços.*²⁴

Segundo os autores do projeto,

*Esse edifício é o registro físico e simbólico da cidade do final do século XIX e início do XX que, como “raiz histórica”, sustentará uma vida por ser inventada. Com ele não estamos partindo da estaca zero. (...) o desafio da intervenção é capacitar o edifício histórico para as modernas necessidades e novos usos, mantendo suas características, sua memória e seu patrimônio. Desta maneira todas as intervenções foram criteriosamente estudadas de modo que se conseguisse a mínima interferência. (...)*²⁵

23. Processo Condephaat nº 56739/2007, fl. 05.

24. Processo Condephaat nº 56739/2007, fl. 50.

25. Processo Condephaat nº 56739/2007, Fl. 51.



Imagem 5: O edifício do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo em 1986, quando foram inauguradas as estruturas anexas de oito pavimentos para uso administrativo e pedagógico.

O projeto obteve parecer favorável do Condephaat, elaborado pelo arquiteto Marco Antônio Lança, qualificando a intervenção da seguinte forma:

Trata-se de uma intervenção que visa a requalificação urbana da área, além de criar espaços de uso público para fins culturais e de lazer; além de propor a recuperação do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, bem cultural de reconhecido valor. Os projetos são satisfatórios, estando muito bem fundamentados, podendo ser aprovados pelo egrégio colegiado. 18/01/2008.²⁶

Em seguida, os autos do processo foram encaminhados para relatoria do conselheiro Jon Andoni V. Maitrejean, que endossou o entendimento do arquiteto Marco Antônio Lança, manifestando-se da seguinte maneira:

Sr. Presidente

Recebemos para análise e parecer o processo nº 56739/07, que trata do pedido de aprovação do projeto básico do “Conjunto Cultural Praça das Artes” e do Projeto de Restauo do Edifício do Conservatório “Dramático e Musical de São Paulo”, tombado pelo Condephaat.

Nada temos a opor à aprovação do estudo básico, que se encontra na área envoltória de vários bens tombados, pois a volumetria e a ocupação propostas não interferem na visibilidade e no destaque dos bens tombados.

Quanto ao projeto de restauro apresentado, que demonstra alta qualidade técnica e apurado conhecimento das técnicas de restauro, só nos resta aprovar e torcer para sua breve inauguração. É o nosso parecer. 21/02/2008.²⁷

Apesar de o Conselheiro ter mencionado o tombamento do Edifício do Conservatório já em 2008, ressalta-se que os autos do processo de tombamento ainda estavam em instrução nessa época. Encaminhando os autos para votação no colegiado do Condephaat, o projeto obteve aprovação em sua sessão ordinária de 7 de abril de 2008.

Em 6 de fevereiro de 2012, um novo ofício foi encaminhado ao Condephaat, solicitando a aprovação de modificações no projeto original, já aprovado. Quem assinou o ofício foi Marcos Cartum, autor e coordenador do Projeto da Praça das Artes e representante do Núcleo de Projetos de Equipamentos Culturais da Secretaria Municipal de Cultura. As alterações se referiam, basicamente, à alteração da altura do edifício dos corpos artísticos, que passaria a contar com 1,20 m a mais que o previsto, “para atendimento a exigências técnicas de instalação de elevadores e de ventilação”, e à demolição do edifício anexo ao Conservatório, previsto inicialmente para ser reformado, mas que

não apresenta condições de aproveitamento, determinando sua demolição integral. Deste modo, em seu lugar foi projetado novo edifício – com mesma área e projeção – também resultando em melhor integração ao conjunto, uma vez que a localização das escadas e elevadores pode ser melhor adequada às necessidades do projeto.²⁸

As modificações foram aprovadas em parecer de 20 de dezembro de 2013, assinado pelo arquiteto Flávio Luiz Marcondes Bueno de Moraes.²⁹ Em 18 de fevereiro, foram juntados aos autos o laudo de conservação do edifício anexo ao Conservatório, elaborado em 22 de janeiro de 2010, o qual demonstrava as condições precárias dos elementos estruturais da construção,

26. Processo Condephaat nº 56739/2007, fl. 248 (verso).

27. Processo Condephaat nº 56739/2007, fl. 249 (verso).

28. Processo Condephaat nº 56739/2007, fl. 258.

29. Processo Condephaat nº 56739/2007, fl. 266 (frente e verso).

concluindo que

*Em virtude das condições em que se encontram as estruturas existentes, da necessidade da execução de um novo subsolo, da necessidade de reforço por conta do acréscimo de novos pavimentos e considerando os custos envolvidos na recuperação estrutural e na execução de sub fundações, consideramos que a adequação desta estrutura às exigências do projeto apresenta grandes dificuldades executivas e custos que podem não compensar o seu aproveitamento. Sugerimos, portanto, que esta edificação seja totalmente demolida e que seja implantado um novo edifício neste local.*³⁰

Em reunião ordinária realizada em 17 de fevereiro de 2014, o colegiado do Condephaat aprovou, por unanimidade, as alterações no Projeto da Praça das Artes.³¹ A decisão, portanto, parece ter sido protocolar, afinal de contas, a primeira fase do Projeto da Praça das Artes, contendo a nova edificação que substituiria o edifício anexo do Conservatório, já estava inaugurada desde dezembro de 2012. Além disso, o processo de tombamento do Conservatório ainda não havia sido finalizado, o que só viria a acontecer em agosto de 2014. Resta então retomarmos a instrução processual do tombamento para entendermos o seu desfecho.

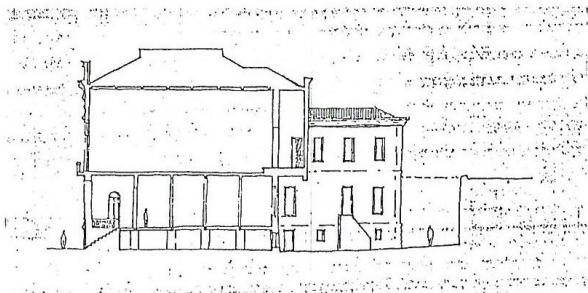
Conservatório: patrimônio cultural do Estado de São Paulo – 2ª Fase (Condephaat, 2009 – 2014)

Em outubro de 2004, o processo de tombamento havia sido despachado para manifestação do arquiteto Paulo Sgarbi, que em seus dois últimos pareceres havia exposto seus argumentos para não tomar o edifício, justificando que a proteção municipal da edificação seria suficiente. Entre 2004 e 2009, não há tramitação no processo de tombamento. O processo só recebeu novo parecer quando foi encaminhado para prosseguimento dos estudos à arquiteta Silvia Ferreira Wolff, que anexou novos elementos para subsidiá-lo, sendo um deles uma monografia da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo de 1982, intitulada Considerações sobre o Conservatório Dramático e Musical de São Paulo.³² Nesse estudo, são propostas intervenções no edifício, no momento em que ele estava em processo de reforma pela empresa Emurb. Também são esquematizados interessantes croquis apresentando as modificações no corpo principal e no edifício anexo ao longo dos anos.

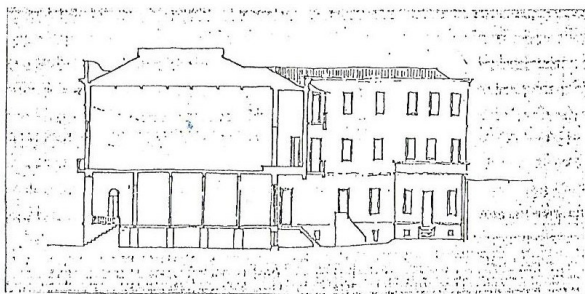
30. Processo Condephaat nº 56739/2007, fl. 275.

31. Processo Condephaat nº 56739/2007, fl. 304.

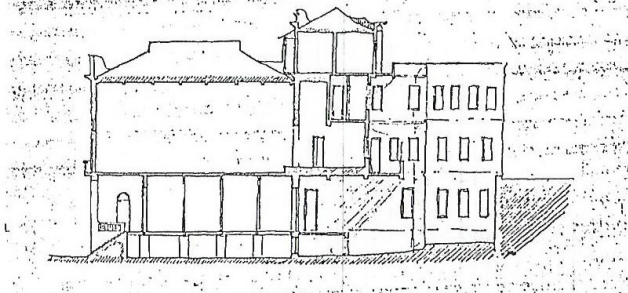
32. Processo de Tombamento Condephaat nº 40366/2000, fl. 72.



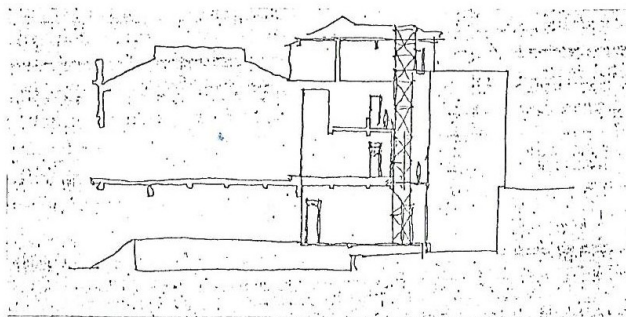
1. Corte esquemático do edifício à época de sua construção (1895)



2. Corte esquemático do edifício após sua transformação em hotel (1898), com o acréscimo de mais um pavimento e aumento da área construída nos fundos do lote.



3. Corte esquemático do edifício após reforma para abrigar as instalações do Conservatório (1909) quando, além de adaptações internas, acrescentou-se pavilhão no nível da cobertura.



4. Corte esquemático da situação atual.

Imagens 6 e 7: Cortes esquemáticos do edifício do Conservatório e seu anexo ao longo dos anos. No corte de nº 4, a representação das condições do prédio em 1982. Processo de Tombamento Condephaat nº 40366/2000, fl. 86-87.

Em 11 de junho de 2010, a arquiteta Silvia Wolff se manifesta no processo favoravelmente ao instituto do tombamento da seguinte maneira:

A despeito de manifestação técnica anterior somos favoráveis ao tombamento por este Condephaat reconhecendo a relevância histórica e a representatividade no panorama cultural das atividades desenvolvidas neste espaço desde a fundação do Conservatório Dramático Musical e do Departamento Municipal de Cultura.

A edificação em si também é de extremo interesse por ser um prédio do final do século XIX que conserva suas características arquitetônicas ligadas ao neoclássico de base erudita presente na cidade de São Paulo naquele período. É de interesse também a especificidade do programa que contava com uma sala de espetáculos.

Este parecer de avaliação tem caráter conciso e é acompanhado por roteiro documental e analítico do edifício e por cópia de documentação obtida. Nas informações, ao contrário de no passado, temos optado por sintetizar as análises e documentação gráfica sobre o edifício organizadamente de modo a auxiliar a leitura de informações pelo público em geral.³³

Acompanha o parecer uma ficha técnica de caracterização do bem cultural contendo, além de dados básicos como localização, proprietário, função original da edificação, função atual, data do projeto e da construção e dados históricos gerais. Foram também incluídos na ficha os croquis, cortes e plantas do edifício do Conservatório relativos ao Projeto da Praça das Artes, de autoria da empresa Brasil Arquitetura.³⁴ As informações sobre o Projeto da Praça das Artes constam no campo da ficha relativa ao Estado de Conservação, em que foram mencionados alguns detalhes da proposta de intervenção que, naquela época, estava em andamento. É mencionada ainda a aprovação do projeto nº 56739/2007 pelo colegiado do Condephaat. Ao final do parecer é apresentada uma proposta de preservação que corresponde ao edifício histórico do Conservatório, abrangendo o primeiro pavimento, que no projeto de intervenção se transformaria em uma Sala de Exposições, o segundo pavimento, que seria restaurado para continuar funcionando como uma Sala de Espetáculos, e o subsolo, que receberia estrutura para um restaurante/cave. A Praça das Artes constituiria a área envoltória do tombamento, em que intervenções futuras deveriam passar por aprovação do colegiado do Condephaat.

Os autos do processo foram encaminhados para relatoria, sendo designada relatora a conselheira Rita Guimarães Silvestre Gonçalves. No seu parecer, a conselheira endossa a manifestação da arquiteta Silvia Wolff e complementa dizendo que

Originalmente uma instituição privada, ainda que em parte subvencionada por recursos públicos, o Conservatório, em 2008, perdeu seu edifício para a Secretaria Municipal de Cultura do Município que o integrou num complexo cultural que em breve abrigará todos os corpos artísticos do município, funcionando em íntima ligação com o Teatro Municipal, como se ideou no momento de sua fundação.

Caso o tombamento ocorra neste momento, isso se dá em condição muito mais confortável para o Condephaat do que aquela de junho de 2000, quando o estado ruinoso do edifício levou o Ministério Público a arguir este conselho sobre o grau de proteção dispensado ao bem. [grifo nosso]³⁵

33. Processo de Tombamento Condephaat nº 40366/2000, fl. 103-104.

34. Processo de Tombamento Condephaat nº 40366/2000, fl. 106-109.

35. Processo de Tombamento Condephaat nº 40366/2000, fl. 116-117.

Em sessão ordinária realizada em 10 de outubro de 2011, o colegiado do Condephaat decidiu, por unanimidade, acatar parcialmente o parecer da relatora, indicando a solicitação de informações à Secretaria Municipal de Cultura sobre o Projeto da Praça das Artes, para fins de registro, aprovando também a minuta de resolução de tombamento. Deliberou ainda que se anexasse ao processo de tombamento o projeto de restauração do Conservatório e da Praça das Artes elaborado pela Secretaria Municipal de Cultura e pela empresa Brasil Arquitetura.

A Resolução de tombamento nº 91 foi publicada em 25 de agosto de 2014, estabelecendo a Praça das Artes como área envoltória. Já a inscrição no Livro do Tombo Histórico foi realizada em 14 de abril de 2015, pelo caráter histórico e arquitetônico da edificação. Diz o texto final da inscrição:

O CDMSP (...) foi concebido com erudita linguagem neoclássica, e já contava com uma sala de espetáculos em sua origem em 1895; foi ampliado para a instalação de um hotel em 1896 e passou a abrigar o Conservatório Dramático e Musical, criado em 1904, desde 1908. Em suas salas, amplo e requintado salão e em seu palco desenvolveram-se relevantes atividades musicais. Sob a organização de figuras como Paulo Duarte e Mario de Andrade, professor e diretor da casa, o Conservatório Dramático e Musical passou a fazer parte do Departamento Municipal de Cultura por eles criado em 1930. Desde 2013 integra o Complexo Cultural Praça das Artes.³⁶

Com a resolução de tombamento em 2014 e a inscrição no livro do tomo em 2015, o processo de tombamento foi encerrado. Estava definitivamente protegido pelo tombamento o edifício restaurado inaugurado em 2012, no âmbito do Projeto da Praça das Artes. Algumas reflexões finais podem ser feitas a partir deste emaranhado processual que buscou conciliar proteção e intervenção no edifício.

O histórico edifício da Avenida São João e a moderna Praça à sua volta

Para a inauguração da Praça das Artes, em dezembro de 2012, a Secretaria Municipal de Cultura programou uma série de eventos marcando a solenidade. No dia 5, o primeiro módulo do projeto foi inaugurado e, nos dias 7 e 8 de dezembro, a Sala do Conservatório recebeu recitais de piano, com obras de compositores brasileiros, além do lançamento de um álbum do Quarteto de Cordas da Cidade de São Paulo. No dia 11 de dezembro, aconteceu o lançamento de um DVD contendo registros audiovisuais de obras de Glauco Velasquez interpretadas pelo grupo de música de câmara Aulustrio.

Entre esses eventos estava a exposição O conservatório na Praça das Artes com curadoria de Marcia Camargos e Dan Fialdini. Segundo divulgação da própria Secretaria de Cultura, a mostra marcaria a inauguração do Polo Cultural, em que poderiam ser vistos na Sala de Exposição “elementos significativos da história tanto do antigo prédio quanto do Theatro Municipal, cujos passados se cruzaram”. Segundo a matéria, os itens expostos, como “programas, fotografias originais, cartazes, figurinos de balé e ópera, ajudam a compor um painel que representa a trajetória das instituições e o encontro entre elas”.³⁷

36. Processo de Tombamento Condephaat nº 40366/2000, fl. 174.

37. *Conservatório Musical da Praça das Artes recebe recitais de inauguração, 07 de dezembro de 2012. Secretaria Municipal*

No hall de entrada da Praça das Artes também foi descerrada uma placa sinalizando a finalização das obras de intervenção de restauro no edifício do Conservatório.

de Comunicação. Disponível em: <https://prefeitura.sp.gov.br/web/comunicacao/w/noticias/108723>. Último acesso em: 16 out. 2025.



Imagem 8: Placa de inauguração das obras de restauro do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo.

Tanto a retórica da exposição quanto a inscrição da placa de mármore denotam o caráter de diálogo entre o elemento histórico preservado e a contemporaneidade. Da mesma maneira, os processos de tombamento foram instruídos não apenas levantando elementos históricos para justificar a preservação do edifício do Conservatório, mas dialogando com a cidade em grandes processos de reurbanização. Tanto o projeto da Operação Urbana Anhangabaú quanto o da Praça das Artes são iniciativas de revitalização do centro histórico que inserem o Conservatório dentro do contexto de preservação em consonância com ações de reformas urbanas. Pensar o patrimônio a partir de seu uso social é crucial para que as ações preservacionistas não sejam deslocadas de seu tempo.

A exposição O conservatório na Praça das Artes parece ter sido concebida com o intuito de retomar a gênese da instituição do Conservatório, ao aproximá-lo do Theatro Municipal. Essa aproximação física e conectada por dispositivos arquitetônicos previstos e executados no âmbito do Projeto da Praça das Artes seria, então, a consolidação do desejo de seus fundadores, cem anos antes, em 1906, quando conceberam a instituição de ensino que poderia formar artistas profissionais para atuar no Theatro Municipal, que nem havia sido inaugurado.

Por outro lado, o título da exposição e as inscrições da placa demarcam o Conservatório que se desejou preservar pelos órgãos de patrimônio: o Conservatório de 2014, formado pelo hall de entrada, Sala de Espetáculos e subsolo. Todos aqueles elementos anexos que identificavam o edifício a partir de seu uso social ao longo de quase cem anos de funcionamento, enquanto instituição de ensino, foram demolidos. A menção às escolas municipais na inscrição da placa pode exprimir uma espécie de “redenção” frente às decisões tomadas no projeto de apagamento dos dispositivos escolares que faziam parte do edifício. Não se trata aqui de julgar os méritos das decisões que culminaram com a demolição desses dispositivos, mas sim de apontar a perda da memória representada por aquela composição erigida. Desde a década de 1980, os estudantes do Conservatório acessaram exclusivamente àqueles anexos para terem aulas na instituição, já que o hall de entrada e o salão estavam em ruínas, carecendo de intervenções.



Imagens 9 e 10: *Entrada do Conservatório pela Rua Conselheiro Crispiniano e sala de aula do 2º ano em aula do professor Júlio Stateri.*

Em síntese, os processos de tombamento de bens culturais são fontes importantes de pesquisa, pois expõem tensionamentos de conceitos e retóricas interpretativas que nem sempre confluem para um entendimento comum, dentro de um mesmo órgão de preservação. Isso demonstra o caráter humano do agenciamento dos instrumentos de preservação por parte dos técnicos que atuam nas instituições de patrimônio cultural. A partir da análise dos processos de tombamento, bem como do projeto executivo da Praça das Artes, é possível perceber as iniciativas do poder público em estabelecer um diálogo entre o caráter de preservação com ações de reurbanização da cidade. O processo de tombamento do Conservatório pelo Condephaat ter sido concluído depois que a Praça das Artes havia sido inaugurada explicita o desejo dos órgãos de patrimônio pela preservação de um edifício de 2014, modernizado para uso e que conservou parte de seus elementos históricos. Aqueles que foram apagados diziam respeito exatamente à memória docente, às gerações de alunos recentes que só haviam conhecido o edifício anexo, já que o núcleo histórico da edificação estava indisponível. Curiosamente, a decisão de aquisição do prédio para transformá-lo em instituição de ensino teve como uma de suas justificativas a utilização do anexo, à época formado por um conjunto de quartos de hotel que foram transformados em salas de aula. O que restou de toda a estrutura arquitetônica que formava o Conservatório hoje preservada se assemelha, em termos de volumetria, mais com a Loja de Pianos de 1896 do que com a instituição de ensino, que funcionou entre 1909 e 2008 no edifício anexo.

Referências

Bibliografia

LIMA, Marília Rodrigues de Moraes Tavares de. Considerações sobre o Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. Monografia do curso de aperfeiçoamento Técnicas construtivas da arquitetura tradicional paulista, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), 1982.

NOSEK, Victor (org). Praça das Artes. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2013.

Documentos

Conservatório Musical da Praça das Artes recebe recitais de inauguração, 07 de dezembro de 2012. Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria Municipal de Comunicação Disponível em: <https://prefeitura.sp.gov.br/web/comunicacao/w/noticias/108723>. Último acesso em 16 out. 2025.

Estatutos do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, 1905. Fundo Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. Centro de Documentação e Memória – Complexo Theatro Municipal de São Paulo.

Processo nº 56739/2007 – solicita aprovação do projeto básico das futuras instalações do Conjunto Cultural Praça das Artes – Capital. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – Condephaat, 2007. Repositório digital do Núcleo de Acervo e Pesquisa.

Processo de Tombamento nº 1991-0.005.079-2 – Tombamento do perímetro do Parque do Anhangabaú. Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – Conpresp, 1991. Repositório digital do Núcleo de Acervo e Pesquisa.

Processo de Tombamento nº 40366/2000 – Estudo de tombamento do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, situado na Av. São João – Capital – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – Condephaat, 2000. Repositório digital do Núcleo de Acervo e Pesquisa.

Legislação

São Paulo (Município). Decreto nº 46.938 de 26 de janeiro de 2006. Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóveis particulares situados no distrito da República, necessários à execução de plano de urbanização. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-46938-de-26-de-janeiro-de-2006>. Último acesso em: 15 out. 2025.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 10.032 de 27 de dezembro de 1985. Dispõe sobre a criação de um conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental da cidade de São Paulo. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-10032-de-27-de-dezembro-de-1985#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2010.032%2C%20DE%2027%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201985.&text=%2F1985%20%2D%20LEGISLATIVO>. Último acesso em: 14 out. 2025.

São Paulo (Município). Lei nº 11.090, de 16 de setembro de 1991. Estabelece programa de melhorias para a área de influência imediata do Vale do Anhangabaú, cria incentivos e formas para sua implantação, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1991/1109/11090/lei-ordinaria-n-11090-1991-estabelece-programa-de-melhorias-para-a-area-de-influencia-imediata-do-vale-do-anhangabau-cria-incentivos-e-formas-para-sua-implantacao-e-da-outras-providencias>. Último acesso em: 14 out. 2025.



05

Uma história do Museu
do Theatro Municipal
de São Paulo

Introdução

O presente texto tem como objetivo sistematizar a Coleção do Museu do Theatro Municipal, também conhecida como “Acervo Histórico”, a qual está atualmente acondicionada no 8º andar do Centro de Documentação de Memória do Complexo Theatro Municipal de São Paulo.

Partindo de um breve histórico do Theatro Municipal, será traçada também a trajetória do Museu como parte integrante do próprio Theatro. Com a exposição das normas legais e das diretrizes de implantação, inauguração e funcionamento do Museu, será delineada, ainda que brevemente, a história da instituição museológica e todos os desdobramentos ao longo de anos de atividades.

Em seguida, será feita uma análise do acervo do Museu, explorando as tipologias, suportes, formas de composição, armazenamento e conservação. Além disso, serão examinadas as escolhas feitas no decorrer desse tempo com relação às formas de classificação e difusão, bem como serão analisados os possíveis impactos que fatores internos e externos possam ter causado no acervo.

Na sequência, será elaborado um panorama geral do acervo do Museu na atualidade, indicando local de guarda, formas de acondicionamento e de catalogação, sempre considerando os impactos já mencionados anteriormente.

Além disso, serão listadas algumas atividades que compuseram a programação do Museu desde sua inauguração (1983) até a sua desativação e transferência para o Centro de Documentação e Memória (CDM), que se deu no ano de 2013.

Por fim, serão discutidas as possíveis motivações que levaram o Museu do Theatro Municipal (MTM) a ser desativado, buscando entender a situação atual dessa coleção e visando possibilitar um estudo acerca da reativação do Museu.

Breve histórico do Theatro Municipal

Seguindo a onda inspirada nas casas de ópera europeias que tomava conta do Brasil durante o século XIX, São Paulo iniciou, no final daquele século, os debates sobre a construção de um teatro que representasse a magnificência da cidade. Em 1896, teve início a discussão a respeito do projeto de construção de uma casa de espetáculos. Como lembra COSTA² (2017), naquele ano a Câmara Municipal pôs em pauta o exame do projeto de Gomes Cardim. Após inúmeros

1. Graduanda em história pela Universidade de Santo Amaro; especialista em direito e processo do trabalho pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2020); Bacharel em Direito pela Universidade São Judas Tadeu (2016); atualmente, é Assistente de Pesquisa do Complexo Theatro Municipal de São Paulo.

2. COSTA, Richard Santiago. Parnaso paulistano: história, arquitetura e decoração do Teatro Municipal de São Paulo. 2017. 1 recurso on-line (795 p.) Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. p. 55.

projetos analisados e reprovados, somente em 1903 o projeto elaborado pelo escritório Ramos de Azevedo foi aprovado pela Câmara Municipal, tendo sido o Theatro Municipal enfim inaugurado em 1911.

A noite de inauguração atraiu multidões que se aglomeraram ao redor do Theatro Municipal para ver o duplo espetáculo: os postes de luz elétrica espalhados ao redor da casa de espetáculos e o desfile de carros da elite paulistana até a chegada ao Theatro e seu protagonismo na festividade de inauguração no interior da casa. Ao longo de seus 114 anos, o Theatro Municipal foi palco de grandes apresentações, recebendo nomes de destaque da música, da dança e do teatro, tais como Heitor Villa-Lobos, Maria Callas, Rudolf Nureyev, Elizeth Cardoso, Paulo Autran, entre muitos outros.

No decorrer de sua história, o Theatro passou por três reformas de grande porte. A primeira delas ocorreu entre 1952 e 1955, período em que foi criado o Ballet IV Centenário, que, por sua vez, teve suas apresentações prejudicadas e transferidas para outros espaços em razão do atraso da reforma. A segunda, entre 1985 e 1988, aconteceu quando o Theatro Municipal já havia passado pelo processo de tombamento na esfera estadual (Condephaat).³ Já a terceira intervenção teve início em 2008 e a conclusão em 2011, apresentando mudanças mais sutis, concentradas principalmente no restauro de peças, vitrais, pintura das paredes e do teto. O objetivo dessa última reforma foi o resgate do projeto inicial do teatro, como relatou a arquiteta Rafaela Bernardes, do Departamento do Patrimônio Histórico,⁴ em matéria publicada no G1, em 2011.

Notadamente, a execução das três reformas mobilizou a transferência provisoriamente das atividades para outros locais, sendo a mais significativa delas a que ocorreu durante a segunda reforma, quando o recém-inaugurado Museu do Theatro Municipal teve a sua primeira mudança de endereço.

O Museu do Theatro Municipal

Embora inaugurado em 1911, o Theatro Municipal somente foi objeto de atenção legislativa voltada para a preservação da memória da casa a partir de 1968, com a publicação do Decreto nº 7.729,⁵ cujo teor trata da criação do Museu do Theatro Municipal, destacando a importância cultural do Theatro e a necessidade de preservação patrimonial.⁶

3. CONDEPHAAT: Resolução de Tombamento: Resolução 49 de 23/12/1981, Livro do Tombo Histórico: inscrição nº 158, p. 34, 28/1/1982.

4. Teatro Municipal de SP reabre as portas neste domingo após reforma. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/06/teatro-municipal-de-sp-reabre-portas-neste-domingo-apos-reforma.html#:~:text=O%20Teatro%20Municipal%20foi%20inaugurado,segunda%20entre%201986%20e%201991>.

5. SÃO PAULO. Decreto nº 7.729, de 9 de outubro de 1968. Diário Oficial da Cidade de São Paulo. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-7729-de-9-de-outubro-de-1968>.

6. Em seu preâmbulo, o Decreto nº 7.729 destaca o Theatro Municipal como “um marco de importância na história das artes e da cultura da cidade de São Paulo”, havendo “interesse de se constituir e preservar o seu patrimônio artístico e histórico, a fim de ser exposto ao público, simultaneamente com outros elementos de divulgação da história artística e cultural da Cidade”.

Embora o citado decreto tenha sido publicado em 1968, a inauguração do Museu aconteceu 15 anos mais tarde, em 11 de outubro de 1983. No regimento interno elaborado pelo Departamento de Cultura, o Museu teria seis seções estruturais: Seção de Referência, Seção de Espetáculos, Seção de Cadastro Artístico, Seção Fotográfica, Seção de Biblioteca e Seção de Exposições.

Como proposta inicial, foi apresentado um organograma composto por diversos setores, tais como Seção técnica de pesquisa (desenvolvimento de pesquisas que alimentarão exposições, publicações, etc.); Seção técnica de museologia (coleta, classificação e catalogação de acervo); Seção técnica de documentação e consulta (além de documentar todo o histórico do teatro, serve de consulta e pesquisa); Seção de administração (alimenta as demandas administrativas e de infraestrutura do museu); Seção técnica turístico-educativa (inserir o Museu no roteiro turístico da cidade e promover atividades em nível didático).

Nesse sentido, o quadro funcional⁷ do MTM seria:

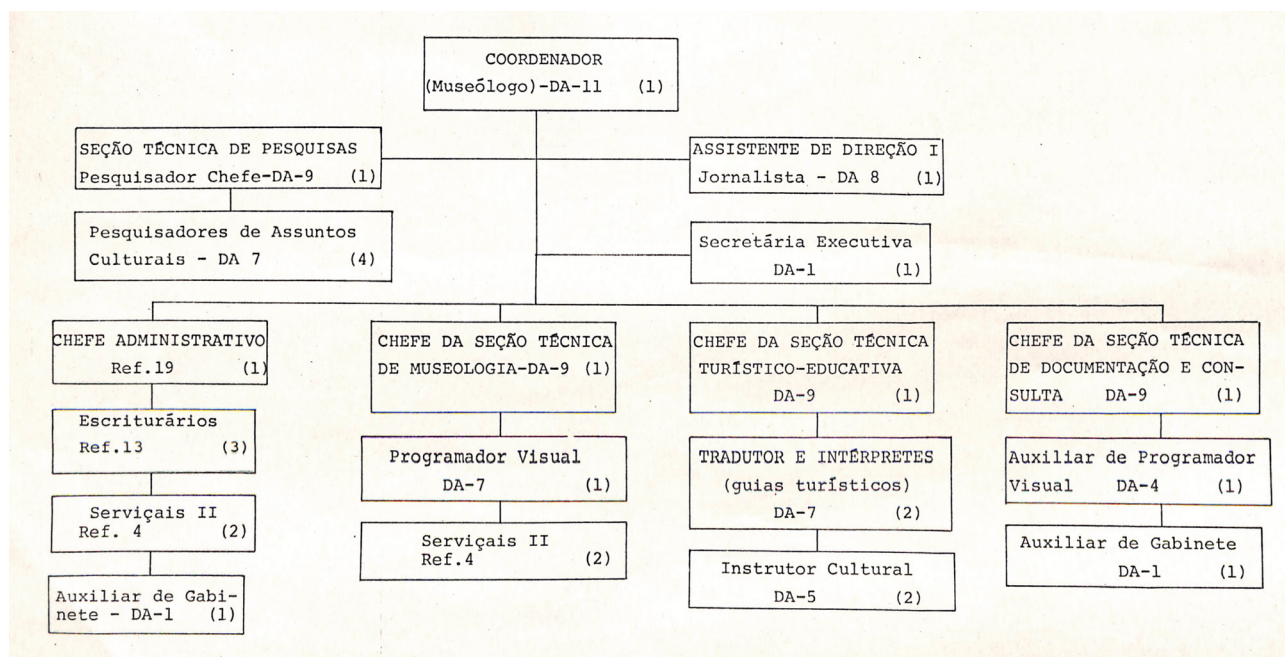


Imagem 1: Quadro funcional elaborado na Conclusão dos Estudos Necessários à Implantação do Museu do Teatro Municipal de São Paulo.

7. Quadro funcional elaborado na Conclusão dos Estudos Necessários à Implantação do Museu do Teatro Municipal de São Paulo, p. 22. Coleção Museu do Theatro Municipal de São Paulo. Centro de Documentação e Memória do Theatro Municipal de São Paulo.

Juntos, esses setores seriam constituídos de 24 profissionais, mas quando da inauguração do Museu foi aprovado um quadro de funcionários provisório, composto de 14 pessoas, remanejadas de setores subordinados à Secretaria Municipal de Cultura. Assim, o quadro funcional do museu, na data de sua inauguração, era o seguinte:

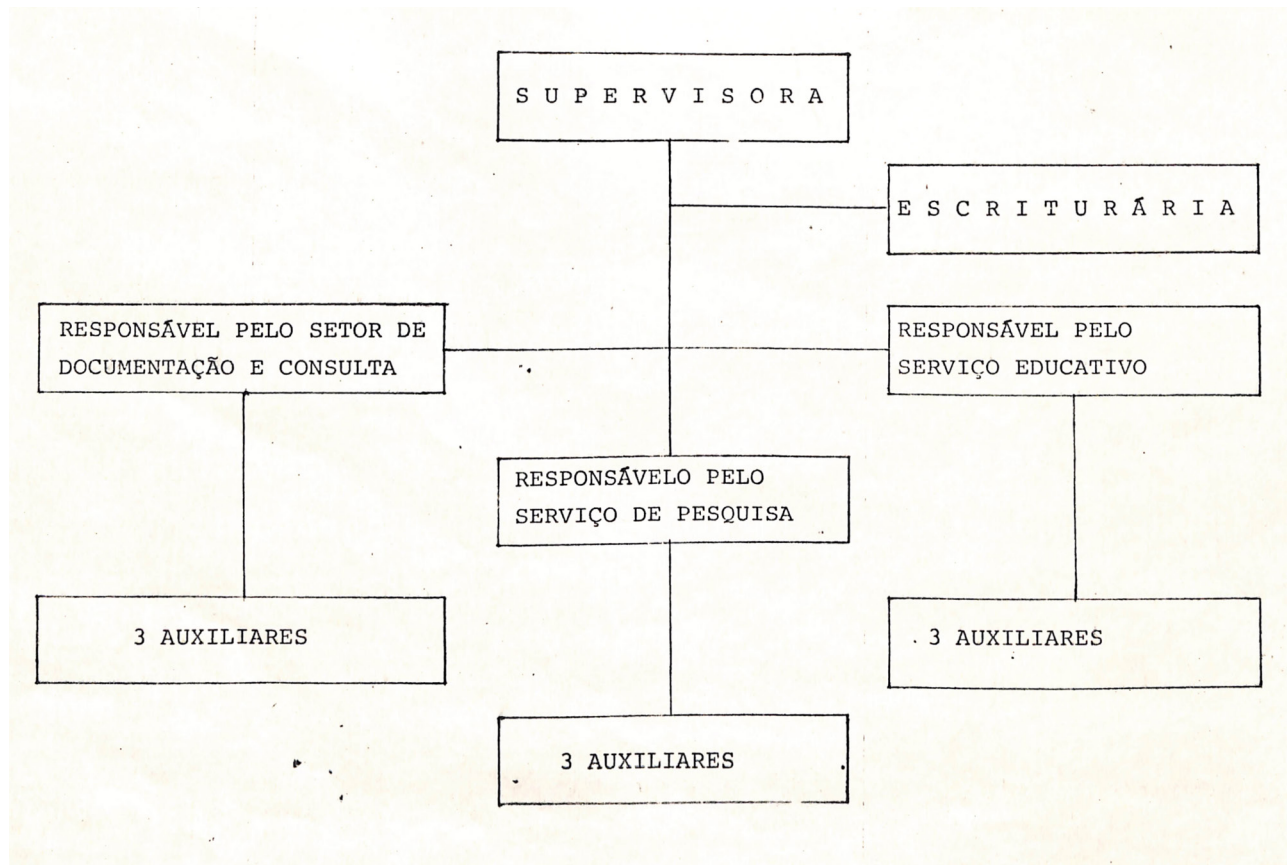


Imagem 2: Quadro funcional do Museu à época de sua inauguração.

O projeto inicial previa o uso de 8 espaços para comportar o Museu dentro do Theatro, sendo 1 sala no 1º pavimento, 3 salas no 2º pavimento, 2 salas no 3º pavimento, 1 sala no 4º pavimento, 1 sala no 6º pavimento. Esses espaços seriam destinados para ateliê, sala de uso comum (entrada geral e recepção), sala de exposição de longa duração, sala de exposição temporária, seção técnica de documentação e consulta, sala das seções (destinada ao pessoal a serviço da coordenadoria), sala da coordenação, cofre do museu.

A princípio, o lapso temporal entre a criação e a inauguração pode levar a crer que esse período intermediário serviu para reunir o acervo que comporia o Museu, bem como elaborar todo o plano de funcionamento da instituição.

A prática, porém, mostra o contrário, visto que a pesquisa, coleta, identificação e catalogação dos itens do acervo foram feitas em aproximadamente cinco meses antes da inauguração.⁸ E o ato da inauguração se deu sem sequer a nomeação da diretoria e do Conselho Consultivo do Museu, que ficaram para um segundo momento, conforme relatado no Ofício nº 649/83, de Max Altman, diretor do Theatro Municipal.

Em verdade, poucos dias antes da inauguração do Museu, a Seção Técnica de Consulta⁹ identificou diversos problemas que poderiam interferir na atividade da instituição, tais como erros no cadastro de programas (omissão de informações); a forma de armazenamento dos programas, que dificultava o acesso (pasta arquivo); fichas com informações mínimas; o armazenamento dos programas de forma equivocada, podendo causar rápida deterioração por poeira, insetos e umidade; iluminação inadequada; pouco espaço.

Logo após sua inauguração, o Museu passou a ser subordinado à Seção Técnica de Administração de Museu da Divisão de Iconografia e Museus, graças ao Decreto nº 19.208, de 4 de novembro de 1983, cujo artigo 1º estabeleceu a transferência do Museu para o Departamento do Patrimônio Histórico.

Nesse cenário, embora o Museu tenha por finalidade cuidar do patrimônio gerado pelo Theatro Municipal de São Paulo, sua relação com o bem cultural é intermediada (e conseqüentemente dificultada) por diversos setores subordinados à Secretaria de Cultura. Como evidencia Stocco (2007):

no decorrer dos anos, tal medida revelou-se pouco eficaz uma vez que o Departamento do Patrimônio Histórico não atende a contento as peculiaridades de um Museu cujo objeto é o registro das ações de uma instituição artística ainda em franca atividade.¹⁰

Stocco¹¹ (2007) ainda ressalta a necessidade de o Museu ter que superar três níveis de hierarquia (Seção Técnica de Administração de Museus, Divisão de Iconografia e Museus e

8. O Estado de S. Paulo, 3 de agosto de 1983.

9. A Seção Técnica de Consulta elaborou, em 7 de outubro de 1983, um relatório preliminar apontando as questões a serem ajustadas no Museu. O relatório propõe a microfilmagem dos programas de espetáculo e a automação para sanar os problemas identificados.

10. STOCCO, Mauricio. O Arquivo do Museu do Theatro Municipal de São Paulo: proposta de reorganização. Santos, 2007.

11. Mauricio Stocco foi arquivista do Museu do Theatro Municipal.

Departamento do Patrimônio Histórico) para lidar diretamente com o Theatro Municipal.

A partir de 2010, essa questão estrutural é suavizada, com a transferência administrativa do Museu para o Theatro Municipal, por meio do Decreto nº 51.587 de 25 de junho de 2010.

No ano seguinte, se dá a criação da Fundação Theatro Municipal,¹² com personalidade jurídica de direito público, cuja finalidade, entre outras, engloba as atribuições do extinto departamento Theatro Municipal.

Vale destacar que a lei de criação da Fundação estabelece em seu artigo 44:

Art. 44. O Centro de Documentação e Memória fica responsável pela guarda do acervo do Theatro Municipal, da Discoteca Oneyda Alvarenga e do Conservatório Dramático e Musical nos mais variados suportes, competindo-lhe a catalogação, preservação, armazenamento e sistematização de documentos e coleções, bem como gerir e programar o Museu do Theatro Municipal [grifo nosso].

Portanto, com a criação da Fundação, cria-se também um centro de memória responsável pela guarda do acervo dos aparelhos vinculados ao Theatro Municipal, entre os quais está o MTM. Com a instituição da Fundação, estabeleceu-se o regime administrativo de organização social (OS), definido pelo Decreto nº 52.858, de 20 de dezembro de 2011, de acordo com o qual, por meio de editais periódicos, a organização social contemplada assume a gestão do chamado Complexo Theatro Municipal (composto não só pelo edifício do próprio Theatro, como também pela Praça das Artes e pela Central Técnica de Produções Artísticas Chico Giacchieri, além dos corpos artísticos¹³ da instituição). A Central Técnica de Produções Artísticas Chico Giacchieri foi criada em 2009, por meio do Decreto nº 50.439, de 17 de fevereiro de 2009, e atualmente é destinada à produção cenotécnica de toda a programação do Theatro Municipal, além da guarda de cenários, objetos de cena, figurinos e adereços. E a Praça das Artes, inaugurada parcialmente em 2012, atualmente é composta pelo Centro de Documentação, pelas escolas de música e dança, pelos corpos artísticos do Theatro e pelos setores administrativos do Complexo.

A trajetória do Museu do Theatro Municipal foi marcada não só pelas diversas mudanças estruturais administrativas, como também por mudanças de espaço físico. Quando inaugurado, em 1983, o MTM estava sediado no próprio edifício do Theatro Municipal, mas logo passou por sua primeira mudança de endereço, em razão da reforma da casa ocorrida de 1985 a 1991, acompanhado, também, pela mudança administrativa, que passou a ser do DPH.

A partir de então, o MTM ficou sediado no 26º e no 27º andares do Edifício Martinelli, localizado na Rua Líbero Badaró, onde permaneceu “provisoriamente”¹⁴ por dez anos. Nesse período, o MTM passou por um momento de apagamento. Além da localização desconhecida do grande público, a Casa do Comendador fazia parte do Museu da Cidade.¹⁵ Esse título acabou

12. A criação da Fundação se dá por meio da Lei nº 15.380, de 27 de maio de 2011.

13. Os corpos artísticos do Theatro Municipal são Balé da Cidade de São Paulo, Quarteto de Cordas da Cidade de São Paulo, Orquestra Sinfônica Municipal, Orquestra Experimental de Repertório, Coral Paulistano e Coro Lírico Municipal.

14. De fato, a intenção era que a permanência do MTM naquele local fosse provisória. Na Proposta de Trabalho do ano de 1986, havia a expectativa de que o Museu fosse transferido para um local definitivo no início do ano seguinte. Proposta de Trabalho para o ano de 1986, p. 33.

15. Casa de encantos mil. O visitante pode surpreender-se com a Casa do Comendador, no 26º andar do Martinelli. O Estado de

obscrecendo o MTM. Tanto é assim, que os relatórios de controle de visitantes eram elaborados pela administração do Edifício Martinelli fazendo referência sempre ao Museu da Cidade, e jamais ao Museu do Theatro.

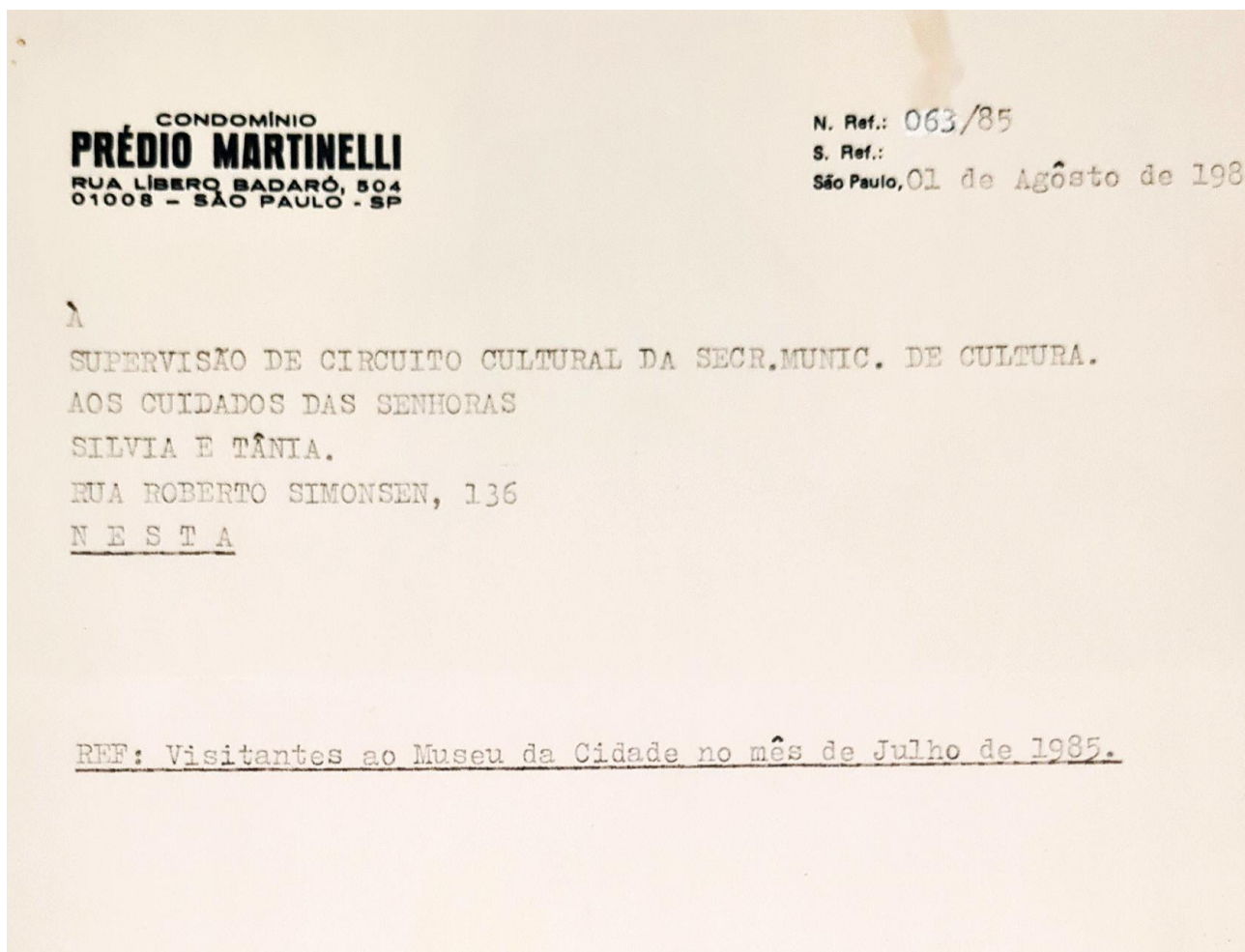


Imagem 3: Fragmento de Relatório de Visitantes do Museu do Theatro Municipal, julho de 1985.

Em 1995, o MTM passa por mais uma mudança de endereço, tendo como destino os baixos do Viaduto do Chá. Este local, como conta Stocco (2007), apresenta diversas incompatibilidades com uma organização museológica/arquivística: “O local é de fácil acesso ao público, mas as condições ambientais externas caracterizam-se por rua movimentada, poluição atmosférica e sonora. Também, o espaço interno não possibilita a expansão da área do Arquivo”.

Posteriormente, em 2012 o MTM é desativado, e seu acervo é transportado para o Centro de Documentação e Memória da Praça das Artes. Vale destacar que os figurinos e adereços que compunham o acervo expositivo do MTM foram acondicionados na Central Técnica de Produções Artísticas, enquanto documentos de papel, fotografias, croquis, objetos tridimensionais, entre outros, estão armazenados no 8º andar do Centro de Documentação e Memória, na Praça das Artes.

Em linhas gerais, o Museu do Theatro Municipal foi idealizado sob a perspectiva da preservação da memória de sua instituição-objeto, passando por diversas mudanças estruturais e de locais ao longo dos anos. Para sintetizar o histórico do MTM, utilizamos a linha cronológica a seguir:

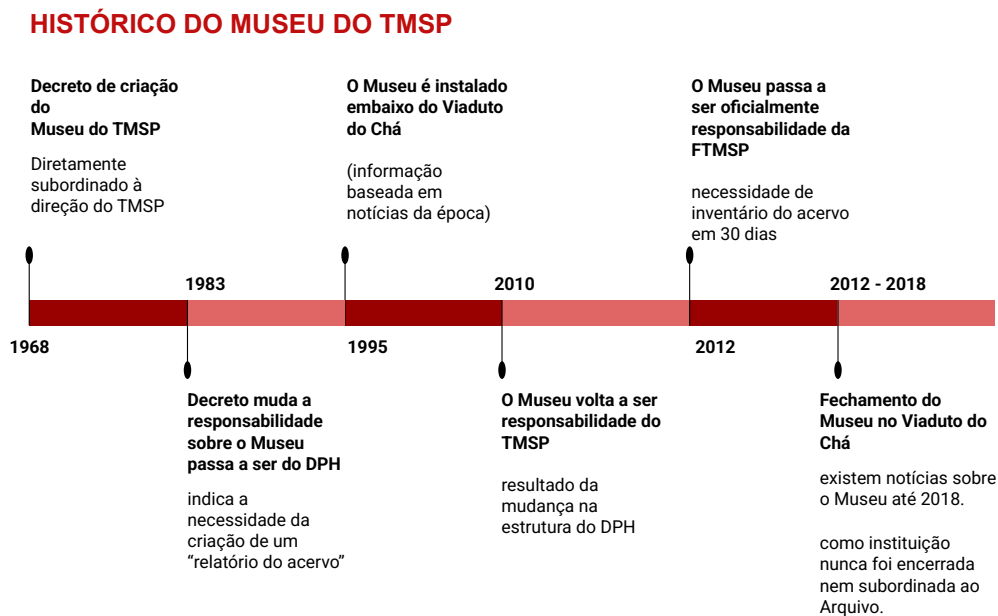


Imagem 4: Linha do tempo do Museu do Theatro Municipal

Como dito acima, o Museu do Theatro permaneceu até 2012 nos baixos do Viaduto do Chá, onde mantinha exposições ativas, além de possuir uma “reserva técnica”. Após sua desativação, com a transferência do acervo para a Praça das Artes, ainda houve a promoção das exposições O conservatório na Praça das Artes, Teatro de ópera e Ícone e memória, sendo que esta última ficou aberta ao público na sala de exposições do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo.

O Acervo do Museu do Theatro Municipal

Como exposto no tópico anterior, o Museu do Theatro Municipal passou por diversas mudanças de administração e de endereço desde sua inauguração, em 1983, culminando na sua desativação e transferência do acervo para o Centro de Documentação e Memória do Complexo Theatro Municipal, em 2013. Ao longo de sua existência, o MTM reuniu os elementos documentais produzidos pelo Theatro Municipal em sua atividade finalística.

Conforme descrito no material de divulgação da exposição Theatro Municipal: ícone e memória,¹⁶ o Museu do Theatro Municipal visa:

... coletar objetos, documentos, gravações e reportagens pertinentes à história do Theatro. Preservar seu acervo, mantendo-o em condições adequadas de conservação. Efetuar a análise, classificação, catalogação e tombamento de acervo. Desenvolver pesquisas em torno dos documentos, caracterizando-se como um banco de dados da história artística e social do Theatro. Organizar exposições de longa duração, ressaltando o significado do Theatro Municipal na vida cultural da cidade. Organizar exposições temporárias sobre temas referentes à sua arquitetura, seus espetáculos e suas figuras representativas.

O projeto inicial do MTM previa os objetivos a serem alcançados com a criação da instituição museológica. Inicialmente, a ideia era instalar o Museu em algumas salas específicas no Theatro Municipal e, a longo prazo, que “todo o prédio do Theatro, inclusive sua projeção física e cultural na cidade, contenha o espírito do Museu vivo.”¹⁷

A proposta inicial passava por coleta, inventariação, conservação, catalogação e tombamento do acervo, divulgação por exposições permanentes e temporárias, disponibilização de consulta pública aos materiais do acervo, desenvolvimento de programação educativa. Vale destacar que o regimento interno da instituição museológica previa que cada item do acervo deveria ser cadastrado em arquivo especialmente organizado para tanto, contendo seu histórico completo no fichário.

O projeto museográfico¹⁸ do MTM previa um acervo composto de documentação referente à arquitetura e equipamento do Theatro Municipal; documentação referente aos

16. Material de divulgação da exposição Ícone e memória. Coleção Museu do Theatro Municipal de São Paulo. Centro de Documentação e Memória do Theatro Municipal de São Paulo.

17. Relatório de Conclusão dos Estudos Necessários à Implantação do Museu do Teatro Municipal de São Paulo, p. 11. Coleção Museu do Theatro Municipal de São Paulo. Centro de Documentação e Memória do Theatro Municipal de São Paulo.

18. Projeto museológico e museográfico do museu. Coleção Museu do Theatro Municipal de São Paulo. Centro de Documentação e Memória do Theatro Municipal de São Paulo.

eventos; documentação referente aos trâmites de criação; aos autos do processo e às figuras representativas; borderôs; coleção de ingressos; fotografias; partituras; desenhos de cena e guarda-roupa; convites; recortes de jornais e revistas; elementos de cena (cenários, vestuário e adereços); instrumentos musicais; mobiliário; troféus; gravações (slides, fitas, filmes, microfilmes, videocassetes) de espetáculos e depoimentos; maquetes.

Entre os documentos que compõem a Coleção do MTM destacam-se programas, libretos, borderôs, registros audiovisuais, fotografias e outros documentos que representam a vida ativa da casa de ópera Municipal, especialmente sua atividade-fim.

Como forma de compor o acervo do MTM, a equipe procurou contatar diversas instituições da comunidade cultural com o objetivo de obter informações sobre o Theatro Municipal. As pesquisas tomaram forma durante os meses que antecederam a inauguração do Museu e foram elencadas no Relatório de Atividades de pesquisas sobre o Theatro Municipal.¹⁹ Foram efetuadas pesquisas na Biblioteca da Câmara Municipal, no banco de dados da Folha de S.Paulo, no Arquivo do Estado, na Biblioteca Mário de Andrade, na Sociedade de Cultura Artística, mas os resultados não foram frutíferos por vários fatores, como falta de catalogação, acesso não permitido por deterioração do material e desaparecimento de documentos. Também foram feitas visitas à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), onde havia plantas e desenhos do Theatro Municipal. Além disso, foram obtidos diversos recortes de jornais da década de 1930, os quais foram coletados e disponibilizados por Judith Cabette.

Vale destacar que todas essas iniciativas do Setor de Pesquisa se deram com muito esforço, dada a falta de infraestrutura para a execução das atividades (verba para locomoção, equipamentos para captura e gravação de entrevistas etc.).

Outra forma de composição do acervo foi por meio de entrevistas com pessoas que se relacionaram com o Theatro Municipal, como o maestro Armando Belardi (que forneceu alguns documentos sobre a Orquestra Sinfônica Municipal) e o ator Alfredo Mesquita. No decorrer do tempo, contatos foram essenciais para a composição do acervo, tais como Aldo Calvo, Gianni Ratto, Carlos Giaccheri e Emilio Ferrara.

Além disso, diversas doações foram realizadas ao longo dos anos, as quais são mais bem detalhadas no Capítulo 3 desta publicação.

Neste momento cumpre destacar a equipe liderada pelo arquivista Maurício Stocco, que efetuou importante trabalho de administração do acervo do MTM no período de 2013 a 2017, produzindo relatórios²⁰ (mensais e anuais) informativos de toda a atividade produzida pelo setor.

19. Relatório: Atividades de pesquisas sobre o Teatro Municipal. Coleção Museu do Theatro Municipal de São Paulo. Centro de Documentação e Memória do Theatro Municipal de São Paulo.

20. Os relatórios mencionados nesta pesquisa foram acessados do HD recuperado do antigo arquivista do Complexo Theatro Municipal de São Paulo Maurício Stocco. Seu acesso se dá por rede interna.

O primeiro relatório data de 2013 e apresenta algumas informações importantes sobre o acervo do MTM, como, por exemplo, o fato de que “em 2008, a administração do Theatro passa a reunir acervo audiovisual nas dependências do Theatro, independente daquele já existente junto ao MTM” e que “o acervo audiovisual em constituição é incorporado – a partir de julho 2010 – àquele já existente no MTM”.

Vale lembrar que no ano de 2008 o MTM estava sediado nos baixos do Viaduto do Chá, sob gestão do DPH, e em 2010 passa a ser subordinado diretamente ao Theatro Municipal. Aqui se evidencia o distanciamento entre o produto da atividade-fim do Theatro e a atividade do Museu, visto que o conteúdo audiovisual, embora constituísse a atividade-fim da casa, não era repassado para o Museu, o responsável legal pela preservação de sua memória.

Do relatório de 2013, destaca-se também a recuperação de elementos dissociados do acervo. Como relatou Stocco:

Em 9 de abril, parte do acervo que estava armazenado na Seção de Redação Artística e Comunicação Visual (desativada com a aposentadoria de Fátima Gilberti e a saída de seu assistente Eduardo Freire) foi alocada no Centro de Documentação (programas de concertos e livros).

Em maio de 2013, foram executadas as ações: a) “Iniciada a desmontagem da exposição instalada na Sala de Exposições da Praça das Artes, que dará lugar a outra sobre ‘Teatro de Ópera’ (24/maio)”; e b) “Concluída a retirada e rearquivamento de acervo que estava emprestado desde 5/dez./2012 para a Sala de Exposições da Praça das Artes (29/maio)”.

Em 2014, ocorre a reativação do Portal de Acervos da Secretaria Municipal de Cultura, exigindo alteração do texto de apresentação segundo a nova identidade institucional de “Arquivo Histórico”. Na ocasião, a descrição dada ao conjunto MTM foi a seguinte:

Acervo mantido pelo Arquivo Histórico do Theatro Municipal de São Paulo e constituído de programas de eventos e espetáculos apresentados no próprio Theatro ou em outros espaços – quer por seus próprios artistas, quer por outros, nacionais ou estrangeiros. Em permanente atualização, os dados partem de 1911, ano de inauguração do Theatro.

A partir de 2015, os relatórios apresentam informações sobre exposições, temporárias e permanentes, de itens do acervo do MTM. Tais exposições serão listadas em tópico próprio mais adiante. Já em 2016, os relatórios passam a incluir informações sobre o acervo do Conservatório Dramático Musical, cujo processo de reagrupamento foi efetuado nesse mesmo ano.

Uma das características que mais se destacam da administração de Stocco talvez seja a importância dada aos programas de espetáculo. Esses documentos foram classificados nos diversos relatórios como elemento fundamental de acesso à memória do Theatro. Nos relatórios repete-se a nota:

Constitui o núcleo informacional, pois além de formar massa documental significativa denota documento arquivístico oficial e tido como o principal ponto de acesso sobre a história e memória do Theatro. Desde 2001, tem sido alvo de descrição regular e informatizada, abrangendo, até o presente, os períodos de 1911-1968 e 2000-2013.

Nos estudos precedentes à inauguração do Museu, os programas de espetáculo já recebiam grande atenção da equipe que estudou a história do Theatro, tendo sido proposto

efetuar um trabalho de microfilmagem como forma de preservar os documentos, “que deixariam de ser manuseados pelo Consulente, sendo assim resguardados de maiores danos”.²¹ No entanto, tal proposta não foi concretizada, visto que em 1989 voltou-se a sugerir esse trabalho visando facilitar o acesso aos programas e reduzir o espaço por eles ocupado.²²

Ainda em 2015, o arquivista Mauricio Stocco elaborou um documento de apoio informativo do Museu do Theatro Municipal, contendo informações sobre os tipos de documentos que compõem o acervo, sua organização e acondicionamento físico.

No mesmo documento, o autor evidencia a organização de todo o acervo em 14 grandes temas: dança, música, ópera, teatro, outros eventos, séries, corpos estáveis, escolas, cantores, história e arquitetura, política cultural/admin., Museu do Theatro Municipal de São Paulo, Centro São Paulo, outros teatros.

Quando da desativação do MTM, em 2013, os documentos que compunham seu acervo foram acondicionados, em sua maioria, nos arquivos deslizantes do 8º andar do CDM. Como demonstra o relatório de Reacondicionamento e reorganização de espaços de guarda: arquivo deslizante do 8º andar do Centro de Documentação e Memória, elaborado por Alexandre Xavier, Bianca Leiva e Rafael Ritto em novembro de 2022. Trata-se de um arquivo com sete corredores de face dupla, totalizando 14 faces com três divisórias cada.²³

O relatório destaca que, quando a atual OS assumiu a gestão do CTMSP, a equipe de Conservação do Núcleo de Acervo e Pesquisa constatou formas de organização e acondicionamento diversas em cada face do deslizante. Xavier e colaboradores (2022) destacam as diversas formas de organização, como por ordem alfabética, por datação e por tipologia. O autor destaca ainda as múltiplas formas de acondicionamento encontradas à época:

Existem os mais diversos tipos de acondicionamento dentro das faces, utilizados para diferentes tipologias. São eles: pastas suspensas de papel kraft, pastas poliondas, caixas-arquivo de poliondas, caixas-arquivo de papelão, caixas lisas de papelão, pastas de papel neutro, álbuns comerciais de fotografias, porta-retratos, montagens do tipo vidro e moldura, envelopes de papel, envelopes de plástico, e embalagens próprias de alguns objetos. Há também embalagens alheias ao universo da conservação, tais como caixas reaproveitadas de produtos de supermercado, bem como objetos sem qualquer tipo de acondicionamento, simplesmente acomodados na estante, sem, inclusive, qualquer tipo de identificação.

Vale destacar que a Coleção do MTM partilha o 8º andar com itens oriundos de doações recebidas pelo CTMSP, tais como a doação feita pela família da bailarina Penha Pietra's.

21. A proposta de microfilmagem dos programas de espetáculo foi apresentada no Planejamento de atividades do MTM no ano de 1986 (pp. 30-31). Coleção Museu do Theatro Municipal de São Paulo. Centro de Documentação e Memória do Theatro Municipal de São Paulo.

22. A sugestão de microfilmagem foi retomada por Marcio Sgreccia em 1989, conforme consta no relatório (pp. 47 a 52). Coleção Museu do Theatro Municipal de São Paulo. Centro de Documentação e Memória do Theatro Municipal de São Paulo.

23. XAVIER, Alexandre; LEIVA, Bianca; RITTO, Rafael. Reacondicionamento e reorganização de espaços de guarda: arquivo deslizante do oitavo andar do Centro de Documentação e Memória. São Paulo: TMSP, 2022.

Com o início da nova gestão do CTMSP e a chegada da nova equipe do Núcleo de Acervo e Pesquisa, foi realizado um trabalho de análise e entendimento da organização dos documentos do 8º andar do CDM preestabelecida pela gestão anterior. Além disso, a equipe realizou um trabalho de reorganização dos documentos para otimizar os espaços de guarda e a conservação de cada item. O trabalho resultou no arrolamento de itens que à época estavam dispostos na face 1 do armário deslizante, utilizando como base principal os dois Livros de Tombo encontrados no próprio armário deslizante, chegando ao total de 661 acondicionados no local.

Apesar do número de itens checados, a equipe constatou que diversos itens listados nos livros de tomo não foram localizados no armário deslizante. Tal fato pode ser reflexo de possíveis perdas que o acervo tenha sofrido por decorrência das diversas movimentações no decorrer do tempo. Em suma, a falta de catalogação e inventariação integral dos itens do acervo do Museu representa um grande desafio para a delimitação do conteúdo que compõe essa coleção.

Na realidade, não podemos deixar de mencionar que os diversos profissionais que passaram pela equipe do Museu tiveram a preocupação de quantificar os itens do acervo. Nesse sentido, foram produzidos diversos relatórios contendo números do acervo, como já detalhado anteriormente. Essa forma de inventariação, contudo, talvez não seja a mais interessante do ponto de vista da arquivologia, visto que se perde significativamente o contexto de produção dos itens do acervo.

Das condições espaciais e ambientais

Dadas as diversas mudanças de endereço pelas quais o Acervo do MTM passou ao longo dos anos, importa analisar as condições apresentadas por cada um desses locais objetivando entender os impactos que tais locais causaram sobre o acervo.

Como exposto anteriormente, o projeto inicial previa que o Museu se compusesse dos seguintes espaços: atelier, sala de uso comum (entrada geral e recepção), sala de exposição de longa duração, sala de exposição temporária, seção técnica de documentação e consulta, sala das seções (destinada ao pessoal a serviço da coordenadoria), sala da coordenação, cofre do museu.

As salas de exposição ocupavam duas salas no lado direito do saguão, sendo uma delas denominada História, onde foram reunidos documentos diversos da construção do Theatro Municipal. A outra, denominada Sala Artística, tinha caráter de exposição temporária e, na inauguração, trazia uma exposição panorâmica da vida artística do Theatro Municipal²⁴. Vale destacar a criação de um banco de dados no mezanino, fruto de coleta de material e informações de fontes diversas, tais como Codephaat, a Biblioteca Mario de Andrade e os arquivos municipais.

24. O Municipal conta sua história. Folha de S.Paulo, 6 de agosto de 1983. Disponível em: acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=8490&keyword=Teatro%2CMuseu&anchor=4195319&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=29de78c71270225184b1d1deea8b3674.

Notícias²⁵ de antes da inauguração destacam a preocupação com a preservação do acervo. Como não houvesse recurso no orçamento suficiente para a compra de equipamento adequado de conservação, a equipe responsável pela criação do MTM escolheu “uma sala do teatro onde as modificações de temperatura são mínimas, livre da ação da luz e protegida com aplicação de sílica gel, com a capacidade de absorver a umidade do local”,²⁶ o que foi espelhado na criação de um depósito climatizado no qual seriam guardados figurinos, partituras, correspondência, peças de antigos cenários, programas, cartazes. Ainda assim, observou-se a inadequação da preservação do acervo gerado desde os primeiros dias de atividade do museu, conforme expôs Ana Maria Leitão, responsável pela criação do MTM:

*O maior problema, porém, com relação ao acervo (...) é o trabalho de preservação do material, que até hoje não possui local adequado para ser guardado. (...) Seria importante que, para a preservação, fosse destinado um local específico, equipado com aparelhos de desumidificação e ar-condicionado, a fim de que todo o acervo pudesse ser conservado sem sofrer mudanças bruscas de temperatura e luz.*²⁷

Posteriormente transferido para o 26º e o 27º andares do Edifício Martinelli, o Museu passou por adaptações e reformulações quanto às propostas constantes no seu projeto inicial.²⁸ Lá permaneceu por dez anos, contando com uma sala de exposição permanente sobre a história do Theatro desde sua construção até a reforma de 1952, uma sala de documentação e consulta, uma pequena hemeroteca e uma coleção de fotos.²⁹

O espaço apresentava problemas de segurança, gerando ocorrências, como uma tentativa de furto da batuta do maestro Eduardo Guarneri, que, após esse episódio, “permaneceu exposta numa câmara de vidro ao lado de estilhaços”, conforme noticiou a Folha de S.Paulo em 23 de maio de 1986.³⁰ O local sofreu também com umidade e infestação de cupins, conforme noticiado em setembro de 1995.

Com a segunda mudança de endereço, dessa vez para os baixos do Viaduto do Chá, novas características ambientais foram identificadas. Como já exposto anteriormente, o local não era o mais adequado para o recebimento de uma instituição museológica, principalmente pelo aspecto externo, que sofria com alto grau de ruído, grande movimentação de pedestres e veículos. Do mesmo modo, se analisado da perspectiva interna, o local fugia do ideal, visto que se tratava de subsolo, sem contar com janelas, onde, portanto, a falta de luz natural e ventilação era constante.

25. E o Municipal terá o seu museu. O Estado de S. Paulo, 3 de agosto de 1983. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19830803-33254-nac-0017-999-17-not/busca/museu+Teatro>.

26. Shopping News-City News, 25 de setembro de 1983.

27. O Antiquário, outubro/novembro de 1983.

28. Entre as mudanças, podemos citar a desativação do Setor Educativo que era parte fundamental para a execução das atividades do museu e a redução significativa do quadro de funcionários (de 14 para 5), conforme relatado por Marcio Sgreccia em 1 de março de 1989.

29. Casa de encantos mil. O visitante pode surpreender-se com a Casa do Comendador, no 26º andar do Martinelli. O Estado de S. Paulo, 14 de junho de 1986. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19860614-34137-nac-0074-cd2-6-not/busca/Casa+Comendador>.

30. No sonho do imigrante, um museu que reflete os palcos. Folha de S.Paulo, 23 de maio de 1986. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitoe.do?numero=9511&keyword=batuta&anchor=4151390&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=726bc2a107e2a41bd3d878d0e9d88160>.

Por tais razões, foi implantado um sistema de ventilação, que não se mostrou plenamente satisfatório, pois, como expôs Stocco (2007), considerando que podem ocorrer falhas no sistema de ventilação, o ideal seria que houvesse janelas no local. O autor ainda destacou que “nas ocasiões em que o sistema está sob manutenção ou sofre uma pane, a ventilação fica bastante prejudicada; como alternativa são utilizados ventiladores domésticos”.

Além disso, a falta de adequação do espaço à atividade ali sediada é evidenciada no relatório elaborado pelo Conselho Regional de Biblioteconomia da 8ª Região, em 20 de fevereiro de 2002, apontando medição de umidade relativa do ar de 60,1%, temperatura do ambiente de 25,7°C e intensidade da luz de 571 lux.³¹

Outros desafios apresentados por aquele local eram as infiltrações e exposição direta a lâmpadas fluorescentes. E mais: os problemas na parte externa daquela região foram evidenciados pela própria Supervisão do Museu, que, no memorando elaborado em 27 de novembro de 1995, ressalta os problemas identificados na Praça Ramos de Azevedo: “Hoje a Praça deixou de ser um cartão-postal da cidade. Relegada ao abandono, sem segurança, sofre com a falta de limpeza, higienização e o paisagismo em constante depredação”.³²

Por fim, a última movimentação do acervo do MTM, para o Centro de Documentação e Memória do Complexo Theatro Municipal, foi marcada pelo fechamento do prédio do Viaduto do Chá. Com o encerramento da atividade museológica naquele endereço, houve necessidade de manter viva a memória do Theatro e de seu Museu, preservando seu acervo que, a partir da mudança, passou a ser identificado pelo Núcleo de Acervo e Pesquisa como Coleção do Museu do Theatro Municipal e ocupa atualmente o 8º andar do Centro de Documentação e Memória do Complexo Theatro Municipal de São Paulo. Outros aspectos das condições de guarda e preservação dessa coleção no Centro de Documentação e Memória serão tratados em outro capítulo desta publicação.

Em suma, ao longo dos anos o acervo do MTM passou por diferentes formas de conservação em diferentes ambientes, cada um com suas peculiaridades, o que inevitavelmente trouxe impactos para a conservação do próprio acervo.

Não seria demais pensar ter havido uma possível perda de itens do acervo durante todas as movimentações pelas quais o conjunto passou desde sua criação.

A Coleção do MTM hoje

Após diversas mudanças de gestão, de local e de administração, atualmente o acervo do Museu do Theatro Municipal é tratado como Coleção do MTM e está acondicionado no 8º andar do Centro de Documentação e Memória do Complexo Theatro Municipal de São Paulo.

31. O mesmo relatório indicava como parâmetros recomendáveis 55% de umidade relativa do ar, 20°C de temperatura e intensidade da luz de 350 lux.

32. Solicitação elaborada por Leda Duarte, supervisora do Museu do Teatro, e encaminhada ao STAM, em 27 de novembro de 1995. Coleção Museu do Theatro Municipal de São Paulo. Centro de Documentação e Memória do Theatro Municipal de São Paulo.

São itens das mais diversas tipologias e suportes, acondicionados de acordo com suas especificidades, conforme será exposto a seguir.

De acordo com levantamento feito por Mauricio Stocco e evidenciado por Bruna Rossi:³³

As tipologias presentes no acervo são: programas de espetáculos e eventos; cartazes; artigos de jornal; livros de bordereaux; fitas VHS e DVDs de gravações de ensaios e espetáculos; discos (LPs); fotos e ampliações (positivos e negativos); croquis de figurinos; desenhos de arquitetura; projetos de reformas e restauros do Theatro Municipal; libretos de óperas; ingressos; convites; livros; microfilmes; partituras e periódicos.

Tal levantamento foi feito por Stocco em 2007, sendo certo que a Coleção do MTM não passou por grandes alterações desde aquela data.

De acordo com a campanha de mensuração realizada em 2021 pelo Núcleo de Acervo e Pesquisa do Theatro Municipal de São Paulo, o arquivo histórico, configurado pelo antigo acervo do Museu do Theatro Municipal de São Paulo, possui aproximadamente 345,07 metros lineares, com 1 gaveteiro, 1 armário comum, 1 arquivo deslizante de 8 divisórias, 2 mapotecas e 2 estantes. Todos instalados no oitavo andar do prédio do Centro de Documentação e Memória.³⁴

Conforme destacado por Bruna Rossi,³⁵ o acervo do MTM passou por processo de catalogação pelo software Winisis 1.5. Tal software mostrou-se, contudo, obsoleto e incompatível com versões mais recentes do Microsoft Windows.

Por isso, o Núcleo de Acervo e Pesquisa do Complexo Theatro Municipal de São Paulo contratou os serviços da empresa L20 Consultoria para realizar a exportação das informações da base Winisis, objetivando viabilizar a transferência desses dados para a base utilizada atualmente, a In patrimonium.

Vale ressaltar que, no que tange à coleção do MTM, a base Winisis foi utilizada a partir de 2002 exclusivamente para a catalogação dos programas de espetáculo. Já itens como livros, fotografias, objetos tridimensionais e audiovisuais seriam tratados, em momento posterior, numa base de dados diferente.³⁶

A escolha pela catalogação exclusiva dos programas pode ser explicada pelo fato de que esse tipo de documento foi considerado à época como “fonte primária para descrição dos elementos informativos”, conforme evidenciado no Manual de Serviços Winisis 1.5. Vale, contudo, o destaque para o uso de fontes secundárias³⁷ como forma de complementação do banco de dados.

33. ROSSI, Bruna Maria Schmitt. Mapeamento do acúmulo arquivístico do Complexo Theatro Municipal de São Paulo (pp. 21-22).

34. Idem (pp. 22-23).

35. Idem (pp. 23-24).

36. Todo o procedimento desenvolvido pelo software Winisis foi detalhado no Manual de Serviços Winisis 1.5. Frise-se que nesse documento a coleção é referenciada como ex-Museu do Theatro Municipal, atual Arquivo Histórico.

37. Dicionários e enciclopédias especializados, publicações editadas pela Secretaria Municipal de Cultura (agendas culturais), artigos de jornais etc.

Ainda sobre os programas de espetáculo, deve-se destacar que há na coleção ao menos três suportes diferentes: os programas avulsos armazenados em caixas-arquivo por ordem cronológica, os borderôs e as coleções encadernadas.

Atualmente, com o uso do sistema In patrimonium, o NAP está efetuando o processo de catalogação do acervo, incluindo, mas não se limitando a eles, os itens que compõem a coleção do MTM.

As atividades do Museu do Theatro Municipal ao longo dos anos

Ao longo de seus quase 30 anos de atividades, o Museu do Theatro Municipal apresentou vasta programação, composta por exposições, apresentações musicais, de dança, programas de visitas monitoradas, programas de pesquisa, participação em eventos externos, entre outras atividades que mantinham estreita relação com a programação do Theatro Municipal.

A seguir, destacamos algumas atividades da programação do Museu desde sua inauguração, em 1983, até o encerramento das atividades em 2013:

11 de outubro de 1983 – Inauguração do Museu do Theatro Municipal.

1983 a 2006 – Exposição permanente Theatro Municipal contando sua história – curadoria de Ana Maria da Costa Leitão Vieira e Marcio Sgreccia.

1984³⁸ – Fechamento para reforma por aproximadamente dois meses, até fevereiro de 1984.

Diversas exposições temporárias:

- Ballet **Berioska** – curadoria de Maria Aparecida Toschi Lomônaco. Dez painéis (frente e verso) com dados biográficos da fundadora do ballet e o histórico desse grupo de dança; fotos abrangendo as 15 repúblicas da URSS (a cidade, o homem e o folclore). Vitrines com programas, livros e fotos do Ballet Berioska.
- Ballet **Nacional de Cuba** – curadoria de Maria Aparecida Toschi Lomônaco.
- Ópera **O navio fantasma** – curadoria de Maria Aparecida Toschi Lomônaco.
- Ópera **O barbeiro de Sevilha** – curadoria de Maria Aparecida Toschi Lomônaco. Dois painéis com fotos e dados biográficos do compositor. Maquete do cenário da atual montagem (cedida pela Divisão de Cenotécnica do MTM). Duas vitrines com programas.
- Ópera **Madama Butterfly** – curadoria de Maria Aparecida Toschi Lomônaco. Três painéis contendo foto e dados biográficos do compositor, bem como apreciação crítica da apresentação da ópera no Rio de Janeiro em 1983. Duas vitrines com fotos, programas, depoimento da cenógrafa Tomie Ohtake.
- Ópera **Wozzeck** – curadoria de Maria Aparecida Toschi Lomônaco.

38. No ano de 1984, o MTM elaborou dois projetos de exposição: Desde Isadora... (comemorativo do Dia Internacional da Mulher) e Vida e obra do Pe. José Maurício, os quais, embora aprovados, não foram levados a efeito por motivo de ordem orçamentária.

- 13 anos do Ballet **Stagium** – curadoria de Maria Aparecida Toschi Lomônaco. Dois painéis com fotos de apresentações do ballet. Quatro vitrines com programas e fotos do mesmo.
- 45 anos do **Coral Lírico Municipal** – curadoria de Maria Aparecida Toschi Lomônaco. Três painéis documentando o histórico dos corais Lírico, Paulistano e Municipal.
- Criação mulher, figuras femininas no Theatro Municipal, desde a bailarina Isadora Duncan, que se apresentou em 1916 – curadoria de Maria Aparecida Toschi Lomônaco.
- Memória I – **WOZZECK**: Diorama, com figuras e adereços. Duas vitrines com programas e partituras. Livro-documento contendo críticas de jornais, fotos, programas, cartazes e depoimentos da equipe de produção (maestros, diretores, figurinistas, cenógrafo, maquiador e equipe de montagem). Seis painéis com croquis de figurinos. Cinco painéis com desenhos de cenários. Slides e cenários.
- Memória II – **TITTA RUFFO**: Duas vitrines contendo programas, livros e discos. Cinco painéis sobre a montagem da ópera Hamlet – em 11 de setembro de 1911. Cinco painéis com fotos de Titta Ruffo e dos principais personagens por ele interpretados em diversas óperas. Seis painéis com textos e fotos: Titta Ruffo, o artista; Titta Ruffo, o homem. Livro-documento contendo dados sobre as apresentações de Titta Ruffo no TMSP, temporadas líricas oficiais de 1911 e 1915. Críticas de jornais, fotos do artista e familiares, comentários e anúncios, discografia de Titta Ruffo-I, discografia de Titta Ruffo-II, vida artística, cronologia.
- **Wagner no Theatro Municipal**: Dois painéis contendo fotos e dados biográficos do compositor. Quatro vitrines contendo programas e partituras referentes às apresentações da obra de Wagner no TMSP. Dois filmes apresentados no Auditório da Biblioteca Mário de Andrade, seguidos de conferência proferida pelo musicólogo Arnaldo Senise.
- **Imagens de Cuba**: Dez painéis (frente e verso) com textos, dados biográficos e fotos de Alicia Alonso. a) mapa de Cuba e histórico da ilha; b) fotos do povo cubano; c) cartazes do cinema cubano. Quatro vitrines com livros, fotos e programas.

1985 – Pesquisa sobre apresentações de Cacilda Becker no Theatro Municipal, para compor a mostra sobre a atriz na Livraria e Café Belas Artes.

- Pesquisa sobre os teatros distritais da municipalidade, sua vida administrativa, arquitetura, construção realizada no âmbito do Convênio Escolar e biografia e obra de seus patronos.³⁹
- Exposição temporária: 1º Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em janeiro 1945 – curadoria de Maria Aparecida Toschi Lomônaco.
-

39. Na Proposta de Trabalho do Museu para o ano de 1986, havia a previsão de inauguração da Sala São Paulo resgatando a memória dos teatros distritais.

- Exposição: Teatro Municipal: histórico e acervo, montada no Sesc Vila Nova. Essa exposição reuniu a Sala Histórica do Museu e a mostra do guarda-roupa.
- Participação no Congresso dos Escritores, com montagens de textos.
- Participação na I Semana do Patrimônio Histórico no Centro Cultural, com exposição montada na Casa das Retortas, composta por parte do acervo de vestuário de óperas e programas.
- Participação no IX Congresso Nacional de Museus.
- Participação nas discussões sobre a Constituinte – Questões de patrimônio histórico.
- Colaboração na montagem da exposição sobre a reforma do Theatro Municipal, em entrevista concedida pelo sr. Prefeito aos jornalistas.
- Setor de Documentação e Consulta realizou pesquisas sobre dança nos programas do Theatro Municipal e elaborou novas fichas técnicas.
- Colaboração na montagem da exposição sobre o Teatro Paulo Eiró na Feira dos Bairros.
- Participação na montagem e programação visual da Exposição do Tatuapé.

1988 – Exposição: A presença do artista negro no Theatro Municipal.

1991 – Exposições temporárias:

- Fragmentos de 3 óperas: do traço ao figurino – O barbeiro de Sevilha, Maria Tudor e Macbeth – curadoria de Maria Aparecida Toschi Lomônaco.
- TM 80 anos – curadoria Marcio Sgreccia.

1995 – Exposição temporária: **Coral Paulistano 60 anos** – curadoria de Marcio Sgreccia e Sílvia Tessuto.

1997 – Exposição temporária: **Ilustres modernistas** – Comissão da Secretaria Municipal de Cultura.

1999 – Exposição temporária: **Temporadas líricas** 1911-1951 – curadoria de Marcio Sgreccia.

Música às Terças no Museu:

- Acorde para Cordas
- Camerata Atheneum
- Camerata Kalis
- Coral Paulistano
- Camerata São Paulo
- Florilegium Musicum
- Escola Municipal de Bailados
- Quinteto de Metais

- Quarteto de Cordas da Cidade de São Paulo
- Grupo Acorda Vocal

2000 – Exposições temporárias:

- Dança no TM, 1916-1999 – curadoria de Marcio Sgreccia.
- Dança no TM, décadas 1940 a 1950 – curadoria de Marcio Sgreccia.
- Dança no TM, década 1960 – curadoria de Marcio Sgreccia.
- Óperas Cavalleria Rusticana e I pagliacci – curadoria de Marcio Sgreccia.

Música às Terças no Museu:

- Quarteto Athenas
- Camerata Atheneum
- Os 4 Baixos
- Quarteto Clássico
- Escola Municipal de Bailados
- Jaz In 4
- Quinteto de Sopros
- Acorde para as Cordas
- Florilegium Musicum
- Quarteto de Sopros

2001 – Há notícia de que a hemeroteca é feita com assinaturas de apenas dois periódicos, ambas custeadas por funcionários.

Restauração do monumento a Carlos Gomes – Companhia do Restauo, Emurb, Klabin.

Música às Terças no Museu:

- Quarteto Athenas
- Os 4 Baixos
- Florilegium Musicum
- Quinteto de Sopros Conclave
- Escola Municipal de Bailados
- Acorde para as Cordas
- Camerata Atheneum
- Quarteto de Cordas

2002 – Exposições temporárias (paralelas às apresentações no TM):

- Ópera **As bodas de Fíguro** – curadoria de Marcio Sgreccia.
- Ópera **João e Maria**, de Humperdinck – curadoria de Mirne Busse Pereira, Departamento do Patrimônio Histórico (DPH).
- Ópera **Macbeth**, de Verdi – curadoria de Marcio Sgreccia.
- Ópera **Carmen**, de Bizet.
- Ópera **Madame Butterfly**, de Puccini.
- Ópera **Sansão e Dalila**, de Saint-Saens.
- Ópera **Don Giovanni**, de Mozart.

Música às Terças no Museu:

- Acorde para as Cordas
- Quarteto Clássico
- Orquestra Experimental de Repertório
- Florilegium Musicum
- Barroco para Crianças
- Quinteto de Sopros Conclave
- Escola Municipal de Bailados
- Lendas e Lenga-Lengas
- Monitores da OER
- EMB e Acorde para as Cordas

2003 – Exposição temporária da **ópera Falstaff** – curadoria de Marcio Sgreccia.

Música às Terças no Museu:

- Quarteto de Cordas da Cidade de São Paulo
- Acorde Pão de Açúcar
- Orquestra Experimental de Repertório
- Escola Municipal de Bailados
- Lendas e Lenga-Lengas

2004 – Concertos aos sábados: Orquestra Antunes Câmara.

Música às Terças no Museu:

- Quarteto Clássico
- Inhame – Trio de Música Celta

- Conclave Quinteto de Sopros
- Quinteto Poulenc
- Florilegium Musicum
- Orquestra Acorde para as Cordas

2005 – Exposição de *trajes italianos de cinco óperas da Temporada Lírica de 1951*.⁴⁰

Mostra Gianni Ratto, com aproximadamente 50 figurinos, croquis e rascunhos do artista.⁴¹

Concertos aos sábados:

- Orquestra Antunes Câmara
- Nas ondas de Caymmi (Emia)
- Apresentação de três Corais
- Orquestra de Câmara da Faam
- Camerata da Faam
- Madrigal Ars Cantandi

2005 a 2006 – Fechamento do Museu para reformas em agosto de 2005. Reabertura em dezembro de 2006.

2006 – Concertos aos sábados:

- Cora Coralina c/ professores da Emia
- Orquestra Antunes Câmara
- Orquestra da Faam
- Três Corais
- Quadrivium
- Duo c/ professores da Emia
- Coro Misto da Associação Católica Kolping
- Professores da Escola Municipal de Iniciação Artística - Emia e Coral das Mães Camisa Listrada

2006 a 2012 – Exposição permanente Theatro Municipal ícone e memória – curadoria de Marcio Sgreccia.

40. Exposição no Municipal reúne figurinos italianos, 28 de novembro de 2005. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=139854>.

41. A exposição foi inaugurada no Salão Nobre do Teatro, conforme noticiado pela Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=139519>.

2007 – Concertos realizados ao longo do ano: Orquestra Antunes Câmara e Instituto Lohan Kung-Fu (música chinesa).

2008 – Concertos realizado nos meses de novembro e dezembro:

- Dois Corações, voz e violão (Emia)
- James Strauss, flauta solo (Firmarts)
- Duo Flauta e Violão (Firmarts)
- Trio Marupá (Firmarts)
- Arte do Som Academia (Firmarts)
- Madeira de Vento (Firmarts)
- Débora Borges (violino) e Arte Som Academia (Firmarts)
- Trio São Paulo Ensemble (Firmarts)
- Arte do Som Academia (Firmarts)
- Duo VoCello, Rose de Souza, sopr. e Raiff Barre, cello (Firmarts)

2012 – Exposição temporária: O conservatório na Praça das Artes – curadoria Márcia Camargos (espaço expositivo Praça das Artes).

2013 – Exposição temporária: Teatro de ópera – curadoria Sandra Pandeló (espaço expositivo Praça das Artes).

Quais as razões para a desativação do Museu?

Analisada a história do Museu do Theatro Municipal desde sua criação em 1968, sua inauguração em 1983, suas diversas mudanças de endereço no decorrer do tempo, cumpre agora traçar uma análise dos possíveis motivos que levaram à desativação do MTM em 2013 e à transferência de seu acervo para o Centro de Documentação e Memória.

Primeiramente, há que se destacar que, embora as atividades do Museu tenham passado por um encerramento de fato em 2013, jamais houve um encerramento de direito. Isto é, jamais houve a publicação de um decreto que prevísse o encerramento da atividade, tal como houve no ato de sua criação. Em verdade, o Decreto nº 7.729, de 9 de outubro de 1968, está vigente.

No relatório anual de 2017 observa-se que

conforme tratativas entre José Luis Herencia – Diretor Geral da Fundação TM – e o Comandante Geral da GCM, o espaço do Museu seria cedido à Guarda Civil Metropolitana, algo que nunca ocorreu, permanecendo o espaço fechado desde Abril 2013.

Há notícia⁴² de que o espaço dos baixos do Viaduto do Chá foi cedido pela Subprefeitura da Sé e pela diretoria do Theatro Municipal para o grupo A Motosserra Perfumada. Já em 2016 o espaço que abrigava o Museu estava fechado e pichado, em verdadeiro estado de abandono.⁴³ Atualmente, o espaço sob o Viaduto do Chá abriga o Centro de Referência da Cidadania do Idoso.

Fato é que não há nos documentos que compõem a coleção indícios das razões que levaram à decisão de encerrar as atividades museológicas. Podemos apenas conjecturar sobre possíveis motivações considerando os fatos e o cenário no qual o museu estava inserido no momento da desativação.

A vigência do decreto de criação do Museu sugere que a decisão de encerramento da atividade não foi algo prévia e formalmente planejado. Cabe apurar as circunstâncias dessa não decisão. Isso porque, para o encerramento formal do Museu, seria necessária a revogação do referido decreto.

Nos objetos que compõem a coleção, não há qualquer documento que relate a transferência dos itens do Museu dos baixos do Viaduto do Chá para a Praça das Artes. Quanto ao momento do encerramento da atividade – entre os anos de 2012 e 2013 –, observa-se que sucede à criação da Fundação Theatro Municipal com base na Lei nº 15.380/2011.

Como dito anteriormente, o artigo 44 da referida lei, em conjunto com o artigo 43 do anexo I, prevê como uma das responsabilidades da FTM “gerir e programar o acervo do Museu do Theatro Municipal”.

A partir de 2013, a gestão do Complexo Theatro Municipal de São Paulo passa a ser exercida por meio de contratos de gestão celebrados entre a FTM e organizações sociais (OS), com base em editais de chamamento público.

Essa transferência de gestão via chamamento público, somada à criação do Centro de Documentação e Memória na Praça das Artes, com atribuições bem delimitadas, como exposto acima, pode ter contribuído para a decisão de encerramento da atividade museológica.

Do ponto de vista administrativo, não seria atrativo manter o MTM em plena atividade, exigindo a contratação de profissionais especializados na atividade museológica, enquanto na Praça das Artes foi pensado um espaço que abrigaria o Centro de Documentação e Memória com atribuição específica de gerir o acervo do Museu.

Outra hipótese seria que o encerramento das atividades museológicas tenha sido planejado em caráter provisório, até que se delimitasse um espaço destinado ao Museu na Praça das Artes. Essa hipótese poderia justificar também a manutenção da vigência do decreto de criação do Museu.

42. Coletivo artístico invade ocupação teatral. O Estado de S. Paulo, 17 de novembro de 2015. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20151117-44590-spo-44-cd2-c4-not/busca/Perfumada>.

43. Da Luz ao Ipiranga, não faltam instituições fechadas. O Estado de S. Paulo, 10 de abril de 2016. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20160410-44735-nac-24-mrt-a25-not/busca/Viaduto>.

Em suma, não há como traçar de forma certa a razão ou as razões que culminaram no fechamento do Museu e na transferência de seu acervo para o CDM. É importante, contudo, destacar que a Coleção do MTM segue preservada e acondicionada no 8º andar do CDM, sendo certo que caberia estudar a possibilidade de reabertura do Museu como forma de evidenciar e difundir ainda mais a memória do Theatro Municipal de São Paulo.

Considerações finais

O Museu do Theatro Municipal nasceu com o intuito de preservar a memória da casa de ópera de São Paulo. Embora idealizado desde os anos 1960, sua inauguração aconteceu somente em 1983, praticamente “às pressas”, quando a equipe responsável pelo ato inaugural teve cerca de três meses apenas para montar o museu “do zero”, reunindo os objetos de acervo produzidos pelas atividades do Theatro desde sua criação, as quais estavam distribuídas em vários locais e sob os cuidados de diferentes pessoas.

Embora tenha permanecido ativo, com a proposta de ser uma “casa de memória viva”, o Museu passou por diversos desafios que puseram esse princípio à prova. Um dos maiores deles ocorreu no período de 1985 a 1995, quando o Museu foi transferido do interior do Theatro Municipal para o Edifício Martinelli. Esse distanciamento entre o Museu e o Theatro Municipal de certa forma enfraqueceu o elo que tornava o Museu uma extensão do próprio Theatro. Não à toa, a atividade museológica foi consideravelmente reduzida nesse período, especialmente pela paralisação do trabalho do setor educativo, um dos mais relevantes para a atividade do Museu.

O trabalho de reunião dos itens que compunham o acervo foi efetuado gradualmente ao longo dos muitos anos de atividade, visto que a instituição objeto do Museu está, até hoje, em plena atividade, produzindo documentos dos mais diversos, que, entre outras finalidades, remetem à preservação de sua própria memória.

Diante de todos os percalços enfrentados pelo MTM, contudo, seu acervo foi afetado pelas variações ambientais resultado das movimentações daqueles itens materiais, que ora ocupavam salas no alto de prédios, ora ocupavam o subsolo de um viaduto, gerando não só impacto na integridade física dos objetos, como também o risco de dissociação de itens em cada nova movimentação.

Essa última questão pode ser facilmente observada nos resultados do trabalho da equipe do Núcleo de Acervo e Pesquisa em 2022, para organização e checagem do acervo armazenado no armário deslizante do 8º andar do Centro de Documentação e Memória. Como aqui exposto anteriormente, com a checagem dos livros de tombo do Museu, verificou-se que diversos objetos ali registrados não se encontravam em seu local de guarda, e seu paradeiro permanece desconhecido até hoje.

Além disso, é importante destacar a problemática da falta de catalogação completa do acervo. Um dos pontos que merecem maior atenção é a falta de indicação da origem de cada item. Tais origens são imprescindíveis para a catalogação adequada de cada elemento incluído no acervo.

Grande parte do acervo do Museu é oriunda de doações, conforme já relatado, tendo vindo tais doações majoritariamente de figuras relacionadas ao próprio Theatro Municipal, seja por sua própria atuação artística, seja por algum grau de parentesco com pessoas que passaram pela casa.

O fato é que em um passado recente o acervo do MTM foi exposto ao público por meio de propostas alinhadas à atividade do Theatro, mas hoje está armazenado no CDM possibilitando acesso limitado e bastante reduzido.

Apesar da desativação do Museu e da situação atual da coleção, vale dar o devido destaque ao trabalho realizado pelo Núcleo de Acervo e Pesquisa, que, além de disponibilizar o acesso a pesquisadores, atua diariamente para a preservação e divulgação dos itens dessa coleção, especialmente contribuindo para a composição dos programas de espetáculo que acompanham a programação diária do Theatro Municipal.

Por meio de um trabalho de pesquisa e seleção de elementos da coleção do Museu, o NAP oferece recortes da memória do Theatro Municipal que tenham relação com o espetáculo ao qual se destina o programa em criação.

Assim, verifica-se que a divulgação da coleção do Museu segue ativa, ainda que de forma reduzida, mas permanece seguindo a interessante estratégia de acompanhar a programação do próprio Theatro Municipal. Mas uma possível reativação do Museu do Theatro Municipal é mais do que necessária para reaproximar o público de sua memória.

Com a reativação do MTM, será possível desenvolver atividades diretamente relacionadas com a programação do Theatro Municipal, pondo em prática a difusão da cultura promovida por esse aparelho.

Referências

Bibliografia

COSTA, Richard Santiago. Parnaso paulistano: história, arquitetura e decoração do Teatro Municipal de São Paulo. 2017. 1 recurso on-line (795 p.) Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

ROSSI, Bruna Maria Schmitt. Mapeamento do Acúmulo Arquivístico do Complexo Theatro Municipal de São Paulo.

STOCCO, Mauricio. O Arquivo do Museu do Theatro Municipal de São Paulo: proposta de reorganização. Santos, 2007.

Documentos

CONDEPHAAT: Resolução de Tombamento: Resolução 49 de 23/12/1981. Livro do Tombo Histórico: inscrição nº 158, p. 34, 28/01/1982.

SGRECCIA, Marcio. Theatro Municipal: ícone e memória, 2007.

Teatro Municipal de SP reabre as portas neste domingo após reforma. G1 [on-line], São Paulo, 12 de julho de 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/06/teatro-municipal-de-sp-reabre-portas-neste-domingo-apos-reforma.html#:~:text=O%20Teatro%20Municipal%20foi%20inaugurado,segunda%20entre%201986%20e%201991>.

XAVIER, Alexandre; LEIVA Bianca; RITTO Rafael. Reacondicionamento e reorganização de espaços de guarda: arquivo deslizante do oitavo andar do Centro de Documentação e Memória. São Paulo: TMSP, 2022.

SGRECCIA, Marcio. Theatro Municipal: ícone e memória, 2007.

Legislação

SÃO PAULO. Decreto nº 7.729, de 9 de outubro de 1968. Diário Oficial da Cidade de São Paulo. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-7729-de-9-de-outubro-de-1968>.

SÃO PAULO. Lei nº 8.204, de 13 de janeiro de 1975. Diário Oficial da Cidade de São Paulo. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-8204-de-13-de-janeiro-de-1975>.

SÃO PAULO. Decreto nº 44.470, de 8 de março de 2004. Diário Oficial da Cidade de São Paulo. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-44470-de-8-de-marco-de-2004>.

SÃO PAULO. Decreto nº 50.439, de 17 de fevereiro de 2009. Diário Oficial da Cidade de São Paulo. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-50439-de-17-de-fevereiro-de-2009>.

SÃO PAULO. Decreto nº 51.478, de 11 de maio de 2010. Diário Oficial da Cidade de São Paulo. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-51478-de-11-de-maio-de-2010#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20reorganiza%C3%A7%C3%A3o%20do,41.853%2C%20de%201%C2%BA%20de%20abril>.

SÃO PAULO, Lei nº 15.380, de 27 de maio de 2011. Diário Oficial da Cidade de São Paulo. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-15380-de-27-de-maio-de-2011#:~:text=Autoriza%20o%20Poder%20Executivo%20a,o%20afastamento%20de%20servidores%20da>.



06

Práticas de preservação
e conservação

Introdução

Os documentos produzidos e acumulados pelo Conservatório Dramático e Musical de São Paulo (CDMSP) constituem um importante conjunto documental sob a guarda e responsabilidade do Complexo Theatro Municipal de São Paulo (CTMSP). Reconhecido como de utilidade pública por decreto municipal de 14 de março de 2006, o CDMSP desempenhou papel fundamental na formação de músicos na cidade. O acervo soma aproximadamente 600 metros lineares, incluindo assentamentos de alunos, documentação administrativa e uma biblioteca de referência.

Para além da importância histórica, observa-se uma variedade de suportes e técnicas que representam diferentes materiais e modos específicos de um determinado período. Por exemplo, os álbuns fotográficos dos alunos são compostos por uma caixa de madeira, semelhante a um livro, com as fotografias em seu interior. Uma caixa como essa, para além de ser um álbum, é também um objeto de arte que realça a importância dessa formação de musicistas. Esse exemplo permite-nos observar a quantidade de camadas de importância que esse item por si só possui.

Esse acervo permaneceu armazenado no edifício do Conservatório de 1909 até 2008. Neste último ano, em função das obras vinculadas ao Projeto Quadra 27, que deu origem à Praça das Artes, o acervo precisou ser transferido. Em seguida, foi desmembrado e distribuído entre duas instituições. A parte composta de registros, partituras e biblioteca – denominada Seção A – foi para o Centro Cultural São Paulo (CCSP) e passou, entre 2012 e 2013, por um diagnóstico de conservação, desinfestação por anoxia, higienização mecânica e acondicionamento provisório. Em seguida, retornou para uma reserva técnica na recém-inaugurada Praça das Artes, ao lado do edifício histórico já reformado. A outra parte, correspondente aos documentos administrativos da instituição, foi transferida para uma faculdade privada e permaneceu sem tratamento, acondicionada em caixas de papelão sob condições inadequadas. Essa porção só foi reintegrada em 2014, em um espaço de guarda provisório e com o título de documentação “contaminada”.²

Na perspectiva do estado de conservação desse acervo, mesmo antes da transferência em 2008, relatórios técnicos já apontavam sérios problemas de conservação, como infestação de cupins, brocas, fungos e alta umidade. Esse histórico, somado à disparidade nas condições de armazenamento e manuseio, ocasionou diferentes níveis de deterioração.

Esse cenário nos permite observar uma trajetória de acervos que é muito comum em diferentes lugares e instituições. A precariedade em que muitos documentos estão armazenados

1. Especialista em Cultura, Museologia e Educação; Mestre em História da Ciência e bacharel e licenciada em história. Atua como conservadora desde 2008 e já trabalhou em grandes instituições como: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Arquivo Histórico Municipal e Museu das Culturas Brasileiras. Atualmente é conservadora do acervo do Complexo Theatro Municipal.

2. No Capítulo 3 o arquivista Rafael de Araújo Oliveira apresenta detalhadamente o histórico desse acervo, bem como o trabalho técnico realizado.

e o baixo investimento em ações de preservação e conservação preventiva, atrelados à descontinuidade de tratamentos, desdobram-se em inúmeros tipos de problemas que impactam negativamente os itens, ocasionando, em muitos casos, deteriorações irreversíveis.

Diante de situações assim, qual seria o caminho a seguir? O que garante a preservação dos acervos em diferentes níveis? E os acervos do CTMSP, como estão? Quais ações e investimentos estão sendo realizados para garantir a preservação desse importante conjunto? Essas são perguntas relevantes que este texto propõe-se a abordar, bem como apresentar o trabalho técnico e sistemático de conservação preventiva aplicado aos acervos da instituição.

É importante ressaltar que a preservação do patrimônio documental, museológico, arquivístico e bibliográfico transcende o escopo meramente técnico, estabelecendo-se como uma estratégia essencial para a gestão de acervos. A Conservação Preventiva constitui, nesse contexto, a abordagem mais eficiente e sustentável, baseada em um saber científico que emprega metodologias rigorosas para o controle sistemático dos fatores de deterioração. O Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM), organização intergovernamental dedicada à preservação do patrimônio cultural, define a conservação preventiva da seguinte maneira:

A conservação preventiva envolve todas as medidas e ações destinadas a evitar e minimizar a deterioração ou perda futura. São realizadas no contexto ou no entorno de um item, mas mais frequentemente de um grupo de itens, independentemente de sua idade e condição. Essas medidas e ações são indiretas – não interferem nos materiais e estruturas dos itens. Não modificam sua aparência (ICOM-CC).³

Esse processo, conforme o trecho acima, envolve ações como o monitoramento e a mitigação dos principais fatores de risco, que devem ser desenvolvidos de maneira contínua e sistemática.

No contexto do acervo do Complexo Theatro Municipal de São Paulo (CTMSP), é fundamental reconhecer que projetos de tratamento do acervo, assim como o cuidado dos funcionários, foram fundamentais para garantir a sua durabilidade. A descontinuidade, contudo, de um tratamento sistemático e contínuo configura-se como uma vulnerabilidade.

Vale destacar que o acervo está armazenado nos três equipamentos do Complexo, e cada um apresenta especificidades de tipologias, espaços de guarda e armazenamento, o que configura muitos desafios e nos leva a pensar o trabalho a partir dessas diferentes realidades.

O edifício do Theatro Municipal de São Paulo (TM), tombado como patrimônio cultural, armazena esculturas, placas comemorativas, fotopintura, mobiliário e elementos ornamentais. Esse conjunto apresenta um bom estado de conservação e está bem exposto e armazenado.⁴

3. Disponível em: <https://www.iccrom.org/projects/preventive-conservation>.

4. No Capítulo 3 é possível consultar as coleções do acervo armazenadas nos equipamentos.

Na Central Técnica de Produções Artísticas Chico Giacchieri (CT), localizada no bairro do Canindé (2009), estão armazenados os figurinos, acessórios, objetos de cena e cenários. Estima-se que o acervo de trajes possua aproximadamente 25 mil vestimentas e número proporcional de acessórios. Os figurinos estão divididos entre quatro salas anexas e o Galpão de Figurinos (ambiente climatizado), organizados em araras, caixas plásticas, de papelão e sacos de tecido. Esse foi o local que mais sofreu com a falta de um trabalho estruturado e sistemático, o que impactou negativamente o acervo, com deteriorações decorrentes do armazenamento inadequado, problemas com água, infestação de pragas, como fungos e traças, além de ratos e gatos, entre outros.



Imagem 1: Sala dos bustos – Edifício Theatro Municipal de São Paulo.

Imagem 2: Acervo de Figurinos – Central Técnica de Produções Artísticas Chico Giacchieri.

Imagem 3: Acervo bibliográfico – Centro de Documentação e Memória. Abril de 2026.

O edifício do Centro de Documentação e Memória (CDM) está atrelado à Praça das Artes (2012) e armazena itens de papel, encadernados, fotografias, cartazes e itens tridimensionais de metal e madeira. Divididos em três andares, dos quais dois são climatizados, os itens estão guardados em estantes deslizantes, fixas, mapotecas e paletes; e estão acondicionados em embalagens plásticas e de papel, de diversos tipos e formatos. O acervo armazenado nesses espaços apresenta três realidades que variam entre boa, média e ruim. No entanto, as três foram impactadas por fatores de deterioração que incluem condições inadequadas de temperatura e umidade relativa do ar, armazenamento e pragas como fungos, cupins, traças e brocas.

Diante dessa diversidade, a área de Conservação, estabelecida no Núcleo de Acervo e Pesquisa (NAP), tem como desafio a elaboração de um plano de trabalho de impacto a curto, médio e longo prazos para a preservação do acervo, o qual vem sendo desenvolvido e aplicado sistematicamente desde 2021.⁵ Esse plano conta, fundamentalmente, com o investimento da direção e da gestão em uma equipe técnica especializada, formada pela supervisora de conservação, duas assistentes e três estagiárias, que atuam fixas no CDM e na CT.⁶ Ele também conta com investimento na compra de diversos materiais de consumo e permanentes, como aparelhos de datalogger, câmeras de segurança, ventiladores, desumidificadores, tablets, mesas de higienização, materiais de alta qualidade para embalagens, papéis de conservação, mobiliário, instrumentos de trabalho, equipamentos de proteção individual etc. Outro fator determinante são os locais exclusivos para desenvolvimento das atividades, que se consolidaram ao longo destes últimos quatro anos e têm sido fundamentais para a execução do tratamento de conservação.

A atuação da Conservação está dividida em quatro principais frentes: diagnóstico do acervo e entorno; normas e diretrizes da conservação; melhoramentos e tratamento do acervo; e gerenciamento ambiental dos espaços de guarda. É importante destacar que essa configuração está em constante processo de aprimoramento e foi estabelecida dessa forma com base no desenvolvimento e entendimento do trabalho realizado.

A seguir, descrevemos as atividades desenvolvidas nessas frentes, os caminhos traçados e os impactos alcançados. Ao final desta parte, incluímos um subcapítulo que detalha a metodologia construída nos últimos anos para o tratamento dos dados relacionados ao gerenciamento ambiental dos espaços de guarda que considera, além da temperatura e umidade, os sinistros categorizados seguindo os dez principais fatores de risco para as coleções.

Diagnóstico do acervo e entorno

O diagnóstico dos espaços de guarda apresenta grande potencialidade por não apenas identificar os pontos de fragilidade do acervo, considerando desde o entorno do edifício até a embalagem primária, mas também por possibilitar o planejamento e a tomada de decisões.

5. Entre junho de 2021 e março de 2023, a área foi supervisionada pelo conservador-restaurador Alexandre Xavier e, de maio de 2023 até o presente, pela conservadora Shirley Silva.

6. Supervisora Shirley Silva, assistentes Tainan Azimovas e Hannah Zanotto, e estagiários Dam Baruch, Natasha Ayasha da Silva Inácio e Giovana Santos Costa.

O Guia de gestão de riscos para o patrimônio museológico define que:

*Ao identificar, analisar e priorizar os riscos que ameaçam os nossos acervos museológicos, ficaremos mais bem preparados e instruídos para tomar decisões eficazes voltadas para a salvaguarda e uso sustentável dos mesmos.*⁷

Em consonância com essas diretrizes, ao realizar a análise detalhada do entorno e dos ambientes, levando em conta as minúcias relacionadas ao mobiliário, tipos de armazenamento, rede elétrica, teto etc., pretendemos observar e elencar os principais fatores de risco presentes nos espaços de guarda de acervos do CTMSP.

Do ponto de vista da conservação preventiva, é uma importante ferramenta para nortear os trabalhos com o acervo, identificando esses problemas diversos, que podem comprometer a segurança e a integridade dos itens armazenados. Também possibilita investigar as reais condições e suas necessidades gerais e específicas. Quando realizado de maneira sistemática, assegura a identificação de falhas em procedimentos adotados anteriormente, evita sinistros e auxilia nas ações de manutenção do acervo.

É importante destacar que o diagnóstico, cuja periodicidade é anual, foi aprimorado ao longo dos anos e engloba desde o entorno dos edifícios até a embalagem e/ou sistema de armazenamento de cada sala. Na última versão do documento (2025), foi possível aumentar a capacidade de análise das condições desses espaços, observando vulnerabilidades e relacionando-as com os dados produzidos segundo o gerenciamento ambiental.⁸ Sendo assim, nessa versão do diagnóstico as questões estão identificadas a partir da ocorrência: classificadas com base nos principais fatores de risco, da estratégia e do protocolo associado. As categorias ocorrência e estratégia são avaliadas da seguinte forma:

Nível de influência:

-3 a 3, sendo que -3 influencia negativamente e +3, positivamente.

Classificação da frequência:

1 a 3, sendo que 1 é muito frequente e 3, pouco frequente.

O protocolo associado é avaliado a partir do custo e do prazo de execução, sendo:

Custo:

1 a 3, sendo que 1 é baixo, e 3 é alto.

Prazo:

1 a 3, sendo que 1 é curto, e 3 é longo.

7. ICCROM, CCI e Programa Ibermuseus. Guia de gestão de riscos para o patrimônio museológico. Versão em português, 2017, p.121. Disponível em: <http://www.iccrom.org/publication/guide-risk-management-english-version>.

8. Esse trabalho foi adaptado e construído em conjunto com as assistentes de área Hannah Zanotto e Tainan Azimovas.

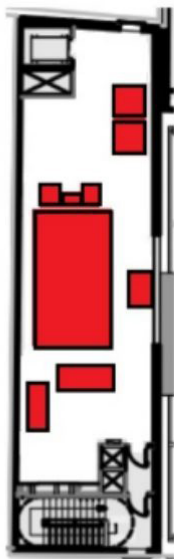
Essa avaliação nos permite identificar e valorar, no âmbito do entorno, do edifício e do acervo, quais os principais e mais frequentes problemas que temos identificado, fornecendo informações mais precisas com base nos dados coletados diariamente. A apresentação das informações está estruturada da seguinte maneira: contextualização do edifício e entorno; fotografias do entorno; gráfico de eventos; espaços de guarda; plantas baixas; linha do tempo dos eventos; e exemplos relacionados.

A primeira identificação e ação relacionadas ao diagnóstico foram a segurança e a necessidade do entendimento do clima interno desses locais. Portanto, foram instaladas câmaras de segurança e adquiridos aparelhos de datalogger, possibilitando o trabalho de segurança e gerenciamento ambiental dos espaços. Além desses, esse diagnóstico também se desdobra em outras ações de melhoramentos e intervenções no acervo, por exemplo, as desenvolvidas ao longo desses anos.

Centro de Documentação e Memória - Praça das Artes

8º andar

Classificação:



Suportes: papel, ampliações fotográficas, filmes plásticos, vinis, fitas k-7, cd's, metal, madeira, plástico

Mobiliário: armário deslizante; estante fixa; fichário de metal; mapoteca; armários de madeira e metal

Acondicionamento: caixas plásticas rígidas, pastas de polionda; embalagens de TNT; caixas de papelão, envelopes de papel, avulsos

Equipamentos: ar condicionado cassete; ventilador; desumificador; data-logger

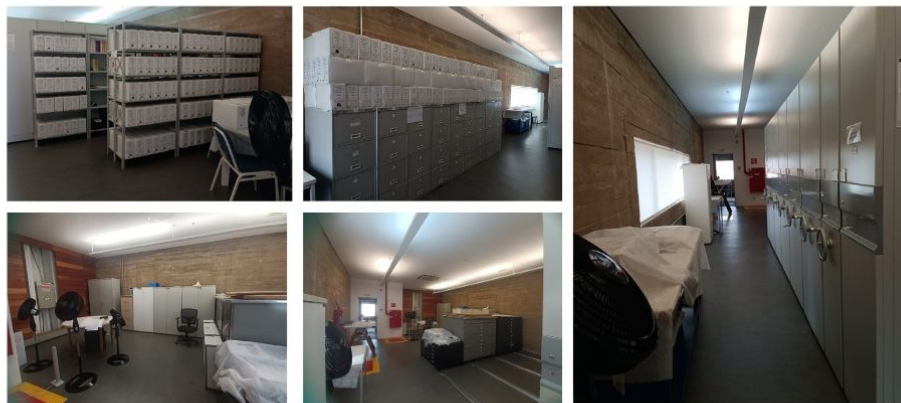


Imagem 4: Dados ilustrativos do diagnóstico do Centro de Documentação e Memória – características do acervo e mobiliários. Dados de janeiro a dezembro de 2025.

Normas e diretrizes da conservação

As demandas diárias, bem como a execução das atividades de maneira sistemática, mostraram a necessidade e a importância da elaboração de normas, procedimentos e manuais técnicos para o tratamento dos acervos. Estes têm se mostrado fundamentais para o registro da metodologia de trabalho, bem como para a instrumentalização da equipe.

Esse trabalho se dá a partir do desenvolvimento de alguma necessidade específica, que pode ser de rotina ou de algum projeto – como, por exemplo, para a rotina de gerenciamento ambiental. Há no Manual de regras e procedimentos da conservação o roteiro do que deve ser observado e quais os procedimentos necessários em caso de sinistro. Nesse manual, os assuntos estão organizados por ordem alfabética e apresentam um resumo sobre o tema, bem como a ligação (link) de acesso para o documento digital no drive institucional, caso ele remeta a outro documento.

No Manual, é possível consultar as diretrizes para a elaboração de relatórios e o armazenamento dos documentos digitais, o controle de estoque de materiais, bem como para as atividades cotidianas relacionadas com a preservação e conservação, as quais envolvem: laudos de conservação (detalhados e para exposição), manuais específicos de higienização e preenchimento de planilhas de gerenciamento ambiental. Nos Manuais de Procedimentos está descrito o passo a passo de como deve ser realizada determinada ação. Por exemplo, no Manual referente ao Gerenciamento Ambiental, consta como devem ser trabalhados os dados recolhidos diariamente com a vistoria das reservas, bem como os dados obtidos com base nos registros dos aparelhos de datalogger, que fundamentam as análises dos espaços.

Não podemos deixar de destacar que, relacionado com a produção desses documentos, está o treinamento da equipe que atua direta e indiretamente com o acervo, independentemente da área. Essa formação acontece inicialmente quando uma pessoa inicia o trabalho no Núcleo e tem por objetivo oferecer subsídios para o manuseio correto dos itens, uso dos equipamentos de proteção individual, entre outros - procedimentos que devem ser seguidos dentro dos espaços de guarda por toda equipe.

Melhoramentos e tratamento do acervo

As ações de melhoramentos e intervenções no acervo estão sendo desenvolvidas ao longo destes últimos quatro anos. As diferentes situações em que os itens se encontram nos levam a pensar as prioridades de acordo com a equipe, os materiais e a estrutura para a realização do trabalho, e essa foi uma das condições que também o pautaram.

A CT, conforme pontuado no início do texto, apresenta inúmeros desafios a serem enfrentados, que perpassam a infraestrutura, as condições de armazenamento e guarda, e o volume do acervo. É importante destacar que, quando da sua criação em 2008, o total de itens correspondia a um volume de aproximadamente 8 mil, divididos em acervo histórico e guarda-roupa, e hoje totaliza a média de 25 mil.

Naquele momento, em função do projeto Traje em Cena (2008), coordenado pelos professores Elizabeth Azevedo e Fausto Viana, os acervos de figurinos do Museu do Theatro Municipal de São Paulo e outros que se encontravam dispersos foram reunidos e tratados sob a perspectiva da conservação e documentação. Esse trabalho foi fundamental para o estabelecimento do que compunha o acervo histórico da instituição e garantiu sua durabilidade, propiciando um ambiente climatizado e parâmetros a serem observados. Nos anos que se seguiram, o acervo foi preservado em função de trabalhadores do Theatro comprometidos com esse acervo e sua importância.

No entanto, esses anos sem o acompanhamento técnico, sistemático e especializado da área da conservação e sem o investimento necessário impactaram de inúmeras formas todo o conjunto, sobretudo com relação a um acúmulo nas salas (anexos) com armazenamento inadequado. Dentro do Galpão de Figurinos, o equipamento de ar-condicionado apresentava falhas significativas, o que aumenta a proliferação dos fungos, além de araras super cheias e caixas e sacos apoiados diretamente no piso. A sala de sapatos e acessórios também tinha problemas com contaminações ativas de fungos e traças, além de itens contaminados por pragas, como ratos. A sala de costura, anteriormente ocupada pelas costureiras, era o espaço disponível para o trabalho com o acervo e a produção, que atuava no guarda-roupa, selecionando os figurinos para as demandas institucionais. Vale destacar que os espaços estão com ocupação máxima.

Nesse processo, foi construído um entendimento fundamental para a tomada de decisões com relação ao acervo. Primeiro, foi necessário compreender que os itens do guarda-roupa estão disponíveis para uso no palco e, portanto, não devem ter parâmetros de conservação rígidos com relação ao uso, mas sim indicações de segurança direcionadas a procedimentos de alterações, manuseio e guarda. O acervo denominado histórico segue procedimentos mais rígidos de conservação e não é passível de reutilização no palco, servindo apenas para uso expográfico ou de referência, e, para tal, a elaboração da política do acervo foi essencial.

Esse conjunto está armazenado no mesmo local, em andares diferentes, o que exige parâmetros rígidos com relação à segurança e ao controle de pragas para todo o espaço. Assim, tem-se realizado um trabalho em conjunto que conta com o comprometimento de todas as equipes que atuam direta e indiretamente no acervo, para respeitar as normas e procedimentos do espaço e sua atuação sob a perspectiva da conservação preventiva.

Os melhoramentos realizados foram listados e priorizados com base nos diagnósticos e no gerenciamento ambiental. Entre as ações de grande impacto executadas a médio e longo prazos, destacamos duas.

A primeira refere-se ao volume de trajes acumulados nas salas anexas e no Galpão, armazenados de maneira inadequada e suscetíveis a inúmeros fatores de risco, como luminosidade, sujidades, água e pragas – e correspondentes ao guarda-roupa com pouco uso ou a itens seriados do acervo histórico.⁹

Esse processo, longo e cheio de percalços, garantiu uma importante ação de identificação dos itens comprometidos, que podem contaminar o restante do acervo e que precisavam ser descartados, mas também garantiu que os principais problemas fossem resolvidos. Para cada ação de descarte, foi elaborado um laudo técnico com a justificativa e a foto do item a ser descartado. Vale destacar que nesse processo foram eliminados apenas itens sem valor histórico, contaminados e/ou com infestação ativa e sem possibilidade de tratamento.

Após a triagem, os espaços e os acervos foram reorganizados de acordo com questões de acesso e infraestrutura. Distribuídos nas salas, os itens muito volumosos e com maior demanda de uso ficaram armazenados em araras, identificados pelo nome do espetáculo de que fizeram parte; já os itens seriados e sem uso foram acondicionados em caixas plásticas com tampas previamente revestidas de TNT branco, dobradas de modo que produzam a menor quantidade de vincos e intercaladas na embalagem, visando a distribuição equilibrada de peso. A equipe de documentação garantiu a identificação das caixas com etiquetas levando número, especificação do modelo embalado (com foto e designação da peça), nome da ópera, ano, quantidade de itens e número de inventário registrado no In patrimonium.

Esse melhoramento aconteceu a médio e longo prazos e foi acompanhado de outras ações. Os ambientes reorganizados possibilitaram que duas salas de trabalho pudessem ser destinadas ao desenvolvimento técnico das áreas de conservação e documentação, e a sala de costura passou a ser utilizada exclusivamente para atendimento do fluxo da produção na utilização dos itens nos espetáculos e empréstimos.

9. Peças seriadas são aqueles itens do acervo que apresentam repetição. No que se refere às diretrizes de guarda para acervos, em casos como esses, não é necessário preservar todo o conjunto – apenas alguns exemplares, os quais garantirão a memória do espetáculo. No caso do acervo do CTMSP, como ainda não foi implementada a Política de Acervos para Figurinos, a opção de tratamento para os seriados tem sido a mesma com relação a guarda e segurança, entretanto, não passam por tratamentos específicos de conservação com parâmetros museológicos.

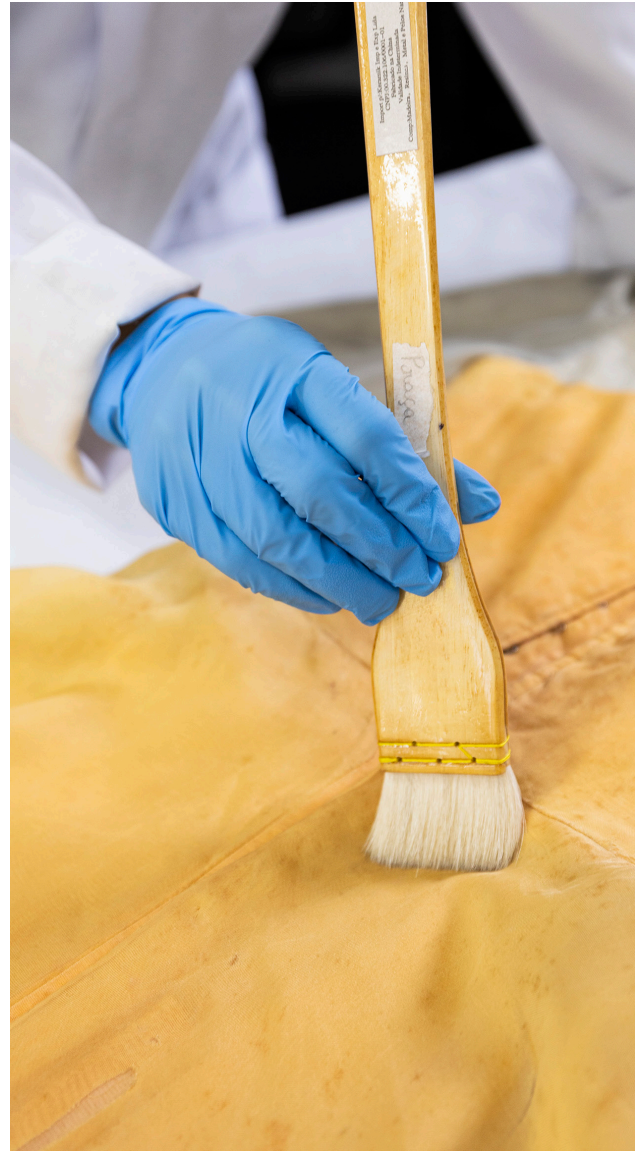


Imagens 5 e 6: Equipes de conservação e documentação atuando na abertura das caixas para identificação e melhoramentos de conservação dos itens armazenados em caixas de papelão. Abril de 2025.

Em função dessas resoluções, nesse último ano foi possível viabilizar o tratamento sistemático da significativa coleção de figurinos do Ballet IV Centenário, que, além de ser assinada por importantes artistas, como Heitor dos Prazeres, Di Cavalcanti, Burle Marx e outros, também é muito sensível.

Em 2022, a área de documentação realizou o processo de catalogação, e foram identificadas questões de conservação e feitos alguns melhoramentos no armazenamento. No entanto, era urgente intervir para estabilizar a coleção, que é composta de uma diversidade de tecidos e técnicas, totalizando 228 itens, sendo 144 exemplares únicos, enquanto 84 representam repetições. Diante desse cenário, optamos pelo tratamento dos itens únicos que apresentam melhor estado de conservação.

O tratamento abrangeu a higienização mecânica, procedimentos de estabilização pontuais e acondicionamento respeitando padrões de conservação que preveem cabides especialmente confeccionados com manta acrílica e revestimento protetor de algodão cru, bem como capas de TNT em tamanhos médio e grande, adequando-se às dimensões dos objetos. Esse tratamento tem tido um papel de protótipo para toda a coleção histórica, proporcionando bastante aprendizado.



Imagens 7, 8 e 9: Equipe de conservação atuando no tratamento dos figurinos da coleção do Ballet IV Centenário. Fotos: Stig Lavor. Agosto de 2024.

Paralelamente a essas atividades, no CDM, também ocorreram ações de melhoramentos, intervenções no acervo e o tratamento sistemático de uma coleção particular. É importante destacar que a sala de trabalho, originalmente prevista no projeto do edifício, estava sendo ocupada para armazenamento provisório de instrumentos musicais pertencentes às escolas e, enquanto não era desocupada, as atividades de tratamento eram realizadas dentro dos espaços de guarda, o que era inadequado pela necessidade de segurança, climatização e limpeza.

Essa condição impossibilitou o tratamento do acervo em maior escala durante esse período. Entretanto, outras ações importantes foram empreendidas, sobretudo no 8º andar, como o desenvolvimento de embalagens de acondicionamento para objetos do acervo histórico, a substituição de parte das caixas de papelão por poliondas, a limpeza e o acompanhamento de focos de fungos nas embalagens.

Também foi realizado de maneira sistemática o tratamento da coleção particular da bailarina Penha Pietra's. Recebido em novembro de 2022, o conjunto foi organizado e catalogado pela equipe do arquivo, e a conservação garantiu a higienização e o acondicionamento de documentos de diferentes tipos e formatos, como fichas de alunos, agendas particulares, álbuns de fotografias, troféus, discos, fitas cassete etc., garantindo mais estabilidade para o conjunto.

Algumas coleções e conjuntos armazenados no arquivo deslizante de maneira e com materiais inadequados foram recondicionados e estabilizados, em parceria com a área de arquivo, o que garantiu a segurança da informação. Alguns croquis de figurinos também foram tratados com higienização mecânica, reparos com papel japonês e embalagem de envelope de poliéster ou de papel com reserva alcalina.



Imagens 10 e 11: *Tratamento e acondicionamento do acervo da bailarina Penha Pietra's. De Abril a Novembro de 2025.*

Gerenciamento ambiental dos espaços de guarda¹⁰

O gerenciamento ambiental dos espaços de guarda do CTMSP, realizado de segunda a sexta-feira, é uma atividade com base na qual se registram, em planilha do Excel, informações de temperatura e umidade relativa do ar obtidas com datalogger – programados para registrar os dados a cada duas horas –, o que resulta em uma quantidade média de 360 registros mensais.

Além dessas informações, também é rotina a observação do acervo para a verificação se não está exposto a algum risco, como goteiras, manchas de umidade na parede, teto, chão, resíduo de bichos ou alimentos, itens fora do lugar, falta de energia, avaria no equipamento de climatização, bichos mortos etc. Esses sinistros, considerados como ocorrências, podem ter dois encaminhamentos diferentes: a inserção da informação na planilha para o acompanhamento ou o encaminhamento depois da abertura de chamado para a área específica (que pode ser Manutenção, Segurança ou Limpeza). Para a comunicação da ação, há um protocolo definido, e deve ser feita por e-mail e estar de acordo com as diretrizes estabelecidas pela área.

Os dados recolhidos e produzidos são apresentados em relatórios semestrais. Nesse documento, cada tópico elencado registra as condições das áreas durante esse determinado mês, considerando as variáveis que podem interferir nos resultados. Levam-se em conta os tipos de equipamentos disponíveis (como, por exemplo, ventiladores ou ar-condicionado), bem como o tipo de mobiliário (que pode ser armário deslizante, estante, arara etc.) e as tipologias existentes.

Com base nas médias diárias e mensais, classificamos o espaço de acordo com as variações (estável ou instável) e os índices (regular, alto ou baixo). Essa análise é realizada comparativamente aos parâmetros climáticos que se estabeleceram para as áreas específicas do CTMSP. Esse sistema nos tem fornecido informações sobre as condições climáticas dos ambientes nas diferentes estações do ano, assim como nos tem auxiliado na tomada de decisões técnicas, por exemplo, sobre a instalação de equipamentos mecânicos, como ventiladores e desumidificadores.

Paralelamente a esse trabalho, ocorre também a análise semestral da qualidade do ar, que é coordenada pela equipe de manutenção predial. O Controle Integrado de Pragas (CIP) também é realizado periodicamente no entorno e nos locais de guarda, utilizando pulverização no primeiro caso e gel no segundo. Esse controle é de responsabilidade do setor de Facilities, com o qual os procedimentos são acordados em função das especificidades que os espaços de guarda apresentam.

É importante destacar que as áreas de Manutenção, Segurança e Limpeza do CTMSP têm sido importantes aliadas para a conservação preventiva dos acervos. O desenvolvimento da ação conjunta entre as áreas tem garantido melhores procedimentos de trabalho e uma maior identificação de riscos, com base na melhor compreensão do que é o acervo e das especificidades que a sua conservação exige.

10. O detalhamento do trabalho de dados realizado no gerenciamento ambiental do CTMSP pode ser consultado mais adiante no item Reflexões sobre as condições ambientais dos espaços de guarda do Complexo Theatro Municipal de São Paulo, elaborado pela conservadora Shirley Silva em conjunto com a assistente de conservação Hannah Zanotto.

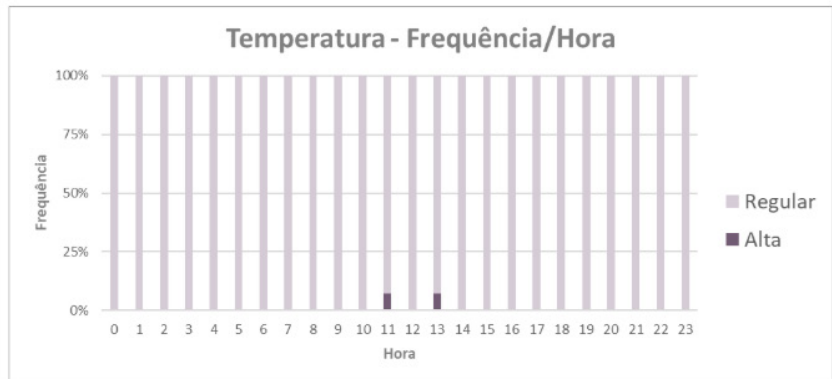
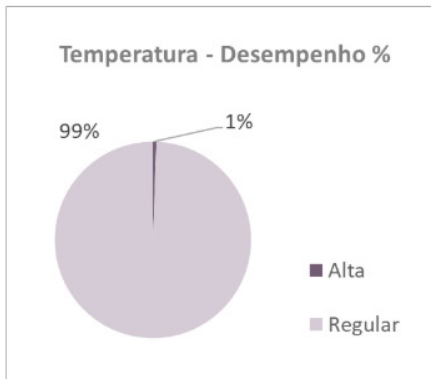
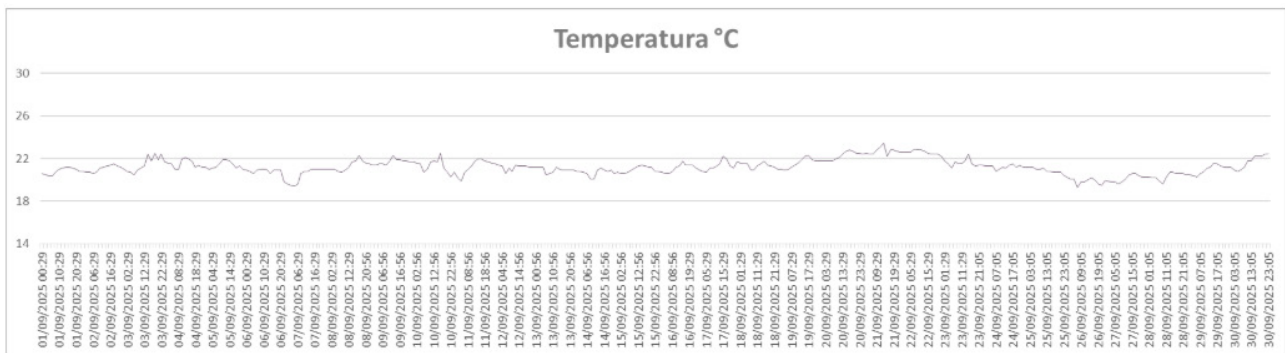


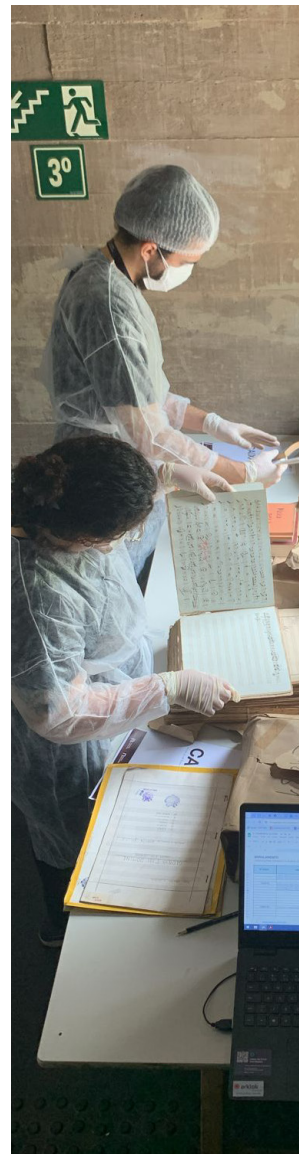
Imagem 12: Gráfico ilustrativo mensal de temperatura: média 21,58°C, mínima 20,20°C e máxima 23,10°C. Outubro de 2025 - 8º andar do Centro de Documentação e Memória.

E, por fim, retomando o acervo que introduz este texto, referente ao CDMSP, importantes e impactantes ações de tratamento foram realizadas sob a perspectiva da conservação. Entre os meses de novembro de 2023 e março de 2024, os itens acondicionados em caixas de papelão e armazenados de maneira inadequada no andar técnico passaram por intervenção de melhoramento. Junto com as outras áreas do NAP, os documentos foram agrupados por assunto e acondicionados em caixas plásticas com tampa. Os mais frágeis ficaram em caixas-arquivo de polionda, e, para os de grande formato, foram confeccionadas embalagens; para as telas, foram confeccionadas capas de TNT branco. Os itens identificados com contaminação ativa passaram por tratamento de radiação pelo Ipen e depois foram higienizados.

Essa ação, embora não tenha sido realizada dentro dos parâmetros de tratamento ideais, foi fundamental para garantir a estabilização dos itens, propiciando algumas camadas de proteção de segurança, tendo em vista os fatores de risco que foram identificados e aos quais estavam expostos. O tratamento sistemático dessa parcela do acervo poderá ser feito após a disponibilização de um espaço adequado e definitivo para seu armazenamento. Nessa área, é realizado o gerenciamento ambiental do espaço, e é possível afirmar que ela permanece estável enquanto aguarda tratamento.



Imagens 13 e 14: Documentos armazenados/empilhados em caixas de papelão. 2º andar do Centro de Documentação e Memória. Junho de 2022.



Imagens 15, 16, 17, 18 e 19: Fotos do trabalho de identificação e separação dos conteúdos e tratamento do acervo. 2º andar do Centro de Documentação e Memória. Novembro de 2023.



Imagens 20 e 21: *Acervo organizado, identificado e acondicionado em caixas plásticas. Abril de 2024.*

Já o segmento do acervo correspondente ao conjunto bibliográfico do Conservatório, que passou por tratamento de anoxia no ano de 2012 no CCSP, voltou para a Praça das Artes e ficou armazenado em caixas apoiadas diretamente sobre o piso até o ano de 2019 – quando foi retirado das caixas e organizado em estantes fixas. Em função da anoxia, os volumes estavam envoltos individualmente em embalagens plásticas, que não foram retiradas e permaneceram até o ano de 2025.

Em junho de 2024, quando ocorreu a liberação da sala de trabalho para a conservação, foi criado um ambiente estruturado para tratamento do acervo, com estantes fixas, mesas de trabalho, uma mesa de higienização e armários para a guarda de materiais técnicos. Esse ambiente incrementou a quantidade e a qualidade do trabalho, possibilitando, até mesmo, retomar o tratamento do acervo bibliográfico, o que não era feito desde 2012.

Esse projeto de média e longa duração conta com todas as áreas do Núcleo e segue as seguintes etapas: reorganização, identificação de contaminação ativa, retirada do plástico, higienização mecânica, preenchimento de ficha de diagnóstico de conservação, embalagem de estabilização para os itens que dela necessitam, inventário e armazenamento final na estante. O fato de esse conjunto ter ficado embalado em plástico durante todos esses anos nos intrigava com relação ao estado de conservação em que estariam os itens, tendo em vista que o plástico cria um microclima e podem ocorrer inúmeras reações.



Imagens 22 e 23: Equipe atuando na identificação e agrupamento dos volumes. Abril de 2025.



Imagens 24 e 25: Higienização e catalogação, respectivamente. Maio de 2025.



Imagens 26 e 27: *Estantes com livros embalados em plástico antes do tratamento e depois. Agosto de 2022 e abril de 2026.*

O caminho percorrido pelo acervo do Complexo Theatro Municipal de São Paulo é representativo dos desafios enfrentados pelas grandes instituições culturais brasileiras. Este capítulo objetivou argumentar que a preservação do patrimônio não é um evento isolado, mas sim um ciclo contínuo de intervenções técnicas, investimento em infraestrutura e, fundamentalmente, gestão.

As ações sistemáticas do NAP, ancoradas nas quatro frentes de trabalho – Diagnóstico, Normas, Melhoramentos e Gerenciamento Ambiental –, são fundamentais para a realidade do acervo. O investimento em uma equipe especializada e em recursos materiais, aliado à elaboração de protocolos rigorosos e ao trabalho conjunto com as áreas de Manutenção, Segurança e Limpeza, tem mitigado vulnerabilidades. A recuperação e estabilização de coleções críticas, como os figurinos da CT e o conjunto bibliográfico do Conservatório, são exemplos do impacto da conservação preventiva como estratégia de gestão de longo prazo.

Portanto, o trabalho realizado no acervo do CTMSP reflete um compromisso com o futuro do seu patrimônio. Mais do que apenas reverter danos, as práticas implementadas têm como finalidade garantir que as próximas gerações de artistas, pesquisadores e o público em geral possam acessar e compreender a rica história cultural de São Paulo, salvaguardada em cada item desse importante acervo.

Reflexões sobre as condições ambientais dos espaços de guarda do Complexo Theatro Municipal de São Paulo¹¹

O gerenciamento ambiental, quando conduzido de maneira sistemática e com base na análise contínua dos dados de monitoramento, constitui um pilar fundamental da conservação preventiva de acervos. Essa abordagem configura-se como uma poderosa ferramenta de gestão de risco, pois permite não apenas a identificação das fragilidades e dos agentes de deterioração, mas também objetiva o estabelecimento de prioridades, garantindo a segurança do acervo. Nos espaços de guarda do Complexo Theatro Municipal de São Paulo (CTMSP) é realizado de maneira sistemática desde o ano de 2023.

Essa ação de conservação preventiva tem por objetivo fornecer informações diárias das condições do ambiente em que os acervos estão armazenados.

O conhecimento do ambiente real de uma coleção é apenas possível por meio do monitoramento e registro das condições do ambiente. Um princípio básico que é muito importante é que o monitoramento não é controle! Monitoramento é o conhecimento das condições ambientais nas quais se encontra uma coleção. Uma vez coletados, organizados e tratados esses dados, é então possível planejar um controle ambiental efetivo (SOUZA; FRONER, 2008, p. 7).

Portanto, esse trabalho consiste no acompanhamento diário dos espaços observando as condições climáticas de temperatura (°C) e umidade relativa do ar (UR%), sujidades, goteiras, vestígios de bichos etc.

11. Esta seção teve coautoria da assistente de conservação Hannah Zanotto.

No que se refere às condições climáticas das áreas, vale ressaltar que um ambiente com temperatura e umidade relativa do ar estáveis é fundamental para a salvaguarda física do acervo. Oscilações desencadeiam reações físico-químicas que podem ocasionar deteriorações irreversíveis, conforme destacamos no trecho abaixo:

O ambiente é um factor sempre presente, que influencia fatalmente a velocidade de deterioração de todas as colecções (...).

Os dois factores principais a ter em conta no planeamento de uma construção, flutuações repentinas ou repetitivas de temperatura e de humidade relativa, podem provocar estragos em objetos sensíveis. (...) Mudanças de temperatura provocam alterações na dimensão dos materiais, por vezes bastantes acentuadas. Assim, surge um problema relativamente a documentos em composições complexas de duas ou mais substâncias: tendo cada uma um coeficiente térmico de expansão diferente, os documentos sofrem tensões na sua estrutura. Alterações cíclicas de temperatura podem causar danos permanentes. Com as flutuações de temperatura e alterações da humidade relativa, as dimensões dos materiais também são alteradas. Estas situações provocam estragos acentuados em documentos com composições complexas. Os livros expostos a um ambiente húmido ficam com as beiras inchadas e onduladas, mas, se perderem humidade, ficarão com as beiras rígidas e os centros das folhas ficarão inchados. Alterações cíclicas de temperatura podem provocar danos definitivos (TEIJGELER, 2007, p. 113).

Assim, para além do conhecimento das condições climáticas dos espaços de guarda, é imprescindível que o ambiente seja estável, pois as variações são extremamente danosas.

Logo, quais seriam os índices ideais?

Para o estabelecimento dos parâmetros adotados atualmente, levamos em conta os dados consolidados desde o início desse trabalho nos espaços de guarda, considerando os equipamentos disponíveis e os climas específicos de cada sala, o que ampara as tomadas de decisões.

Sendo assim, tendo em vista todas as variáveis aqui pontuadas, estabelecemos como ideal 24°C, com variações de 2°C para mais ou para menos, e 60% de UR com variações de até 10% para mais e para menos, nas salas sem climatização, com ventilação natural, conforme quadro abaixo:

Parâmetros	Temperatura	Umidade Relativa
Média ideal	24°C	60
Variações aceitáveis (estável) para + ou -	> 2	> 10
Variações prejudiciais (instáveis) para +ou -	> 2	>10

Tabela 1: Parâmetros de temperatura e umidade relativa do ar para ambientes não climatizados.

Para os locais climatizados, adotamos os parâmetros mais conservadores de temperatura de 21°C com variações de 2°C para mais ou para menos e 60% de UR com variações de até 10% para mais ou para menos.

Parâmetros¹²	Temperatura	Umidade Relativa
Média ideal	21°C	60
Variações aceitáveis (estável) para + ou -	> 2	> 10
Variações prejudiciais (instáveis) para +ou -	> 2	>10

Tabela 2: *Parâmetros de temperatura e umidade relativa do ar para ambientes climatizados.*

É fundamental destacar que os três locais que compreendem o Complexo Theatro Municipal de São Paulo possuem condições de guarda e armazenamento dos acervos bem distintos com condições e necessidades próprias – o que exige um olhar atento às especificidades, tendo em vista um ambiente de guarda adequado.

Utilizamos como ferramenta para registro dos dados aparelhos de datalogger, instrumentos que aferem e registram a temperatura e a umidade relativa do ar no intervalo de tempo programado, com base nos quais são gerados gráficos mensais e é possível verificar as variações, médias, mínimas e máximas.

Para registro do monitoramento diário foi elaborada uma planilha na qual são registradas as informações – de segunda a sexta – relativas ao espaço, como funcionamento do equipamento de climatização, resquícios de pragas ou qualquer outro tipo de sinistro.

12. Esse procedimento pode ser entendido com base no Capítulo 23 da norma ASHRAE, que “define classes de controle [...] que vão de AA (controle preciso) a D (controle relaxado), e flutuações aceitáveis de curto (horárias e diárias) e de longo prazos (sazonais) para as diferentes classes. O setpoint pode ser um valor constante de 21°C e 50% de UR ou então a média anual a que a coleção está acostumada. Embora a T e a UR médias sejam as mesmas para todas as classes climáticas, as variações sazonais permitidas e a largura da banda resultam que, para cada classe climática, haja uma recomendação diferente. A classe A, por exemplo, prevê duas opções: flutuações de UR de 5% e ajustes sazonais de 10% para cima e para baixo ou flutuações maiores, de 10% na UR, mas sem ajustes sazonais” (ASHRAE, 2007, citada em SAFT, 2021).

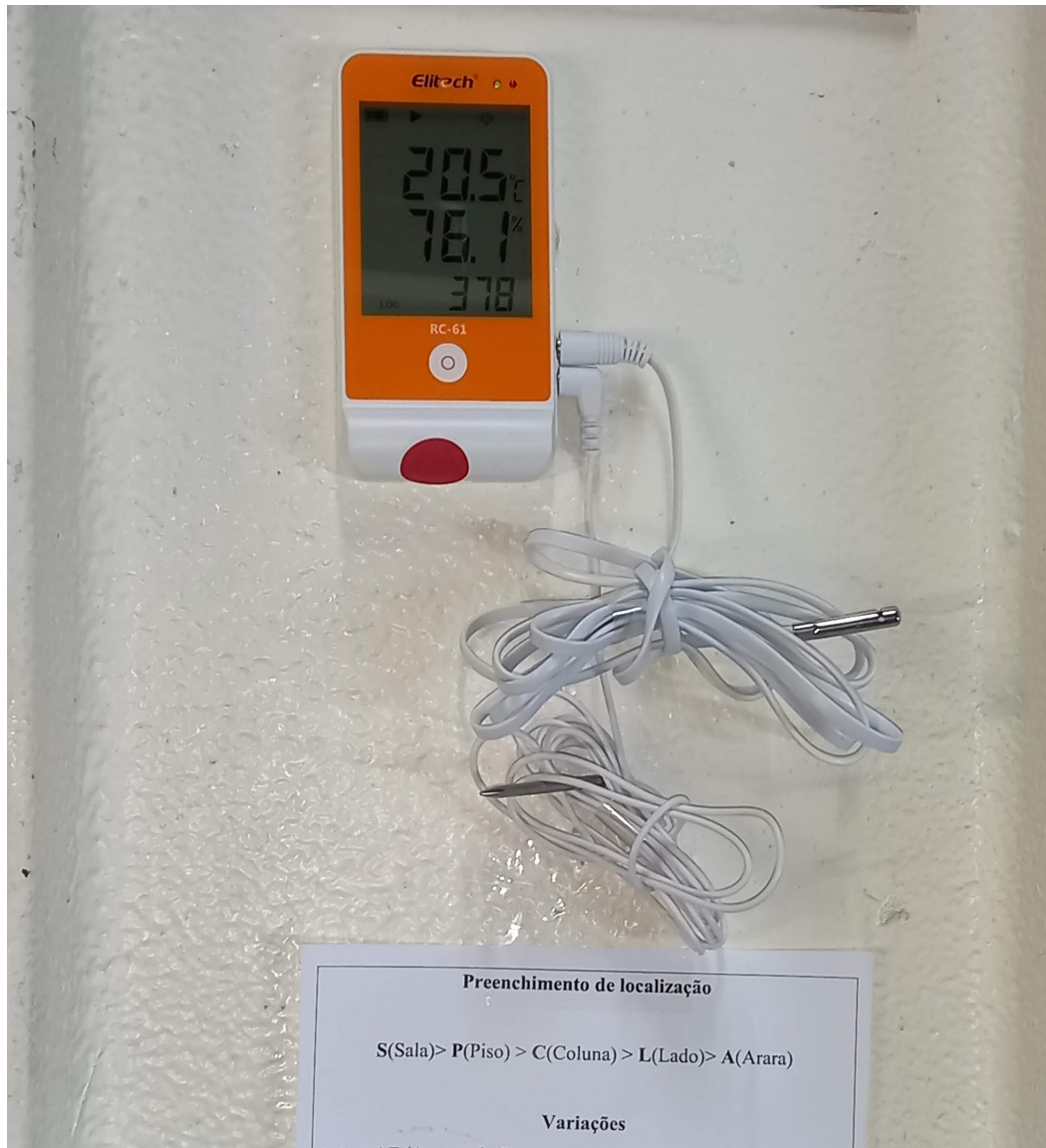


Imagem 28: *Aparelhos de datalogger em diferentes espaços de armazenamento.*

Periodicamente, os dados de cada espaço são consolidados e analisados para a elaboração do relatório mensal. Nesse documento cada tópico elencado registra as condições das áreas durante aquele determinado mês, considerando as variáveis que podem interferir nos resultados. Portanto, são identificados os espaços de guarda levando em conta os tipos de equipamentos disponíveis, como, por exemplo, ventiladores ou ar-condicionado, bem como o tipo de mobiliário, que pode ser armário deslizante, estante, arara etc.; e as tipologias existentes.

Apresentamos os gráficos mensais, de temperatura (°C) e umidade relativa do ar (UR%), definidos com base nos dados registrados no aparelho de datalogger, programado para registro a cada duas horas, o que resulta em uma quantidade média de 360 registros mensais.

Também consideramos o gráfico mensal relativo às condições meteorológicas externas da cidade de São Paulo¹³ como referência, para melhor entendimento e análise de em que medida as condições climáticas externas interferem no ambiente interno.

A partir dos dados registrados, classificamos o espaço de acordo com as variações: regular, alto ou baixo. Essa análise é realizada em comparação com os parâmetros climáticos que estabelecemos para as áreas de guarda.

Metodologia de trabalho dos dados

Com base no estudo de metodologias de gestão de riscos voltadas à preservação do patrimônio, nota-se que o monitoramento dos riscos e das condições ambientais tem papel essencial para o entendimento pleno das condições dos espaços de guarda de acervo e sua efetiva gestão. Fatores como a fácil compreensão e execução dos procedimentos, além de sua realização periódica, são de considerável relevância para a construção de um histórico de dados confiáveis para a avaliação e gestão de riscos (ROMÃO et al., 2016, citados em SAFT, 2021). Sendo assim, o treinamento da equipe e o levantamento das ocorrências registradas na planilha de gerenciamento ambiental diário configuram o primeiro passo para a construção de um banco de dados relativo à gestão de riscos dos acervos do Theatro Municipal de São Paulo.

Seguindo as orientações descritas no Guia de gestão de riscos para o patrimônio museológico do ICCROM (2017, p. 29), os registros de ocorrências foram sistematizados com base nos dez principais agentes de deterioração – água, fogo, umidade relativa inadequada, temperatura relativa inadequada, luz, pragas, poluentes, forças físicas, dissociação e agentes criminosos. O termo “criminoso” foi substituído por “segurança”, e os sinistros relacionados à climatização foram agrupados, visando facilitar o preenchimento da planilha no dia a dia da equipe. Para a estruturação do modelo para preenchimento dos registros, foram considerados os sinistros ocorridos em todos os três equipamentos da instituição, além de outras possíveis ocorrências, tendo em vista o entendimento da equipe sobre os espaços.

13. Temos utilizado como referência os dados coletados pela Estação Meteorológica, Seção Técnica de Serviços Meteorológicos, Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo. Site: <http://www.estacao.iag.usp.br/charts.php>. Acesso em: 5 fev. 2026.

Água	Pragas	Poluentes	Fogo	Forças físicas	Luz	Segurança	Dissociação	Climatização	
Enchentes	Traças	Sujidade	Falhas em equipamentos elétricos	Manuseio	Exposição solar	Furto	Extravio de objetos (interno)	Falha ar-condicionado	
Alagamentos	Cupins	Fuligem	Combustão	Armazenamento	Lâmpadas inadequadas	Roubo	Extravio de objetos (externo)	Queda de energia	
Infiltração	Brocas	Sujeira nos dutos	Bituca de cigarro	Transporte inadequado	Outros	Vandalismo	Perda de informação	Falha ventilador	
Goteiras	Baratas	Sujeira nos filtros	Relâmpagos	Procedimento incorreto		Pessoas desautorizadas	Outros	Falha desumidificador	
Outros	Ratos	Outros	Equipamentos ligados por longo período	Outros		Perda de chave		Outros	Janela
	Marias-fedidas		Curto-circuito			Porta			
	Formigas		Uso indevido do equipamento		Clima externo				
	Aranhas		Ação humana		Falha datalogger				
	Resíduos de alimentos		Outros				Manutenção ar-condicionado		

Tabela 3: Sistematização das ocorrências por agente de deterioração.

Os registros são classificados também de acordo com a localização, divididos entre os diferentes equipamentos do Complexo Theatro Municipal e seus respectivos espaços de guarda de acervo, sendo CT (Central Técnica), PA (Praça das Artes) e TM (Theatro Municipal). A opção “Entorno” foi incluída para registrar os sinistros ocorridos fora do espaço, mas que podem interferir direta ou indiretamente no acervo.

CT	PA	TM
Anexo 1	2º Andar	Sala Branca
Anexo 3	4º Andar	Sala dos Bustos
Anexo 4	8º Andar	Salão Nobre
Anexo 5	Sala da Conservação	Entorno
Anexo 6	Entorno	
Acervo de Figurinos		
Sala de Acessórios		
Sala de Costura		
Sala de Sapatos		
Cenotécnica		
Entorno		

Tabela 4: Sistematização dos espaços de guarda por equipamento.

A partir das informações tabuladas, foi possível configurar as listas suspensas dependentes para preenchimento da base – essa configuração é condicionada ao que foi preenchido na célula anterior, e gera uma lista personalizada na célula seguinte. Por exemplo: se selecionado o local “CT”, só vão aparecer para seleção os espaços referentes a esse local. O mesmo acontece com as ocorrências: se selecionado o agente de deterioração “Água”, por exemplo, estarão disponíveis para seleção apenas ocorrências relativas a esse agente de deterioração, como “Enchentes”, “Alagamentos”, “Goteiras”, “Infiltrações” e “Outros.” Além disso, a base possui campos para preenchimento de “Data”, “Observações”, “Número do chamado”¹⁴ e “Foto”, de modo que se complemente o registro das ocorrências.

14. Relativo ao acionamento da equipe de manutenção para resolução do problema, se necessário.

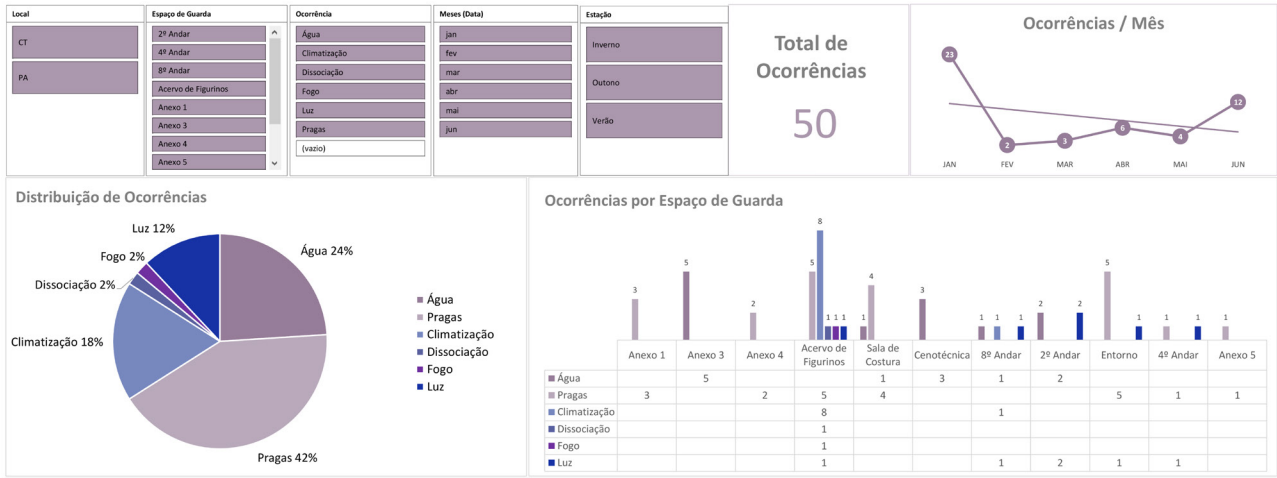
A planilha fica disponível on-line pelo aplicativo Google Planilhas e pode ser acessada por diversos dispositivos (computador, celular, tablet etc.). A identificação das ocorrências pode acontecer devido ao desenvolvimento de uma atividade específica relacionada ao acervo, durante a atividade do gerenciamento ambiental – realizado de segunda a sexta pela equipe de conservação, uma vez ao dia – ou com base nas rondas dos bombeiros, que acontecem 24 horas por dia, com intervalos de duas horas.

As vistorias da área de conservação são realizadas pela pessoa responsável pelo local, no primeiro horário do dia. Caso o responsável tenha algum imprevisto, é necessário garantir que a ação seja feita por outro integrante da equipe, e isso deve ser combinado previamente. Nessas vistorias, os dados de temperatura e umidade relativa do ar são registrados em planilha, bem como qualquer irregularidade observada. Na vistoria dos espaços observa-se chão, teto, paredes, mobiliários, janelas, indícios de infiltração, vestígio e/ou bichos, objetos fora do lugar ou armazenados indevidamente, funcionamento dos equipamentos etc.

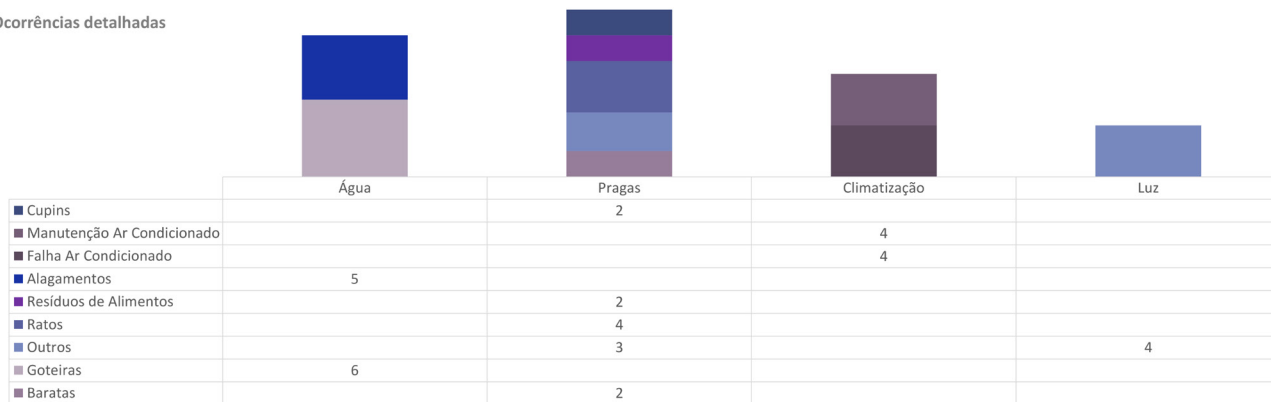
Caso haja alguma ocorrência que exija uma atitude imediata, além do registro na planilha, a supervisora direta é acionada por e-mail com cópia para a equipe do local. É obrigatória a realização de registro fotográfico e armazenamento do arquivo digital no drive. Tanto a planilha quanto as fotografias ficam armazenadas no drive da instituição. Esse procedimento também consta do Manual de regras e procedimentos da conservação, no qual é possível consultar as diretrizes referentes ao gerenciamento ambiental e como e com quem se comunicar, em caso de sinistro.

Tendo sido feito o preenchimento da base de dados com as ocorrências diárias registradas desde o início do ano, foi possível gerar gráficos dinâmicos que respondem aos filtros por “Local”, “Espaço de guarda”, “Agente de deterioração”, “Estação do ano” e “Meses”, o que permite que os dados sejam visualizados em sua totalidade ou especificidade.

Essa funcionalidade permite a identificação de padrões entre as ocorrências, os principais problemas que podem pôr o acervo em risco e sua temporalidade, e tem sido utilizada pela equipe de conservação para elaborar documentos técnicos, além de se instrumentalizar para o



Ocorrências detalhadas



Imagens 30: Exemplo dos gráficos com as ocorrências totais, de todos os espaços de guarda.

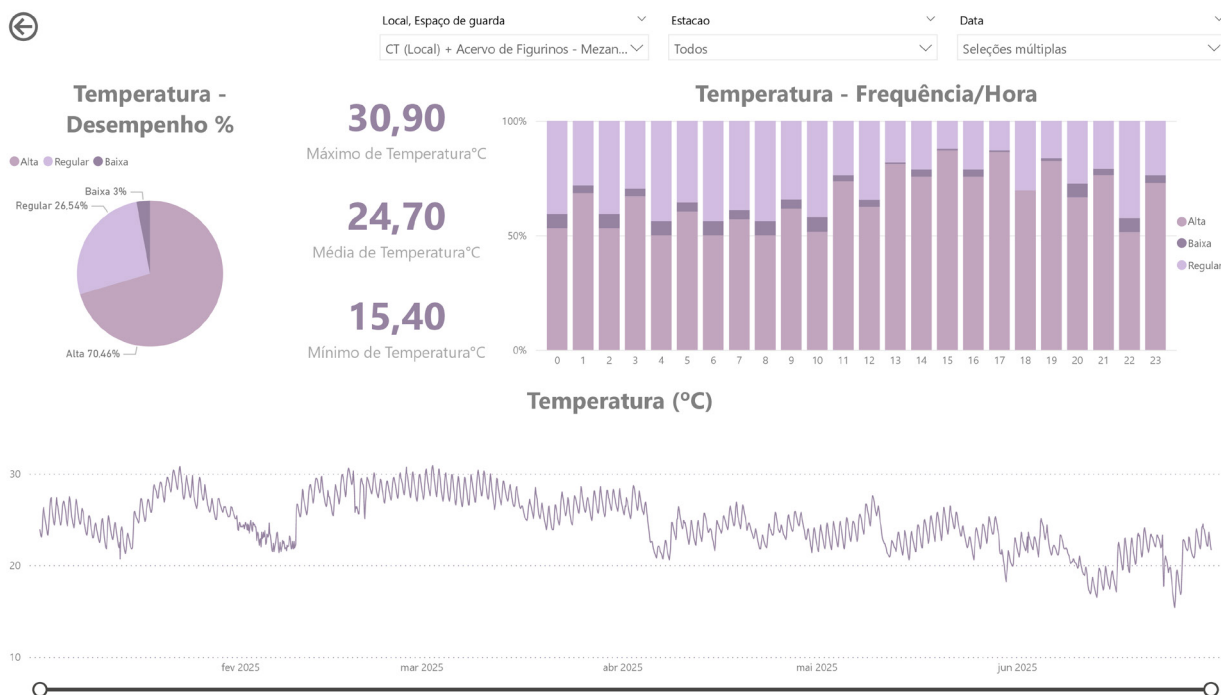
planejamento de ações de contenção para os riscos que podem acometer o acervo.

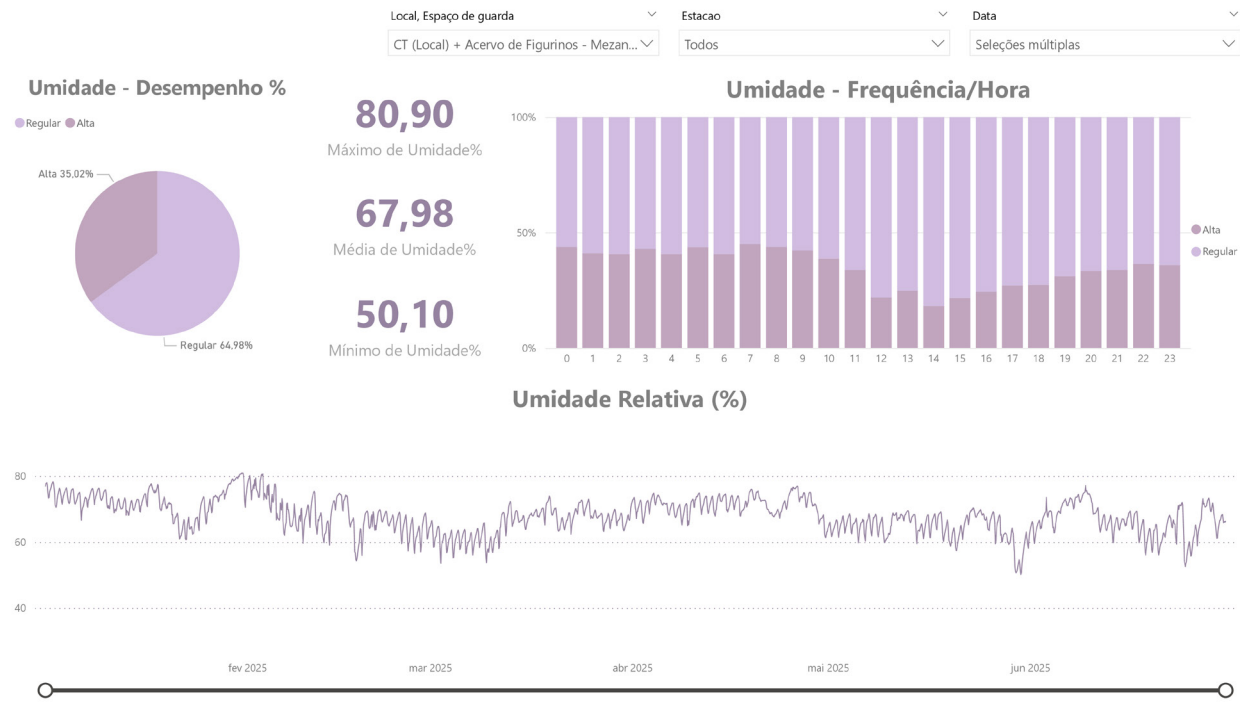
Com base nos dados gerais da planilha, é possível perceber que:

- 47% das ocorrências registradas no primeiro semestre de 2025 estão relacionadas ao agente de deterioração “Pragas”, seguido de “Água” (30%) e “Climatização” (17%);
- Janeiro foi o mês com maior registro de ocorrências, totalizando 23;
- O Galpão de Figurinos foi o espaço de guarda com maior quantidade de ocorrências, de naturezas diversas, como pragas, climatização e dissociação.

Os registros de temperatura (°C) e umidade relativa do ar (UR%), coletados pelos aparelhos de datalogger, foram tratados de forma individual, o que possibilita a identificação das flutuações climáticas ao longo do tempo e a análise da frequência de registros classificados como “Alto”, “Baixo” e “Regular” em diferentes recortes temporais, como ano, estação, mês e hora. Essa etapa permite também a mensuração do Índice de Desempenho, definido como a “porcentagem do tempo [...] na qual as variáveis analisadas permanecem dentro dos critérios-limite previamente estabelecidos” (CORGNATI et al., 2009, citados em GONÇALVES, 2020).

Os gráficos das condições ambientais, gerados por meio de softwares de análise de dados, respondem a filtros de localização e temporalidade, permitindo a visualização dos dados de maneira geral (do local ou do ano) ou específica (de um mês ou estação do ano específica, ou de





Imagens 31 e 32: Gráficos de temperatura e umidade do mezanino do Acervo de Figurinos no 1º semestre de 2025.

Os esforços para o tratamento dos dados de diversas maneiras surgiram da necessidade de a equipe identificar padrões no rendimento do ar-condicionado em diferentes circunstâncias, como após quedas bruscas de energia e falhas recorrentes na máquina em estações específicas do ano. Essa sistematização tem como objetivo instrumentalizar a equipe para a tomada de decisão em ações de conservação preventiva, aprofundando o entendimento sobre o desempenho de cada espaço de guarda em manter as condições adequadas e a proposição de ações necessárias para assegurar a integridade de seu acervo.

determinada sala).

Referências

Bibliografia

CONSERVAÇÃO PREVENTIVA PARA ACERVOS MUSEOLÓGICOS. Módulo 6. Manuseio e Transporte. Módulo 6.

DOCUMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO de acervos museológicos: diretrizes. Governo do Estado de São Paulo; Associação Cultural de Amigos da Casa de Portinari. São Paulo: Secretaria de Cultura de São Paulo, 2010.

FABBRI, Angélica. Documentação e conservação de acervos museológicos: diretrizes. Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari. Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. São Paulo, 2010.

FRONER, Yacy-Ara. Ciência da conservação ou conservação científica? Hipóteses para uma reflexão. Seminário Internacional sobre os Aspectos Científicos da Preservação Documental, v. 2, 2005.

GONÇALVES, Willi de Barros. Métricas de preservação química – taxas de permanência ponderadas pelo efeito cumulativo do tempo: Explorando a aplicabilidade de um conceito. II CONGRESSO BIENAL DA ANTECIPA – V Escola de Arqueometria e Ciências Aplicadas ao Patrimônio. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/77933/1/M%C3%A9tricas%20de%20preserva%C3%A7%C3%A3o%20qu%C3%ADmica.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2025.

IBERMUSEUS, ICCROM. Guia de gestão de riscos para patrimônio museológico. Rio de Janeiro: Ibermuseum, 2017. Disponível em: https://www.iccrom.org/sites/default/files/2018-01/guia_de_gestao_de_riscos_pt.pdf. Acesso em: 5 maio 2025.

ICCROM – INTERNATIONAL CENTRE FOR THE STUDY OF THE PRESERVATION AND RESTORATION OF CULTURAL PROPERTY; CCI – CANADIAN CONSERVATION INSTITUTE. Guia de gestão de riscos para o patrimônio museológico, Brasília: Ibermuseum/ICCROM, 2017. ISBN 978-92-9077-270-5. Disponível em: https://www.iccrom.org/sites/default/files/2018-01/guia_de_gestao_de_riscos_pt.pdf. Acesso em: 24 out. 2023.

ICCROM. Preventive conservation. [2025?]. Disponível em: <https://www.iccrom.org/projects/preventive-conservation>. Acesso em: 26 out. 2025.

Instituto Brasileiro de Museus. Programa de gestão de riscos ao patrimônio musealizado: diretrizes gerais, objetivos, eixos e linhas de atuação. Brasília, DF: Ibram, 2021.

SAFT, Juliana Bechara. Qualidade ambiental na gestão de áreas de guarda de acervos em papel em edifícios históricos na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Tecnologia da Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003039071>. Acesso em: 29 ago. 2025.

SOUZA, Luiz Antônio Cruz.; FRONER, Yacy-Ara. Tópicos em conservação preventiva 4: reconhecimento de materiais que compõem. Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008.

TEIJGELER, René. Preservação em países tropicais. Tradução de José Luiz de Oliveira. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

TOLEDO, Franciza. Controle ambiental e preservação de acervos documentais nos trópicos úmidos. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 71-76, jul./dez. 2010.

Documentos

COMPLEXO THEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Política de Gestão do Acervo. São Paulo: CTMSP, 2021.

07

Documentar o espetáculo:
abordagem contextual no acervo
do Complexo Theatro Municipal
de São Paulo e seus desafios



Ao pensarmos no patrimônio documental como organização do conhecimento, informação e impulso às diferentes memórias atreladas aos espetáculos, não temos a pretensão de reviver a complexidade artística que envolve a cena. Nenhum acervo é capaz de recuperar a vivacidade dos espetáculos em sua trajetória de concepção artística, de produção, divulgação e repercussão, isso é especialmente válido quando pensamos nas artes do espetáculo que são caracterizadas por sua efemeridade, sendo essa uma experiência única em cada apresentação.

Por outro lado, os vestígios documentais dessas apresentações exibem potencialidades diversas. A iniciativa de preservá-los justifica-se por variadas razões. Para que todo empreendimento dedicado ao espetáculo não seja relegado ao tão temido esquecimento, reconhecer esse aspecto atende tanto às expectativas da memória social coletiva quanto aos aspectos econômicos que, nas artes cênicas, tradicionalmente empregam a transformação constante do seu legado em novas produções.

O trabalho realizado ao longo do tempo com os diferentes acervos custodiados pelo Complexo Theatro Municipal de São Paulo (CTMSP) é exemplo singular no gerenciamento da informação do patrimônio documental cênico. Sua relevância ainda se estende a outros patamares, ao pensarmos no impacto social no entorno do edifício-monumento, projetado como um dos principais símbolos arquitetônicos da nova metrópole do país nos primeiros anos da República.

Sua posição simbólica no centro da cidade atraiu a esse espaço manifestações artísticas, culturais e políticas, o que nos instiga a observar a produção de diferentes documentos, elaborados para múltiplos interesses, ampliando sua vocação imediata de casa de óperas.

No decorrer de sua trajetória, a relevância e autonomia do Theatro Municipal de São Paulo também se devem à compreensão da administração pública ao estruturar em sua gestão o incentivo à cultura. Desse entendimento decorre a criação do Departamento de Cultura (1935) e, por conseguinte, do Departamento de Teatros, e da atual Secretaria Municipal de Cultura, e, depois, o estabelecimento da Fundação Theatro Municipal de São Paulo, como equipamentos centrais e representativos da cidade.

Ao analisarmos somente o aspecto da gestão pública, percebemos a importância do estudo contextual social, político e cultural como relevante para compreendermos a produção e preservação dos acervos custodiados pelo CTMSP. Nesse ambiente, não podemos desconsiderar a importância da abordagem contextual para o conhecimento tanto da trajetória da produção como do gerenciamento, preservação e difusão do patrimônio, nos diferentes tipos de configurações destinadas à preservação do patrimônio documental.

1. Documentalista no Complexo Theatro Municipal de São Paulo, historiadora pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e mestre em Memória e Acervos pelo Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa/MinC.

Dessa forma entendemos que a compreensão do patrimônio documental do CTMSP depende do estudo da formação de arquivos e coleções, que incluem requisitos legais e de gestão pública da cultura e que impactam diretamente a incorporação, inventariação, catalogação e descrição de todos os itens documentais.

Para compreender melhor esses aspectos e justificar a dependência da abordagem contextual para a preservação desses acervos, apresentaremos brevemente o perfil dos arquivos e coleções custodiados pelo CTMSP.

De imediato, imaginamos que a maioria do corpus documental era constituída do arquivo institucional do TMSp, que no decorrer do tempo deveria ser gerenciado e preservado para fins probatórios, administrativos e o fortalecimento da memória social. Entretanto, sabemos que a gestão de documentos do município teve longa demora para seu estabelecimento, o que só foi feito legalmente graças ao Decreto municipal nº 57.783 de 13 de julho de 2017.

Sendo assim, os documentos de gestão administrativa do Theatro Municipal de São Paulo, por serem parte da administração municipal, sofreram os impactos da ausência de política de gestão e preservação que resguardasse esses documentos. Dessa maneira, poucos documentos de característica residual sobreviveram, como fruto da ausência de uma política. Helena Corrêa Machado e Ana Maria de Almeida Camargo diagnosticaram esse problema no texto Como implantar arquivos públicos municipais, destacando a dificuldade com a questão de fluxo, a territorialidade e papéis atribuídos às instâncias estaduais e federais a respeito da política de arquivos (MACHADO; CAMARGO, 2000, pp. 13-15).

Pensando na estrutura do município de São Paulo no decorrer da trajetória do TMSp, devemos considerar que somente após a criação do Departamento de Cultura e a divisão do Departamento de Teatros, e depois da criação da Secretaria de Cultura, é que temos ações administrativas que conectam as funções e atividades do teatro a um exercício de cultura no município. Com a criação do Departamento do Patrimônio Histórico nos anos 1970 e do Conpresp nos anos 1980, vemos uma estrutura preocupada em pensar no tombamento de bens imóveis e móveis, como órgãos que consolidam os bens culturais enquanto ação administrativa, dando novo sentido aos bens públicos, com a proteção tanto dos edifícios históricos como de seus acervos.

Diante dos aspectos administrativos que inviabilizaram a preservação dos documentos produzidos pelo Theatro Municipal de São Paulo, é difícil entender a trajetória de produção e acumulação dos documentos, assim como seus caminhos. Pensando na compreensão desses documentos, buscando um fio condutor para isso, devemos entender o cenário que desencadeou ações diretas de preservação do patrimônio documental do TMSp.

Um ponto de partida importante quando pensamos em ações diretas do poder municipal está presente no Decreto nº 7.729/1968, que dispõe sobre a criação do Museu do Teatro Municipal (MTMSP). Nesse decreto, o TMSp estava vinculado, naquele momento, à Secretaria de Educação e Cultura.

É importante salientar que, nessa época, ao observarmos o cenário nacional quanto a políticas de preservação de acervos teatrais, outras iniciativas voltadas para a preservação

desses acervos começaram a ser implantadas no país. Nos anos 1970, a Lei 6.312, de 16 de setembro de 1975, instituiu a Fundação Nacional das Artes (Funarte) como forma de incentivar a produção e difusão das artes no Brasil. Entre suas primeiras atribuições, previstas logo no artigo segundo, estava a de custodiar e preservar os acervos do Serviço Nacional de Teatro, do Museu Nacional de Belas Artes, da Campanha de Defesa do Folclore e da Comissão Nacional de Belas Artes.

O Museu Lasar Segall, instituído pelo governo federal em 1967 e aberto ao público em 1973, também teve papel central nesse trabalho de preservação, ao organizar, em sua Biblioteca Jenny Klabin Segall, uma importante coleção de programas de espetáculo e outros itens gráficos textuais voltados às artes do espetáculo.

No Rio de Janeiro, as ações de preservação de acervos voltados às artes do espetáculo contêm experiências importantes e com problemas similares aos observados no TMSP. Os acervos do Theatro Municipal do Rio de Janeiro (TMRJ) e do Serviço Nacional do Teatro (SNT) foram compostos, em grande parte, de doações de artistas. A pesquisadora Caroline Cantanhede aponta o fato de que um projeto de Museu do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, idealizado ainda nos anos 1940, partiu da doação de Eliseo Visconti, responsável pela decoração arquitetônica do TMRJ (LOPES, 2020, pp. 199-200).

Chama a atenção ainda no processo de consolidação do acervo do Museu do Theatro Municipal de São Paulo, a sua relação com os doadores, em sua maioria artistas, para compor a coleção:

Essa foi uma estratégia bastante empregada para recolher documentos para compor o acervo do Museu: recorrer às personalidades da área com o intuito de comprar ou receber por doação peças que pudessem ser expostas em suas vitrines (LOPES, 2020, p. 202).

Retornando ao caso do estabelecimento do Museu do Theatro Municipal de São Paulo, também foram observadas iniciativas mistas de formação do acervo, caracterizadas por doações de artistas. Em busca de informações em documentos legislativos nas atas da Câmara Municipal de São Paulo e noticiários, verificamos que o processo da formação das coleções foi lento, sendo caracterizado por iniciativas esparsas que mesclaram doações de parcelas de documentos de arquivos pessoais, em sua maioria artistas, e de parte dos documentos acumulados pela administração do TMSP.²

Na década de 1980, por meio do Decreto 9.208, de 4 novembro de 1983, que transfere a gestão do Museu do Theatro Municipal de São Paulo ao Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), se dá também a constituição e abertura do Museu de maneira efetiva. Ao efetuar essa transferência de responsabilidade administrativa, notamos que essa escolha foi importante para compreendermos a estrutura de formação da maior parte do acervo hoje custodiado e gerenciado pela CTMSP, que lhe deu sua característica majoritária de coleção.

2. Para mais informações sobre doações de arquivos de pessoas ao Museu do Theatro Municipal de São Paulo, ver os capítulos 3 e 5.

As campanhas para constituição do acervo foram necessárias, devido ao problema já diagnosticado de ausência de documentos de arquivo, que não haviam sido preservados substancialmente pela gestão anterior. Sendo assim, foram feitas campanhas de jornal anunciando a doação de acervos relacionados ao Theatro Municipal de São Paulo. Embora a intenção não fosse reunir arquivos de pessoas, grande parte das coleções existentes no acervo possui esse caráter.

No decorrer de seu funcionamento aberto ao público, que perdurou até 2011, com a institucionalização da Fundação Theatro Municipal de São Paulo, notamos, com base nos instrumentos de pesquisa parciais do acervo, que a fase ativa do MTMSP foi guiada naturalmente pelos conceitos da museologia e biblioteconomia, sendo comum a organização temática, fundamentalmente atrelada às consultas com objetivos de pesquisa acadêmica, caracterizando-se pela lógica expográfica.

Apesar de ser facilmente reconhecido como um acervo voltado a coleções temáticas, percebemos na rotina de gerenciamento do acervo que há poucos resíduos relacionados aos documentos comumente encontrados para gestão do Museu. Os livros de tombo, processos de incorporação e termos de doação são apenas residuais, assim como um plano de gestão ou plano museológico, que passou a ser obrigatório em 2009,³ momento em que o MTMSP estava próximo ao fim de suas atividades.

Diante desse cenário, percebemos que o aspecto de contextualização de gestão do acervo é dificultado pela ausência de documentos que justifiquem a incorporação, dissociação ou desincorporação de inúmeros itens documentais presentes nas coleções. Ao voltarmos à importância do contexto no gerenciamento do patrimônio documental, sabemos o quanto se perde na investigação de um princípio fundamental do acervo que é a proveniência, principalmente quando pensamos nos produtores ou acumuladores de arquivos e coleções.

A respeito da proveniência, Antonia Heredia Herrera explica que esse princípio tem dois segmentos de atribuição de valor: a vinculação com as pessoas ou instituição produtora/acumuladora de documentos e sua vinculação com a entidade administrativa custodiadora (HERRERA, 1997, p. 93).

Destacamos nesse processo de compreensão do acervo e mais precisamente, a trajetória de transformação de um objeto de valor patrimonial em objeto de valor museológico, como resultantes das etapas de incorporação e suas diferentes designações, sejam estas de teor artístico, arqueológico, histórico etc., atrelados à constituição da documentação museológica, caracterizada pelo registro sistemático de informação do acervo (PADILHA, 2014).

Considerando as coleções de valor museológico como principal característica do acervo, notamos que isso estrutura todo acervo herdado a partir de sua nova configuração. O Estatuto da Fundação Theatro Municipal, elaborado por meio do Decreto nº 53.225, de 19 de junho de 2012, no item V do artigo 2º, diz que uma das funções da instituição é prover a gestão do Theatro

3. A Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, conhecida como Estatuto de Museus, exigiu, no inciso 1 no artigo 8º do capítulo II, a implementação de planos museológicos para todos os museus explicitados na seção III dessa legislação.

Municipal de São Paulo, valorizando e conservando tanto seu patrimônio histórico-cultural quanto seus acervos artístico, técnico e profissional.

Nas demais seções estatutárias no artigo 43º, ainda são designadas como atribuições do órgão a criação do Centro de Documentação e Memória, o Museu do Theatro Municipal, o arquivo do Conservatório Dramático e Musical e a coleção da Discoteca Oneyda Alvarenga. Percebemos nessas delimitações novos desafios, sendo o principal destaque estabelecer os “lugares metodológicos” dos arquivos e coleções do patrimônio documental do TMSP.

Desde então, o gerenciamento dos acervos trouxe diversas dificuldades, atribuídas principalmente ao desafio da investigação da formação dessas coleções e seu novo status de configuração institucional, o que desafiou a equipe técnica no reconhecimento claro, desde o nível mais amplo da incorporação até a designação dos diferentes tipos documentais e seu processo de patrimonialização, que se transforma a partir da implantação da nova perspectiva administrativa.

Nas seções seguintes, apresentaremos, com base na amostra de algumas coleções e documentos, quais foram os principais diagnósticos e decisões técnicas no gerenciamento do acervo, considerando a abordagem contextual o principal desencadeador de decisões técnicas, principalmente no que foi atribuído na gestão entre 2021 e 2025.

Trajes de cena: trajetória de patrimonialização e gerenciamento

A patrimonialização dos trajes de cena do Theatro Municipal de São Paulo é um dos principais objetos do estudo do setor de documentação do Núcleo de Acervo e Pesquisa da instituição. Percorrer os diferentes aspectos de guarda e gerenciamento desse setor de acervo é um grande desafio, ao compararmos com os outros tipos documentais custodiados pelo órgão.

A primeira dificuldade é voltada a identificar quais critérios nos levam a preservar os trajes como informação e repositório de memória. É reconhecido que o constante reuso e transformação dos figurinos constitui um dos principais alicerces para a sustentabilidade econômica das produções de espetáculos cênicos, sendo essa uma estratégia para uso prático no palco, referência conceitual e técnica de elaboração.

Essa tradição não fugiu da experiência dos figurinos produzidos para os espetáculos do TMSP, sendo contínuo e presente até a atualidade o reuso e a transformação dos trajes de cena. O gerenciamento dos trajes de cena se voltou, principalmente, a essa tarefa no decorrer do tempo. Considerando essa compreensão institucional e primordial sobre os figurinos, deparamos com uma questão conflitante quando pensamos em processos de patrimonialização. Segundo Pomian (1984), as coleções, apesar de sua diversidade, participam do intercâmbio entre o visível e o invisível, são mantidas fora do circuito econômico e protegidas por essa função, que lhes confere valor e as torna intermediárias entre os que olham e o mundo que representam.

Sabendo não haver uma exclusão definitiva dos figurinos do palco, a estabilização necessária à preservação dos trajes é um desafio institucional constante e conflitante, já que a dicotomia entre reutilização e preservação torna esses conceitos contraditórios diante das práticas de preservação difundidas por diretrizes em máxima instância pelo poder público e pela vocação institucional do TMSP, que também é preservar seu patrimônio histórico.

Antes de nos aproximar das práticas recentes de documentação dos trajes de cena, recuperaremos brevemente a trajetória de formação das coleções de como primeira estratégia para a compreensão do gerenciamento dos trajes.

A incorporação dos figurinos do TMSP, até a década de 1950, se dava por determinação contratual de produções de óperas e concertos configurados em concessões com o poder público municipal, principalmente com a produção e realização de espetáculos por empresas teatrais estrangeiras, que realizavam turnês pela Europa e mais adiante pela América Latina. Essa estrutura se manteve até que a produção operística passou a ser executada pelo poder público municipal. Antes disso, a Sociedade Anonyma Theatral Ítalo Brasileira realizou a maioria dos espetáculos do gênero encenados no TMSP, sendo incluída nessa tarefa a produção dos trajes de cena.

Na transição de responsabilidades da realização da programação, notamos alguns episódios que nos permitem compreender os principais motivadores para preservar os trajes de cena para além de seus requisitos funcionais. No processo nº 1665/1951, que trata da concessão de créditos especiais em temporadas líricas de 1951, encontramos na página 6, “Exposição de Motivos”, a seguinte ordem para execução do contrato:

i) – a entregar, em perfeito estado de conservação, à Prefeitura, para que fique incorporado ao patrimônio do Theatro Municipal, o material de 8 óperas completas, isto é cenários, guarda roupa, aderços, cabeleiras, sapatos etc., tudo compreendido para sessenta (60) coristas, material esse que o Theatro ainda não possui.

j) a escolher o repertório entre as seguintes óperas:

k) Aida – Don Carlo – Otello – Trovatore – Rigoletto – Simão Bocanera – Traviata – Faltaf, de Verdi – Turandot – Boheme – Mme. Butterfly – Fanciula Del West – Suor Angelica e Gianni Schicchi, de Puccini – Guarani – Lo Schiavo – Salvador Rosa e Odaleia, de Carlos Gomes – L’Amore dei tre re, de Montemezzi – Andrea Chernier, de Giordano – Barbieri de Sevilha, de Rossini – Boris Godunoff, de Mussorgski – Norma, de Bellini – Lohengrin, de Wagner – Francesca da Rimi, de Zandonai – Manon – Werther, de Massenet – Carmen, de Bizet – Adriana Lecouvreur, de Cilea – Mefistofeles, de Boito – Elixir D’Amore – Don Pasquale, de Donizetti e outras do repertório nacional e internacional (Câmara Municipal de São Paulo, 1951).

Vemos nesse documento aspectos interessantes que nos dão a dimensão das primeiras iniciativas de conservar os trajes e cenários produzidos pelo Theatro Municipal. Os trajes e cenários efetivamente depositados pelo vencedor da concorrência Alfredo Gagliotti foram das óperas Aida, Manon, Adriana Lecouvreur, Boris Godunov, Zaza, O Barbeiro de Sevilha, Il Pagliacci e Cavalleria Rusticana. Com exceção dos trajes de cena para a ópera Zaza, encontramos exemplares de todas as outras óperas presentes na coleção de figurinos.

Nesse episódio, observamos que, ainda que o objetivo da administração pública nesse depósito tenha finalidade inicialmente econômica, foi visto que sua guarda perdurou na gestão do TMSP até que houvesse alguma compreensão de que o conjunto de trajes deveria ser designado à patrimonialização, o que nos leva a pensar sobre quais foram os direcionamentos posteriores.

Em nossa investigação contextual, não temos evidências concretas sobre iniciativas de preservação do patrimônio documental referentes à coleção de trajes de cena, sendo o tema novamente retomado pelo decreto de criação do MTMSP.

Somente na década de 1980 encontramos, na esparsa documentação museológica e nos créditos institucionais dos programas de espetáculo, a existência de uma seção de guarda-roupa, departamento criado para gestão, guarda e reutilização dos figurinos. É nesse período que a produção interna de cenários e trajes também passa a ser estruturada, o que garantiu uma maior autonomia das produções.

Lembramos ainda que, no mesmo período, o Museu do Theatro Municipal é inaugurado, o que nos chama a atenção para a sensibilidade institucional quanto à preservação de trajes de cena atrelada a outros valores que não efetivamente sua reutilização. Nesse sentido, alguns documentos de gestão nos permitiram costurar iniciativas de preservação da nova lógica da instituição.

O texto a seguir, transcrito da página de abertura do livro de tomo da seção de Guarda-Roupas, corrobora nosso diagnóstico de que essa seção estava atrelada a práticas de preservação. O teor do texto reforça a condição dos figurinos como participante do patrimônio público do município, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e especialmente do Departamento de Teatros e sua divisão cenotécnica. Essas condições institucionais foram muito importantes para o gerenciamento do patrimônio técnico da instituição.

Quando isso é associado ao momento de efetivação do Museu, percebemos um vínculo intrínseco, já que o documento é assinado pela supervisora do órgão, Carmem Maria La Farina Poletto, junto à chefe da seção de Guarda-Roupas, Michi Maeda.⁴

4. Segundo artigo elaborado pela professora Elizabeth Azevedo, Michi Maeda foi uma das principais responsáveis pela manutenção do acervo de figurinos no TMSP, sendo responsável pela salvaguarda dos itens nos diversos episódios de sinistros nos espaços de guarda provisórios (VIANNA; AZEVEDO, 2012, p. 58)

TERMO DE ABERTURA
LIVRO DE TOMBO Nº 001

O presente livro de tombo destina-se ao assentamento do acervo figurinos do Teatro Municipal de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura do Município de São Paulo.

Foi aberto em 30 de julho de 1986 por Michi Maeda, chefe da Seção de Guarda-Roupas da Coordenadoria da Supervisão de Cenotécnica do Departamento de Teatros e Carmem Maria La Farina Poletto, Supervisora do Museu do Teatro Municipal de São Paulo, que rubricaram suas 100 (cem) páginas com as seguintes rubricas [ilegível].

Os números de tombo aqui firmados seguirão ordem sequencial de 0001 à 0198.

[assinaturas de Michi Maeda e Carmen Maria La Farina Poletto]⁵

A equipe de documentação do Núcleo de Acervo e Pesquisa identificou cerca 612 itens registrados no livro de tombo entre 1986 e 1988, com uma data-limite de figurinos produzidos entre 1948 e 1981. No documento, percebemos que os figurinos eram inventariados no livro como itens independentes, o que favorece a dispersão da concepção original do conjunto de trajes. Outro documento associado ao livro de tombo é o livro de movimentação de empréstimo. Nele constam as movimentações internas dos trajes, itens de diversas temporalidades, possivelmente empregados em novas produções.

Outro documento atrelado à seção de Guarda-Roupas é a lista de itens de produção de espetáculos, o que inclui principalmente figurinos e adereços. Encontramos nesses documentos cerca de 22 mil itens, incluindo os trajes mencionados no depósito realizado por Alfredo Gagliotti após a temporada lírica de 1951.

Dessa forma, ainda que não tenhamos a totalidade da documentação museológica que formaliza a patrimonialização dos trajes, entendemos que esses vestígios nos permitem traçar sua lógica de produção e acumulação, fator essencial para contextualização dos trajes e também de sua biografia, sendo possível especular a movimentação, por exemplo, como ação desencadeadora de modificações e reutilização do item.

Entre os anos 1980 e 2000, diferentes espaços foram designados para o guarda-roupa, sendo espaços improvisados do próprio Teatro Municipal ou galpões inadequados, sob o ponto de vista da preservação, dos bairros do Ipiranga e da Vila Guilherme. Ao analisarmos a produção de figurinos no decorrer do tempo, observamos seu crescimento exponencial, sendo este mais um problema de gerenciamento, segundo levantamento observado pela professora Elizabeth Azevedo (2012) em seu relato de experiência sobre o diagnóstico da coleção de trajes realizado no ano de 2024.

Nesse cenário, por iniciativa dos professores Elizabeth Azevedo e Fausto Vianna, é iniciado um projeto com objetivo principal de salvaguardar os figurinos produzidos e acumulados pelo

5. Livro de Tombo do acervo de figurinos. Central Técnica de Produções Artísticas Chico Giacchieri.

TMSP. Com financiamento da Fundação Vitae, o projeto, denominado Trajes em Cena, conduziu ações de catalogação, conservação preventiva, pesquisa e implantação de base de dados, com o apoio de especialistas em preservação de indumentárias, catalogadores e pesquisadores fixos e voluntários.

O projeto Trajes em Cena proporcionou grandes avanços na preservação dos trajes, sendo crucial nesse momento a estabilização necessária ao processo de preservação. Nessa ocasião, os figurinos passaram a ser agrupados por seu respectivo núcleo original de montagem do espetáculo. Os trajes dos solistas e do coro (estes últimos denominados como “trajes seriados”) também foram segmentados, tendo em vista separar as diferentes instâncias de trajes para o elenco. Essa ação foi fundamental para evitar a dissociação dos itens.

Nessa fase, o gerenciamento da coleção também avançou nos aspectos contextuais do acervo. A investigação na documentação correlata, elaborada em diferentes etapas da produção, divulgação e repercussão dos espetáculos, foi determinante para maior compreensão das autorias e responsabilidades na confecção do traje e do espetáculo como um todo.

Em função disso, passaram a ser reunidos programas de espetáculo, croquis, desenhos técnicos, noticiários, registros fotográficos de espetáculo, dossiês de produção de figurino, entre outros documentos que ampliassem a compreensão do figurino em suas camadas intrínsecas e extrínsecas.

A partir de 2008, a inauguração da Central Técnica de Produções Artísticas Chico Giacchieri, contendo galpão exclusivo para produção de novos figurinos (sala de costura) e guarda da coleção – até então denominada como histórica –, proporcionou grande avanço nos aspectos de ordenação dos trajes e de conservação preventiva.⁶ Com arquitetura de araras fixas, climatização e espaço para os registros fotográficos dos trajes, inseridos na base de dados junto às fichas catalográficas, o projeto avançou em seus processos metodológicos.

Chama a atenção no relato de experiência do projeto o conflito entre as instâncias administrativas do TMSP e do MTMSP, naquele momento sob administração do DPH. Essa questão nos remete ao problema de gestão, que não aproximava a integração entre o fluxo de produção de figurinos, a gestão do guarda-roupa e os processos de patrimonialização do acervo.

Sem o poder de vincular as práticas de preservação a uma diretriz legal de gestão do acervo, o projeto, apesar de seu importante legado metodológico,⁷ não obteve força institucional para estabelecer de forma contundente a divisão necessária entre o status de guarda-roupa e o de coleção de trajes, sendo dificultosa a implantação sólida de uma política de aquisição. Ao que tudo indica nesse relato, o espaço de guarda da coleção histórica desvinculado do Museu proporcionou o distanciamento das práticas de preservação, contribuindo assim para

6. Os aspectos atuais de conservação preventiva atribuídos aos trajes de cena e ao acervo do Complexo Theatro Municipal são mais bem abordados no Capítulo 6, de autoria da conservadora Shirley Silva.

7. O documento Breve manual de trajes teatrais foi produto do projeto, publicado pelos coordenadores do projeto em parceria com a Fundação Vitae e a Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP) em 2006. Disponível em: <https://bctb.eca.usp.br/obra.php?cod=16566>.

a difícil delimitação entre a coleção “histórica” e os itens do guarda-roupa, sujeitos à constante reutilização.

Nas lacunas temporais entre as diferentes práticas de gestão dos trajes de cena, a equipe de produção dos espetáculos foi crucial para a manutenção do legado do projeto Trajes em Cena. As costureiras, aderecistas e camareiras, entre outros profissionais do TMSP, mantiveram vivas as informações contidas nos trajes. A identificação dos trajes por meio de etiquetas, divididos basicamente por solistas e coristas, era tarefa da organização de rotina desses profissionais, e se tornaram inscrições de grande utilidade para a identificação dos trajes.

Sobretudo esses profissionais foram responsáveis por resguardar aspectos da memória do espetáculo nas diferentes fases do ciclo de vida dos trajes, sendo possível recuperar o conceito e as técnicas empregadas, seus ajustes, transformações e repercussões do uso do traje no palco. Ainda que em fase de elaboração do Núcleo de Acervo e Pesquisa, um projeto de memória oral é essencial para a compreensão ampla da gestão dos figurinos, aspectos de preservação, pesquisa, entre outras ações.

Desde a criação da Fundação Theatro Municipal de São Paulo, a gestão do patrimônio documental esteve a cargo de organizações sociais. A configuração das equipes responsáveis, assim como o trabalho técnico desenvolvido por todos os gestores responsáveis pela preservação dos trajes de cena, não contém registros sistemáticos que permitam compreender com clareza essas práticas.

Em 2021, quando a Sustenidos Organização Social de Cultura assume a gestão do TMSP, a entidade fica responsável por implantar o Núcleo de Acervo e Pesquisa. Os setores de documentação e conservação se comprometeram com a retomada da preservação sistemática do acervo.

Sob supervisão do documentalista Guilherme Vieira, os aspectos teórico-metodológicos estabelecidos pelo projeto Trajes em Cena foram os norteadores para o diagnóstico, mensuração e inventariação dos figurinos presentes na reserva técnica. Diante da produção exponencial e falta de gerenciamento contínuo da coleção e do guarda-roupa, da dissociação e perda de instrumentos de pesquisa registrados em base de dados e planilhas, foram retomadas as práticas iniciais de reconhecimento dos itens documentais.

A primeira ação do projeto foi o reconhecimento da coleção de figurinos e do guarda-roupa através da mensuração⁸ dos trajes divididos entre o galpão de figurinos e espaços anexos que foram ocupados devido ao esgotamento do espaço principal de guarda. O produto dessa atividade foi um mapa do acervo que desencadeou posteriormente as etapas de inventário dos figurinos.

8. A ação de mensuração foi realizada em todos os espaços de guarda dos acervos custodiados pelo CTMSP, o que inclui o edifício do Theatro Municipal de São Paulo e Centro de Memória e Documentação. O relatório do projeto consta do anexo 1 – “Inventário: mapa do acervo – 4º trimestre de 2021”.

Ao todo 3.384,69 metros lineares de acervo foram mensurados e acomodados nas seguintes áreas de guarda: Área A, Sala de Produção; Área B, Galpão de Figurinos e Antessala; Área C, Sala 1, 3 e 4; e Área D, Salas de Figurinos Não Classificados. Nessa etapa, também foram contabilizados mobiliários, divididos por estantes, armários e araras.

Em seguida às atividades de mensuração, a equipe de documentação realizou no ano de 2022 a contabilização dos trajes no galpão de figurinos, salas e anexos. O número de itens naquele momento chegou a 23.593 itens, divididos entre guarda-roupa e coleção histórica.

A partir da contagem, foi possível estabelecer um plano de trabalho para o projeto de inventariação dos trajes divididos por espetáculos. Nesse momento, o legado do projeto Trajes em Cena foi norteador para o reconhecimento de tratamentos de preservação anteriores, contribuindo para procedimentos de contexto e recuperação da informação, pontos de partida para a divisão clara entre guarda-roupa e coleção histórica.

O inventário geral de trajes de cena foi iniciado no ano de 2023. Para essa ação, foram selecionados figurinos cujas informações estavam registradas na base de dados VBS – implantada no projeto Trajes em Cena⁹ –, em combinação com o critério de patrimonialização que privilegiou o tratamento de conjuntos de trajes produzidos há ao menos 20 anos.

A inventariação foi guiada pela unificação das coleções de trajes por espetáculo. Sendo assim, todos os itens compuseram uma única ficha catalográfica com seus respectivos componentes. Na ficha catalográfica desenvolvida para o inventário, os trajes de solistas e coro foram segmentados e atribuídos por personagens e seus respectivos intérpretes.

Os metadados associados a essa etapa foram essenciais para a contextualização e recuperação da informação. Nesse sentido, terminologias organizadas em vocabulários controlados organizaram dados que contemplaram a forma do traje, com designações a respeito de calças, saias, capas, camisas etc. e demais aspectos voltados aos têxteis, como estrutura do tecido, trama, técnicas e aplicações.

Quanto aos aspectos contextuais, índices onomásticos denominados “entidades” contemplam o desenvolvimento conceitual, considerando membros da direção cênica, elenco, figurinistas, aderecistas e costureiros. Para cada envolvido na produção do espetáculo, foram desenvolvidas novas fichas catalográficas, que eram diretamente vinculadas à respectiva ficha do traje.

9. A migração das informações presentes na base de dados VBS não foi possível devido à dificuldade de interoperabilidade com relação ao sistema In patrimonium, utilizado atualmente pelo Núcleo de Acervo e Pesquisa.



NOME COMPLETO: Roberto Burle Marx

NOTA BIOGRÁFICA: Roberto Burle Marx nasceu em 1909 e foi um pintor, arquiteto, paisagista, desenhista, escultor, tapeceiro, ceramista, entre outras funções artísticas. No início da década de 1930, cursou arquitetura e pintura na Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Ainda nesta década, passou a ocupar o cargo de diretor de Parques e Jardins do Recife, Pernambuco. A partir de 1935, tem aulas com Portinari, nome significativo nas artes plásticas da recém-fundada Universidade do Distrito Federal. Anos mais tarde, passou a integrar sua obra à arquitetura moderna, experimentando novas formas em seus projetos. Dedicado ao paisagismo, Burle Marx desenhou projetos paisagísticos para locais como o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, a Pampulha, em Belo Horizonte, o Centro Cívico de Curitiba, entre outros, incluso projetos internacionais.

Na pintura, Burle Marx foi cada vez mais influenciado pela flora brasileira, trazendo a influência nacional às suas bases artísticas estrangeiras, bem como, o enaltecimento das manifestações criativas populares, suas fisionomias e contextos. Também criou os trajes e a cenografia do espetáculo "Petrouchka", apresentado pelo Ballet IV Centenário durante os anos de 1954 e 1955, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente. O artista faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1994.

Referência: "Biografia", In: Site Escritório da Arte, acessado em 23 de janeiro de 2022.
Disponível em: <<https://www.escriitoriodearte.com/artista/roberto-burle-marx>>.

Imagem 1: Perfil da entidade criada para Roberto Burle Marx. Disponível no Centro de Referência do CTMSP: <https://centrodereferencia.theatromunicipal.org.br/inweb/ficha.aspx?id=11&ns=409000&lang=BR&nsMenu=undefined&grupo=arquitetura&IPR=4857>.

Parte dessas categorias de informação é recuperada diretamente em inscrições presentes no traje, mas nem sempre é possível contar com esses elementos. Com auxílio de registros que documentam a cena, os programas de espetáculo, por exemplo, são instrumentos que viabilizam o reconhecimento de personagens e seus intérpretes, assim como os documentos imagéticos, sendo eles os audiovisuais e fotográficos que identificam os personagens e intérpretes e o uso do traje no palco.

O registro sistemático em captura fotográfica foi aprimorado nessa fase do tratamento técnico. A representação em imagem de cada figurino é associada à ficha catalográfica do espetáculo, e, nesse registro, o estudo a respeito da utilização do traje no palco foi fundamental para compor as partes do figurino de cada personagem, para se compreender o contexto de uso.

Nesse sentido, o registro técnico em imagem também se torna uma iconografia responsável por recuperar tanto seu uso em cena como sua técnica de elaboração. Nessa etapa do processamento técnico, os inventariantes do setor de documentação compõem uma representação dos personagens no manequim, evidenciando diferentes aspectos cenográficos. Dessa forma, o registro de um figurino de um traje deve contemplar sua representação dramática, sendo importante recuperar, quando possível, gestos, expressões e fidedignidade das cores, técnicas de modelagem, costura do traje, por serem essas informações que nos permitem compreender melhor seu uso em cena.



Imagem 2: CTMSP.000000.008026 – Figurino dos personagens Nedda (à esquerda) e Canio (à direita) na ópera *I Pagliacci*, apresentada no TMSP em 1951. Autoria: Casa d'Arte G. Fiore, Milão/Roma. Fotógrafa: Taissa Rosa. Centro de Documentação e Memória do CTMSP.

Em 2024, a inventariação da coleção de figurinos foi concluída. Nessa etapa foram criadas 110 fichas catalográficas referentes ao conjunto de trajes de cada espetáculo, resultando em um número de 10.574 trajes, produzidos entre 1948 e 2004.

Em 2025, o projeto de catalogação individual dos trajes foi iniciado, sendo mantida a vinculação de toda a produção cênica ao espetáculo original, com os registros das fichas catalográficas já existentes na base de dados. Nessa fase, os trajes foram associados a uma maior gama de metadados para que aspectos técnicos específicos dos itens passassem a ser documentados diretamente.

O projeto teve como ponto de partida a experiência de catalogação individual dos trajes utilizados nos espetáculos da Companhia Ballet do IV Centenário, iniciada em 2022. Os trajes foram concebidos por artistas renomados, como Roberto Burle Marx, Di Cavalcanti, Heitor dos Prazeres e Lasar Segall, sendo associados tanto ao corpo de baile como aos seus respectivos espetáculos. Outras camadas de informação – como medidas dos itens, a descrição de autores dos trajes, personagens e intérpretes – foram atribuídas aos personagens com a construção de suas respectivas biografias.

A pesquisa contextual foi complementada com o levantamento da documentação museológica residual encontrada nos livros de tombo e movimentação.

As listas de figurinos entregues ainda na fase de depósito na seção de guarda, em conjunto com análise de croquis, desenhos técnicos e modelagens, também foram fundamentais para entender a composição do conjunto completo e suas lacunas na coleção. Esses documentos foram essenciais para recuperar informações de uso e reúso dos trajes, que auxiliam na composição da biografia do objeto, processo definido por Kopytoff como:

Ao fazer a biografia de uma coisa, far-se-iam perguntas similares às que se fazem às pessoas. Quais são, sociologicamente, as possibilidades biográficas inerentes a esses “status”, e à época e à cultura, e como se concretizam essas possibilidades? De onde vem a coisa? e quem a fabricou? Qual foi sua carreira até aqui, e qual a carreira que as pessoas consideram ideal para esse tipo de coisa? Quais são as “idades” ou fases da “vida” reconhecidas de uma coisa, e quais são os mercados culturais para elas? Como muda o uso das coisas conforme ela fica mais velha, e o que lhe acontece quando sua utilidade chega ao fim? (KOPYTOFF, 2008, p. 92).

Com base na proposição de Kopytoff, percebemos que a análise dos croquis contém o potencial, por meio de suas inscrições, de identificar a lógica de produção e reúso de figurinos, o que nos proporciona uma perspectiva adequada para o tratamento de acervos vivos, como os trajes de cena.

Futuramente, com o emprego da ferramenta de relacionamentos da base de dados do acervo, projeta-se que tanto a documentação museológica produzida para patrimonialização dos trajes como os documentos relacionados à sua produção estejam associados aos trajes de maneira que o usuário que consulte essa informação do acervo apreenda seu uso e transformações.

Na etapa de catalogação individual, ainda poderemos ampliar os aspectos de conservação atribuídos diretamente ao traje em que serão identificados o estado geral de conservação e danos atrelados diretamente ao item. Sendo assim, futuramente será possível estabelecer um intercâmbio direto com o setor de conservação preventiva, o que permitirá a realização de mapeamentos em grande escala de itens apresentando danos, contaminação, entre outras condições que automatizam ações técnicas do setor.

Ações futuras do Núcleo de Acervo e Pesquisa contemplam a implantação de uma nova política de gestão de figurinos em que, em razão da produção extensiva de trajes, é necessário criar uma diretriz para aquisição e incorporação dos trajes com delimitação clara de critérios sobre os elementos que os identifiquem como patrimônio documental do CTMSP.¹⁰

A trajetória de patrimonialização dos trajes revela a complexidade de compreensão entre uso, preservação e memória. O caráter híbrido dos objetos em torno do traje desafia os modelos tradicionais de preservação, sendo difícil delimitar sua identidade funcional diante do legado institucional do Theatro Municipal de São Paulo.

A investigação dos processos administrativos e das práticas administrativas de produção do espetáculo demonstra que a preservação dos trajes nunca se constituiu como ato isolado, mas sim como resultado de uma rede de decisões institucionais, técnicas e simbólicas que traduzem o modo com que a instituição compreende o seu próprio papel na construção da memória cênica nacional.

Os projetos e iniciativas que se sucederam, do projeto Trajes em Cena à constituição do Núcleo de Acervo e Pesquisa, mostram que a patrimonialização é um processo dinâmico, sustentado tanto pela sistematização documental quanto pela sensibilidade das equipes que, ao longo do tempo, reconheceram nos trajes a materialidade de uma história compartilhada. O investimento em metodologias de inventário, catalogação e contextualização, aliado ao uso de tecnologias de informação, demonstra um avanço significativo na construção de uma base de conhecimento que articula o figurino à sua biografia, conforme a perspectiva de Kopytoff. Essa abordagem amplia o campo da documentação museológica ao integrar dimensões de autoria, técnica, performance e recepção, reafirmando o valor do traje como portador de múltiplas temporalidades.

Concluimos, portanto, que a patrimonialização dos trajes de cena do TMSP constitui não apenas um gesto de preservação, mas também uma forma de reinterpretação das práticas teórico-metodológicas do patrimônio documental. Ao reconhecer nesses objetos a convivência entre o efêmero e o permanente, a instituição reafirma sua vocação como espaço de produção e de memória.

10. No ano de 2024, o Núcleo de Acervo e Pesquisa requisitou a consultoria técnica de Juliana Monteiro, que resultou no documento Subsídios para gestão de figurinos, em que novo gerenciamento do guarda-roupa e da coleção técnica foi proposto para otimizar questões de guarda, gerenciamento e patrimonialização dos trajes de cena.

A continuidade desse trabalho, sustentada pela articulação entre pesquisa, conservação e documentação, consolida um modelo de gestão patrimonial que ultrapassa a salvaguarda material, projetando o acervo como instrumento ativo de reflexão sobre a história, a arte e a identidade coletiva.

Imagens e sons do palco: documentação fotográfica e audiovisual e sonora no acervo do CTMSP

Ao observarmos o conjunto documental imagético do acervo do CTMSP, imaginamos, de imediato, que esse corresponda ao registro sistemático da instituição, traduzido em registros fotográficos, gravações sonoras e audiovisuais. Entretanto, na apresentação deste texto, identificamos que essa lógica não se aplica, em razão das questões contextuais de formação do acervo.

A começar pela coleção fotográfica presente no acervo, observamos primeiramente que a falta de gerenciamento de documentos e a implantação de um arquivo institucional do Theatro Municipal de São Paulo explicam, por exemplo, a ausência de reportagens fotográficas das óperas e concertos, sendo comum constatar na coleção herdada pelo MTMSP que as imagens se referem, em grande parte, a aquisições oriundas de doações de artistas ou de organizações responsáveis por publicizar os eventos do TMSp por meio de programas de espetáculo ou anúncios em jornal.

Exceções a esse padrão referem-se à doação feita pelo Balé da Cidade de São Paulo, que, na maioria dos casos, apresenta registros sistemáticos de espetáculos realizados entre as décadas de 1960 e 2000, e que contempla reportagens fotográficas de espetáculos e ensaios fotográficos do elenco.¹¹

Percebemos que as imagens também se expandem para além das apresentações realizadas no TMSp, sendo possível encontrar na coleção apresentações em outras partes do país e regiões do mundo. Nesses casos, pensamos que, durante a trajetória de aquisição do MTMSP e do Centro de Documentação e Memória, as diretrizes não se limitaram a documentar artistas e apresentações no palco do Theatro Municipal de São Paulo. Essa característica nos leva à suspeita de que, no decorrer de sua existência, a coleção foi moldada pela construção de um universo mais amplo do que aquele presente em sua iniciativa de criação.

Ao pensarmos a função primária das fotografias que originaram essa coleção, observamos na linguagem expressada nos tipos documentais associados às imagens e em suas inscrições que elas possuem proveniência externa à instituição matriz, o Theatro Municipal de São Paulo. Levando em conta essa característica da constituição do acervo, devemos considerar que, em muitos casos, as fotografias integram dois eixos principais: as doações de arquivos de pessoas e de instituições ligadas à divulgação dessas imagens.

11. Sobre a constituição do Balé da Cidade de São Paulo e seu acervo, ver Capítulo 3, de autoria do arquivista Rafael de Araújo Oliveira.

Essa observação é importante por diagnosticar a estrutura desse conjunto documental assim como sua linguagem.

A respeito dos arquivos de pessoas, lembraremos antes o cenário de formação de acervos cênicos do Brasil e sua tradição biblioteconômica, que promoveu em grande parte a organização temática. Segundo Lopes (2009), o reconhecimento de se manter as doações de arquivos de pessoas em sua ordem original é uma prática recente, sendo assim, imagens que versaram diferentes frentes, separadas pela vida pessoal e profissional, foram redirecionadas à organização temática.

No caso do MTSMP, as fotografias costumavam ser indexadas por índices onomásticos, espetáculos e corpos artísticos. Assim, reconhecemos, a partir da construção do inventário desse conjunto,¹² organizado em pastas, que algumas dissociações informacionais referentes à doação original ocorreram provavelmente na visão de tratamento documental da época.

Vemos um exemplo dessa dissociação no caso da doação do pesquisador Paulo de Oliveira Cerqueira Castro. Durante a inventariação das fotografias, identificamos o conjunto de doação dividido nas pastas temáticas de fotografia e nos documentos originais de sua doação, que incluem coleções de postais, recortes de jornais e fotografias que refletem aspectos de sua vida pessoal.

Paulo Cerqueira tinha interesse profissional em levantar informações de cantores líricos para elaboração de seus textos – isso inclui a reunião de postais, recortes de jornais, programas de espetáculo, entre outros documentos que expressam essas características, percebidas nas dedicatórias das fotografias colecionadas. Enquanto pesquisador, uma de suas atividades era recolher imagens de cantores líricos durante as apresentações de espetáculos.

Podemos perceber a dissociação desses documentos ao examinar e comparar as imagens colecionadas por Paulo Cerqueira do cantor lírico italiano Beniamino Gigli. No fundo Paulo Cerqueira existem manuscritos preparados para a palestra sobre o cantor e um cartão de felicitações de Beniamino entregue a Paulo Cerqueira.

Já na coleção temática de fotografias, indexadas por cantores líricos em ordem alfabética, encontramos um retrato de Beniamino dedicado a Paulo Cerqueira, evidenciando um indício da dissociação realizada durante a organização temática:

12. As informações das pastas da coleção fotográfica são integrantes do inventário geral do acervo, em desenvolvimento desde o ano de 2025.



Imagem 3: Tombo 05755: 1 ampliação fotográfica, 14 x 9 cm, PB: 1 retrato de Beniamino Gigli, com dedicatória a Paulo Cerquera. Créditos: Schonfeld, Buenos Aires, 1948.

No caso apresentado, relembramos o quanto a presença da documentação museológica é relevante para a compreensão exata do processo de aquisição. No caso do arquivo de Paulo Cerqueira, encontramos somente a lista suprimida de itens doados por Tosca Pettinati para o MTMSP em 2004. Embora não seja possível realizar o comparativo item a item do que foi incorporado na coleção, percebemos que os itens doados revelam a estrutura de um arquivo voltado principalmente à sua atividade profissional, mas que apresentam alguns vestígios de sua vida pessoal.

Outra questão relevante associada aos registros fotográficos é a compreensão de sua linguagem determinada em diferentes tipos documentais. A organização temática realizada anteriormente, seja pela ausência de instrumentos de pesquisa ou pelas fichas catalográficas herdadas das gestões anteriores, não permite reconhecer algumas camadas de informação presentes nas imagens.

Conforme informamos, percebemos através de marcas de proveniência, principalmente encontradas nos versos da fotografia, que a produção ou custódia original dessas imagens se refere a agências de publicidade responsáveis pela divulgação de artistas. Nesse caso, vemos a predominância de retratos que compuseram, no decorrer do tempo, uma função de complemento de imagem da ficha técnica de programas de espetáculo e divulgação em noticiários.

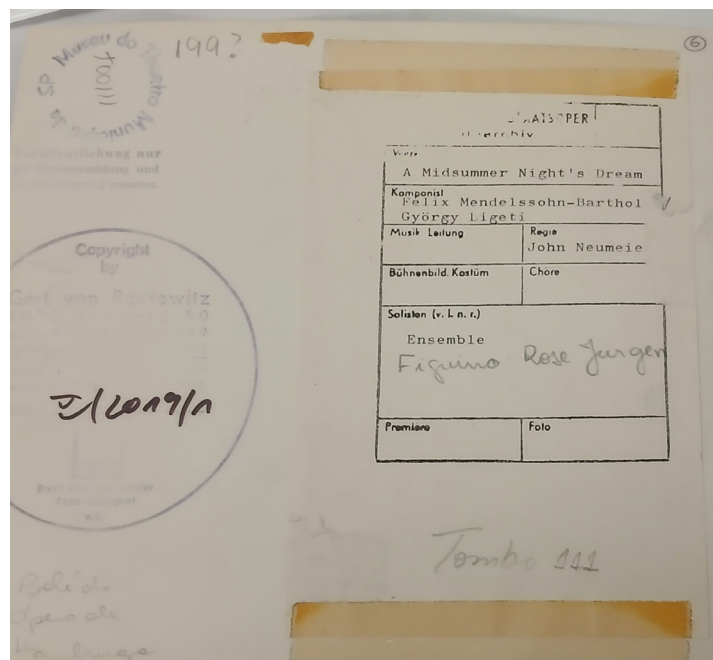


Imagem 4: Marcas de proveniência na coleção fotográfica. Tombo 111, 1 ampliação fotográfica 19 x 17 cm, PB – Grupo de dança Ballet de Hamburgo – Bailarinos em cena durante a coreografia Sonho de uma noite de verão, Anos 1990[?], fotógrafo Gert Von Bassewitz. Museu do Teatro Municipal de São Paulo.

A informação da proveniência que organiza o contexto de produção nos orienta para o estudo dos tipos documentais presentes na coleção. A predominância de retratos, em oposição aos registros de espetáculos e concertos, é determinada antes pelo seu uso primário, voltado majoritariamente à divulgação – momento que precede o espetáculo –, do que ao uso secundário, com caráter de patrimonialização, voltado a coletar informações de artistas, companhias e espetáculos relacionados ao universo cênico.

A partir desse diagnóstico, elencamos como atividade inicial de reconhecimento da coleção as espécies e tipos documentais nela encontrados. Elas estão associadas ao plano de classificação em desenvolvimento no setor de documentação do Núcleo de Acervo e Pesquisa, conforme tabela abaixo:

Tabela 1: Espécies e tipos documentais da coleção fotográfica

Retrato	Desenho, pintura ou fotografia em que as características físicas são reconhecíveis. Geralmente correspondem a uma imagem frontal da face até o busto. (Ferrez, 2016)
Retrato de turma	Retrato de um grupo de colegas, de curso, associações, corpo de bailes, companhias de teatro, orquestra, etc. (Camargo, 2021)
Reportagem fotográfica de espetáculo	Imagem ou conjunto de imagens obtidas por meio de fotografia na cobertura de um evento cênico. A reportagem fotográfica admite, em alguns casos, sobreposição com outros documentos. (Camargo, 2021)
Reportagem fotográfica de concerto	Registro fotográfico de apresentações de música de concerto, vocal ou instrumental.
Álbum fotográfico	Conjunto indissolúvel de imagens que, obtidas por meio de fotografia, foram objeto de seleção. Trata-se, portanto, de material editado, em contraposição ao material bruto típico da reportagem visual. (Camargo, 2021)
Ensaio fotográfico	Imagem ou conjunto de imagens obtidas por meio de fotografia, com pretensão estética. (Camargo, 2021)

A análise do acervo fotográfico do CTMSP evidencia que sua constituição vai além do registro sistemático das atividades do Theatro Municipal de São Paulo, refletindo processos históricos de aquisição e organização complexos. Estudos de caso, como o do pesquisador Paulo Cerqueira, mostram que grande parte das imagens provém de doações externas, sendo muitas vezes organizadas de forma temática, dissociando-se da ordem original.

Essa prática evidencia tanto a função primária das fotografias na divulgação de artistas e espetáculos quanto seu uso secundário na patrimonialização da memória cênica e profissional, incluindo registros de trajetórias nacionais e internacionais.

Com base nessa perspectiva, percebe-se que o acervo não apenas documenta apresentações do TMSP, mas também constrói um universo mais amplo da produção artística, orientado pela proveniência e pela linguagem própria das imagens.

A classificação das espécies e tipos documentais, como retratos, ensaios fotográficos, reportagens de espetáculo e álbum fotográfico, permite compreender as diferentes camadas de informação e o papel do arquivo como instrumento de pesquisa e memória. Assim, o estudo reforça a importância de analisar não apenas os conteúdos visuais, mas também o contexto de formação e organização do acervo, garantindo uma interpretação mais completa e crítica da memória artística preservada.

O campo da imagem também contempla os registros s em movimento consolidadas no seguimento do audiovisual. No acervo do CTMSP, o documento audiovisual representa diferentes linguagens, responsáveis por abrigar as etapas da produção de eventos do universo cênico e concertos. O registro sonoro também é central ao capturar gravações diretamente do palco e registros com captação profissional de óperas e concertos. Outra parte considerável do registro sonoro é ligada às trilhas musicais utilizadas nos ensaios e espetáculos de dança.

O valor dos registros dessa coleção também se volta às atividades-fim do TMSp, ou na função primária dos registros, ao observá-los em sua função original, ou seja, registrar os eventos realizados na instituição. Nesse sentido, o levantamento do contexto de produção desses itens também identificou sua prática, ainda nos primeiros anos de atividade no TMSp, quando observamos a iniciativa desse registro sistemático como forma de difusão dos espetáculos para um público mais amplo do que a plateia que costuma vê-los.

Por outro lado, temos poucos documentos que registram a incorporação dos itens enquanto patrimônio documental. A partir do projeto de levantamento do contexto legislativo do Teatro Municipal de São Paulo, verifica-se que a documentação museológica, praticamente inexistente para essa coleção, oferece poucas informações a respeito da aquisição e incorporação.¹³

Nesse processo, conseguimos levantar informações relevantes que são concomitantes com o surgimento do rádio no Brasil, ainda na década de 1920. O vínculo com veículos de comunicação mostrou-se imediato e necessário para a popularização dos espetáculos, e, para isso, foram estabelecidos convênios e parcerias.

Entre as rádios conveniadas para transmissão dos espetáculos está a Sociedade Rádio Educadora Paulista, fundada em 1923 por concessão pública – a primeira emissora a operar na cidade de São Paulo. Possivelmente, ela foi responsável por realizar uma das primeiras transmissões de rádio relacionadas aos espetáculos musicais levados ao palco do TMSp, já no ano de 1924.

Em agosto de 1924, o jornal O Estado de S. Paulo informou que óperas e operetas seriam transmitidas durante o intervalo da programação meteorológica da Rádio Educadora (ADAMI, 2023), período que se aproxima da obrigação contratual de irradiação junto aos realizadores da temporada lírica, a Sociedade Theatral Ítalo-Brasileira.

13. O projeto de mapeamento do contexto legislativo foi iniciado no ano de 2024 com a finalidade de mapear a administração do TMSp no poder executivo e legislativo, a fim de compreender o seu impacto na produção de itens documentais presentes no acervo. As informações foram coletadas no conjunto legislativo da Prefeitura Municipal de São Paulo e na ata da Câmara Municipal de São Paulo.

Na ata da 32ª sessão da Câmara Municipal, de 18 de outubro de 1924, vemos na fala do vereador Almerindo Gonçalves um dos exemplos do vínculo estabelecido entre município, TMSP e Rádio Educadora Paulista para transmissão dos espetáculos:

A Sociedade Rádio Educadora Paulista, que se destina à divulgação de radiotelephonia, sem intuitos de lucro, deve os primeiros auxílios officiaes á Municipalidade de S. Paulo, já pela concessão de uma valiosa subvenção para a sua estação ultrapotente, em via de organização definitiva, já pela permissão de colocar no Theatro Municipal um microphone, que permitta a irradiação de espectaculos lyricos, concertos e conferências (Câmara Municipal de São Paulo, 1924).

Mais adiante, ao analisar a Lei 2.955 de 6 de abril de 1926, notamos a formalização legal para a realização das transmissões radiofônicas. Entre os artigos presentes na lei, uma das obrigações contratuais da concessionária responsável por realizar a temporada lírica no TMSP, na época, a Sociedade Theatral Ítalo-Brasileira, era a transmissão dos espetáculos musicais por meio das rádios paulistas, conforme pode ser visto no artigo 5º: “A Sociedade deverá conceder, gratuitamente, a irradiação da parte musical de seus espetáculos musicais às sociedades de rádio e cultura de S. Paulo.” (São Paulo, 1926)

Ao observar as atas dos anos seguintes da década de 1920, verificamos que a irradiação dos espetáculos era parte de ações de popularização da programação do Theatro, e que se consolidava entre os paulistanos o costume de ouvir os espetáculos e apresentações em locais públicos, como podemos verificar novamente na fala do vereador Almerindo Gonçalves na 31ª sessão, datada de 11 de outubro de 1924:

Durante toda temporada lyrica, ha pouco finalizada, o publico desta capital e de logares distantes, teve occasião de ouvir, através, do radio-telephone, a excelente orchestra e alguns bons artistas que ali executavam apreciadas operas. Quantos por falta de recursos para ir ao theatro, não conseguiram efectivamente, num lar amigo ou num alto-falante e publico, deliciar-se com a linda partitura, ansiosamente esperada, do Contractador de Diamantes? (Câmara Municipal de São Paulo, 1924)

A transmissão dos espetáculos não era totalmente celebrada entre os envolvidos, sendo comum a resistência de Walter Mocchi, diretor da Sociedade Theatral Ítalo-Brasileira, e o questionamento sobre a transmissão que, segundo ele próprio, contribuiria para o esvaziamento dos espectadores no TMSP.

A continuidade da transmissão e a possível veiculação dos espetáculos em outras plataformas, como a televisão, ainda não foi verificada nas sessões da Câmara, levantamento que deve ocorrer no próximo semestre.

Entretanto, no levantamento legislativo do município, que já possui uma extensão temporal maior, identificamos um dado importante que atesta a continuidade da gravação e transmissão de espetáculos, e que se relaciona diretamente com parte dos itens pertencentes à coleção audiovisual e sonora integrantes do acervo.

Em 1993, duas normas emitidas pela Secretaria Municipal de Cultura – a norma nº 90.105 de 1 de maio e a norma nº 90.506 de 5 de junho – estabeleceram um convênio para gravação e transmissão dos eventos artísticos e culturais do Theatro Municipal de São Paulo com a Fundação Padre Anchieta através do sistema de rádio e televisão da TV Cultura.

Diante desses dados, já podemos verificar o quanto as atividades de gravação e transmissão de espetáculos são contínuas e presentes na atualidade, conforme pode ser averiguado na programação de rádio e televisão da TV Cultura.

No ano de 2024, foi iniciado um projeto de inventário de reconhecimento da coleção audiovisual e sonora, motivado principalmente por seu valor documental, o que mais se aproxima do momento da representação, além de seu caráter técnico no setor de documentação, por seu potencial de reconhecimento de outros itens do acervo, com destaque para o uso dos trajes de cena no palco.

O registro dessas informações tem como principal objetivo estabelecer o controle patrimonial da coleção tendo em vista estabelecer possíveis projetos de processamento técnico, conservação preventiva, categorias de acesso, avaliação documental, projetos de pesquisa, difusão de acervo e demais ações contidas no contrato de gestão.

A riqueza de informações que os documentos audiovisuais e sonoros proporcionam é essencial e fidedigna como representantes das artes cênicas e da música, sendo um conjunto documental de grande relevância entre os acervos custodiados pelo CTMSP, e estruturais para complementar as atividades de difusão no portal de acervo.

A metodologia aplicada à construção do inventário visa coletar dados essenciais da coleção audiovisual e sonora. A impossibilidade de leitura dos itens justifica-se pela obsolescência dos formatos existentes no acervo e, conseqüentemente, a escassez de equipamentos compatíveis para a compreensão total do item documental.

Sendo assim, são registradas informações presentes nos rótulos e inscrições aderidas aos suportes, considerando que esses não determinam o conteúdo de imagem e som, que depende dos dispositivos de leitura.

A elaboração do inventário se justifica, acima de tudo, para ações de salvaguarda, já que os documentos audiovisuais e sonoros possuem como característica inerente a alteração frequente de formatos e conseqüente obsolescência, o que os torna inacessíveis no decorrer do tempo. Nesse sentido, o inventário é fundamental para estabelecer critérios de migração, condição essencial que garante o acesso e a longevidade dos itens (EDMONDSON, 2017, p. 54).

O mapeamento da coleção audiovisual é também fundamental para a garantia da acessibilidade da informação nos acervos audiovisuais do CTMSP. As informações contidas nos vídeos são valiosas para os usuários externos, que poderão ampliar sua compreensão sobre os espetáculos cênicos, e também para o corpo técnico do Núcleo de Acervo e Pesquisa, que terá uma gama maior de ferramentas para etapas de pesquisa e processamento técnico.

No processo de construção e inventariação da coleção, observamos que seria possível adiantar os processos de classificação e indexação do acervo com a construção de um vocabulário controlado. A classificação utilizada como parâmetro para coleção será baseada na produção científica relacionada aos acervos de artes cênicas, sendo importante a identificação de toda documentação produzida ou correlata ao universo cênico.

Nesse sentido, o setor de documentação, nos processos de levantamento de referencial teórico-metodológico, identificou uma estrutura de classificação de acervo ao menos nos maiores níveis hierárquicos e obteve uma boa adaptação para coleção audiovisual e sonora. Esses níveis são compostos de uma lista simples, que corresponde às principais atividades-fim relacionadas ao acervo: Ópera, Música, Dança, Documentário.

A proposta de classificação deve ser aprimorada no decorrer da catalogação dos itens, na base de dados In patrimonium. Pretendemos sofisticar o tratamento da coleção com base na classificação apresentada na dissertação do pesquisador Marcelo Dias de Carvalho (2009), que investigou as coleções especializadas em artes cênicas e propôs em seu texto um modelo de classificação adequado aos acervos cênicos.

Além da classificação, conseguimos avançar na construção de um vocabulário controlado, obtido das espécies e tipos documentais presentes no acervo.

A principal referência para compor essa indexação é o glossário de imagens em movimento nos documentos de arquivo (FFHC, 2021). Além dos dados já coletados no inventário de reconhecimento, aprimoramos a elaboração da definição dessa terminologia com glossários relacionados à música e à ópera.

Até o momento, foram coletadas algumas espécies e tipos documentais que podem estar relacionados às gravações audiovisuais e sonoras, além dos formatos e tecnologias associados aos itens da coleção.



Imagens 5, 6 e 7: Formatos audiovisuais e sonoros identificados na coleção audiovisual e sonora.

A análise da coleção audiovisual e sonora do CTMSP evidencia a relevância documental desses registros para compreender a trajetória das artes cênicas e musicais no Theatro Municipal de São Paulo. Os documentos não apenas registram apresentações e espetáculos, como também refletem processos de transmissão e difusão cultural, a exemplo das primeiras transmissões radiofônicas realizadas ainda na década de 1920 e a continuidade dessas práticas por meio de convênios com emissoras de rádio e televisão, consolidando a popularização da programação do TMSP.

Estudos do contexto legislativo, apesar das lacunas existentes, mostram os registros sonoros e audiovisuais que capturam fases distintas da produção artística, tornando-se fundamentais para a memória institucional e para a pesquisa sobre o universo cênico.

O inventário da coleção audiovisual e sonora cumpre papel estratégico para a salvaguarda, preservação e acesso aos documentos, considerando a obsolescência de formatos e a complexidade tecnológica dos suportes. A classificação inicial em categorias como Ópera, Música, Dança e Documentário, aliada à construção de vocabulário controlado baseado em referências especializadas, permite organizar e contextualizar os itens, garantindo maior precisão para futuras ações de catalogação, pesquisa e difusão.

Dessa forma, o estudo reforça a importância da documentação sistemática e metodológica para a preservação da memória artística e para o fortalecimento do acervo como recurso científico e cultural de relevância pública.

Programas de espetáculo e contexto da difusão de eventos

A coleção de programas de espetáculo do CTMSP representa uma atividade contínua de difusão no universo de espetáculos teatrais, dança e música, entre outros eventos realizados no decorrer de sua trajetória institucional. Ao pensarmos na classificação do acervo, esses documentos cumpriam a tarefa de difusão desses eventos. Embora exista variabilidade na forma física e intelectual desses documentos, vemos que sua intenção principal é apresentar o roteiro do espetáculo, junto com o perfil dos intérpretes, idealizadores e equipe técnica, entre outros aspectos práticos, como endereço e horário da apresentação.

No acervo do CTMSP existem variadas coleções de programas com diferentes ordenações e temporalidades distintas que, a exemplo da coleção fotográfica, seguem orientação temática, com diferentes segmentações, instrumentistas, corpos artísticos, festividades etc.

Os programas de espetáculo também costumam estar associados a dossiês, sendo comum encontrá-los nas páginas temáticas de noticiários, e ainda em divisão temática denominada “outros teatros”. Nesse grupo, chama a atenção a presença de programas produzidos para outras instituições do Brasil e de outros países.

A principal coleção de programas de espetáculo, organizada cronologicamente, já passou por algumas etapas do processamento técnico em gestões anteriores do acervo, sendo possível identificar acondicionamentos específicos para favorecer a longevidade dos itens, número de tomo nas inscrições dos documentos e alguns representantes digitais, aparentemente utilizados em bases de dados atualmente inoperantes.¹⁴

Em razão da ausência de instrumentos de pesquisa que pudessem ser utilizados como referência dessa documentação, o setor de documentação de acervo iniciou, no ano de 2024, a inventariação dos programas de espetáculo com base na coleção ordenada cronologicamente,¹⁵ em que estão presentes os itens produzidos para os eventos realizados pelo Theatro Municipal de São Paulo.

A escolha desse tipo documental foi estratégica para o contexto de produção dos espetáculos e demais eventos realizados no Theatro Municipal de São Paulo por ser um documento que sintetiza informações da efeméride, sendo possível estabelecer relações principalmente com a concepção cênica, a produção técnica e o elenco.

Conforme informamos, o programa de espetáculo, quando relacionado, possibilita a identificação e o contexto de outros documentos, sendo fundamental para o reconhecimento de personagens associados aos trajes de cena. O mesmo ocorre no caso dos documentos imagéticos, em que podemos reconhecer os retratados em uma reportagem fotográfica de espetáculo.

Assim como nos relatos anteriores, não há um contexto ou um volume considerável de documentos de aquisição e incorporação desses itens, sendo difícil recuperar informações sobre sua proveniência. O material gráfico de difusão tem, em si, um aspecto de difícil gerenciamento e preservação por ser produzido em ambiente externo à instituição que demanda a produção.

Dessa forma, é esperado que esse documento seja abrigado em arquivos públicos ou privados externos ao TMSP, coleções particulares ou arquivos de pessoas por sua natureza pública, ou seja, de difusão.

No primeiro caso, identificamos que, na lógica de distribuição desse documento, era comum sua presença em outras instituições que se relacionam de alguma forma com o TMSP. No arquivo do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, por exemplo, parcialmente custodiado pelo CTMSP, observamos um grande conjunto de programas do TMSP presentes em sua biblioteca. Esses documentos provavelmente foram recebidos e acumulados tanto em caráter de convite para apresentações como para demarcar a presença de professores e alunos do Conservatório no evento, por exemplo.

14. Durante muitos anos, a equipe do Museu do Theatro Municipal utilizou a base de dados Winlisis 1.5. A prática de catalogação era baseada antes na indexação do evento, do que no programa de espetáculo correspondente. Dessa forma, privilegiou-se principalmente a efeméride, desconsiderando-se relativamente seu vestígio material presente no acervo. Foram realizadas sucessivas tentativas para acessar esse material, mas que não lograram êxito.

15. A data-limite da coleção é iniciada pelo programa de inauguração do TMSP em 1911 e concluída em 2014.

No segundo caso, notamos que reunir programas de espetáculo era a forma de os envolvidos na encenação, produção e concepção do espetáculo comprovarem sua participação, constituindo uma espécie de portfólio. Há certas ocorrências, até mesmo, em que se verificam nos documentos inscrições que identificam o colecionador ou doador de cada unidade.

Ao examinarmos grande parte dos programas de espetáculo do TMSP, notamos diversas gráficas, tipografias e editoras responsáveis por idealizar o projeto gráfico, de forma que a presença dos programas na instituição produtora é, muitas vezes, escassa diante de sua natureza de distribuição pública.

Esse tipo de documento é também marcado em sua forma física e intelectual pela publicidade de diversos bens de consumo creditados aos patrocinadores. Nesse sentido, cumpre a função de difusão do espetáculo e venda de produtos e serviços, sendo esse mais um indício de que sua produção é permeada por publicidade que organiza a composição do documento, impondo a difusão de itens como aspecto central em sua diagramação. A respeito dessa característica, Walter Neto analisa o contexto europeu de produção desse documento que pode ser associado a coleções custodiadas no CTMSP:

Sem me atardar sobre um histórico rigoroso acerca dos primórdios do programa como publicação estável e consolidada, posso afirmar que o mesmo se aperfeiçoa, encontrando seu formato desde a segunda metade do século XIX. Pelas principais capitais da Europa, o programa é um anúncio, sua finalidade primeira é a de uma informação inserida, inicialmente, em publicações como jornais especializados nas artes dos espetáculos, indústria nascente do lazer e, posteriormente, o programa se transforma numa carta de intenção endereçada ao espectador, transformando-se numa publicação independente e autônoma (TORRES NETO, 2017).

Pensando ainda no cenário do TMSP, Daniel Polleti (2022) pontua que os programas serviam como instrumento de construção e afirmação da identidade da elite paulista, não apenas pela monumentalidade do edifício a que ele estava vinculado e pelos espetáculos, mas também por se integrarem em um circuito de práticas e consumos que atestam a importância da cultura material na formação da imagem dessa elite.

Apesar de o contexto de sua produção revelar uma relação íntima e estrutural com a publicidade, consideramos que o documento apresenta uma composição obrigatória de informações e comunicação visual que contempla múltiplos aspectos, definidas principalmente por Walter Neto da seguinte forma:¹⁶

1. Todo programa de espetáculo teatral, assim como seu material publicitário (cartaz, press-release, flyers, filipeta etc.), traz impresso o título da obra, seus autores, a ficha técnica com os agentes criativos e produtivos, bem como seus colaboradores, além das especificações das acerca do local de apresentação, a periodicidade, horários das sessões, a duração média da apresentação, preços, em suma, o “serviço”; [...]

16. Apesar de Walter Neto considerar em sua análise os espetáculos teatrais, observamos essa estrutura nos programas de concerto e demais eventos realizados pelo TMSP e outras instituições dessa natureza.

4. Todo programa, via de regra, “diz mais do que se pressupõe informar”, ele sugere, graças ao trabalho de composição gráfica e ao conjunto de textos da publicação, a identidade artística do coletivo de agentes criativos e seus colaboradores envolvidos no projeto (TORRES NETO, 2010).

No programa de espetáculo abaixo, podemos verificar a estrutura e informações designadas por Torres Neto e aspectos de comunicação à sociedade apresentados por Daniel Polleti:

4 out 1929

THEATRO MUNICIPAL

S. A. THEATRAL ITALO BRASILEIRA
COMPANHIA FRANCEZA DE VICTOR BOUCHER
EMPRESA N. VIGGIANI

LUXO E ELEGANCIA

A Nova Berlinda Ford, com “carrosserie” por Le Baron, é um carro distinto, de linhas sobrias e elegantes. O seu acabamento finissimo está á altura da sua apparencia inconfundivel.



TEMPORADA OFFICIAL

PROGRAMMA

BRILHANTES EXTRA
PEROLAS DO ORIENTE
PRATARIAS E OBRAS DE ARTE
PULSEIRAS E BROCHES MODERNOS
FINOS ARTIGOS PARA PRESENTES
PREÇOS MODICOS

CASA BENTO LOEB

JOALHERIA PREFERIDA RUA 15 de Novembro, 49
 PELA ELITE
 PAULISTANA Pariz - Rue Drouot, 30

Unico importador do relógio mundial



O melhor dos
bons relógios

SEDAS - LANS
VELLUDOS - LAMES

RECEBEREMOS NOVIDADES
 SEMANALMENTE



IMPORTADORES

R. R. ITAPETININGA, 14-A
 S. P. A. T. L. O.
 Filial - CASA KISMET
 RUA IMBETÁ, 29-A
 Matriz - PARIS
 223 RUE D'HAUTEVILLE 223

SEGUNDA REGIA
 AS 21 HORAS

PROGRAMMA

LE TROU DANS LE MUR
 Comedia em 1 acto de M. YVES MIRANDE

Jornal de 1929: "PASSEI qu'il a creé
 timent... Henri Beaudou
 Anatoles de Collonges... Robert Lapeyre
 L'Inspecteur des Toit... Robert Tourneur
 phanes... René Bergeron
 GARDIEN... Henri Elstein
 L'Électricien... Marcel Vos
 Le Parteur... Francis Dubourg
 Arrière... Rachel Lamy
 L'oise... Simone Deguyse
 Le couturier... M. T. Payen
 Le directeur... Christiane Delyne
 Le concierge... Marguerite Dauboy
 Vieux... Mand Roger

Movéis da Casa MAPPIN STORES

MODÈLES

— COUTURE
 — CHAPEAUX
 — FRIVOLITES

Recebe mensalmente novidades
"PARISETTE"
 Mme. LOUISON
 RUA SÃO BENTO, 17 S. L.

PARLOPHON

O melhor disco nacional

G. RICORDIE C.
 EXCLUSIVOS DISTRIBUIDORES

Sem chiado Gravação electrica aperfeiçoada

BLUE STAR LINE

PRIMEIRA CLASSE
 SOMENTE



VIAJE COM QUEM
 ESTÁ AGOSTUMADO
 AO BOM E AO MELHOR

VAPORES DE ALTO LUXO.

Tendo na primeira classe, a
 Linha concentrou todos seus
 esforços em dar o maximo e
 mais delicado conforto na acom-
 modação dos passageiros.

LONDRES, BOULOGNE, LISBOA, MADEI-
 RA, SÃO VINCENTE, RIO, SANTOS, MON-
 TEVIDEO, BUENOS AIRES

BLUE STAR LINE

Para os preços e mais informações, com os agentes
 SÃO PAULO — Rua Quitanda, 12 — Tel. 2-4843
 SANTOS — Rua 15 de Novembro, 206 — Tel. Cent. 1789
 RIO — Messrs. Wilson, Sons & Co. Ltd.

na Inglaterra, Luiz Pirandello, na Italia, para não falar dos varios autores russos de excepcional visào theatral, mas pouco ou quasi nada conhecidos neste lado da America. — essas singulares personalidades do theatro moderno vivem com excepções, como generaes sem soldados para a batalha. Os soldados do theatro, quasi todos, ainda permanecem fiéis ás tradições conquistadas pelo theatro de um seculo, theatro feito com as bellas naturas da vida e para a vida: theatro coração. E aqui o predomínio do theatro francez aliada.

Dia viú, está claro, em que os generaes sem soldados, de agora, — nham exercitos em toda parte e varram de sua linha de frente o fanatismo da Tradição.

A tendéncia dos publicos, por enquanto, é sentir o theatro pelo co-cessas pegas, logicamente, é o artista eleito dos publicos, que soffrem e riem personagens exhibidas á semelhanca de nós mesmos, são ainda as peças de interesse e exito universal, Todo artista que anime essas pegas, logicamente, é o artista eleito dos publicos.

Victor Boucher, uma das glorias do theatro francez contemporaneo, vive num theatro e para um theatro assim: humano. E com o proposito de trazer a vida para a scena, tal como ella é, Victor Boucher quasi excede á naturalidade.

O melhor elogio que se poderia fazer a essa "mã" da comedia franceza, foi feito neste dialogo ouvido entre dois autores:

— Você está contente com a sua peça?
 — Arredite: não sei se minha peça é boa, Mas estou absolutamente tranquilo por tudo: eu tenho Victor Boucher!

Victor Boucher é o protagonista de "Le trou dans le mur". Quanto á excelléncia do seu trabalho, basta dizer que Yves de Mirande escreveu esta peça para elle.

MATRIZ
 L. Badaró, 10
 Teleph. 2-1188

Casa Fuchs

SÃO PAULO

FILIAL
 Rua Direita, 2-E
 Teleph. 2-5970

BRINQUEDOS FINOS
 ARTIGOS PARA MONTARIA
 ARTIGOS PARA VIAGEM
 MOVEIS DE VIME E JUNCO
 ARTIGOS PARA TODOS OS ESPORTES

Imagens 8, 9 e 10: Programa de espetáculo da ópera *Le trou dans le mur*, 1929 – Acervo CTMSP.

A partir desse recorte contextual e estudo do tipo documental, iniciamos o projeto considerando que a coleção voltada a documentos de difusão de espetáculo é majoritariamente composta de programas, porém, no decorrer do tempo, foram identificados cartazes, filipetas e outros elementos característicos que ampliam o escopo da coleção. Diante disso, na catalogação, mesmo que sumária, foram incorporadas essas diferenças no processo de descrição documental.

A coleção de programas de espetáculo do Theatro Municipal de São Paulo revela seu papel como instrumento de difusão cultural e testemunho das práticas cênicas e sociais ao longo do tempo. Mais do que registros de eventos, esses documentos articulam redes de produção, autoria e identidade institucional, refletindo tanto a divulgação dos espetáculos quanto a construção simbólica de uma imagem pública vinculada a práticas de consumo e sociabilidade. Sua ampla circulação e diversidade de formatos impõem desafios à preservação, mas também aumentam seu valor histórico e interpretativo.

A recente catalogação realizada pelo setor de documentação do CTMSP reforça o compromisso com a preservação da memória ao integrar dimensões estéticas, técnicas e sociais desses registros, transformando-os em fontes essenciais para compreender os processos de criação, difusão e valorização do patrimônio documental dos espetáculos e eventos do CTMSP.

Considerações finais

O estudo contextual do acervo, partindo da perspectiva da análise histórica de sua constituição em suas diferentes modalidades de atuação, garantiu decisões de tratamento no setor de documentação que pudessem promover continuidades e descontinuidades, subsidiando ações conscientes no que se refere tanto à informação quanto às potencialidades da memória.

O estudo administrativo da gestão pública em suas diferentes dimensões – Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento de Teatros e Departamento do Patrimônio Histórico – nos permite construir o referencial do poder legislativo e executivo com impacto direto nas ações de preservação, nos possibilitando perceber que essas decisões interferem diretamente na proposta de preservação do patrimônio documental no interior de seus equipamentos culturais.

A consciência da gestão pública de que o Theatro Municipal de São Paulo contempla seu valor enquanto patrimônio, para além da construção do edifício-monumento, foi desenvolvida no decorrer do tempo, com escala de decisões que valorizassem os bens móveis, pois entre obras de arte, documentos administrativos, materiais gráficos de difusão, fotografias, coleções até então não tradicionais, como as de itens audiovisuais e sonoros, estavam delimitadas as relações do Theatro com a sociedade.

Nos estudos de caso apresentados, o tratamento técnico foi balizado com base na compreensão de que era preciso documentar o acervo, considerando o legado anterior, em confluência com ajustes necessários à atualização teórico-metodológica e a solução de problemas atuais.

A preservação dos trajes de cena – que não poderia ocorrer antes de uma ação diagnóstica por parte do Núcleo de Acervo e Pesquisa e, portanto, a atividade conjunta com o setor de conservação para pensar na otimização do espaço de guarda, conservação e informações, considerando a integridade do item – teve o papel de garantir que o tratamento avançasse, equilibrando essas necessidades. Nesse sentido, a contribuição desse projeto impactou toda a gestão de figurinos, incluindo o guarda-roupa, que, mesmo em uso, passou a ser observado como repositório de informação e memória institucional já no seu nascimento.

Os registros audiovisuais e sonoros são práticas que acompanharam a trajetória institucional do CTMSP dos seus primórdios à atualidade. Embora os vestígios documentais não tenham a capacidade de se igualar aos espetáculos e demais acontecimentos que circundam o Teatro, eles são reveladores do quanto a gravação imagética e sonora foi utilizada para capturar e difundir publicamente o que acontecia nos palcos.

Nesse sentido, estudar as diferentes linguagens das gravações, assim como seu contexto de produção, nos leva à compreensão de que essas ações eram bem delimitadas, através de convênios realizados com veículos de comunicação públicos, sendo esse um projeto que passou a capturar, no decorrer do tempo, desde os aspectos técnicos, vistos em making of, até entrevistas de elenco e documentários. No que diz respeito às decisões do poder público, percebemos que a coleção também contemplou o desenvolvimento da produção no registro de trilhas sonoras dos espetáculos de dança ou séries de concertos e óperas apresentadas para além dos palcos do TMSP.

Os programas de espetáculo, como documentos nucleares da difusão, expõem mais que informações sumárias dos eventos: um modo específico de comunicação desenvolvido para as casas de ópera. Embora a informação publicitária fosse comum a outros documentos de difusão, nos programas de espetáculo era estruturante a forma do documento, de maneira que o público frequentador associasse sua presença no espetáculo a um sistema de consumo de diversos produtos, símbolos do que se espera do status social do seu público frequentador.

Esse entendimento nos permitiu construir um processamento técnico desse conjunto documental que levou em conta esses aspectos, sendo necessário compreender quais as categorias de informação são essenciais para a catalogação dos itens. Os indivíduos e instituições descritas em categorias como: direção, produção e encenação devem ser bem delimitados, diante de informações publicitárias que, embora tomem boa parte da estrutura do documento, não são capazes de definir integralmente esse tipo documental.

Existem diversas coleções, arquivos de pessoas e institucionais que ainda necessitam do tratamento documental, sendo preciso construir ações diagnósticas, estudo contextual e instrumentos de pesquisas basilares, como inventários, por exemplo, antes da sua disponibilização ao público através do portal do acervo, publicações e exposições.

Com base na experiência do Núcleo de Acervo e Pesquisa, entretanto, o setor de documentação desenvolveu práticas de trabalho com uma visão que tenta costurar ações técnicas do passado e do presente, tornando possível tratar um acervo marcado pela heterogeneidade, que reúne o patrimônio documental do textual ao têxtil.

A respeito da relevância dos acervos na construção da memória coletiva e individual, lembramos o papel do setor de documentação atentando ao que foi observado por Laura Millar (2006, p. 120): “a transição da memória individual para a coletiva ocorre quando as lembranças são articuladas, estruturadas e compartilhadas por uma comunidade”. Registros e arquivos são ferramentas importantes nesse processo, ao lado de histórias, artefatos e rituais. Eles são “veículos de memória” que ajudam a construir conhecimento, identidade e compreensão social.

Ao compreender o acervo como um organismo dinâmico constituído por documentos textuais, sonoros, audiovisuais, gráficos e materiais cênicos, o setor de documentação consolidou práticas que articulam continuidade e renovação metodológica, valorizando tanto o legado institucional quanto os desafios contemporâneos. Com base nessa visão ampliada, o Complexo Theatro Municipal de São Paulo reafirma seu papel como articulador de memórias artísticas e sociais, transformando o tratamento técnico dos acervos em um processo de reconhecimento e fortalecimento da memória coletiva, que ultrapassa o edifício-monumento e alcança a complexidade de suas expressões culturais

Referências

ADAMI, Antonio. Atualizando a história – 100 anos do rádio em São Paulo: SQIG – Sociedade Rádio Educadora Paulista e PRA-6 Rádio Gazeta. Intercom, Revista Brasileira de Ciência e Comunicação, São Paulo, v. 46, 2023.

AMPAS – ACADEMIA DE ARTES E CIÊNCIAS CINEMATOGRAFICAS. O dilema digital 2: perspectivas de cineastas independentes, documentaristas e arquivos audiovisuais sem fins lucrativos. São Paulo: Instituto Butantan, 2015.

CARVALHO, Marcelo Dias de. Constituição de coleções especializadas em artes cênicas: do imaterial ao documental. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-25102010-164607/pt-br.php>. Acesso em: 20 out. 2025.

EDMONDSON, Ray. Arquivística audiovisual: filosofia e princípios. Tradução de Carlos Roberto de Souza. Brasília: Unesco, 2018. Disponível em: <https://bangkok.unesco.org/content/audiovisual-archiving-philosophy-and-principles>. Acesso em: 23 out. 2025.

FFHC – FUNDAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. Oficinas de metodologia 1: imagens em movimento e sons nos documentos de arquivo. São Paulo: 2021.

HEREDIA HERRERA, Antonia. El principio de procedencia y los otros principios de la archivística. Revista del Archivo General de la Nación, [S.l.], n. 97, pp. 89-96, 1997.

LOPES, Caroline Cantanhede. Os arquivos pessoais no contexto das artes cênicas: notas para um debate sobre abordagens e métodos de organização. In: CAMPOS, José Francisco Guelfi (org.). Arquivos pessoais: fronteiras. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2020. pp. 194-220.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Eduff, 2008. pp. 89-118.

MACHADO, Helena Corrêa; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Como implantar arquivos públicos municipais (Coleção Como Fazer, vol. 3). São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo/Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2000.

MILLAR, Laura. Touchstones: considering the relationship between memory and archives. Archivaria 61, Ottawa, n. 61, pp.105-126, 2006. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12537>. Acesso em: 10 abr. 2025.

PADILHA, Renata Cardoso. Documentação museológica e gestão de acervo. Florianópolis: FCC, 2014.

POLLETI, Daniel. Les programmes du Théâtre Municipal de São Paulo: théâtre et société dans une modernité périphérique (1911-1922). Anais do Museu Paulista: São Paulo, Nova Série, v. 30, pp. 1-29, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02672022v30e21>. Acesso em: 30 out. 2025.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: Enciclopédia Einaudi: Memória – História. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. v. 1, pp. 51-87.

SANCHEZ, Luis Felipe da Silva. Documentação museológica e conservação preventiva: ações de musealização como estratégias de gestão da coleção de figurinos de espetáculo na Fundação Cesgranrio. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 2024.

SANTOS, Cláudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. Documentação em Museus/ Museu de Astronomia e Ciências Afins. MAST Colloquia, v. 10, Rio de Janeiro, 2008.

TORRES NETO, Walter Lima. Programas de teatro: objeto e fonte. Sala Preta, São Paulo, v. 17, n. 2, pp. 114-129, 2017. Acesso em: 26 out. 2025.

_____. Programas de teatro: traços de uma experiência criativa. Anais ABRACE, São Paulo, v. 11, n. 1 (VI Congresso da ABRACE), 2010. Disponível em: <https://www.iar.unicamp.br/publionline/abrace/hosting.iar.unicamp.br/publionline/index.php/abrace/article/view/3463.html>. Acesso em: 30 out. 2025.

VIANA, Fausto. O traje de cena como documento. Revista Sala Preta, v. 17, n. 130-150: Escola de Comunicações e Artes: São Paulo, 2017.

VIANA, Fausto; AZEVEDO, Elizabeth R. Revisitando o acervo do Theatro Municipal de São Paulo. In: AZEVEDO, Elizabeth R. (org.). Anais do I Seminário de Preservação de Acervos Teatrais. São Paulo: USP-PRCEU; TUSP; LIM CAC, 2015. p. 58-63.

Legislação

BRASIL. Lei nº 6.312, de 16 de setembro de 1975. Institui a Fundação Nacional das Artes – FUNARTE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, DF, p. 12193, 17 set. 1975.

Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 jan. 2009

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Ata da 31ª sessão de 11 de outubro de 1924. Atas e Anais da Câmara Municipal de São Paulo, Centro de Memória CMSP, 1924.

Ata da 32ª sessão de 18 de outubro de 1924. Atas e Anais da Câmara Municipal de São Paulo, Centro de Memória CMSP, 1924.

Ata da 26ª sessão de 6 de agosto de 1927. Atas e Anais da Câmara Municipal de São Paulo, Centro de Memória CMSP, 1927.

Ata da 305ª sessão de 14 de agosto de 1950. Atas e Anais da Câmara Municipal de São Paulo, Centro de Memória CMSP, 1950.

Ata da 384ª sessão de 18 de abril de 1951. Atas e Anais da Câmara Municipal de São Paulo, Centro de Memória CMSP, 1951.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Processo administrativo nº 1665, de 1951. Dispõe sobre a abertura de crédito especial de Cr\$ 4.500.000,00 para execução das temporadas líricas popular e oficial de 1951. São Paulo, 1951.

SÃO PAULO (Município). Decreto n. 7.729, de 9 de outubro de 1968. Dispõe sobre a criação do “Museu do Teatro Municipal”. Diário Oficial do Município de São Paulo, São Paulo, 10 out. 1968.

SÃO PAULO (Município). Decreto n. 19.208, de 4 de novembro de 1983. Dispõe sobre a transferência do Museu do Teatro Municipal para o Departamento do Patrimônio Histórico e dá outras providências. Diário Oficial do Município de São Paulo, São Paulo, 4 nov. 1983.

SÃO PAULO (Município). Decreto n. 53.225, de 19 de junho de 2012. Aprova o Estatuto da Fundação Theatro Municipal de São Paulo; dispõe sobre o início de funcionamento da Fundação Theatro Municipal de São Paulo. Diário Oficial do Município de São Paulo, São Paulo, 20 jun. 2012.

SÃO PAULO (Município). Decreto n. 57.783, de 13 de julho de 2017. Dispõe sobre a Política de Gestão Documental e o Sistema de Arquivos do Município de São Paulo. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, 14 jul. 2017.

08

A dupla face da pesquisa:
qualificação e difusão do acervo



Apresentação

Entre os anos de 2023 e 2024, a área de Pesquisa do Núcleo de Acervo e Pesquisa do Complexo Theatro Municipal de São Paulo realizou importante investigação a respeito de sua coleção de registros documentais relativos ao Ballet IV Centenário. O conjunto é composto por mais de 400 itens, entre eles, programas de espetáculo, retratos do elenco e conjuntos de figurinos.

Concebido ao modelo dos Ballets Russes de Sergei Diaghilev, o Ballet IV Centenário contratou para coreógrafo da companhia o húngaro naturalizado italiano Aurélio von Milloss, que foi substituído após um período pela maître Lia Dell'Ara. Foram compostas 17 coreografias, com músicas que iam desde Johann Sebastian Bach a Heitor Villa-Lobos e figurinos assinados por Lasar Segall, Candido Portinari, Burle Marx, Di Cavalcanti, entre outros. É considerada uma das primeiras companhias de dança profissional do país, tanto por sua dimensão artística, em busca de novas concepções coreográficas, quanto por “introduzir um rigor técnico e estilo único no período”.²

Apesar da curta existência, a companhia deixou marcas evidentes, e sua presença no acervo provoca a reflexão a respeito desse conjunto documental nas artes do espetáculo, assim como na história recente, local e nacional, e também o entendimento de trajetórias individuais e coletivas de sujeitos e agentes ligados à sua concepção e execução.

A linha de pesquisa – a saber, recorte temático selecionado pelos pesquisadores da área por sua relevância para o entendimento de determinada seção do acervo – transbordou sua finalidade primeira e encetou aproximações importantes que integraram as ações de preservação e difusão. A partir desse projeto, foi iniciada uma série de ações relativas à conservação dos itens da coleção, assim como o registro na base de dados com informações obtidas ao longo do processo investigativo, além de se desdobrar em uma série de produtos que propiciaram a difusão do acervo, como conteúdos para redes sociais e uma exposição que ocupou o foyer do Theatro Municipal.³

1. Bruno Bortoloto do Carmo é pesquisador do Núcleo de Acervo e Pesquisa do Complexo Theatro Municipal de São Paulo e doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2022), com período de estágio doutoral sanduíche na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França (2019-2020).

2. Cf. LAZARIM, Anita de Souza et al. (org.). Índice de fontes: Ballet IV Centenário no acervo do Theatro Municipal de São Paulo. São Paulo: Sustenidos Organização de Cultura, 2023.

3. A Mostra de figurinos do Ballet IV Centenário ocorreu nos meses de agosto e setembro de 2024. Sua abertura foi marcada pelo ciclo de debates intitulado Memórias, histórias e contextos: Ballet IV Centenário 70 Anos, que, entre outras mesas, contou com o lançamento do volume 3 da Coleção Índice de Fontes, que aprofundava o entendimento a respeito da coleção.

Por meio da experiência do estudo da coleção do Ballet IV Centenário apresentada nos parágrafos anteriores, nas próximas páginas pretendemos discutir a formação e consolidação da área de Pesquisa, ligada ao Núcleo de Acervo e Pesquisa do Complexo Theatro Municipal de São Paulo. Sua atuação tem duas facetas: enquanto uma delas está voltada para o entendimento e aprofundamento das pesquisas a respeito das coleções e fundos do acervo, a outra se volta para sua difusão e extroversão.

Propomos, portanto, uma estrutura que dividirá o capítulo em três seções. A primeira abordará a formação da área e atuação da Pesquisa no atendimento de pesquisadores externos, realizada no Centro de Documentação e Memória do Complexo Theatro Municipal de São Paulo, localizado na Praça das Artes. Na sequência, abordaremos como investigações de fôlego por meio de linhas de pesquisas desdobraram-se em ações de preservação informacional, conservação preventiva e difusão do acervo. Por fim, serão trazidas experiências de extroversão desse mesmo acervo por meio de ações de comunicação institucional do CTMSP, com pesquisas e artigos curtos publicados nos programas de espetáculo das temporadas líricas e do Balé da Cidade de São Paulo, além de postagens nas redes sociais no âmbito do projeto Por Dentro do Acervo.

Formação da área e atendimento de pesquisadores no Centro de Documentação e Memória da Praça das Artes

A área de Pesquisa foi implantada no segundo semestre de 2021, sob a gestão da Sustentados Organização Social de Cultura, como parte integrante do Núcleo de Acervo e Pesquisa, vinculado à Gerência de Formação, Acervo e Memória. Sua criação, sob a supervisão de Anita de Souza Lazarim, representou um passo fundamental na consolidação de um plano sistemático para o reconhecimento e estudo do vasto acervo da instituição, composto de diversos tipos documentais de ordem textual, iconográfica, audiovisual, têxtil e tridimensional.⁴

Apesar de o acervo do CTMSP já ter passado por diferentes estágios de organização no passado, foi a primeira vez que se propôs um trabalho multidisciplinar que buscasse sistematizá-lo sob o viés do patrimônio histórico e museológico. Dessa forma, a pesquisa atua enquanto um dos elementos de integração e articulação das ações de preservação e difusão.⁵ Dessa maneira, a pesquisa vem atuando de modo transversal às áreas de Arquivo, Documentação e Conservação, garantindo, assim, a verticalização do entendimento do histórico das coleções, a salvaguarda informacional, além da geração de conexões entre acervos de proveniências distintas.

4. LOPES, Ana Lucia. Apresentação da Gerência de Formação, Acervo e Memória. In: Índice de fontes: vestígios da Semana de 1922 no acervo do Theatro Municipal de São Paulo. Disponível em: <https://share.google/dPdqmCPLBLnVvmlKr>. Acesso em: 30 set. 2025.

5. Para outras perspectivas de áreas de pesquisa em instituições culturais, ver: FERNANDES, Suzana Cesar Gouveia. Museu como espaço de investigação: da pesquisa à formação. Cadernos de História da Ciência, Instituto Butantan, vol. III, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://share.google/SlpjAq84upetDfF5l>. Acesso em: 24 out. 2025; REIS, Claudia Barbosa. A pesquisa museológica no Museu Casa de Rui Barbosa. Sem edição, sem data. Disponível em: <https://share.google/Z4YZII90YMk7bNQPG>. Acesso em: 24 out. 2025.

Levando-se em conta a natureza híbrida dos acervos do Complexo Theatro Municipal de São Paulo e seus diferentes locais de guarda, o papel da área de Pesquisa se colocou desde o primeiro momento de forma a se apropriar desse acervo, olhando-o para dentro e para fora da instituição, valorizando-o e criando condições para que novas pesquisas trilhassem caminhos inovadores. Por isso, profissionais contratados para integrar essa nova área do NAP conectaram-se – em um primeiro momento – com a atividade de forma que fosse facilitado o acesso a pesquisadores externos, possibilitando, assim, o amplo contato com um acervo ainda pouquíssimo sistematizado e em processo de apropriação.

Essa foi uma atividade perene da área de Pesquisa desde o segundo semestre de 2021 até os dias atuais, quando mais de 200 pesquisadores externos foram atendidos pela equipe que realiza a mediação do acervo documental, a fim de proporcionar a essas investigações elementos que sanassem suas necessidades, caso os conjuntos respondessem às perguntas demandadas. O acervo tem sido buscado com os mais diversos recortes temáticos, tais como história da música e musicologia, buscando elementos a respeito de compositores nacionais e estrangeiros, grupos artísticos (principalmente corpos estáveis do Theatro Municipal) e óperas; arquitetura e urbanismo, principalmente para o entendimento dos patrimônios edificados da Praça das Artes e do próprio TMSP; artes cênicas e figurino; história e memória institucional ou biográfica; entre outros.⁶

Linhas de pesquisa, Índices de Fontes e exposições

Para além dessa atuação de intermediação entre o acervo e consulentes externos, a área de Pesquisa também se propõe a realizar pesquisas a fim de aprofundar e desenvolver conhecimentos com base em recortes temáticos específicos. Desde 2021, a cada ano, a pessoa responsável pela supervisão da área define, junto à coordenação e demais supervisores de outras áreas, as linhas de pesquisa. As temáticas funcionam enquanto elementos norteadores que fazem com que os esforços de investigação da área caminhem. O assunto escolhido invariavelmente acompanha a reflexão a respeito do acervo e sua contextualização, acumulação e relação do patrimônio documental, edificado e cultural para com a cidade e o país.

Dessa forma, no ano de 2021 buscou-se entender o reflexo e os ecos da Semana de Arte Moderna de 1922 no acervo. Preparando-se para uma quantidade grande de documentos e de trabalho, a equipe deparou com um cenário diverso do esperado. O acervo não respondia ao chamado por nenhum documento contemporâneo ao evento, e os documentos mais importantes ligados à Semana (como o programa de espetáculo com capa de Di Cavalcanti, que pertence à Coleção Mário de Andrade sob guarda do IEB-USP) estavam abrigados em outras instituições.

6. É relevante salientar que cada passo dado pela equipe no sentido de ampliar as ferramentas de acesso ao acervo reflete-se no aumento de consulentes, à medida que essas informações são tornadas públicas. Percebeu-se esse fenômeno quando o inventário da Coleção Musicográfica do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo ficou disponível para o público, após a finalização do projeto coordenado pelo professor Paulo Castagna no ano de 2024. O aumento de consulentes se apresentou não só em número, mas também na diversificação de temáticas e instituições de ensino às quais esses pesquisadores são vinculados.

A ausência, no entanto, fez com que a equipe reformulasse suas perguntas ao acervo e mudasse o foco, esforçando-se por entender como o Theatro Municipal revisitou essa temática ao longo dos últimos cem anos.

O principal produto resultante dessa linha de pesquisa foi um Índice de Fontes, primeiro de uma série de publicações similares que foram feitas nos anos seguintes para investigações da área de Pesquisa. Escolheu-se essa forma de organização da informação porque se entendeu que seria o formato mais conveniente de sistematização das fontes encontradas. Foi utilizada, até mesmo, a definição de “índice” do Dicionário brasileiro de terminologia arquivística, a qual entende o termo como: “Relação sistemática de nomes de pessoas, lugares, assuntos ou datas contidos em documentos ou em instrumentos de pesquisa, acompanhados das referências para sua localização”.⁷

O Índice de Fontes resultante dessa linha de pesquisa chama-se Vestígios da Semana de 22 no acervo do TMSP, o qual encetou uma busca em uma das maiores coleções do acervo – a de programas de espetáculo⁸ – procurando a cada década ou quarto de século eventos comemorativos da efeméride. Esse raciocínio apresentou à equipe um cenário de não linearidade nas leituras e releituras da Semana. Segundo a pesquisadora Anita Lazarim:

Este conjunto selecionado de vestígios da Semana de 22 nos acervos do Theatro Municipal revela várias histórias de releituras da Semana década a década, explicitando como esse processo não foi linear, apresentando ondas propagadoras de diferentes concepções de modernismos, ora celebrativo, ora crítico, evidenciando que a compreensão da Semana de 22 se alarga no tempo.⁹

Ainda segundo a equipe envolvida na análise da documentação para a construção do Índice, a investigação evidenciou novos artistas e intelectuais que se mantiveram em diálogo com diferentes entendimentos sobre o papel do evento visto como efeméride inauguradora do modernismo brasileiro de 1922, tendo o Theatro Municipal como ponto de partida e chegada dessas reflexões. Essas concepções, ora celebrativas, ora críticas, moldaram uma multiplicidade de olhares para o evento que foi considerado propulsor das ideias modernistas, para consolidá-lo como ponto de inflexão incontornável dos estudos do movimento.

7. ARQUIVO NACIONAL. Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <https://share.google/4JPL6Db90u7vaCJ6V>. Acesso em: 24 out. 2025.

8. “O programa de teatro é um documento que permite acessar diferentes elementos da cultura e da prática teatral, da sua concepção estética às componentes sociais e econômicas.” Cf. TORRES NETO, Walter Lima. Programa de teatro como documento: questões históricas e metodológicas. *ArtCultura*, 15 (26), 2015, p. 209. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/29146/16211>. Acesso em: 24 out. 2025.

9. LAZARIM, Anita de Souza et al. (org.). Índice de fontes: vestígios da Semana de 22 no acervo do Theatro Municipal de São Paulo. São Paulo: Sustenidos Organização de Cultura, 2022.

No ano seguinte, em 2022, a linha de pesquisa escolhida foi aquela que buscou evidenciar a presença negra no acervo do CTMSP. A equipe de Pesquisa trouxe como hipótese um acervo em que essa presença na documentação fosse fragmentada e difusa, o que, em parte, se confirmou ao longo do levantamento inicial. Como bem sabemos, os arquivos não são neutros e funcionam como reflexo de uma sociedade pautada pelas desigualdades. Por isso, entendeu-se que seria necessário ampliar o escopo da busca para que se encontrassem ecos de artistas negros, assim como a reverberação da cultura afrodiaspórica enquanto temática eleita para programações do TMSP.¹⁰

A publicação advinda da linha de pesquisa, intitulada Índice de fontes: presença negra no acervo do Theatro Municipal de São Paulo, objetivou, portanto, um levantamento amplo de registros ligados à programação do TMSP, que, novamente, utilizou a coleção de programas de espetáculo como fonte principal de busca. Assim como na linha de pesquisa, o objeto central do segundo volume foi buscar o “[...] protagonismo de artistas negros, bem como repertório da arte e cultura afro-brasileiras em espetáculos e eventos”.¹¹ Foram selecionados em torno de 285 eventos que giravam entre 1915 e 2022, tendo sido catalogados na base de dados (sistema à época ainda em fase de primeiros testes de alimentação) 273 programas de espetáculo, que ficaram disponíveis ao público junto com a publicação.¹² A prática mostrou-se um bom exemplo de interação entre as áreas de Documentação, Conservação e Pesquisa, que, retroalimentando-se, evidenciaram suas atuações como elementos articuladores da preservação informacional, conservação e a difusão dos acervos.

Essa característica do trabalho da Pesquisa também se apresentou quando a partitura de O contractador de diamantes (1921) foi integrada ao Índice de Fontes. A obra, considerada um marco por ter envolvido “pretos de verdade” no palco dois anos antes, em 1919, faz parte do Fundo Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, e, com isso, a equipe oferecia caminhos para correlacionar documentos com proveniências distintas, revelando potencialidades do acervo para além de seus conjuntos indivisíveis. Tal fato apresentou, até mesmo, o intercâmbio natural entre as instituições Theatro Municipal e Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, cujos acervos fazem parte do Centro de Documentação e Memória sob guarda do CTMSP. Isso se repetiria em investigações futuras, à medida que o conhecimento a respeito do patrimônio documental fosse, paulatinamente, apropriado pelas equipes.

Ainda sobre essa linha de pesquisa, relevante ação de difusão do acervo dela resultante foi a exposição Presente! Presenças negras no Theatro Municipal de São Paulo. Indo além do escopo circunscrito ao Índice a respeito dos cerca de 285 programas de espetáculo selecionados e pesquisados, a equipe decidiu trazer para o discurso curatorial a metodologia da história oral. Dessa forma, encetou-se o registro de trabalhadores e trabalhadoras autodeclarados negros

10. LAZARIM, Anita de Souza et al. (org.). Índice de fontes: presença negra no acervo do Theatro Municipal de São Paulo. São Paulo: Sustenidos Organização de Cultura, 2023.

11. Lazarim, Anita de Souza et al. (org.). Índice de fontes: presença negra no acervo do Theatro Municipal de São Paulo. São Paulo: Sustenidos Organização de Cultura, 2023.

12. Lazarim, Anita de Souza et al. (org.). Índice de fontes: presença negra no acervo do Theatro Municipal de São Paulo. São Paulo: Sustenidos Organização de Cultura, 2023.

do Theatro Municipal, valorizando, assim, “suas trajetórias, os conhecimentos específicos de cada área (técnica, administrativa e artística) e conferindo visibilidade a cada um deles”.¹³ Ao todo, foram captadas 34 entrevistas, todas transcritas e editadas para exposição, sendo alocadas em oito monitores no saguão de entrada da mostra.

A exposição contou com elementos audiovisuais das memórias desses trabalhadores contemporâneos do Theatro Municipal e aliou-se aos mais diversos tipos documentais presentes no acervo, como iconográficos e tridimensionais, além dos já mencionados programas de espetáculo, que englobam parte da documentação textual.

Para além disso, vale ressaltar uma sinergia entre a programação do Theatro e as ações de pesquisa do Núcleo. Assim como no caso da pesquisa sobre a Semana de 22, que se inseriu em uma lista de apresentações e ciclos de debates a respeito da efeméride, a exposição e o Índice de Fontes a respeito da presença negra também cumpriu esse papel.

*Presente! Presenças negras no Theatro Municipal de São Paulo cumpre importante papel na programação que, em dezembro de 2022, trouxe ao nosso palco, para se apresentar com a Orquestra Sinfônica Municipal (OSM), os vencedores do Concurso de Canto Lírico Joaquina Lapinha – primeira ação afirmativa do gênero no Brasil voltada exclusivamente para cantores pretos, pardos e indígenas – idealizado pela Sustenidos e realizado no Conservatório de Tatuí, com a valiosa contribuição de artistas negros da cena lírica brasileira.*¹⁴

Na sequência, entre os anos de 2023 e 2024, a equipe trabalhou na linha de pesquisa que visou aprofundar o entendimento da coleção do Ballet IV Centenário, conjunto e experiência de pesquisa já mencionados no início deste capítulo. Diferentemente das últimas duas linhas de pesquisa, esta contou com um aprofundamento maior, visto ser um conjunto limitado de documentos e um evento que possui uma baliza temporal bastante reduzida (1953 a 1956).¹⁵

O principal (mas não único) produto resultante da linha de pesquisa foi o terceiro volume da Coleção Índice de Fontes, intitulado Ballet IV centenário no acervo do Theatro Municipal de São Paulo. Nele, foram feitas análises em formato de artigos a respeito da efeméride e seu evento comemorativo resultante, o contexto histórico da cidade de São Paulo à época e, particularmente, análises sobre figurinos, coreografias e a efetiva apresentação dos espetáculos previstos.¹⁶

13. LAZARIM, Anita de Souza. Anexo 5.9. Relatório de Execução da Exposição Presente! Presenças negras no Theatro Municipal de São Paulo. In: Relatórios – Meta de Remuneração Variável. Sustenidos Organização Social de Cultura, 4º trimestre, 2022.

14. COSTA, Alessandra; SATURNINO, Andrea Caruso. Apresentação da Direção do Complexo Theatro Municipal de São Paulo. In: LAZARIM, Anita de Souza et al. Presente! Presenças negras no Theatro Municipal de São Paulo. São Paulo: Sustenidos Organização de Cultura, 2023.

15. LAZARIM, Anita de Souza. Anexo 5.9. Relatório de Execução da Linha de Pesquisa Ballet IV Centenário. In: Relatórios – Meta de Remuneração Variável. Sustenidos Organização Social de Cultura, 2º trimestre, 2023.

16. LAZARIM, Anita de Souza et al. (org.). Índice de fontes: Ballet IV Centenário no acervo do Theatro Municipal de São Paulo. São Paulo: Sustenidos Organização de Cultura, 2023.

O conjunto foi utilizado como protótipo e estudo de caso, exatamente por ser uma coleção de uma companhia de balé bem definida. Passou por identificação de patologias e questões estruturais de conservação, sendo estabilizado pela equipe de Conservação. Além disso, todas as informações levantadas pela Pesquisa foram cruzadas com a equipe de Documentação para alimentar de forma ampla e completa o banco de dados *In patrimonium*.¹⁷

Para além do produto imediato do Índice de Fontes, também foi trazida a público mais uma exposição com importante participação do Núcleo de Acervo e Pesquisa, que contribuiu com a curadoria de Ana Cristina Echevengúá Teixeira e Neide Rossi. A exposição ficou em cartaz de 13 de agosto a 10 de setembro de 2024, e nela foram apresentadas peças de figurinos do Ballet IV Centenário no foyer do Theatro Municipal de São Paulo. Entre elas estavam criações de Emílio Di Cavalcanti, Heitor dos Prazeres e Flávio de Carvalho.

A última linha de pesquisa desenvolvida pela área de Pesquisa do NAP, iniciada em setembro de 2024, consiste em uma investigação que visou discutir a presença (ou ausência) da mulher no âmbito das práticas artísticas musicais na documentação sob sua guarda. O processo de investigação que permeou sua gestação foi um elemento novo na estrutura da área de Pesquisa: meses antes, em maio daquele mesmo ano, o NAP acolheu proposta de pesquisa da historiadora Raissa Monteiro dos Santos, que se propôs a estudar, com base no acervo documental existente no Centro de Documentação e Memória do CTMSP, a ocorrência de mulheres instrumentistas (pianistas, violinistas, violistas, violoncelistas, harpistas etc.) em uma baliza que vai de 1911 a 1949. O estudo dessa pesquisadora fez parte do recém-criado Programa de Pesquisa, que teve por objetivo contratar profissionais independentes que desenvolvessem temáticas que permitissem novos olhares sobre o acervo do CTMSP. O estudo dessa pesquisadora mostrou uma lacuna relevante e significativa que, de igual forma, se apresentava nos estudos historiográficos a respeito de cantoras líricas que se apresentavam no palco do Theatro Municipal de São Paulo, assim como no circuito da música de câmara do século XX.

Concomitantemente a essa pesquisa, a equipe decidiu estudar as lacunas da presença e invisibilidade de mulheres cantoras e instrumentistas no acervo do Complexo Theatro Municipal de São Paulo. Longe de buscar uma totalidade, tendo em vista a vastidão de possibilidades que o estudo de gênero no acervo poderia suscitar, a intenção dessa linha investigativa foi apresentar importantes interseções das principais tipologias documentais presentes no acervo do CTMSP, tais como acervo textual da Coleção Museu do Theatro Municipal de São Paulo, principalmente os elementos de iconografia e programas de espetáculo; Fundo Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, destacando a série de Assentamento Individual de Alunos; e, por fim, a coleção de trajes de cena acondicionados na Central Técnica de Produções Artísticas Chico Giacchieri.¹⁸

17. LAZARIM, Anita de Souza et al. (org.). Índice de fontes: Ballet IV Centenário no acervo do Theatro Municipal de São Paulo. São Paulo: Sustainidos Organização de Cultura, 2024.

18. CARMO, Bruno Bortoloto do. Anexo 5.7. Índice de Fontes. In: Relatórios – Meta de Remuneração Variável. Sustainidos Organização Social de Cultura, 2º trimestre, 2025.

A intersecção desses dois grupos (cantoras e instrumentistas) mostrou aos pesquisadores da equipe questões prementes sobre as invisibilidades e ecos femininos no acervo do CTMSP. Desde pelo menos o início do século XX, o grupo das instrumentistas era composto de uma massiva presença de pianistas, que tanto apareciam como concertistas no TMSP, como alunas e até professoras, compositoras e arranjadoras no Conservatório Dramático Musical de São Paulo (CDMSP). Já do ponto de vista das cantoras líricas, seu destaque na documentação é algo digno de nota. Por um lado, algumas despertam interesse pela pouca prevalência de seus nomes ao longo das décadas – são as introuváveis,¹⁹ irrastráveis. Parte dessas cantoras aparece como jovens promessas, mas acabam não seguindo na profissão. Existem ainda aquelas que seguem por longas décadas no ofício e deixam sua marca no canto lírico. São, em geral, nomes que não se mantêm com prestígio e terminam suas vidas no anonimato.²⁰

O principal produto dessa linha de pesquisa foi a publicação do quarto volume da Coleção Índice de Fontes, intitulado Trajetórias de mulheres e estudos de gênero no acervo do CTMSP. A publicação contou com duas seções: a primeira possui pequenos verbetes de trajetórias de mulheres que, apesar do reconhecimento e talento, em sua grande maioria desapareceram dos registros públicos. Os verbetes funcionaram como aglutinadores das fontes mobilizadas, fazendo com que os acervos do CTMSP fossem ligados ao percurso histórico dessas artistas e interligados entre si, mesmo que ocasionalmente tivessem proveniências distintas. Já a segunda parte do volume amplia a discussão com estudos sobre musicistas, técnicas de produção e representações de gênero em anúncios e propagandas de temporadas líricas. Os artigos articulam pesquisa histórica, análise documental e perspectiva de gênero, fazendo com que a publicação se apresente enquanto ferramenta de acesso e valorização do patrimônio cultural do Complexo Theatro Municipal, incentivando novas investigações sobre a presença de mulheres nos palcos, bastidores e instituições musicais.²¹

É relevante dizer que os quatro volumes da Coleção Índice de Fontes e suas linhas de pesquisa diretamente relacionadas compartilharam uma metodologia comum, sendo seguidos de um conjunto de ações integradas visando a pesquisa, a preservação informacional e a difusão dos acervos sob custódia do CTMSP. São publicações que se apresentam publicamente enquanto instrumentos de pesquisa que estabelecem um percurso temático por meio do acervo, orientadas por perguntas que conduziram o levantamento e a análise sistemática das fontes e trabalharam com tipos documentais múltiplos (iconográficos, textuais, tridimensionais), apresentando a multiplicidade de caminhos e cruzamentos possíveis das fontes mobilizadas ao público em geral. São pesquisas que, com temáticas inovadoras, ampliaram as possibilidades

19. Esse fenômeno não é específico do Brasil. Existem diversas séries de gravações de cantoras líricas internacionais, tais como “les introuvables du chant” verdien, wagnérien ou mozartien. São registros de importantes vozes do mundo operístico que pouco ou nenhum rastro deixaram em suas biografias.

20. CARMO, Bruno Bortoloto do. Anexo 5.7. Índice de Fontes. In: Relatórios – Meta de Remuneração Variável. Sustenidos Organização Social de Cultura, 2º trimestre, 2025.

21. Além disso, a proposta de alimentação de verbetes resultantes da pesquisa na Enciclopédia Online Wikipédia para essas artistas sublinha o compromisso com a democratização do conhecimento e com a reparação simbólica de trajetórias apagadas pela historiografia tradicional. Cf. CARMO, Bruno Bortoloto do; SANTANA, Mariana Brito (orgs.). Trajetórias de mulheres e estudos de gênero no acervo do CTMSP. São Paulo: Sustenidos Organização de Cultura, 2025.

de entendimento de um acervo rico e que possui interesse para o entendimento das artes do espetáculo, da história de São Paulo e do Brasil.

Ações de difusão junto à área de Comunicação: pesquisas para programas de espetáculo e redes sociais

A área de Pesquisa mantém contato próximo com a área de Comunicação Institucional, visando transformar o conhecimento das ações do Núcleo de Acervo e Pesquisa em conteúdo acessível, além de cumprir a missão institucional de valorização e difusão do acervo. Uma das formas mais diretas e contínuas de difusão qualificada que a área mantém é a inclusão de textos de pesquisa nos programas de espetáculo das temporadas líricas do TMSP. Desde agosto de 2022, todas as publicações advindas de óperas da temporada contam com um texto do NAP que compõe uma costura histórica de fragmentos de fontes a respeito das montagens, utilizando-se como foco os itens documentais do acervo.

Nesses textos, procura-se incluir programas de espetáculo, iconografia (fotografias, croquis, desenhos etc.), documentos musicográficos e trajes de cena que tragam elementos de discussão a respeito desse acervo. Com base em montagens anteriores, pesquisadores do Núcleo puderam, ao longo das últimas três temporadas, levantar questões relevantes relacionadas tanto à história de companhias líricas que passaram pelo TMSP quanto questões relativas ao próprio acervo e sua incorporação ao longo das décadas.

Um relevante exemplo a respeito dos conhecimentos mobilizados e resultados atingidos com essas pesquisas relativamente curtas e pontuais pode ser visto no programa de espetáculo da ópera *Don Giovanni*, de 2025. Naquela ocasião, buscando a respeito das diversas montagens do drama jocoso de Mozart no TMSP, descobriu-se informação relevante sobre o espetáculo de 1956.

A montagem de 1956 de Don Giovanni contou [...] com uma doação de figurinos da companhia do cantor lírico Tita Ruffo, conhecido por ter integrado a primeira temporada lírica do Theatro Municipal em 1911. Como descrito em nota de imprensa no Correio Paulistano de 30 de setembro de 1956, estes itens de guarda-roupa foram enviados para o acervo do TMSP por intermédio do barítono Paulo Fortes, que, como vimos, interpretou o papel principal da ópera naquela temporada.²²

Fica como um importante registro da prática do que se tornaria o acervo de itens históricos do Complexo Theatro Municipal, acondicionados atualmente na Central Técnica de Produções Artísticas Chico Giacchieri. A menção aos figurinos doados, encontrada no Correio Paulistano de 30 de setembro de 1956, foi prontamente compartilhada com a equipe de Documentação, que aliou esse a outros achados a respeito do contexto de proveniência das coleções têxteis do Theatro Municipal acondicionadas na Central Técnica. Informações como essa,

22. CARMO, Bruno Bortoloto do; SANTANA, Mariana Brito. *Don Giovanni no palco e no acervo do Theatro Municipal*. In: Programa de espetáculo. *Don Giovanni*, mai. 2025. Disponível em: https://theatromunicipal.org.br/?jet_download=eb57a8fcb0c4956277b1b12e872716e611999204. Acesso em: 24 out. 2025.

apesar de aparentemente colaterais à pesquisa principal, enriquecem o entendimento de um acervo pouco documentado em suas trajetórias.

Outro achado relevante para o entendimento das coleções e fundos veio da pesquisa a respeito da ópera Nabucco, montada no mês de setembro de 2024. Sua última apresentação em São Paulo tinha acontecido na temporada lírica de 1969, fruto de uma parceria entre o TMSP e o Teatro San Carlo de Nápoles, costurada por Alfredo Gagliotti. Esse empresário, dono da Gagliotti Produções Artísticas, foi organizador de inúmeras turnês de companhias europeias para o eixo Rio–São Paulo ao longo da segunda metade do século XX.²³

A firma de Alfredo Gagliotti foi responsável, entre 1949 e 1980, pela vinda de diversos nomes de relevo do canto lírico para o Theatro Municipal. Foi o caso da temporada lírica de 1951, que contou com Maria Callas e Renata Tebaldi. Essa temporada é fundamental para o entendimento do acervo de trajes de cena, tendo em vista sua representatividade para o acervo do CTMSP. Por isso, mais uma vez, uma informação marginal encontrada na pesquisa a respeito de montagens de óperas de temporadas líricas passadas contribuiu para complementar e qualificar a documentação museológica e a preservação informacional.

Parte do mesmo esforço são os textos elaborados para os programas de espetáculo do Balé da Cidade de São Paulo. Diferentemente dos textos das temporadas líricas, esses não possuíam referências no acervo, pois, na maioria das vezes, se trata de coreografias inéditas. Por isso, o Núcleo de Acervo e Pesquisa, juntamente com a direção artística do BCSP, iniciou em 2025 um projeto para estabelecer relações entre a documentação da companhia e essas novas criações, sempre buscando difundir e valorizar esse acervo por meio de fragmentos históricos ligados à temática da temporada.

O texto *Um gesto de memória: experiências através do corpo no acervo do CTMSP* talvez seja o que melhor sintetize os objetivos dessa ação conjunta entre o Núcleo de Acervo e Pesquisa e o Balé da Cidade. Por meio de diálogo de itens do acervo e memórias de experiências individuais e coletivas, o texto mobilizou três depoimentos de história oral de bailarinas e bailarinos da companhia captados durante o processo curatorial da exposição *Presente! Presenças negras no Theatro Municipal de São Paulo em 2022*. Além do objetivo de destacar trajetórias desses sujeitos com base em suas experiências, foi possível conectar essas narrativas com a documentação, mostrando como a atividade de pesquisa pode relacionar a materialidade e a imaterialidade por meio da mobilização do acervo.²⁴

Para além da difusão dos acervos em programas das temporadas lírica e do BCSP, a área de Pesquisa tem atuado conjuntamente com a Comunicação Institucional com postagens regulares nas redes sociais para extroversão de seus acervos. Desde 2023, através da série *Por Dentro*

23. CARMO, Bruno Bortoloto do; SANTANA, Mariana Brito. Nabucco no palco e no acervo do Theatro Municipal. In: Programa de espetáculo. Nabucco, nov. 2024. Disponível em: <https://share.google/yvKyhUinZzUfQTLNB>. Acesso em: 24 out. 2025.

24. OLIVEIRA, Rafael Domingos; CARMO, Bruno Bortoloto do. Um gesto de memória: experiências através do corpo no acervo do CTMSP. In: Programa de espetáculo do Balé da Cidade de São Paulo – Bioglomerata e Fôlego. São Paulo: Susteridos Organização de Cultura, 2025. Disponível em: https://theatromunicipal.org.br/?jet_download=a8bebc533d712135442f5823a7c5233be6097463. Acesso em: 24 out. 2025.

do Acervo, a área de Pesquisa se fez presente no Instagram do Theatro Municipal de São Paulo com cerca de 40 postagens abordando temas relativos à programação e itens correspondentes no acervo, assim como apresentando bastidores do trabalho do Núcleo de Acervo e Pesquisa e difusão de projetos específicos, como é o caso da Coleção Índice de Fontes.

Considerações finais

A atuação da área de Pesquisa tem sido marcada, desde o segundo semestre de 2021, quando de sua implementação, pela articulação de seus projetos de investigação entre as áreas de Documentação e Conservação. Atuou-se nos últimos anos para aprofundar o conhecimento do acervo, e foram criados novos caminhos para o entendimento dessa documentação, colaborando, assim, para a preservação informacional. Também se destaca a atuação no âmbito da difusão, sendo o contato com a área de Comunicação Institucional essencial para inserção de textos em programas de espetáculo e redes sociais.

A partir da interrogação das fontes, a área de pesquisa estabelece um contato com a documentação que busca fugir de narrativas únicas e totalizantes sobre o passado. Assim como acervos não são entidades neutras ou isentas, assume-se a dimensão crítica dessa gestão da memória, buscando trajetórias historicamente invisibilizadas e promovendo o direito à memória de grupos, até então, invisibilizados.

Uma importante investigação em andamento aprofunda o entendimento da história dos primeiros corpos artísticos do Theatro Municipal de São Paulo. Completando 90 anos entre 2025 e 2026, o Quarteto de Cordas da Cidade de São Paulo e o Coral Paulistano possuem relação umbilical com as políticas culturais propostas por Mário de Andrade em sua gestão como chefe do Departamento de Cultura Municipal. Além de criar esses e outros conjuntos musicais que deixaram de existir ao longo do século XX, suas ações à frente da então recém-criada pasta para cuidar da Cultura, Educação e Patrimônio Histórico foram perenes e possuem ecos ainda hoje na instituição e na cidade.

Para o futuro, entende-se que a atuação da área de Pesquisa deve se embrenhar ainda mais nas estruturas do Complexo Theatro Municipal de São Paulo, aprofundando a compreensão sobre as relações entre memória das artes do espetáculo, a história da instituição e seus desdobramentos em perspectiva com a história da cidade e do Brasil, assim como o entendimento dos sujeitos históricos enquanto agentes de memória e suas trajetórias. Esses três aspectos devem estar presentes em recortes patrimoniais que ajudem o Núcleo de Acervo e Pesquisa a lidar com problemáticas transversais, como as categorias de análise das questões de gênero, migrações, deslocamentos e diásporas, questões étnicas e raciais, assim como representações e cotidiano.

Referências

Bibliografia

ARQUIVO NACIONAL. Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <https://share.google/4JPL6Db90u7vaCJ6V>. Acesso em: 24 out. 2025.

CARMO, Bruno Bortoloto do; SANTANA, Mariana Brito. Don Giovanni no palco e no acervo do Theatro Municipal. In: Programa de espetáculo. Don Giovanni, maio 2025. Disponível em: https://theatromunicipal.org.br/?jet_download=eb57a8fcb0c4956277b1b12e872716e611999204. Acesso em: 24 out. 2025.

CARMO, Bruno Bortoloto do; SANTANA, Mariana Brito. Nabucco no palco e no acervo do Theatro Municipal. In: Programa de espetáculo. Nabucco, nov. 2024. Disponível em: <https://share.google/yvKyhUinZzUfQTLNB>. Acesso em: 24 out. 2025.

CARMO, Bruno Bortoloto do; SANTANA, Mariana Brito (orgs.). Trajetórias de mulheres e estudos de gênero no acervo do CTMSP. São Paulo: Sustenidos Organização de Cultura, 2025

FERNANDES, Suzana Cesar Gouveia. Museu como espaço de investigação: da pesquisa à formação. Cadernos de História da Ciência, Instituto Butantan, vol. III, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://share.google/SlpjAq84upetDfF5l>. Acesso em: 24 out. 2025.

LAZARIM, Anita de Souza et al. Presente! presenças negras no Theatro Municipal de São Paulo. São Paulo: Sustenidos Organização de Cultura, 2023.

LAZARIM, Anita de Souza et al. (org.). Índice de fontes: Ballet IV Centenário no acervo do Theatro Municipal de São Paulo. São Paulo: Sustenidos Organização de Cultura, 2023.

LAZARIM, Anita de Souza et al. (org.). Índice de fontes: presença negra no acervo do Theatro Municipal de São Paulo. São Paulo: Sustenidos Organização de Cultura, 2023.

LAZARIM, Anita de Souza et al. (org.). Índice de fontes: vestígios da Semana de 22 no acervo do Theatro Municipal de São Paulo. São Paulo: Sustenidos Organização de Cultura, 2022.

LOPES, Ana Lucia. Apresentação da Gerência de Formação, Acervo e Memória. In: Índice de fontes: vestígios da Semana de 1922 no acervo do Theatro Municipal de São Paulo. Disponível em: <https://share.google/dPdqmCPLBLnVVmlKr>. Acesso em: 30 set. 2025.

OLIVEIRA, Rafael Domingos; CARMO, Bruno Bortoloto. Um gesto de memória: experiências através do corpo no acervo do CTMSP. In: Programa de espetáculo do Balé da Cidade de São Paulo – Bioglomerata e Fôlego. São Paulo: Sustenidos Organização de Cultura, 2025. Disponível em: https://theatromunicipal.org.br/?jet_download=a8bebc533d712135442f5823a7c5233be6097463. Acesso em: 24 out. 2025.

REIS, Claudia Barbosa. A pesquisa museológica no Museu Casa de Rui Barbosa. Sem edição, sem data. Disponível em: <https://share.google/Z4YZII90YMK7bNQPG>. Acesso em: 24 out. 2025.

TORRES NETO, Walter Lima. Programa de teatro como documento: questões históricas e metodológicas. *ArtCultura*, 15 (26), 2015, p. 209. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/29146/16211>. Acesso em: 24 out. 2025.

Documentos

CARMO, Bruno Bortoloto do. Anexo 5.7. Índice de Fontes. In: *Relatórios – Meta de Remuneração Variável. Sustenidos Organização Social de Cultura*, 2º trimestre, 2025.

LAZARIM, Anita de Souza. Anexo 5.9. Relatório de Execução da Exposição Presente! Presenças negras no Theatro Municipal de São Paulo. In: *Relatórios – Meta de Remuneração Variável. Sustenidos Organização Social de Cultura*, 4º trimestre, 2022.

LAZARIM, Anita de Souza. Anexo 5.9. Relatório de Execução da Linha de Pesquisa Ballet IV Centenário. In: *Relatórios – Meta de Remuneração Variável. Sustenidos Organização Social de Cultura*, 2º trimestre, 2023.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos as várias pessoas que contribuíram para a preservação do acervo do Complexo Theatro municipal de São Paulo nos últimos cinco anos:

Agatha Silva, Alessandra Gois, Alexandre Xavier, Alice Braz Galina, Aline Alves, Amanda Ferreira, Ana Beatriz Rodrigues, Ana Clara Pereira, Ana Lucia Lopes, André Macedo, Andrea Nagamine, Andreia Francisco dos Reis, Anita Lazarim, Augusto Martins, Bianca Leiva, Brenda Souza, Breno Amparo, Beatriz Amaral, Beatriz Mendes, Brígida Marques, Bruna Rossi, Bruno Bortoloto, Camila Cortellini, Carolina Gomes, Cristiane Oliveira, Daniela Baez, Dam Baruch, Daniela Lima, Daniel Gonzaga, Daniel Santos, Edson Santos, Elizabeth Azevedo, Emily Kimura, Fabiana Neves, Fabio Karkoski, Fernando Binder, Gabrielle Santos, Gabriella Eutran, Gabriel Dias de Menezes, Gabriel Schirato, Geórgia Proença, Giullia Rodrigues, Giovana Borges, Giovana Medeiros, Giovanna Reis, Giovanna Santos Costa, Guilherme Vieira, Hannah Zanotto, Heloiza Souza, Henrique Soares, Iacê Castro, Igor Vicente, Isabela Tavares, Jefferson Motta, João Marcos Miranda, João Mateus Lima, João Roberto de Faria, Júlia Ferigato, Juliana Baptista, Juliana de França, Juliana Monteiro, Julyanna Dias, Karina Araújo, Laís Charleaux, Lara Dias, Lara Mazeto, Larissa Silva, Laura Feitosa, Laura Françoso, Luan Augusto, Luis Demétrio Santos, Maicon Jacinto, Mara Santtana, Marcelina Muhongo, Marcelo Tupinambá, Mariana Brito, Maria Eduarda Gonçalves, Maria Luiza Patricio, Marly Nogueira, Morgana Viana, Nathalia Hara, Nathã Melo, Natasha Inácio, Nicole Garcia, Paulo Castagna, Paulo Moura, Raíssa Monteiro, Rafael Araújo, Rafael Domingos, Rafael Ritto, Rayan Silva, Renata Tsuchiya, Shirley Silva, Tainan Azimovas, Taissa Ribeiro, Thalia Andrade, Thalia Duarte, Thayame Soares, Thomas Dietz, Uga Agú, Victor Hugo Oliveira, Vitória Ribeiro, Walamis Silva, Winnie Cardoso, Yasmin Lima, Yasmin Trindade.

Acesso

- **Solicitação de consulta ao acervo:**

O Núcleo de Acervo e Pesquisa atende consulentes e pesquisadores interessados em consultar o acervo do Complexo Theatro Municipal de São Paulo. Para solicitar uma consulta, preencha o formulário através do link: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSe_gmzw0tD_HJDs8h2al7PEjZRrpT9WLS2mDOFVTcN_VIVN9A/viewform

- **Solicitação de empréstimo de itens do acervo:**

Uma das ações de difusão do Núcleo de Acervo e Pesquisa é o empréstimo de itens do acervo para exposições e mostras. O processo de empréstimo é autorizado pela Fundação Theatro Municipal de São Paulo, autarquia vinculada à Secretaria Municipal de Cultura que realiza a fiscalização e monitoramento do Contrato de Gestão do Complexo Theatro Municipal. Para solicitar empréstimo de itens do acervo para mostras e exposições, preencha o formulário através do link: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdlmKMkhoHO9wYcGnJfOGNs8jpoMGVj-ZPKVg2Zy4o3X8r2gA/viewform?usp=preview>

- **Doação de materiais ao acervo:**

Segundo a Política de Gestão do Acervo do Complexo Theatro Municipal, a instituição poderá receber doações de acervos de pessoas físicas e jurídicas interessadas, desde que os materiais estejam em diálogo com a missão institucional. A doação é regulada pelo Decreto Municipal nº 58.102/2018, o qual “regulamenta o recebimento de doações e comodatos de bens, exceto imóveis, bem como de doações de direitos e serviços, sem ônus ou encargos, pelos órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Serviços Sociais Autônomos; institui o Selo Amigo da Cidade de São Paulo” e precisa ser aprovada pela Fundação Theatro Municipal de São Paulo. Para saber mais sobre o processo de doação ou propor doação de materiais ao acervo do Complexo Theatro Municipal, preencha o formulário através do link: <https://docs.google.com/forms/d/1EIHtWorRDtZBj-KwawbC-4BOpbkm0pQENZCjioWoNns/preview>

- **Acesso ao portal do Centro de Referência:**

Para acessar informações e documentos sobre o acervo do Complexo Theatro Municipal de São Paulo e a gestão do Núcleo de Acervo e Pesquisa, acesse o portal do Centro de Referência através do link: <https://centrodereferencia.theatromunicipal.org.br/inweb/onset.aspx>

Ficha Técnica da Publicação

CONCEPÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA PUBLICAÇÃO

Rafael de Araújo Oliveira

Arquivista do Núcleo de Acervo e Pesquisa

Rafael Domingos Oliveira

Coordenador do Núcleo de Acervo e Pesquisa

AUTORIA

Ana Lucia Lopes

Gerente de Formação, Acervo e Memória

Andrea Caruso Saturnino

Superintendente Geral do Theatro Municipal de São Paulo

Andreia Francisco dos Reis

Documentalista do Núcleo de Acervo e Pesquisa

Anita de Souza Lazarim

Pesquisadora do Núcleo de Acervo e Pesquisa (2021 - 2024)

Bruno Bortoloto do Carmo

Pesquisador do Núcleo de Acervo e Pesquisa (2024 - atual)

Mariana Brito Santana

Assistente de Pesquisa

Rafael de Araújo Oliveira

Arquivista do Núcleo de Acervo e Pesquisa

Rafael Domingos Oliveira

Coordenador do Núcleo de Acervo e Pesquisa

Shirley Silva

Conservadora do Núcleo de Acervo e Pesquisa

PRODUÇÃO GRÁFICA

Capa: **Casa Rex**

Revisão: **Ciça Correa**

Design e Diagramação: **Fernanda Andreozzi**

Ficha Técnica Complexo Theatro Municipal de São Paulo

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Prefeito: **Ricardo Nunes**

Vice-prefeito: **Coronel Mello Araújo**

Secretário Municipal de Cultura e Economia Criativa: **José Antônio Silva Parente - Totó Parente**

Secretário Adjunto: **Rodrigo Massi**

Chefe de Gabinete: **Rogério Custódio de Oliveira**

FUNDAÇÃO THEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Direção Geral: **Abraão Mafra**

Direção de Gestão: **Dalmo Defensor**

Direção Artística: **Thiago Tavares**

Direção de Formação: **Leonardo Camargo**

Direção de Produção Executiva: **Enrique Bernardo**

CONSELHO ADMINISTRATIVO SUSTENIDOS

André Isnard Leonardi (presidente), Ana Laura Diniz de Souza, Gabriel Fontes Paiva, José Alexandre Pereira de Araújo, José Roque Cortese, Magda Pucci, Monica Rosenberg, Odilon Wagner e Renata Bittencourt

CONSELHO CONSULTIVO SUSTENIDOS

Elca Rubinstein (presidente), Abigail Silvestre Torres, Adriana do Nascimento Araújo Mendes, Ana Maria Wilhelm, Celia Cristina Monteiro de Barros Whitaker, Claudia Ciarrocchi, Daniel Annenberg, Daniel Leicand, Gabriel Whitaker, Leonardo Matrone, Luciana Temer, Luiz Guilherme Brom, Marisa Fortunato, Melanie Farkas (in memoriam), Paula Raccanello Storto e Wellington do Carmo Medeiros de Araújo

CONSELHO FISCAL SUSTENIDOS

Bruno Scarino de Moura Accioly, Daniel Leicand e Paula Cerquera Bonanno

SUSTENIDOS ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE CULTURA (THEATRO MUNICIPAL)

Diretora Executiva: **Alessandra Fernandez Alves da Costa**

Diretor Administrativo-Financeiro: **Rafael Salim Balassiano**

Gerente Financeira: **Ana Cristina Meira Coelho Mascarenhas**

Gerente de Controladoria: **Leandro Mariano Barreto**

Contador: **Marcelo Francisco Rosa**

Gerente de Suprimentos: **Susana Cordeiro Emidio Pereira**

Gerente Jurídica: **Adline Debus Pozzebon**

Gerente de Mobilização de Recursos: **Marina Funari**

Gerente de Logística: **Rafael Masaro Antunes**

Supervisor de Tecnologia e Sistemas: **Yudji Alessandro Otta**

Captação de Recursos: **Tais da Silva Costa**

Assessor de Gestão da Informação: **Tony Shigueki Nakatani**

COMPLEXO THEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Superintendente Geral: **Andrea Caruso Saturnino**

Secretária Executiva: **Valéria Kurji**

Gerente de Musicoteca: **Ruthe Zoboli Pocebon**

Coordenador de Musicoteca: **Jonatas dos Santos Ribeiro**

Equipe de Musicoteca: **Carolina Aleixo Sobral, Cassio Mendes Antas, Diego Scarpino Pacioni, Felipe Faglioni, João Marcos Lopes de Souza Miranda, Leonardo Serrão Minoci de Oliveira, Martim Butcher Cury e Monik Regina da Silva Freitas.**

Aprendiz: **Yzabelly Nunes Gonçalves.** Bolsista: **Júlia Monteiro**

Pianista Corpetidor: **Anderson Brenner**

Gerente de Produção | Programação Artística: **Nathalia Costa**

Coordenadora de Produção: **Rosana Taketomi de Araujo**

Equipe de Produção: **Ana Luísa Caroba de Lamare, Carla Luiza Silveira Henriques, Carlos Eduardo Marroco, Eliana Aparecida dos Santos Filinto, Eunice Baía, Felipe Costa, Joana Leonor de Moura Rosa, Karine dos Santos, Laura Cibele Gouvêa Cantero, Luiz Alex Tasso, Marita Cunha Prado, Rodrigo Correa da Silva, Ronaldo Gabriel de Jesus da Silva, Rosangela Reis Longhi e Thaís Vieira Gregório.**

Aprendiz: **Isabelly Souza Santos**. Bolsista: **Janaina Castro de Assis**

Coordenadora de Programação Artística: **Camila Honorato Moreira de Almeida**

Equipe de Programação: **Bruna de Fátima Mattos Teixeira, Eliane da Rocha Isis Cunha Oliveira Barbosa, Marcelo Augusto Alves de Araújo e Pedro Ferreira Guida.**

Aprendiz: **Amanda Abete Albuquerque**. Bolsista: **Isabela Brito Santiago**

Coordenadora de Figurino: **Laura de Campos França**

Supervisora de Figurino: **Luciana Conte Hadlich Santos**

Equipe de Figurino: **Alzira Campiolo, Fabiane do Carmo Macedo de Almeida, Geralda Cristina França da Conceição, Isabel Rodrigues Martins, Ivete Dias, Katia Souza, Lindinalva Margarida Celestino Cicero, Maria Auxiliadora de Souza Gonçalves de Oliveira, Maria Gabriel Martins e Regiane Bierrenbach.**

Aprendiz: **Luisa Felix Fleck**. Bolsistas: **Ana Luiza Correa e Nicolay Lima de Vasconcelos**

Gerente Cenotécnico: **Aníbal Marques (Pelé)**

Equipe Central Técnica: **Carolina Beletatto, Ivaildo Bezerra Lopes,**

Jalmir Amorim da Conceição, Juliano Bitencourt Mesquita e Walamis Santos

Gerente de Formação, Acervo e Memória | Articulação e Extensão: **Ana Lucia Lopes**

Equipe de Formação, Acervo e Memória: **Clarice de Souza Dias Cará e Stig Lavor**

Aprendiz: **Laura Feitosa dos Santos**

Supervisora do Núcleo de Educação: **Dayana Correa da Cunha**

Equipe do Núcleo de Educação: **Caroline Flávia Casimiro Ramos, Diego Diniz Intriery,**

Fernanda Keico de Oliveira Sugiyama, Gabriel Gerônimo Alves França,

Gabriel Zanetti Pieroni, Joana Oliveira Barros Rodrigues de Rezende,

Lucas Pereira Xavier, Luciana de Souza Bernardo, Maria Eduarda Aparecida Pereira Gonçalves,

Mateus Masakichi Yamaguchi, Matheus Santos Maciel e Monike Raphaela de Souza Santos

Estagiária: **Clara Carolina Augusto Garcia Gois**

Coordenador de Acervo e Pesquisa: **Rafael Domingos Oliveira da Silva**

Equipe de Acervo e Pesquisa: **Andreia Francisco dos Reis, Bruno Bortoloto do Carmo,**

Rafael de Araujo Oliveira e Shirley Silva Estagiários Alessandra Gois Da Silva,

Ana Clara Azevedo Pereira, Dam Baruch de Souza, Gabriel Dias De Menezes,

Giovanna Rodrigues Reis, Giovanna Santos Costa, Iacê Andrade De Castro,

Maria Eduarda Aparecida Pereira Gonçalves, Natasha Ayasha da Silva Inácio e

Yasmin Vitoria Barbosa Lima. Bolsistas: **Alice Braz Gallina e Larissa Ribeiro Silva**

Coordenador de Ações de Articulação e Extensão: **Felipe Oliveira Campos**

Equipe de Ações de Articulação e Extensão: **Renata Raíssa Pirra Garducci**

Aprendiz: **Beatriz Rodrigues Neves.**

Bolsistas: **Alex Carneiro Morais, Alice Conde Araújo de Oliveira e Julia Nascimento Pereira**

Bolsistas de Dramaturgismo: **Émerson Ryan da Silva, Larissa Felipe de Melo Cintra**

e Matheus Yoshino Russo

Diretor Cenotécnico: **Sérgio Ferreira**

Coordenador Técnico: **Jonas Pereira Soares**

Coordenador de Palco: **Adalberto Alves de Souza**

Equipe de Direção de Palco: **Amanda Tolentino de Araújo, Diogo de Paula Ribeiro, Matheus Alves Tomé, Olavo Cadorini Cardoso, Sônia Ruberti e Vivian Miranda**

Aprendiz: **Eduardo Johnny Santana Pimentel**

Bolsistas: **Ana Carolina da Silva Pereira, Antônio Yudi Pontual de Petrolina Ikeda, Genesis Thais Aquino Flores, João Vitor Camargo do Nascimento, Leticia Camille Rosa da Silva, Marcella Regina Ribeiro de Paula, Renatta Raphaella Alves, Samira Stella da Silva Souza, Thiago Jessé Santana Gomes e Vitor Hugo Martins Santana**

Supervisores de Maquinário: **Carlos Roberto Ávila, Marcelo Luiz Frosino e Paulo Miguel de Sousa Filho**

Equipe de Maquinário: **Alex Sandro Nunes Pinheiro, Anderson dos Santos Gasparotto, Ermelindo Terribele Sobrinho, Everton Jorge de Carvalho, Igor Mota Paula, Júlio César Souza de Oliveira, Manuel Lucas de Sousa Conceição, Marcelo Evangelista Barbosa, Odilon dos Santos Motta**

Supervisor de Contrarregragem: **Edival Dias**

Equipe de Contrarregragem: **Alessander de Oliveira Rodrigues, José Luiz da Silva Santos Lopes, Luiz Carlos Lemes, Maicon Rodrigues Nagel, Samuel Gonçalves Mendes, Vitor Siqueira Pedro, e Welington de Araújo Benedito**

Supervisão de Montagem: **Rafael de Sá de Nardi Veloso Montadores Alexandre Greganyck, Ivo Barreto de Souza, Marcus Vinícius José de Almeida, Pedro Paulo Barreto e Ronaldo Batista dos Santos**

Coordenador de Sonorização: **Daniel Botelho**

Equipe de Sonorização: **André Moro Silva, Edgar Caetano dos Santos, Emiliano Brescacin e Rogerio Galvão Ultramari Junior**

Bolsista: **Louis Roberto Severiano da Silva Gomes**

Coordenador de Iluminação: **Wellington Cardoso Silva**

Coordenadora de Iluminação: **Sueli Matsuzaki**

Equipe de Iluminação: **André de Oliveira Mutton, Danilo dos Santos, Fabíola Galvão Fontes, Fernando Miranda Azambuja, Guilherme Furtado Mantelatto, Igor Augusto Ferreira de Oliveira, Ubiratan da Silva Nunes e Yasmin Santos de Souza**

Gerente de Comunicação: **Elisabete Machado Soares dos Santos**

Equipe de Comunicação: **André Felipe Costa Santa Rosa Lima, Daniel Quirino dos Santos, Francielli Jonas Perpetuo, Guilherme Dias de Oliveira, Karoline Marques da Conceição, Larissa Lima da Paz, Lauren Cicaroli Dávila, Letícia Silva dos Santos,**

Maria Luiza Silva Guimarães e Winnie dos Santos Affonso

Aprendiz: **Kaiky Soares Lima Nascimento**

Gerente de Parcerias e Novos Negócios | Bilheteria: **Luciana Gabardo dos Santos**

Equipe de Parcerias e Novos Negócios: **Bianca Elias de Arruda, Daniel Selles,**

Thamara Cristine Carvalho Conde e Vitória Terlesqui de Paula

Supervisor de Bilheteria: **Jorge Rodrigo dos Santos**

Equipe de Bilheteria: **Bruna Eduarda Cabral da Silva, Claudiana de Melo Sousa, Flavia dos Santos**

da Silva e Maria do Socorro Lima da Silva

Aprendizes: **Amanda Viana Sena, Júlia Bernardino Araujo e Schelly da Silva Lima**

Supervisora de Atendimento ao Público: **Ana Claudia de Carvalho Lima Faria**

Equipe de Atendimento ao Público: **Juliana da Silva, Marcella Relli, Rosimeire Pontes Carvalho**

e Vitória Almeida de Moraes

Coordenador de Planejamento e Monitoramento: **Douglas Herval Ponso**

Equipe de Planejamento e Monitoramento: **Amanda Nascimento dos Santos, Milena Lorana**

da Cruz Santos e Thamella Thais Santana Santos

Coordenadora de Captação de Recursos: **Heloise Tiemi Silva**

Equipe de Captação de Recursos: **Yasmin Antunes Rocha**

Aprendiz: **Ana Clara Santos Alves**

Assessora Geral de Operações e Finanças: **Fernanda do Val Amorim**

Gerente de Patrimônio e Arquitetura: **Eduardo Spinazzola**

Equipe de Patrimônio e Arquitetura: **Artur Ferreira de Brito, Bráulio Gomes Barbosa da Silva,**

Eloá Cristine Costa da Silva, Gustavo Madalosso Kerr e Karina Soares Salgado

Coordenador de Operações: **Mauricio Souza**

Equipe de Facilities: **Carolina Ricardo**

Aprendiz: **Emilly Santos Silva**

Coordenador de Manutenção Predial: **Elias Ferreira Leite Junior**

Equipe de Manutenção Predial: **Gustavo Giusti Gaspar e Pedro Henrique de Campos Lima**

Estagiário: **Kevin Alberto da Silva Oliveira**

Equipe de TI: **Carlos Eduardo de Almeida Ferreira e Romário de Oliveira Santos**

Aprendiz: **Karina da Silva Sena e Leonardo Silva de Laia Sabino**

Supervisora Financeira: **Jéssica Brito Oliveira**

Equipe de Finanças: **Christie Fernando de Oliveira Souza, Fernanda Estrela de Souza,**

Joyce Caroline de Jesus Rocha e Rosilene Costa dos Santos

Equipe de Controladoria: **Erica Martins dos Anjos**

Equipe de Contabilidade: **Marília Durães Teixeira e Stephanie Cardoso Muniz**

Coordenador de Compras e Suprimentos: **Raphael Teixeira Lemos**

Equipe de Compras e Suprimentos: **Eliana Moura de Lima, Leandro Ribeiro Cunha,**

Paulo Henrique Risseri e Thiago Faustino

Aprendiz: **Kamilli Vitória Santos Araújo**

Supervisora de Logística: **Aline de Andrade Nepomuceno Barbosa**

Equipe de Logística: **Arthur Luiz de Andrade Lima, Guilherme Ferreira dos Santos, Isabella Macedo de Sousa, Lucas Lima Vieira e Marcos Aurélio Vieira do Nascimento Samora**

Equipe de Contratos e Jurídico: **Aline Rocha do Carmo, Giovana Cerqueira Patricio Santos e Lucas Serrano Cimatti**

Aprendiz: **Saulo Sousa de Lira**

Gerente de Recursos Humanos: **Renata Aparecida Barbosa de Sousa**

Supervisora de Departamento Pessoal: **Priscilla Pereira Gonçalves**

Equipe de Recursos Humanos: **Janaina Aparecida Gomes Oliveira, Letícia Silva de Oliveira, Natali Francisca Vieira dos Santos e Zenite da Silva Santos**

Aprendiz: **Mariana de Alcântara Carvalho**

Coordenador de Saúde e Segurança do Trabalho: **Edson Alexandre Moreira**

Equipe de Saúde e Segurança do Trabalho: **Mateus Costa do Nascimento e Tamires Aparecida de Moraes Lanfranco Pires**

Acervo em cena: encontros com a memória do Complexo Theatro Municipal de São Paulo

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Acervo em cena [livro eletrônico] : encontros com a memória do Complexo Theatro Municipal de São Paulo / organização Rafael Domingos Oliveira, Rafael de Araújo Oliveira. -- São Paulo : Sustenidos Organização de Cultura, 2026. PDF

Vários autores.

ISBN 978-65-997225-5-4

1. Arquivos - Pesquisa 2. Documentos - Preservação 3. Patrimônio cultural 4. Theatro Municipal de São Paulo - Acervo I. Oliveira, Rafael Domingos. II. Oliveira, Rafael de Araújo.

Índices para catálogo sistemático:

1. Acervo : Theatro Municipal de São Paulo : História 792.098161

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

realização:



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**